Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 4

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 15

3.4 - Política destinação de resultados 16

3.5 - Distribuição de dividendos 18

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 19

3.7 - Nível de endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 23

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 48

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 49

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 57

4.5 - Processos sigilosos relevantes 59

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 60

4.7 - Outras contingências relevantes 63

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 66

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 67

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 72

5.3 - Descrição - Controles Internos 77

5.4 - Programa de Integridade 83

Índice

5.5 - Alterações significativas 87

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 88

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 89

6.3 - Breve histórico 90

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 92

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 93

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 94

7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 115

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 116

7.3 - Produção/comercialização/mercados 117

7.4 - Principais clientes 138

7.5 - Efeitos da regulação estatal 139

7.6 - Receitas relevantes no exterior 143

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 144

7.8 - Políticas socioambientais 145

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 146

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 148

8.2 - Alterações na condução de negócios 149

8.3 - Contratos relevantes 150

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 151

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 152

9.1.a - Ativos imobilizados 153

9.1.b - Ativos Intangíveis 154

9.1.c - Participação em sociedades 157

9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 158

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 159

10.2 - Resultado operacional e financeiro 185

Índice

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 187
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 188
10.5 - Políticas contábeis críticas 191
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 193
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 194
10.8 - Plano de Negócios 195
10.9 - Outros fatores com influência relevante 197

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 199
11.2 - Acompanhamento das projeções 200

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 201
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 206
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 215
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 217
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 218
12.7/8 - Composição dos comitês 223
12.9 - Relações familiares 227
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 228
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 233
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 236

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 239
13.2 - Remuneração total por órgão 244
13.3 - Remuneração variável 248
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 250
13.5 - Remuneração baseada em ações 261
13.6 - Opções em aberto 265
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 267
13.8 - Precificação das ações/opções 269
13.9 - Participações detidas por órgão 271

Índice

13.10 - Planos de previdência 272
13.11 - Remuneração máx, mín e média 273
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 275
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 276
13.14 - Remuneração - outras funções 277
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 278
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 279

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 280
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 283
14.3 - Política remuneração dos empregados 284
14.4 - Relações emissor / sindicatos 286
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 288

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 289
15.3 - Distribuição de capital 291
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 292
15.5 - Acordo de Acionistas 293
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 294
15.7 - Principais operações societárias 295
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 300

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 301
16.2 - Transações com partes relacionadas 303
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 307
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 309

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 310
17.2 - Aumentos do capital social 311
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 313
17.4 - Redução do capital social 314
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 315

Índice

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 316

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 317

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 318

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 319

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 320

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 322

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 323

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 324

18.8 - Títulos emitidos no exterior 325

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 326

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 327

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 328

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 329

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 330

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 331

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 332

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 333

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 334

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 335

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 337

21.3 - Responsáveis pela política 339

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 340

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Silvio Stagni**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luís Gustavo Ferraz Antunes**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

SILVIO STAGNI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.137.357 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 056.088.978-03, na qualidade de Diretor Presidente da **ALLIED TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1.500, Lote GLA2, Galpão 04B, Distrito Industrial, CEP 13.213-086, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.247.322/0001-47 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Silvio Stagni

Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

LUÍS GUSTAVO FERRAZ ANTUNES, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.784.444-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 324.911.448-08, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **ALLIED TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1.500, Lote GLA2, Galpão 04B, Distrito Industrial, CEP 13.213-086, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.247.322/0001-47 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LUÍS GUSTAVO FERRAZ ANTUNES

Diretor de Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	10/04/2014
Descrição do serviço contratado	A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativamente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como a revisão das informações trimestrais referente aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021 e 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Adicionalmente, prestou (i) serviços no âmbito de oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) serviços extra-auditoria.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social de 2020 totalizou o montante de R$ 497.962,19. A remuneração dos auditores independentes pelos serviços prestados e reembolso de despesas incorridas no âmbito de oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia totalizou o montante de R$2.605.853,63. A remuneração dos auditores independentes pelos serviços extra-auditoria totalizou o montante de R$ 250.308,76.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Douglas Travaglia Lopes Ferreira	01/01/2014	152.963.598-52	

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/02/2022
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para os anos de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026, bem como pela revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas nos Formulários de Informações Trimestrais - ITR, referentes aos trimestres a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, de 2023, de 2024, de 2025 e de 2026.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, tendo em vista que os serviços serão prestados a partir de 2022.
Justificativa da substituição	A Companhia esclarece que a decisão para a substituição do auditor independente ocorreu para atender as melhores práticas de governança corporativa, tendo em vista o período de prestação de serviços pela EY.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo de Figueredo Seixas	01/01/2022	014.906.477-24	

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item 2 foram divulgadas nos itens acima.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.523.638.000,00	1.130.587.000,00	970.123.000,00	913.949.000,00
Ativo Total	4.150.471.000,00	3.715.984.000,00	3.178.916.000,00	2.888.730.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.081.217.000,00	4.722.413.000,00	3.711.271.000,00	2.723.996.000,00
Resultado Bruto	615.432.000,00	738.279.000,00	585.654.000,00	465.092.000,00
Resultado Líquido	267.148.000,00	167.645.000,00	100.630.000,00	62.375.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	93.203.582	79.621.635	636.973.080	636.973.080
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	16,347419	14,199495	1,523020	1,434876
Resultado Básico por Ação	2,866300	2,084700	1,251400	0,783400
Resultado Diluído por Ação	2,70	1,95	1,17	0,74

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 as seguintes medições não contábeis:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA LTM

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527/12"), conciliada com as demonstrações financeiras e com as informações contábeis intermediárias da Companhia, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas.

Adicionalmente, apresentamos também, com relação aos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, o EBITDA LTM ("Last Twelve Months"), correspondente ao EBITDA calculado considerando os resultados no período de doze meses anteriores às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA LTM, correspondente ao EBITDA LTM dividido pela receita operacional líquida reconhecida no período de doze meses anteriores às datas indicadas.

O EBITDA, Margem EBITDA o EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM, não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM e a Margem EBITDA Ajustada LTM

O EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado LTM consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelas despesas de depreciação e amortização, pelos créditos de ICMS, conforme detalhado abaixo.

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

monetária, sendo R$ 16.839 líquido de PIS e COFINS. Sobre este valor, foi apurado Imposto de Renda e Contribuição social no montante de R$ 34.193 mil.

O EBITDA Ajustado foi calculado excluindo o efeito da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme mencionado acima, do EBITDA. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de vendas.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de 3 meses findos em 30 de setembro de		Período de 9 meses findos em 30 de setembro de	
	2021	2020	2021	2020
EBITDA[1]	**104.793**	**127.131**	**416.691**	**196.907**
Margem EBITDA	**7,3%**	**9,1%**	**10,2%**	**6,4%**
EBITDA Ajustado	**104.793**	**127.131**	**315.303**	**196.907**
Margem EBITDA Ajustado	**7,3%**	**9,1%**	**7,7%**	**6,4%**

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de 12 meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
EBITDA[1]	548.561	249.899	328.777	222.729	163.349
Margem EBITDA	9,6%	5,9%	7,0%	6,0%	6,0%
EBITDA Ajustado	447.173	249.899	328.777	222.729	163.349
Margem EBITDA Ajustado	7,8%	5,9%	7,0%	6,0%	6,0%

[1] Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$15,5 milhões e R$ 19,2 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$11,3 milhões e R$12,7 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Da mesma forma, o EBITDA dos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$14,1 milhões e R$ 17,5 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$9,4 milhões e R$10,0 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

Lucro líquido Ajustado e Margem líquida Ajustada, Lucro líquido ajustado LTM e Margem líquida ajustada LTM

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização monetária, sendo R$ 16.839 líquido de PIS e COFINS. Sobre este valor, foi apurado Imposto de Renda e Contribuição social no montante de R$ 34.193 mil.

O lucro líquido ajustado foi calculado com base no lucro líquido do período excluindo os efeitos mencionados no parágrafo anterior.

Adicionalmente, apresentamos também, com relação aos períodos de três e nove findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, o Lucro Líquido Ajustado LTM ("Last Twelve Months"), correspondente ao Lucro Líquido Ajustado calculado considerando os resultados no período de doze meses anteriores às datas indicadas, bem como a Margem Lucro Líquido Ajustado LTM, correspondente ao Lucro Líquido Ajustado dividido pela receita operacional líquida reconhecida no período de doze meses anteriores às datas indicadas.

O Lucro Líquido Ajustado, Margem de Lucro Líquido Ajustado, Lucro líquido ajustado LTM e a Margem líquida ajustada LTM não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado e da Margem líquida ajustada da Companhia para os três últimos exercícios sociais e para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Período de 3 meses findos em 30 de setembro de		**Período de 9 meses findos em 30 de setembro de**	
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	**68.442**	**77.045**	**267.148**	**94.677**
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do período / exercício	**62.437**	**77.045**	**183.114**	**94.677**
Receita operacional líquida	1.426.532	1.401.319	4.081.217	3.066.171
Margem líquida ajustada	4,4%	5,5%	4,5%	3,1%

	Período de 12 meses findos em 30 de setembro de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	**2021**	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	**340.116**	**124.849**	**167.645**	**100.630**	**62.375**
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do período / exercício	**256.082**	**124.849**	**167.645**	**100.630**	**62.375**
Receita operacional líquida	5.737.459	4.247.423	4.722.413	3.711.271	2.723.996
Margem líquida ajustada	4,5%	2,9%	3,5%	2,7%	2,3%

(1) Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização monetária, sendo R$ 16.839 líquido de PIS e COFINS. Sobre este valor, foi apurado Imposto de Renda e Contribuição social no montante de R$ 34.193 mil.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) equivale ao total da soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e arrendamento mercantil (circulante e não circulante).

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado):

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais)	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Dívida Bruta	544.661	569.141	618.021	465.940
Dívida Líquida	83.542	186.827	323.753	65.028
Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)	(57.101)	61.052	207.979	65.028

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustada LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM

	Período de 3 meses findos em 30 de setembro de		Período de 9 meses findos em 30 de setembro de	
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	68.442	77.045	267.148	94.677
(+) Resultado financeiro líquido	27.264	16.956	41.072	54.512
(+) Depreciação e amortização	17.589	14.933	50.956	42.397
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-8.502	18.197	57.515	5.321
EBITDA[(1)]	**104.793**	**127.131**	**416.691**	**196.907**
Receita operacional líquida	1.426.532	1.401.319	4.081.217	3.066.171
Margem EBITDA	7,3%	9,1%	10,2%	6,4%
(-) Outras despesas e receitas operacionais, líquidas[2]	-	-	-101.388	-
EBITDA Ajustado[(1)]	**104.793**	**127.131**	**315.303**	**196.907**
Margem EBITDA Ajustado	7,3%	9,1%	7,7%	6,4%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de 12 meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	340.116	124.849	167.645	100.630	62.375
(+) Resultado financeiro líquido	64.685	70.590	78.125	68.780	62.551
(+) Depreciação e amortização	66.951	53.349	58.392	43.116	26.912
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	76.809	1.111	24.615	10.203	11.511
EBITDA(1)	**548.561**	**249.899**	**328.777**	**222.729**	**163.349**
Receita operacional líquida	5.737.459	4.247.423	4.722.413	3.711.271	2.723.996
Margem EBITDA	9,6%	5,9%	7,0%	6,0%	6,0%
(-)Outras despesas e receitas operacionais, líquidas(2)	-101.388	-	-	-	-
EBITDA Ajustado(1) (2)	**447.173**	**249.899**	**328.777**	**222.729**	**163.349**
Margem EBITDA Ajustado(1) (2)	7,8%	5,9%	7,0%	6,0%	6,0%

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$15,5 milhões e R$ 19,2 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$11,3 milhões e R$12,7 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Da mesma forma, o EBITDA dos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2021 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$14,1 milhões e R$ 17,5 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$9,4 milhões e R$10,0 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

(2) Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização monetária, sendo R$ 16.839 líquido de PIS e COFINS. Sobre este valor, foi apurado Imposto de Renda e Contribuição social no montante de R$ 34.193 mil.

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada, Lucro líquido ajustado LTM e Margem líquida ajustada LTM

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de 3 meses findos em 30 de setembro de		Período de 9 meses findos em 30 de setembro de	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do período	**68.442**	**77.045**	**267.148**	**94.677**
(-)Outras despesas e receitas operacionais, líquidas[1]	-	-	-101.388	-
(-) Receitas financeiras[1]	-	-	-16.839	-
(+) Imposto de renda e Contribuição social[1]	-6.005	-	34.193	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do período / exercício	**62.437**	**77.045**	**183.114**	**94.677**
Receita operacional líquida	1.426.532	1.401.319	4.081.217	3.066.171
Margem líquida ajustada	4,4%	5,5%	4,5%	3,1%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Período de 12 meses findos em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido do período / exercício	**340.116**	**124.849**	**167.645**	**100.630**	**62.375**
(-) Outras despesas e receitas operacionais, líquidas[1]	-101.388	-	-	-	-
(-) Receitas financeiras[1]	-16.839	-	-	-	-
(+) Imposto de renda e Contribuição social[1]	34.193	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do período / exercício	**256.082**	**124.849**	**167.645**	**100.630**	**62.375**
Receita operacional líquida	5.737.459	4.247.423	4.722.413	3.711.271	2.723.996
Margem líquida ajustada	4,5%	2,9%	3,5%	2,7%	2,3%

(1) Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização monetária, sendo R$ 16.839 líquido de PIS e COFINS. Sobre este valor, foi apurado Imposto de Renda e Contribuição social no montante de R$ 34.193 mil.

Reconciliação da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

(Em milhares de reais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018[1]
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (Circulante)	115.428	98.935	78.218	153.189
(+) Arrendamento mercantil (Circulante)	22.655	17.294	13.474	-
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (Não Circulante)	288.590	344.431	424.029	312.751
(+) Arrendamento mercantil (Não Circulante)	117.988	108.481	102.300	-
Dívida Bruta[2]	**544.661**	**569.141**	**618.021**	**465.940**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(461.119)	(382.314)	(292.268)	(398.912)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(2.000)	(2.000)
Dívida Líquida	**83.542**	**186.827**	**323.753**	**65.028**
(-) Arrendamento mercantil (Circulante)	(22.655)	(17.294)	(13.474)	**-**
(-) Arrendamento mercantil (Não Circulante)	(117.988)	(108.481)	(102.300)	**-**
Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)	**(57.101)**	**61.052**	**207.979**	**65.028**

[1] Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

[2] A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustada LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM

A Administração da Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustada LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM são indicadores apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostram nosso desempenho operacional a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e, demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia apresenta a Margem EBITDA LTM e Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – ultimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacionaldo periodo dos ultimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão. A Companhia entende que este período é relevante devido a sazonalidade expressiva do seu negócio. Desta forma, o cálculo LTM possibilita uma melhor aproximação do resultado anualizado na Companhia.

Além disso, a Margem EBITDA LTM e Margem EBITDA Ajustada LTM demonstra, em termos relativos, desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada, Lucro líquido ajustado LTM e Margem líquida ajustada LTM

A Administração entende ser necessário expurgar o efeito do reconhecimento dos créditos referentes à exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 para refletir de forma mais acurada o lucro líquido da Companhia no terceiro trimestre de 2021, período no qual esse efeito foi integralmente reconhecido nas Demonstrações Financeiras.

A Companhia também apresenta, o Lucro líquido ajustado LTM e Margem líquida ajustada LTM, que representa o cálculo desta métrica no período de 12 meses anteriores ao período de referência, a administração entende que este período é relevante devido a sazonalidade expressiva do seu negócio. Desta forma, o cálculo LTM possibilita uma melhor aproximação do resultado anualizado na Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e da Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram aprovadas e autorizadas à divulgação pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2021.

Não houve evento subsequente divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia realizou a reserva de incentivos fiscais e conforme CPC 07 tais valores não são distribuídos aos acionistas. A Companhia também manterá a reserva de lucros estatutária denominada "reserva de lucros", que terá por fim investimentos em expansão, suporte ao capital de giro e/ou distribuições futuras de dividendos.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia realizou a reserva de incentivos fiscais e conforme CPC 07 tais valores não são distribuídos aos acionistas. A Companhia também manterá a reserva de lucros estatutária denominada "reserva de lucros", que terá por fim investimentos em expansão, suporte ao capital de giro e/ou distribuições futuras de dividendos.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia realizou a reserva de incentivos fiscais e conforme CPC 07 tais valores não são distribuídos aos acionistas. A Companhia também manterá a reserva de lucros estatutária denominada "reserva de lucros", que terá por fim investimentos em expansão, suporte ao capital de giro e/ou distribuições futuras de dividendos.
Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou lucro líquido no valor de R$ 167.645 mil, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R$ 8.382 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R$ 132.443 mil foram destinados à reserva de incentivos fiscais; (iii) R$ 6.705 mil, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatório, foram imputados os dividendos intercalares e intermediários aprovados na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de fevereiro de 2021, correspondentes a, respectivamente, R$ 17.691 mil e R$ 25.309 mil, e; (iv) R$ 9.129 mil foram destinados a reserva de lucros retidos.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou lucro líquido no valor de R$ 100.630 mil, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R$ 5.031 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R$ 91.850 mil foram destinados à reserva de incentivos fiscais; (iii) R$ 937 mil foram destinados ao pagamento de dividendos, e; (iv) R$ 2.812 mil foram destinados a reserva de lucros retidos.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$ 62.375 mil, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R$ 3.119 mil foram destinados à reserva legal; (ii) R$ 41.482 mil foram destinados para a reserva de incentivos fiscais; (iii) R$ 4.968 mil foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe B; e (iv) 12.806 mil foram destinados a reserva de lucros retidos.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal – 5% Reserva de incentivos fiscais – 79% Distribuição de dividendos – 10,55% Reserva de lucros – 5,45%	Reserva Legal – 5% Reserva de incentivos Reserva de incentivos fiscais – 91,27% Distribuição de dividendos – 0,93% Reserva de lucros – 2,79%	Reserva Legal – 5% Reserva de incentivos fiscais – 66,50% Distribuição de dividendos – 7,96% Reserva de Lucros – 20,53%

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00	26.820.000,00	3.749.000,00	17.774.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	66,000000	25,000000	28,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	14,830000	10,370000	6,820000
Dividendo distribuído total	0,00	6.705.000,00	937.000,00	4.968.000,00
Lucro líquido retido	0,00	149.954.000,00	99.693.000,00	57.407.000,00
Data da aprovação da retenção		05/03/2021	27/07/2020	15/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		6.705.000,00	11/02/2021	937.000,00	27/07/2020	4.968.000,00	15/04/2019

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve declaração de dividendos à conta de reserva de lucros retido em exercícios anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia declarou R$ 56.952 mil em dividendos à conta de lucros retidos em exercícios anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia declarou R$ 333 mil em dividendos à conta de lucros retidos em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2021	2.626.833.000,00	Índice de Endividamento	1,72405322	
31/12/2020	2.585.397.000,00	Índice de Endividamento	2,28677404	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		38.377.000,00	0,00	0,00	0,00	38.377.000,00
Financiamento	Quirografárias		77.051.000,00	233.322.000,00	55.268.000,00	0,00	365.641.000,00
Total			115.428.000,00	233.322.000,00	55.268.000,00	0,00	404.018.000,00

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia. Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.
As dívidas quirografárias são aquelas que não possuem garantia real ou flutuante, ainda que contem com aval.

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		19.917.000,00	0,00	0,00	0,00	19.917.000,00
Financiamento	Quirografárias		79.018.000,00	233.333.000,00	111.098.000,00	0,00	423.449.000,00
Total			98.935.000,00	233.333.000,00	111.098.000,00	0,00	443.366.000,00

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
As dívidas quirografárias são aquelas que não possuem garantia real ou flutuante, ainda que contem com aval.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia possui contratos de dívidas com disposições sobre *cross default*, que permitem a declaração de vencimento antecipado das respectivas obrigações pecuniárias caso ocorra um inadimplemento de obrigação, pecuniária ou não, ou seja decretado o vencimento antecipado da dívida pelo respectivo credor, respeitados eventuais prazos de cura e outros procedimentos aplicáveis, sendo certo que o valor, individual ou agregado, a ser pago antecipadamente será igual ou superior ao saldo da respectiva dívida. Para mais informações sobre os *covenants* a que estamos sujeitos, vide item 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.

Grupamento de Ações

Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Dessa forma, o capital social da Companhia antes representado por 636.953.080 ações ordinárias passou a ser representado por 79.621.635 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Para informações detalhadas sobre o grupamento das ações ordinárias da Companhia, veja o item "*17.3. Informações sobre Desdobramentos, Grupamentos Bonificações de Ações*" deste Formulário de Referência.

COVID-19 - Efeitos do Coronavírus sobre a Companhia

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia do COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia está monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo e tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021 e, em razão de serem eventos recentes, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis, além das ponderações apresentadas nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia do COVID-19 em seus negócios.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado aos impactos do COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus atuais e potenciais titulares. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente. Ainda, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta e na matriz de risco que embasa a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios

As nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Não podemos garantir que seremos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, o que poderá afetar nossa capacidade de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós tenham se envolvido ou se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou tenham violado ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou certas falhas relacionadas ao processo de encerramento contábil da Companhia para os períodos auditados, que representaram, individualmente ou em conjunto, a deficiências significativas nos seus controles internos. Especificamente, as falhas nos controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram "Fragilidades no ambiente de tecnologia" e "Salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia e criação de matriz de risco de controles". Não há garantias de que Companhia adotará, será bem-sucedida ou concluirá tempestivamente as medidas de correção necessárias. Para mais informações sobre as deficiências significativas mapeadas, ver item 5.3(d) deste Formulário de Referência. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências. Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar tais falhas e/ou que concluirá tempestivamente qualquer correção necessária.

Se a Companhia não for capaz de suprir tais deficiências ou de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de: (i) elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada; ou (iii) prevenir a ocorrência de fraudes ou de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios

A Companhia pode não realizar integralmente os prêmios pagos em suas aquisições e contabilizados como ágio em suas demonstrações financeiras.

Os balanços patrimoniais consolidados da Companhia incluem montantes significativos correspondentes ao ágio por rentabilidade futura ("goodwill") gerado em decorrência de aquisições de negócios, os quais estão sujeitos a teste de recuperabilidade (impairment) e podem não ser integralmente realizados, o que impactaria adversamente o resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou um saldo de ágio de valor significativo em decorrência da aquisição das empresas Allied S.A., Arte Telecom Ltda e Wooza Tecnologia e Representações S.A., totalizando R$618.580 mil, o que representa aproximadamente 17% do total do ativo consolidado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2021, o saldo de ágio envolvido na aquisição, pela

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia, de controladas, representava aproximadamente 15% do total do ativo consolidado da Companhia em tal data.

Esse tema foi destacado no relatório de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do goodwill é complexo e envolve um alto grau de subjetividade. De fato, a avaliação da recuperabilidade tem como premissas, dentre outras, a determinação das unidades geradoras de caixa da Companhia e das controladas, taxas de descontos de 12,5% divulgada no teste de impairment do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (método WACC), crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado, cenários econômicos futuros do Brasil e alterações à legislação tributária, os quais não podem ser estimados com precisão ou controlados pela Companhia. A Companhia não pode prever como tais condições, cenários ou desdobramentos podem afetar as premissas utiizadas, e consequentemente os valores recuperáveis.

Assim, considerando o alto grau de subjetividade da administração da Companhia no processo de avaliação da recuperabilidade do ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, a Companhia está sujeita a perdas significativas caso tais valores não sejam recuperáveis, o que poderá gerar impactos adversos relevantes em seus resultados e na sua condição financeira.

Somos altamente dependentes dos nossos centros de distribuição e qualquer interrupção ou falha na operação de nossos centros poderá nos causar um efeito adverso

Atualmente, temos 5 centros de distribuição ("CDs") localizados nas regiões Sul, Sudeste e Norte do Brasil. As nossas operações são altamente dependentes da operação normal de nossos CDs, tendo em vista que todos os produtos que vendemos são distribuídos por meio desses CDs. Se a operação normal de um desses CDs for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação, obrigações de preservação da vida selvagem e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), entre outros, nossos negócios serão adversamente impactados, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Acidentes e outros eventos imprevisíveis, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo em nossas lojas, centros de distribuição. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Nossos negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis, ou ainda em decorrência da forma como enderecemos tais acidentes e/ou eventos.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas e aumento de vendas através de comércio eletrônico, o que pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos nas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos nas lojas e afetar negativamente nossas operações.

Podemos emitir novos valores mobiliários para captar recursos adicionais ou para honrar as opções outorgadas em nosso programa de opção de ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social. Além disso, uma diluição da participação de nossos acionistas em nossas ações ordinárias pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento societário de efeito similar em relação a empresas que possamos adquirir no futuro.

Adicionalmente, possuímos um Plano de Opções de Compra de Ações no âmbito do qual foram outorgadas opções a seus beneficiários. Para maiores informações acerca deste tema, vide item 13.4 a 13.8 deste Formulário de Referência. No futuro, os beneficiários dessas opções podem decidir exercer seus direitos, o que pode diluir os nossos investidores, uma vez que essas opções foram apuradas sem levar em consideração as expectativas do nosso valor de mercado após a nossa abertura de capital e isso pode fazer com que seu valor de exercício seja inferior ao valor da ação negociada em bolsa. Caso todas as opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas sejam exercidas pelos beneficiários após a realização de nossa oferta pública, cada um de nossos acionistas será economicamente diluído no percentual de 6,9% por ação.

Os resultados de nossa operação podem ser afetados adversamente pela sazonalidade das vendas de nossos produtos

Nossas vendas flutuam sazonalmente, estando, historicamente, concentradas no último trimestre, principalmente por conta de datas comemorativas como Black Friday e Natal. Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos compelir a vender o estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e, com isso, nos afetará adversamente e de forma relevante. Para mais informações sobre a sazonalidade a que as nossas vendas estão sujeitas, vide item 7.3(d) deste Formulário de Referência.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em despesas adicionais significativas, como a contratação temporária de funcionários para as lojas físicas e aumento do volume de produtos estocados. Se não vendermos a quantidade esperada em cada período do ano, nossas vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossos investimentos em produtos e serviços e nossas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional significativo em nossos resultados operacionais

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e financeiros.

Nosso ritmo de crescimento de vendas pode não se manter o mesmo

Os fatores mais importantes para o crescimento de nossas vendas são os seguintes: (i) apelo de nossas marcas; (ii) capacidade de antecipar e atender às diferentes tendências de consumo em tempo hábil; (iii) atração de novos clientes e manutenção dos atuais; (iv) confiança do consumidor cativo; (v) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas, pois um cenário adverso pode impactar negativamente a demanda pelos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, incluindo a atual crise causada pela pandemia da COVID-19; (vi) datas comemorativas (*Black Friday*, Natal, entre outras); (vii) atualização de nossas políticas de fidelidade e marketing; e (viii) concorrência. O insucesso ou a alteração de quaisquer dos itens indicados acima pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de nossas vendas e, consequentemente, os nossos negócios e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de cumprir com os índices financeiros ou outras obrigações previstas nos nossos contratos de dívida

Alguns dos contratos financeiros celebrados por nós impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, principalmente a dívida líquida sobre EBITDA (conforme definido nos contratos financeiros) igual ou menor a 2,5x além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam descumpridos e, consequentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos nossos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente de maneira relevante. Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros contêm cláusulas que estabelecem o respectivo vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, distribuição de dividendos acima do percentual de 25% do nosso lucro líquido ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Ainda, em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações. Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa e relevante. Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A perda de membros de nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante

A nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por nossa administração e da cultura corporativa que a nossa administração promove. A perda de membros de nossa administração pode afetar de modo adverso e relevante nossas operações e ter um efeito adverso em nossos negócios. Em caso de renúncia de membros da nossa administração, podemos não ser capazes de manter nossa cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação. Colaboradores-chave podem nos deixar por uma série de razões, o que pode dificultar a implementação de nossos planos estratégicos e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

ocasionar um efeito adverso relevante para nossos negócios e operações. Além disso, o nosso sucesso também depende de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Risco associado à fraude de cartões de crédito, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações

O risco por operações fraudulentas via cartão de crédito é assumido pela Companhia, visto que aceitamos o pagamento via cartão de crédito sem a aplicação da assinatura do titular, e realizamos operações na modalidade cartão não presente em nossos canais digitais. Atualmente não mantemos um seguro contra este tipo de risco. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar nossa reputação e resultados financeiros, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios e os resultados das operações da Companhia, bem como poderá afetar também o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato", "Operação Descarte", entre outras. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações (que podem inclusive envolver a colaboração de indivíduos ou sociedades envolvidos nas condutas investigadas fatos, por meio da celebração de acordos de colaboração premiada e/ou leniência) é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

tampouco pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

A Companhia também não pode prever se as operações acima mencionadas ou novas operações similares poderão, de qualquer forma, afetar a Companhia, seus acionistas, subsidiárias, administradores, empregados, subcontratados, colaboradores, clientes ou parceiros comerciais, impactando negativamente a sua imagem e reputação e o preço de suas ações, além de ter um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para maiores informações sobre os processos judiciais, arbitrais e administrativos em que estamos envolvidos, incluindo nossos acionistas fundadores, vide item 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e / ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Quaisquer dos fatores acima pode criar uma instabilidade política que pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, afetar adversamente o nosso negócio e o preço das nossas ações ordinárias.

Nossas lojas estão localizadas em shopping centers frequentados por seus respectivos públicos-alvo e a nossa capacidade de atrair clientes depende da capacidade de tais shopping centers de continuar a atrair tráfego, da manutenção dessas lojas em tais shopping centers, bem como da abertura de novas lojas em outros shopping centers frequentados por seu público-alvo.

Nosso sucesso depende da localização de nossas lojas em locais de destaque e com elevado tráfego de pessoas, uma vez que aproximadamente 57% de nossas lojas estavam localizadas em shopping centers em 30 de setembro de 2021.

Acreditamos que parte considerável do nosso volume de vendas e de nossa produtividade por metro quadrado é resultado do elevado tráfego de pessoas nos shopping centers onde se situam nossas lojas, ou ainda da visibilidade das lojas do modelo *store in store*. A redução no tráfego de consumidores (inclusive em virtude de alterações nos hábitos de consumo de seu público-alvo), ou sua incapacidade de manter as lojas em tais shopping centers, ou dentro das lojas de modelo *store in store*, podem reduzir significativamente suas vendas, o que nos impactaria adversamente. A maioria dos shopping centers onde as lojas da Companhia estão localizadas ficaram fechados em virtude da pandemia da COVID-19, o que causou efeito material e adverso sobre as operações da Companhia, sendo que não podemos garantir que novos fechamentos não ocorrerão em caso de agravamento dos números de infectados nas respectivas regiões.

Com a reabertura, ainda em horário reduzido, de alguns shopping centers e áreas de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

comércio proeminentes ou promissores, estamos verificando uma mudança de comportamento e queda na frequência de consumidores a esses estabelecimentos, como resultado dos efeitos da pandemia da COVID-19, impactando negativamente as vendas dessas lojas. Esses fatores estão e poderão continuar a causar um efeito material e adverso nos resultados de dos negócios da Companhia e na sua condição financeira.

Além disso, em alguns contratos celebrados com shopping centers há vedação de abertura de novas lojas em determinado raio de distância do local do shopping center, razão pela qual podemos estar impedidos de operar novas lojas em determinadas localidades. Adicionalmente, a manutenção das nossas lojas nos shoppings atuais depende, entre outros fatores, da nossa capacidade de renovar os contratos de locação em termos e condições satisfatórios. A nossa incapacidade de manter as lojas em tais shopping centers podem reduzir significativamente suas vendas, o que nos impactaria adversamente.

Podemos vir a enfrentar dificuldades na abertura e desenvolvimento das nossas atuais e futuras lojas, inclusive em razão do COVID-19.

O nosso crescimento está diretamente ligado à nossa capacidade de abrir novas lojas, incluindo lojas *store in store* (para maiores detalhes sobre este modelo de loja, vide seção 7.3(b)), modernizar e desenvolver as lojas existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios relacionados a abertura de lojas com sucesso. A nossa capacidade de abrir novas lojas e desenvolver as lojas existentes com êxito depende de vários fatores, que incluem, entre outros, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamento em termos aceitáveis, nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, por meio da coleta e análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para os produtos nos locais escolhidos, bem como a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis. Além disso, o crescimento de nossas lojas *store in store* depende também da negociação favorável com as grandes varejistas que são nossos parceiros comerciais, bem como do crescimento das demais lojas de tais varejistas. Não podemos garantir que teremos sucesso em quaisquer dos mencionados fatores. Ademais, se os consumidores nos mercados em que tivermos a possibilidade de expandir ou construir lojas de novos formatos não forem receptivos aos nossos modelos de atuação ou à nossa presença em tais mercados, poderemos sofrer efeitos adversos relevantes.

A abertura de novas lojas também requer a manutenção de estoques a um custo aceitável para atender a sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial, o que gera demandas crescentes sobre despesas, recursos gerenciais, administrativos e financeiros, podendo resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho das lojas individualmente e de nosso negócio como um todo e afetar negativamente nossas operações.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os nossos canais de venda. A extensão da pandemia da COVID-19, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia do COVID-19 também resultou em uma volatilidade substancialmente maior nos mercados financeiros brasileiros e internacionais e em indicadores econômicos, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. A título de exemplo, como resultado da maior volatilidade, o circuit breaker da B3 foi acionado oito vezes no mês de março de 2020 e o valor dos ativos foi impactado negativamente. As preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamento nos mercados local e internacional, afetando negativamente nossos negócios.

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Desde o início da pandemia, as operações da Companhia foram impactadas por essa nova realidade. Ao longo da pandemia chegamos a ter apenas 2 pontos de venda físicos localizados em shoppings abertos, em atenção aos decretos municipais e estaduais, que buscavam reduzir a taxa de disseminação do COVID-19 na população, o que, consequentemente, impactou de forma relevante a receita gerada pelas nossas operações de lojas físicas. Adicionalmente, as medidas implementadas para mitigar a expansão do COVID-19 impactou de forma adversa a circulação de consumidores pelas nossas lojas físicas que permaneceram abertas durante o COVID-19 e as suas receitas.

Em março de 2021, novas regulamentações governamentais foram impostas em várias cidades em todo o Brasil exigindo medidas de distanciamento social e outros fechamentos à medida que o número de casos de COVID-19 e mortes relacionadas com COVID-19 continuaram a aumentar, impactando novamente o varejo físico e fechando pontos de venda físicos da Companhia. Ao mesmo tempo, uma proporção relativamente baixa da população brasileira havia recebido vacinas devido à escassez de suprimentos e atrasos na aprovação regulatória brasileira de certas vacinas. É importante ressaltar que a imunização da população contra a COVID-19 ainda está incompleta. A incerteza quanto à eficácia das vacinas e o fato de poderem surgir novas cepas ou mutações do vírus que tornem a vacinação insuficiente ou ineficiente podem dificultar ou impossibilitar o controle da pandemia e contribuir para que novas restrições surjam, afetando de forma negativa nossos negócios e operações.

A Companhia não pode garantir que suas lojas e centros de distribuição não serão fechados novamente em razão do surto da COVID-19, incluindo em razão da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

intensificação de casos nas regiões sudeste e sul do país, entre outras, onde a Companhia possui a maior parte de suas lojas.

Ainda, em razão do surto da COVID-19, a Companhia teve um aumento de custos para adequação às regras de higiene e distanciamento social. Em razão das medidas adotadas e do fechamento das lojas, a Companhia teve uma redução nas vendas do varejo físico e teve sua receita negativamente impactada, sendo que a Companhia não pode garantir que tal redução nas vendas não será mantida ou agravada.

Não é possível prever as consequências que isso pode gerar, nem se a Companhia poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia. Adicionalmente, a Companhia também adotou uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções nos negócios da Companhia.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto eventualmente diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem, (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, e(iii) interrupção da cadeia de fornecimento de produtos. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor em que atuamos, diminuindo a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, os centros de distribuição da Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos produtos da Companhia. Esses fatores em relação à nossa cadeia de suprimentos também nos tornam vulneráveis a padrões de contágio e respostas governamentais com um escopo geográfico mais amplo do que as regiões sudeste e sul do Brasil, onde nossas lojas estão localizadas.

A Companhia pode, também, enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores ou comprometer o plano de expansão e abertura de novas lojas.

A Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

às nossas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Após a eventual diminuição do surto da COVID-19, a Companhia e suas controladas poderão continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer. Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é altamente incerto.

Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência. Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios, vide itens 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando nossos negócios. Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19 caso haja novos surtos regionais e/ou globais, ou mesmo caso novas ondas da COVID-19 se confirmem em larga escala.

Consequentemente, não podemos prever exatamente os efeitos diretos e indiretos da pandemia do COVID-19 e das respostas do governo brasileiro sobre os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira, incluindo (i) o impacto nas nossas operações futuras; (ii) o impacto em nossas despesas ou acesso a recursos de capital e financiamento, (iii) o surgimento de contingências relevantes relacionadas ao COVID-19; (iv) como o COVID-19 irá afetar os ativos em nosso balanço patrimonial e a nossa capacidade de registrar oportunamente tais ativos; (v) a antecipação de quaisquer perdas relevantes, aumentos nas provisões de perdas em operações de crédito, encargos de reestruturação ou outras despesas; (vi) quaisquer alterações na aplicação de julgamentos contábeis devido a dados novos ou revisados; (vii) o valor total da redução na demanda por bens e serviços e interrupções dos canais de venda, especialmente aqueles afetados pelas medidas de isolamento social; (viii) o impacto em nossa cadeia de fornecimentos; (ix) o impacto na relação entre custos e receitas; (x) a incerteza econômica e social geral, incluindo o aumento nas taxas de juros, as variações nas taxas de câmbio, a inflação e o desemprego; (xi) o impacto da pandemia do COVID-19 em nossa capacidade de cumprir as obrigações relacionadas ao nosso endividamento; e (xii) outros impactos e consequências imprevistas.

Os nossos resultados podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição dos produtos que revendemos

Os nossos produtos são renovados periodicamente, conforme necessário, em razão da atualização de softwares, novos modelos e tendências ou desgaste, entre outros. Dessa forma, os nossos resultados estão em grande medida atrelados às condições para aquisição dos produtos negociados junto aos nossos fornecedores e pela larga escala de tais aquisições.

Alguns fatores macroeconômicos, conforme exemplificado na seção k) abaixo, ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

ainda por razões particulares dos fornecedores, podem fazer com que esses aumentem seus preços para compensar custos, e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios e afetar a margem de nossos resultados operacionais.

Paralisação da nossa força de trabalho ou greve dos nossos funcionários ou dos funcionários dos nossos fornecedores e parceiros comerciais pode afetar as nossas operações

Os nossos empregados ou os empregados de nossos fornecedores e parceiros comerciais são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, sujeitos a renegociações periódicas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Nesse sentido, não podemos garantir que tais renegociações não implicarão em aumento relevante de nossos custos, o que nos impactaria adversamente. Ademais, greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou que afetem qualquer um dos nossos fornecedores ou parceiros comerciais, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

Podemos não conseguir desenvolver novas linhas de negócios com outras marcas, com sucesso

Nossas linhas de negócios consistem basicamente em distribuição, varejo físico e digital. Podemos, eventualmente, buscar a aquisição de novas linhas de negócios e/ou expandir as pré-existentes, voltadas a nichos de mercados distintos dos segmentos usuais. Neste sentido, podemos não ser capazes de obter as mesmas vendas e margens atualmente obtidas com as marcas de seu portfólio. Igualmente, não podemos garantir que vamos conseguir desenvolver a expansão de eventuais novas linhas de negócios com a mesma habilidade que tem desenvolvido as linhas de negócios atuais. Qualquer redução de demanda não prevista ou de estimativa equivocada de demanda para eventuais novas linhas de negócios, poderá afetar nossos resultados operacionais, nossa sua condição financeira e o valor de mercado de nossas ações.

Nossas vendas dependem em grande parte da eficácia dos programas de propaganda e marketing dos nossos parceiros comerciais

Como operamos, majoritariamente, marcas de terceiros, bem como parte substancial de nossas vendas é feita a grandes lojas varejistas, nossas vendas dependem em grande parte dos programas de propaganda e marketing eficazes de tais parceiros comerciais para gerar movimento intenso de clientes. Nossas vendas e nossa lucratividade dependem em grande parte da capacidade dos nossos parceiros comerciais de, entre outras coisas, identificar o público alvo, decidir sobre a mensagem publicitária e os meios de comunicação adequados para atingir o público alvo e promover o conhecimento e a atração pelas marcas que revendemos. Se as atividades de propaganda e marketing dos nossos parceiros comerciais não forem bem concebidas, planejadas e executadas, poderemos não criar um aumento das vendas totais ou das vendas de lojas comparáveis ou não gerar os níveis desejáveis de conhecimento de produtos das marcas que revendemos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Podemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento orgânico

Nossa estratégia de crescimento orgânico está baseada na abertura de novas operações Samsung e novas lojas *store in store*, um modelo de loja que visa

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

estabelecer um ponto de vendas dentro de uma loja de nossos parceiros comerciais, buscando aumentar o alcance das vendas dos produtos. Em 30 de setembro de 2021, tínhamos 161 operações Samsung e 118 operações *store in store*. Para mais informações sobre nossas lojas e lojas *store in store*, vide itens 7.1 e 7.3 deste Formulário de Referência. Nossa capacidade de reformar nossas lojas já existentes e de abrir novas lojas depende de inúmeros fatores que estão fora de nosso controle, tais como disponibilidade de locais para locação (incluindo a aceitação de nossos parceiros comerciais com relação a lojas *store in store*), disponibilidade de materiais e estrutura a preços acessíveis, tecnologia disponível para as novas atratividades da loja e disponibilidade de mão de obra capaz de administrar esse modelo. Além disso, podemos nos deparar com dificuldades em encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, ou os locais disponíveis poderão estar acessíveis a preços maiores do que estamos dispostos a pagar, impossibilitando a abertura das novas lojas.

Adicionalmente, não podemos garantir que as próximas lojas *store in store* serão recebidas de forma satisfatória pelos nossos clientes, tampouco que seremos capazes de aprimorar os modelos de lojas físicas de acordo com as necessidades e comportamentos de consumo de nossos clientes. Vale destacar que a pandemia do COVID-19 poderá trazer dificuldades adicionais para a Companhia abrir e operar novas lojas. Não podemos prever ainda que o novo modelo de loja atingirá os patamares esperados de faturamento e que as obras decorrentes das transformações das lojas não impactarão de forma negativa o nosso faturamento total.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de nossas ações ordinárias

De acordo com o nosso estatuto social vigente, devemos pagar aos nossos acionistas, um dividendo mínimo obrigatório, não inferior, em cada exercício, a 25% do nosso lucro líquido anual ajustado, na forma prevista na Lei de Sociedades por Ações. Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social podem ser imputados e integrados ao nosso dividendo mínimo obrigatório. Nosso lucro líquido para o exercício social poderá ser utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido com base em reservas ou orçamento de capital, conforme deduções legais e destinações previstas na Lei de Sociedades por Ações e em nosso estatuto social, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite que uma companhia como a nossa possa suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, se nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a nossa condição financeira. Se isso acontecer, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos nossos resultados.

Por fim, o Governo Federal tomou iniciativas recentes, tais como a apresentação ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.887/2020 e o Projeto de Lei nº 2.773/2021, visando promover uma reforma abrangente da tributação corporativa no Brasil, a qual envolve a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a possibilidade de dedução das despesas correspondentes ao pagamento de juros sobre capital próprio atualmente previstas na legislação, além

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de incluir outras matérias, como ajustes na base de tributação das empresas e alíquotas de entidades brasileiras, mudanças na tributação de rendimentos e ganhos relacionados com investimentos nos mercados de capitais brasileiros, tais como ativos financeiros e fundos de investimento. Além disso, a proposta de reforma atualmente em discussão no Congresso Nacional propõe a positivação da tributação, no Brasil, de ganhos de capital auferidos indiretamente (i.e., alienação de investimentos no exterior que invistam em ativos brasileiros). Caso sejam implementadas tais medidas e nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção, permitindo ao beneficiário, a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia e, no caso dos juros sobre capital próprio, a sua dedutibilidade será vedada, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados, tendo um efeito adverso para nós. Embora essa legislação não tenha sido promulgada e não seja possível determinar as mudanças exatas que serão implementadas neste momento, ou de forma alguma, qualquer mudança pode ter um efeito adverso em nossos resultados e operações.

Se não formos capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor, nossas operações poderão ser adversamente afetadas

Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor, ou mudanças nos paradigmas e hábitos de consumo dos clientes, em especial mediante a situações adversas.

As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores, como por exemplo atualização dos modelos de celulares, tablets e videogames. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos nossos clientes. Se os produtos adquiridos para distribuição e disponíveis nas nossas lojas, físicas e digital, não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar negativamente a aceitação de mercadorias pelos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos e/ou modelos, impactando adversamente nossos negócios, imagem, rentabilidade, resultado operacional e nossa situação financeira.

Podemos nos deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital que exijam adaptações à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários ou à adaptação de nossos sistemas aos sistemas de nossos parceiros de varejo. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento da nossa plataforma digital e afetar de forma adversa os nossos negócios e resultados.

Se não conseguirmos responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, a nossa plataforma digital e nossa tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente nossos resultados.

Podemos não obter êxito na renovação dos contratos de locação em pontos estratégicos e de alta visibilidade.

Todos os nossos centros de distribuição e as nossas lojas próprias ocupam imóveis

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

alugados de terceiros e, com relação as lojas *store in store*, imóveis locados ou sublocados por grandes varejistas. Caso não consigamos renovar em termos razoáveis os contratos de aluguel dos centros de distribuição e das lojas existentes, os quais possuem prazos de duração variados, ou caso sejamos obrigados a alterar a localização das lojas para locais que não tenham a mesma funcionalidade e visibilidade que possuem atualmente, nossa logística pode ser afetada negativamente e as vendas podem diminuir o que consequentemente impactaria negativamente os nossos resultados operacionais e financeiros.

Alguns dos nossos contratos de locação estão vigentes por período indeterminado, tendo em vista que o prazo locatício previsto no próprio contrato já venceu, o que poderá acarretar a desocupação do imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício. Há, ainda, contratos de locação que não estão registrados nos respectivos cartórios de imóveis, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem nos oferecer o direito de adquiri-lo.

Ademais, a renovação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de nossas lojas e afetar adversamente nossas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, tornar mais onerosa a locação de novos espaços.

A Companhia pode não conseguir manter sinergia entre seus canais de venda.

As operações da Companhia são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de e-commerce. Caso não consiga manter o alinhamento das operações das lojas físicas e dos canais digitais de e-commerce sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Nosso modelo de atuação depende de contratos de parceria, fornecimento e distribuição com grandes marcas. Nossos fornecedores, varejistas para os quais distribuímos os produtos e marcas parceiras podem decidir deixar de contratar conosco

O mercado de eletrônicos é altamente concentrado em poucos fornecedores. Nos ultimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2021, 84% das nossas vendas foi decorrente da venda de produtos provenientes das marcas Samsung, Motorola, LG, Acer, Microsoft e Apple, os quais são nossos principais fornecedores. Ademais, não possuímos contratos de longo prazo com os varejistas para os quais revendemos produtos, ou com nossos fornecedores ou marcas com as quais temos contratos de parceria. Desta forma, grandes marcas com as quais temos relações de fornecimento, distribuição e parceria, incluindo a Samsung, Motorola, LG, Acer, Microsoft e Apple, podem a qualquer momento, decidir deixar de contratar conosco.

Ao longo do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, o canal de vendas de distribuição apresentou uma receita líquida de vendas de R$ 3.137 milhões, enquanto nossa operação de varejo (digital e físico) apresentou uma receita líquida de vendas de R$ 945 milhões. Nossa operação de varejo, assim como a de distribuição, é suportada em contratos com os principais fornecedores de eletrônicos com presença no Brasil. Dessa forma, a interrupção da distribuição de produtos, o fim de parcerias e de contratos de fornecimento, incluindo o término da parceria com a Samsung para a operação de varejo, podem impactar negativamente os negócios, o resultado operacional e a nossa situação financeira. E, caso algum desses

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

fornecedores mude sua política de relacionamento, ou caso atrase a entrega dos produtos ou deixe de nos fornecer suas mercadorias por qualquer motivo, nossa receita poderá ser adversamente afetada.

Estamos sujeitos ao risco de nossos acionistas, membros do conselho de administração, diretores, funcionários ou terceiros, agindo em nosso nome, violarem as leis anticorrupção e / ou anti-lavagem de dinheiro ou outras regras semelhantes no Brasil ou em qualquer outro lugar.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos brasileiros e a outras leis e regulamentos com escopo transacional relacionados à prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais ou impróprias. Nossas políticas e procedimentos não vinculam nossos acionistas e podem não ser eficazes na prevenção de atividades ilegais ou impróprias realizadas por nossos conselheiros, diretores, funcionários ou terceiros agindo em nosso nome.

Caso nossos acionistas, conselheiros, diretores, funcionários ou terceiros que atuem em nosso nome violem essas leis e regulamentos, estaremos sujeitos a investigações, sanções e penalidades administrativas, judiciais e criminais que podem ter um efeito adverso relevante em nossa reputação, resultados das operações, condição financeira e perspectivas.

Em 22 de outubro de 2020, a Polícia Federal executou mandado de busca e apreensão na sede da Companhia em São Paulo/SP com base em decisão judicial da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP, no âmbito da chamada "Operação Triuno" (Autos n.º 5005039-51.2020.4.03.6181). A busca teve como objetivo obter documentos sobre contratos e pagamentos relacionados a dois prestadores de serviços contratados pela Companhia entre 2011 e 2015, Claro Advogados Associados ("Claro Advogados") e LPB Empresarial Participações Ltda. ("LPB"), cujos representantes firmaram acordos de colaboração premiada com as autoridades, homologados em 19 de junho de 2019, contendo alegações relacionadas à Companhia e a um ex-administrador acionista da Companhia.

De acordo com a decisão judicial, a ordem de busca e apreensão contra a Companhia se baseou na existência de indícios da prática dos delitos de: (i) lavagem de dinheiro, referente à alegação de que o Claro Advogados e a LPB teriam efetuado a devolução à Companhia, em espécie, de valores pagos no âmbito de sua relação contratual; (ii) corrupção, referente à alegação de que parte desses valores teria sido repassada a um agente público da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; e (iii) falsidade ideológica, referente à alegação de que certos documentos entregues pela Companhia à Receita Federal do Brasil ("RFB") – em resposta a intimação de 7 de agosto de 2018 que visava esclarecer os pagamentos feitos a tais prestadores de serviços – seriam ideologicamente falsos. A decisão judicial também autorizou a realização de busca e apreensão em residências de ex-administradores da Companhia, que atualmente não ocupam cargos na Companhia. Um dos referidos ex-administradores é acionista da Companhia.

Nos termos do Fato Relevante divulgado em 03 de maio de 2022, a Companhia assinou na mesma data acordo de leniência com o Ministério Público Federal e acordo de não persecução civil com o Ministério Público do Estado de São Paulo (em conjunto, os "Acordos"), que têm relação com os fatos investigados na "Operação Triuno", por meio dos quais a Companhia assumiu determinadas obrigações pecuniárias e não pecuniárias. Para informações adicionais a respeito dos Acordos, vide o item 4.7 deste Formulário de Referência.

Ademais, em 05 de julho de 2021, a RFB iniciou novo procedimento de fiscalização em face da Companhia e de ex-administrador que é atual acionista, questionando a natureza de pagamentos realizados pela Companhia a outros dois prestadores de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

serviços no ano de 2016, no valor total de R$ 1.147.590,00. Em 15 de outubro de 2021, após as respostas da Companhia, a RFB lavrou autuação fiscal contra a Companhia pelos pagamentos realizados pela Companhia aos dois prestadores de serviços em 2016, alegando que não houve prestação de serviços e que os pagamentos foram convertidos em espécie para devolução a ex-administradores da Companhia.

Os fatos acima, bem como seus eventuais desdobramentos, podem resultar em cobranças e, eventualmente, sanções por supostas violações de leis aplicáveis, lei de improbidade administrativa, leis anticorrupção e/ou relacionadas a lavagem de dinheiro. Caso a Companhia ou algum dos seus acionistas fundadores ou ex-executivos ou membros da administração da Companhia sejam processados pelas alegadas infrações, seja como resultado dos fatos descritos ou por outras razões, nossa reputação perante nossos clientes, fornecedores, parceiros comerciais e investidores e nossos negócios poderão ser afetados adversamente e até mesmo afetar contratos existentes e a capacidade da Companhia de realizar novas contratações no futuro, inclusive com a administração pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. Eventuais penalidades financeiras, rescisões de contratos relevantes e os custos envolvidos na defesa da Companhia em relação às alegações ou, ainda, eventuais questionamentos de regimes fiscais especiais que possam decorrer das supostas violações, poderão resultar em impactos relevantes adversos à Companhia. Para informações adicionais, vide o item 4.7 deste Formulário de Referência.

Nós, nossos administradores e nossos acionistas estamos sujeitos a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem interromper ou limitar materialmente nossas operações, resultar em julgamentos, acordos ou multas, além de afetar adversamente nossos resultados e nossa reputação.

Somos (incluindo nossos acionistas, administradores e afiliadas), ou poderemos ser, no futuro, juntamente com nossos acionistas, administradores e/ou afiliadas, parte em processos administrativos, judiciais, regulatórios, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais ou criminais, além de potenciais processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM ou CADE, no curso de nossos negócios. A Companhia não tem como prever ou garantir em que momento as ações judiciais, inquéritos e processos governamentais e outros processos legais atuais ou potenciais serão concluídos e se as decisões neles proferidas serão favoráveis. Eventuais decisões desfavoráveis podem exigir pagamentos substanciais, outras obrigações financeiras significativas e restrições de certos direitos, incluindo, mas não se limitando, a decisão do STF que definiu que os mandados de segurança preventivos movidos pela Companhia, conforme descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência, não terão êxito. Não podemos garantir que nossos provisionamentos contábeis, se existentes, serão suficientes para todos os passivos atuais ou potenciais relacionados a esses processos. Para maiores informações sobre impactos financeiros em decorrência de decisões desfavoráveis envolvendo a Companhia em relação à modulação do julgamento ICMS-DIFAL, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Além disso, essas disputas e as respectivas decisões relativas a esses processos, atuais ou potenciais, podem impedir a condução de nossos negócios conforme planejado inicialmente, pois nossa administração pode ter que alocar parte substancial de seu tempo e atenção a esses procedimentos e quaisquer investigações relacionadas a eles, o que pode afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Decisões desfavoráveis nos referidos processos podem afetar negativamente a reputação da Companhia, seu relacionamento perante

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

clientes, credores, parceiros comerciais, fornecedores e investidores ou, ainda, afetar contratos existentes e a capacidade da companhia de realizar novas contratações no futuro. Caso tais decisões desfavoráveis envolvam um administrador, este poderá ser impedido de seguir em suas funções na Companhia. A esse respeito, vide o fator de risco "A perda de membros de nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante" que consta deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre os processos judiciais, arbitrais e administrativos em que estamos envolvidos, incluindo nossos acionistas fundadores, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Podemos ser adversamente afetados por violações da Lei Anticorrupção Brasileira, o U.S. Foreign Corrupt Practices Act e outras leis similares.

Estamos sujeitos a uma variedade de leis e regulamentos brasileiros, como a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992), a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) e leis similares contra suborno, corrupção e antitruste, além de leis e regulamentos de outras jurisdições. Essas leis proíbem vantagens indevidas a funcionários governamentais e certos pagamentos, presentes ou remunerações para ou de clientes e fornecedores. Nossos procedimentos e políticas de governança, gerenciamento de riscos e conformidade podem não ter sido ou ser suficientes para prevenir ou detectar (i) violações da Lei Anticorrupção Brasileira, U.S. Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA") ou outras leis similares; (ii) comportamento fraudulento ou ilegal, inclusive por parte de nossos acionistas, administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar ou atuar em nosso nome; ou (iii) comportamento ou conduta antiética, cada um dos quais pode afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

Com relação ao FCPA, tal norma pode ser aplicável a companhias que não sejam norte-americanas em determinadas hipóteses, incluindo nos casos em que atos relacionados a um esquema de suborno são realizados nos Estados Unidos ou por pessoas norte-americanas em benefício de uma pessoa que não seja norte-americana. Se fatos novos surgirem no futuro indicando que tais indivíduos ou entidades com nexo norte-americano participaram de um suposto esquema de suborno em benefício da Companhia, ou tinham conhecimento de tal suborno e nada fizeram para evitá-lo, podemos ficar sujeitos ao FCPA e ações correlatas.

As violações dessas leis e regulamentos podem resultar em investigações, sanções e/ou penalidades administrativas, judiciais e criminais (como, por exemplo, multas, perdas de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial das atividades, confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração ou dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita) contra nós, nossos acionistas, executivos ou nossos funcionários, além de obrigações de conformidade mais rigorosas, perdas de autorizações de operação, proibições na condução de nossos negócios, capacidade de participar de licitações públicas de contratos e capacidade de receber benefícios fiscais ou de crédito ou outros incentivos governamentais. Podemos incorrer em despesas e reconhecer provisões e outros encargos em relação a esses assuntos. Podemos também vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à lei anticorrupção por nossas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Além disso, o aumento da atenção focada em questões de responsabilidade como resultado de investigações, ações judiciais e procedimentos regulatórios pode prejudicar nossas atividades ou afetar o crescimento de nossos negócios. A retenção e a renovação de muitos de nossos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

contratos depende da manutenção de um relacionamento de confiança com nossos clientes e qualquer violação dessas leis e regulamentos pode levar ao término de tais relacionamentos, além de ter um efeito adverso relevante em nossa condição financeira e resultados. Se algum desses riscos se concretizar, nossa reputação, estratégia, esforços de expansão e nossa capacidade de atrair e reter funcionários poderão ser impactados negativamente e, consequentemente, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Para maiores informações, veja Seção 4.7 deste Formulário de Referência.

O fato das nossas lojas serem espaços públicos pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem das nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas.

As nossas lojas, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, consequentemente, podem causar danos aos seus frequentadores. No caso da ocorrência de quaisquer incidentes, além da subtração de produtos, pode ocorrer lesões ou morte de clientes e funcionários, sendo que a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos de imagem, bem como materiais. A ocorrência de tais incidentes, pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou criminal, bem como à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para nossos negócios.

Problemas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente as nossas operações e o nosso controle de estoque

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, aproximadamente 13,9% da nossa receita líquida decorreu de vendas de produtos ou serviços através de comercio eletrônico. Além disso, as vendas em nossas lojas são gerenciadas com base em sistemas de informação diversos. Assim, nossas operações dependem em grande parte de sistemas de informação, que processam os dados necessários para o gerenciamento das nossas atividades e para nossa contabilidade. Problemas na operação ou administração desses sistemas, bem como a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante e satisfatória, podem causar sua interrupção ou mal funcionamento. Falhas substanciais em tais sistemas podem reduzir a realização de vendas ou a atratividade dos nossos sites e serviços e podem levar os clientes a buscar concorrentes. Se não formos capazes de efetuar os reparos ou as atualizações tempestivamente e se essa eventual interrupção ou mal funcionamento se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os nossos resultados.

A pandemia também pode causar interrupções materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, absentismo de funcionários como resultado de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a viagens ou restrições governamentais relacionadas à pandemia, nossas operações poderão ser afetadas adversamente. Um longo período de trabalho remoto também pode aumentar os riscos que enfrentamos, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

Adicionalmente, sistemas de informação estão expostos a vírus, fraudes através de softwares e outros problemas que podem interferir inesperadamente em sua

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

operação, tais como quebras ou panes, as quais podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados, fraudes contra nossos clientes ou na incapacidade de aceitar e atender demandas de clientes, dentre outras consequências. Assim, interrupções nos nossos sistemas ou na sua infraestrutura subjacente poderiam trazer efeitos adversos aos nossos negócios, eventualmente implicando em perdas financeiras, aumento dos custos e/ou prejuízo de forma geral.

Divulgação não autorizada de informações dos consumidores e/ou apropriação indevida de informações por meio da violação dos nossos sistemas de computadores ou de outro incidente de segurança cibernética, poderão impactar adversamente nossos resultados

Uma das principais questões relacionadas ao comércio eletrônico, à comunicação online e à tecnologia da informação é transmitir com segurança as informações confidenciais dos clientes para servidores e armazenar dados com segurança em sistemas interligados aos servidores. Dependemos das tecnologias de criptografia e autenticação de terceiros para transmitir as informações confidenciais com segurança. Avanços tecnológicos, novas técnicas de criptografia e outros desenvolvimentos podem resultar em falhas tecnológicas relacionadas à proteção de informações pessoais fornecidas pelos clientes durante suas compras. Violações de segurança por parte de terceiros aos nossos sistemas de computadores, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI, e a divulgação ou o uso não autorizados das informações confidenciais dos nossos clientes, incluindo informações sobre forma de pagamento, como cartões de crédito, poderão nos expor a processos judiciais por utilização indevida dessas informações e prejuízo de reputação com alto risco de perda, o que pode nos afetar negativamente de forma significativa. Nesse contexto, em 2017, ocorreram dois incidentes de vazamento de dados de clientes da Wooza Tecnologia e Representações S.A., subsidiária da Companhia. A Companhia não pode garantir que não será afetada por eventos similares e/ou garantir que tais eventos e incidentes não ocorrerão novamente, bem como, prever potenciais desdobramentos resultantes destes eventos. Além disso, eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações pode afetar negativamente os nossos resultados financeiros.

Para mais informações sobre tratamento e utilização de Dados Pessoais da Companhia, vide seção 7.9 deste Formulário de Referência, no item "Informações adicionais ao Item 7.5.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. Estamos obrigados a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, é necessário observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709/2018 ("LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado pelas empresas no tratamento de dados pessoais (coleta, classificação, utilização, processamento, armazenamento, transferência, eliminação, entre outras operações realizadas com

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

dados pessoais) e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

A Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de publicização de infração após apuração e confirmação da ocorrência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, bem como multa diária, observado o limite total mencionado.

Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos (além de outras penalidades administrativas) causados por infração e sermos considerados solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação da infração ao mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de atividades, o que poderá afetar negativamente nossa reputação e nossos resultados e, consequentemente, o valor de nossas ações.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual.

A Companhia acredita que suas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente, de forma adversa. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e a dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro, quando contratadas, serão suficientes em todas as circunstâncias, ou contra todos os riscos, aos quais a Companhia e seus ativos estão sujeitos, inclusive aqueles decorrentes dos impactos do COVID-19. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices de seguro pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado e alguns sinistros, tais como roubo de carga, perda e avarias nos produtos transportados estão sujeitos ao pagamento de franquias. Na eventualidade da ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá fazer com que tais danos, segurados ou não, não fiquem sujeitos à cobertura pela seguradora. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro não coberto por nossas apólices. Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Esses fatores podem afetar negativamente os nossos resultados operacionais e nossos seus negócios.

As aquisições passadas e futuras estão acompanhadas de riscos variados e podem não alcançar as nossas metas financeiras e estratégicas almejadas

Para atingir nossos objetivos, adquirimos e podemos vir a adquirir sociedades e ativos ou investir em outros negócios ou tecnologias, não sendo possível assegurar que seremos bem-sucedidos em identificar, negociar ou concluir tais aquisições.

Podemos encontrar nessas aquisições os seguintes riscos, dentre outros: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial; (ii) o relacionamento entre atuais e novos funcionários poderá ser conturbado; (iii) pode haver perda de membros da alta administração das sociedades adquiridas, (iv) o processo de diligência legal pode não identificar problemas ou irregularidades nas sociedades ou ativos já adquiridos ou a serem adquiridos, podendo das aquisições decorrer contingências relevantes que apenas venham a se materializar no futuro; (v) podem haver contingências no que diz respeito à responsabilidade por violação de direitos de propriedade intelectual, divulgações de demonstrações financeiras, práticas contábeis ou controles internos; (vi) podem haver processos movidos contra a empresa adquirida; (vii) o processo de aquisição pode desviar a atenção da administração para questões ligadas à transição ou à integração das sociedades adquiridas, cujos respectivos processos podem também ser mais onerosos do que inicialmente previsto e podem resultar em dificuldades de natureza operacional, comercial, financeira, contratual e tecnológica, o que pode fazer com que não consigamos aproveitar as sinergias esperadas, ou sofrer perdas e incorrer em despesas não previstas; (viii) podem haver efeitos de curto-prazo adversos ou resultados operacionais desfavoráveis; (ix) caso contraiamos dívidas para realizar as

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

aquisições, isto poderá limitar a nossa capacidade financeira no futuro; (x) podem haver problemas de cunho fiscal; e (xi) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil, que pode sofrer reduções futuras, o que afetaria os resultados futuros. Esses fatores poderiam causar um efeito adverso sobre nós, especialmente no caso de aquisição de sociedades de maior porte ou de múltiplas aquisições, as quais poderão ainda estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. Nesse sentido, podemos não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. Além disso, à medida que incorporamos outra sociedade e emitimos ações a serem entregues aos acionistas da sociedade incorporada, os acionistas poderão ter suas participações diluídas de maneira relevante e o lucro por ação poderá diminuir.

Enfrentamos riscos relacionados a não obtenção de registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição

Dependemos de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização dos nossos centros de distribuição e lojas. Grande parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovada de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, podemos ser incapazes de obter ou renová-los em tempo hábil. A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá (1) resultar em autos de infração, (2) nos sujeitar ao pagamento de multas, (3) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, (4) resultar no fechamento das nossas lojas e centros de distribuição, (5) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (6) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais. Além disso, nossas lojas *store in store* estão sujeitas a riscos similares incorridos por nossos parceiros comerciais, sob os quais não temos quaisquer controles.

A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás, ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa estiver com uma licença pendente.

Em razão, inclusive, da atuação e dos prazos praticados por alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia do COVID-19.

As medidas adotadas por nós podem não ter sido ou ser efetivas em evitar violações de leis de combate à corrupção, fraudes e práticas irregulares por parte de nossos acionistas, administradores, empregados, fornecedores e parceiros comerciais, o que pode gerar multas regulatórias e danos à nossa reputação.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Não podemos garantir que nossos processos de governança, gerenciamento de riscos, conformidade (compliance), auditoria e controles internos possam impedir, detectar ou remediar todos os comportamentos incompatíveis com os requisitos legais aplicáveis ou com nossos próprios padrões éticos ou de conformidade e qualquer fraqueza ou violação poderia comprometer a integridade das informações que temos disponíveis, nos expor a sanções, penalidades regulatórias, ações civis, ações tributárias, perdas monetárias, erros ou ajustes contábeis, danos à reputação ou outros efeitos adversos. Esse risco é maior com relação ao período anterior a 2014, quando migramos nossos provedores de e-mail e perdemos certos registros e arquivos de períodos anteriores, criando assim possíveis lacunas de informações no período anterior a tal migração. Dessa forma, nossos procedimentos podem não ter detectado ou não ter impedido, e podem não detectar ou impedir efetivamente, condutas irregulares por acionistas, conselheiros, administradores, funcionários (antigos e atuais), contrapartes ou qualquer terceiro que tenham agido ou venham a agir em nosso nome ou para o nosso benefício ou que tenham se engajado ou venham a se engajar em atividades fraudulentas, contornando ou substituindo nossos controles e procedimentos internos, apropriando-se ou manipulando nossos meios ou de outra forma cometendo fraude ou falsificação para sua vantagem pessoal ou comercial.

O descumprimento de nossas regras e políticas por parte de nossos acionistas, conselheiros, administradores, funcionários (antigos e atuais), contrapartes ou qualquer terceiro pode resultar em penalidades, contingências e multas, inclusive decorrentes de nossa responsabilização subsidiária ou solidária, bem como perda de licenças e impossibilidade de contratação com o poder público. Além disso, nossos fornecedores e clientes podem decidir terminar seus respectivos contratos de forma antecipada ou não proceder a suas renovações. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito material adverso sobre nosso negócio, nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e nossa imagem.

A Companhia celebrou contratos de indenidade com determinados administradores, conforme previsão em seu Estatuto Social, os quais podem resultar em conflito de interesses e impacto patrimonial relevante

Conforme previsto no artigo 56 do Estatuto Social, a Companhia poderá indenizar e manter indenes seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme acordos de indenidade que venham a ser celebrados entre a Companhia e os respectivos Beneficiários, o que poderá afeta-la adversamente. Cabe ao Conselho de Administração deliberar que um determinado evento é passível de indenização, o que pode resultar em potencial conflito de interesses, inclusive porque os Beneficiários podem ser membros do Conselho de Administração, podendo afetar adversamente a Companhia.

Nesse sentido, a Companhia celebrou acordos de indenidade com certos Beneficiários ("Acordos de Indenidade"), por meio do qual assumiu compromisso de indenidade em caráter suplementar à apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores ("Apólice D&O") contratada pela Companhia. Os Acordos de Indenidade atualmente vigente não possuem limite de valor indenizável.

A celebração dos Acordos de Indenidade atualmente vigentes, bem como a aprovação e a celebração de novos acordos de indenidade, pode gerar conflitos de interesses

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

entre os membros do Conselho de Administração que determinam se um evento é passível de indenização, nos termos de referidos acordos. Além disso, tais aprovações podem não estar alinhadas ao melhor interesse da Companhia. Por fim, caso seja aprovado o pagamento de alguma indenização em favor de um Beneficiário, a Companhia poderá sofrer impactos patrimoniais relevantes no caso de execução de seus termos.

Para mais informações vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

***A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas*.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 16.2 deste Formulário de Referência. No curso de seus negócios, a Companhia poderá contratar novas transações com partes relacionadas, nos termos de sua Política de Transação com Partes Relacionadas.

Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes (incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado), o que pode impactar negativamente seus negócios, podendo vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como de seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja o item 16 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações.

A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Empréstimos, financiamentos e debêntures" no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

Risco de taxas de câmbio

O risco de taxas de câmbio advém, principalmente, em razão das importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. Para o período findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia estava exposta ao risco da variação cambial do dólar norte americano (USD) frente ao Real (BRL). Essa exposição está relacionada a importação direta de produtos junto aos seus fornecedores estrangeiros.

Análise de sensibilidade – Risco da Taxa de Juros e Risco de Taxas de Câmbio

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto).

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foram obtidas as projeções do CDI para avaliação dos impactos monetários. A partir deste, foram calculadas variações de +25% e +50% para a exposição aos passivos financeiros indexados à variação cambial do dólar norte-americano e do CDI, conforme a seguir:

		Consolidado (valores em milhares de Reais)				
Operação	**Indexador**	**Risco**	**Saldo em 30/09/2021**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	100% do CDI	Queda do CDI	**425.556**	461.727	452.684	443.641
Total			**425.556**	**461.727**	**452.684**	**443.641**
Ganho (perda)				36.172	27.129	18.086
Passivos financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	100% do CDI	Aumento do CDI	**404.018**	438.359	446.945	455.530
Fornecedores estrangeiros	USD	Apreciação do USD	**20.648**	21.372	26.714	32.057
Total			**424.666**	**459.731**	**473.659**	**487.587**
Perda				**(35.065)**	**(48.993)**	**(62.922)**

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil - BCB, no boletim Focus, no fechamento de 15 de outubro de 2021, projetado para 2022.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2021.

Contingências Fiscais

Ação Declaratória 1007037-51.2018.4.01.3400	
a. Juízo	Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal
b. Instância	1 ª instância
c. Data de instauração	09/04/2018
d. Partes no processo	Autor: (i) Allied Tecnologia S.A. (ii) Comexport Trading Comércio Exterior Ltda. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 12.384.446,09 (Valor da Causa) R$ 14.232.205,41 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória com Repetição de Indébito ajuizada com objetivo de reconhecer a imunidade tributária (art. 150, VI, d, CF) de Imposto de Importação - II, bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI devidos na importação e comercialização no mercado interno brasileiro de leitor de livros digitais Kindle. Foi proferida decisão concedendo a tutela provisória de urgência, em favor das Autoras, para suspender a exigibilidade do Imposto de Importação (II) e do IPI na importação do leitor de livros digitais em todas as suas versões atualmente comercializadas e nas que vierem a ser lançadas com as mesmas características, bem como suspender a exigibilidade do IPI incidente na revenda do da importadora COMEXPORT à encomendante ALLIED e na revenda do produto pela ALLIED. Proferida sentença julgando procedente os pedidos da Companhia e confirmando a tutela, Opostos Embargos de Dedaração pela empresa. Proferida sentença nos Embargos de Declaração conhecendo o recurso e negando provimento. Apresentada Apelação e pedido requerendo o trânsito em julgado parcial do feito. Juntada Contrarrazões da União acerca da apelação da empresa. Autos conclusos, desde 25/10/2021.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Mandado de Segurança 0028381-20.2018.8.08.0024	
a. Juízo	Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal
b. Instância	1 ª instância
c. Data de instauração	27/09/2019
d. Partes no processo	Autor: (i) Comexport Trading Comércio Exterior Ltda. (ii) Allied Tecnologia S.A. Réu: Estado do Espírito Santo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 17.272.099,67 (Valor da Causa) R$ 18.025.413,10 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para ter reconhecido o seu direito líquido e certo de afastar a exigência do ICMS com relação ao leitor de livros digitais da marca Kindle incidente na importação e na saída/comercialização decorrente da venda no mercado interno, em respeito à imunidade constitucional prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal e ao recente entendimento firmado pelo E. Supremo Tribunal Federal ("STF"), nos autos do Recurso Extraordinário nº 330.817. Em 10.10.2018, concedida a medida liminar pleiteada. Publicada a sentença que julgou procedente nosso Mandado de Segurança (Documento Anexo), reconhecendo o direito da Comexport de fazer as importações e venda no mercado interno do Kindle, sem o recolhimento do ICMS.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

Mandado de Segurança nº 5002441-81.2017.4.03.6100	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	14/03/2017
d. Partes no processo	Impetrante: Allied Tecnologia S.A Impetrado: Delegado Especial de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 160.407.510 (Valor da Causa) R$ 188.926.783 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança contra ato ilegal a ser praticado pelo Sr. Delegado Especial de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil em São Paulo, visando a exclusão do ICMS (próprio e ST) da base de cálculo do PIS e da COFINS, inclusive dos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança, os quais representam um potencial crédito para a Companhia, estimado em R$181.402.702,00. A Allied obteve sentença procedente em primeira instância, em que houve a concessão da segurança para reconhecer o direito da Impetrante de não incluir o valor do ICMS e do ICMS-ST na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS e ainda reconhecendo o direito da Impetrante de compensar os valores indevidamente pagos, respeitada a prescrição quinquenal. A União, por sua vez interpôs recurso de Apelação, contra a decisão que concedeu a segurança. A Allied apresentou contrarrazões à Apelação. Aguarda-se julgamento em segunda instância. Publicado Acordão, a Terceira Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à apelação e à remessa oficial, apenas para determinar que a compensação não poderá ser realizada com as contribuições previdenciárias previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991. A União opôs Embargos de Declaração em face do acórdão. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração da União
g. Chance de perda	Possível em relação à exclusão do ICMS-ST; Remoto em relação à exclusão do ICMS próprio.
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente que deixaram de ser recolhidos a título de aproveitamento de decisão liminar.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Mandados de Segurança nº 5023666-60.2017.4.03.6100 e nº 5023681-29.2017.4.03.6100	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	14/12/2015 04/04/2016
d. Partes no processo	Impetrante: Allied Tecnologia S.A Impetrado: Delegado Especial de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 200.000 (Valor de Causa) R$ 24.747.716 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de dois Mandados de Segurança impetrados para afastar a exigência de PIS e COFINS sobre a receita bruta decorrente da venda de produtos informáticos, em virtude da ilegalidade e inconstitucionalidade da MP 690/2015 que revogou a alíquota zero instituída pela Lei 11.196/05 ("Lei do Bem"). Ambos os Mandados tiveram a segurança denegada em primeira instância. A Allied, por sua vez interpôs recursos de Apelação, contra a decisão de negou a concessão da segurança. Atualmente aguardam-se julgamento em segunda instância das Apelações.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

Execução Fiscal nº 8009530-73.2020.8.05.0001	
a. Juízo	Tribunal de Justiça da Bahia
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	28/01/2020
d. Partes no processo	Exequente: Estado da Bahia Executado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 17.614.658,41 (Valor de causa) R$ 17.793.554,61 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado da Bahia para exigência de débitos de supostos débitos de ICMS, consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa nº 03169-13-1700-20 e vinculados ao Processo Administrativo nº 269616.0011/17-9, relativos a falta de recolhimento de ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes às vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia. Em 08/05/2020 foi protocolada petição apresentada a Apólice de Seguro nº 01571202000010775700009 2 como garantia aos débitos executados e solicitando afastamento de qualquer ato de constrição, notadamente o cancelamento de eventual ordem de penhora ou recolhimento de mandado já expedido. O Estado da Bahia informou que foi feita a suspensão da exigibilidade do crédito.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal nº 8009530-73.2020.8.05.0001	
Processo Administrativo nº 8.608.311-2 (Auto de infração nº 5.050.164-4)	
a. Juízo	Secretaria do Estado do Espírito Santo
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/06/2018
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria do Estado do Espírito Santo Autuado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 31.874.874,02 (Valor de causa) R$ 33.963.410,93 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de infração nº 5050164-4 lavrado sob alegação de deixar de escriturar "Registros Fiscais dos Documentos de Entradas e de Saídas de Mercadorias e Prestação de Serviços" na Escritura Digital – EFD: (i) operações de remessa à conta e ordem para suportar remessa física oriunda de Armazém Geral; (ii) operações de devolução e (iii) operações entre estabelecimentos do mesmo titular. A Companhia apresentou impugnação em 16/07/2019. Julgado procedente em 1º instância, AIIM mantido integralmente 04/12/2019. Interposição de Recurso Voluntário em 14/02/2020. Em 03/06/2020, envio de petição de Fato Novo (redução de multa) para a Agência de Serra/ES por e-mail. Ainda não houve devolutiva sobre o protocolo. 08/09/2020. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário.
g. Chance de perda	Possível: R$19.245.932,86 Remoto: R$14.717.478,06
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

Processo Administrativo nº 8.801.347-2 (Auto de infração nº 5.058.317-7)	
a. Juízo	Secretaria do Estado do Espírito Santo
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	25/11/2019
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria do Estado do Espírito Santo Autuado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 13.648.049,40 (Valor de Causa) R$ 16.726.585,46 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de infração nº 5.058.317-7 lavrado sob alegação de a Companhia ter deixado de estornar o ICMS creditado nas entradas de mercadorias cujas saídas ocorreram com isenção para ZFM e Áreas de Livre Comércio. A impugnação foi apresentada pela Companhia em 02/01/2020, a qual ainda aguarda decisão. Aguarda-se o julgamento do processo.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo nº 8.607.258-7 (Auto de infração nº 5.050.098-8)	
a. Juízo	Secretaria do Estado do Espírito Santo
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	05/06/2019
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria do Estado do Espírito Santo Autuado: Allied Tecnologia S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.142.329,59 (Valor de Causa) R$ 5.479.270,38 (Valor Atualizado)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de infração nº 5.050.098-8, lavrado sob alegação de deixar de escriturar, nos "Registros Fiscais dos Documentos de Entradas e de Saídas de Mercadorias e Prestação de Serviços" na Escritura Digital – EFD: (i) notas fiscais relativas a licenças de software e (ii) operações de devolução. Por isso, foi acusada por violação aos artigos 758-A, § 2º, inc. I c/c 758-I, § 2º do RICMS e apenada nos termos do artigo 75-A, §4º, inc. I, alínea "a", item 1 da Lei nº 7.000/01 (30% (trinta por cento) do valor da operação). Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.
g. Chance de perda	Possível: R$3.104.919,88 Remoto: R$2.374.350,49
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

Processo Administrativo nº 13839.900418/2021-41	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	03/03/2021
d. Partes no processo	Autuante: União Autuado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.556.694,86 (Valor de causa) R$ 7.696.448,98 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Declarações de Compensação, transmitidas via PER/DCOMP no ano-calendário de 2018, de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ (Período de Apuração do Crédito – Exercício 2017 – 01/04/2016 a 31/12/2016), formado em razão de montantes a título de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), com vistas à extinção de débitos, que não foram homologadas. A Companhia apresentou em 05/04/2021 a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que negou a homologação das PER/DCOMPs, Em 03/05/2021, a Manifestação foi considerada tempestiva e encaminhada para julgamento. Exigibilidade do crédito tributário suspensa.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo nº 15746.720918/2021-65	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Bauru
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	31/05/2021
d. Partes no processo	Autuante: União Autuado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 17.351.406,11 (Valor de causa) R$ 17.557.771,26 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de infração nº 5050164-4 lavrado sob alegação de deixar de escriturar "Registros Fiscais dos Documentos de Entradas e de Saídas de Trata-se de procedimento fiscal em que foram lavrados Autos de Infração ref. ao IRPJ e à CSLL, ref. ao ano de 2016. Os autos de infração foram lavrados sob o fundamento de que a Impugnante teria deduzido indevidamente da sua receita bruta, o montante de R$ 28.688.739,47 a título de descontos comerciais (também identificados nos documentos como "verbas repassadas a clientes") concedidos a seus clientes. Segundo o Sr. Auditor Fiscal, isso teria ocasionado uma redução indevida da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ensejando pagamento a menor do IRPJ e da CSLL. Foram, ainda, lançados valores a título de multa isolada de 50% sobre estimativas mensais de IRPJ/CSLL. A Companhia apresentou impugnação em 30/06/2021. Exigibilidade do crédito tributário suspensa, aguardando julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

Processo Administrativo nº 15746.720970/2021-11	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Bauru
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	31/05/2021
d. Partes no processo	Autuante: União Autuado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.252.785,66 (Valor de causa) R$ 1.267.685,39 (Valor Atualizado)
f. Principais fatos	Trata-se de procedimento fiscal para lançamento de CIDE à alíquota de 10% supostamente incidente sobre remessas ao exterior na forma do art. 2º, § 4º, da Lei nº. 10.168/2000 (SaaS – Software as a Service). Desse modo, foi lavrado Auto de Infração, em razão de suposta insuficiência de recolhimento da CIDE incidente sobre remessa de valores ao exterior. A Companhia apresentou impugnação em 30/06/2021. Exigibilidade do crédito tributário suspensa, aguardando julgamento do recurso.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo nº 15746.721012/2021-68	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Campinas
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	31/05/2021
d. Partes no processo	Autuante: União Autuado: Allied Tecnologia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.815.706,85 (Valor de causa) R$ 1.837.301,56 (Valor Atualizado em 30/09/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de procedimento fiscal em que foi constatado descumprimento de obrigação acessória pela omissão na escrituração dos registros fiscais do IPI no Livro Registro de Apuração do IPI (RAIPI) nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro do ano de 2018. Assim, foi lavrado Auto de Infração para cobrança de multa regulamentar de 5% sobre o valor das operações no período. A Companhia apresentou impugnação em 30/06/2021. Exigibilidade do crédito tributário suspensa, aguardando julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções). Todos esses fatos podem interferir diretamente na emissão das certidões da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 30 de setembro de 2021, o montante total provisionado dos processos descritos no item 4.3 era de R$ 348.254.146,08.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não há valor provisionado pois não há processos descritos no item 4.4 acima.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos judiciais e administrativos cíveis de natureza consumerista Ações Cíveis – Processos relacionados a alegações de fraude	
A Companhia figura no polo passivo em 439 demandas jurídicas, divididas entre Procon, Juizado Especial Cível e Justiça Comum de natureza consumerista relacionados a vícios na prestação do serviço ou fornecimento de produtos. Os principais pedidos formulados nestas ações são rescisão contratual, substituição do produto e/ou pedido de restituição de valores e indenização por danos morais.	
a) valores envolvidos	R$ 4.545.792,99. Sendo que R$ 181.038,62 são classificados como perda provável; R$ 4.250.359,46 como possível e R$ 114.394,92 como remota (Valores Atualizados em 30/09/2021)
b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Não há prática extraordinária/recorrente que, sabidamente, originou as demandas judiciais referentes aos valores descritos acima, tendo se originado em razão de fatos cotidianos ocorridos no curso normal dos negócios da Companhia.

Processos judiciais de natureza trabalhista	
Em 30 de setembro de 2021, a Companhia era parte em aproximadamente 127 processos trabalhistas movidas por ex-empregados e terceiros. Destes processos, 29 possuem objeto repetitivo ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que, quando considerados em conjunto, sejam relevantes. Estes processos possuem como objeto comum o pagamento de horas extras e reflexos, e verbas rescsórias.	
a) valores envolvidos	R$ 1.851.635,11. Sendo que R$ 259.303,45 são classificados como perda provável e R$ 1.592.331,66 como possível (Valores Atualizados em 30/09/2021)
b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Não há prática extraordinária/recorrente que, sabidamente, originou as demandas judiciais referentes aos valores descritos acima, tendo se originado em razão de fatos cotidianos ocorridos no curso normal dos negócios da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos judiciais de natureza tributária Ações Cíveis – Processos relacionados a alegações de fraude	
A Companhia figura no polo ativo em 49 processos judiciais de natureza tributária que tratam-se de Mandados de Segurança preventivos, ingressados em 26 de fevereiro de 2021, com pedido liminar com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos enquanto não for editada lei complementar nacional regulamentando essa nova hipótese de incidência do ICMS prevista pela Emenda Constitucional nº 87/2015 ("EC 87/2015"), e regulamentada pelo Convênio ICMS nº 93/2015, do CONFAZ ("Convênio 93/2015"), sob pena de ofensa aos arts.146, I, III, alínea "a", e 155, §2º, XII, alíneas "a", "c", "d" e "i, da Constituição Federal de 1988 ("CF/88"). Desde o ingresso dos referidos Mandados de Segurança, a Companhia começou a depositar judicialmente os valores do ICMS-DIFAL e conseguiu, nos principais Estados em que suas atividades estão concentradas, liminares para deixar de fazer tais depósitos. O Valor total depositado judicialmente é de R$ 62.192.820,40 (Sessenta e dois milhões e cento e noventa e dois mil e oitocentos e vinte reais e quarenta centavos).[1]	
a) valores envolvidos	R$ 92.035.766,40 (valor total apurado entre fevereiro a dezembro relativo a cobrança do DIFAL, já considerando os valores depositados judicialmente, conforme descrito acima) com classificação Provável.
b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Não há prática extraordinária/recorrente que, sabidamente, originou as demandas judiciais referentes aos valores descritos acima, tendo se originado em razão da ausência de Lei complementar regulamentar.

[1] Em 18 de dezembro de 2021, o STF decidiu que apenas seriam beneficiadas pela não obrigatoriedade de pagamento do ICMS-DIFAL as companhias que tivessem ajuizado ações até 24 de fevereiro de 2021, data anterior ao ajuizamento dos mandados de segurança da Companhia, o que afetou negativamente a Companhia. Para maiores informações sobre os impactos financeiros associados à modulação do julgamento do ICMS-DIFAL vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

O valor provisionado relativo aos processos descritos no item 4.6 é de R$ 181.038,62 referente aos processos judiciais e administrativos cíveis de natureza consumerista e R$ 259.303,45 referente aos processos judiciais de natureza trabalhista.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 22 de outubro de 2020, a Polícia Federal executou mandado de busca e apreensão na sede da Companhia em São Paulo/SP com base em decisão judicial da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP, no âmbito da chamada "Operação Triuno" (Autos n.º 5005039-51.2020.4.03.6181), desdobramento da "Operação Descarte". A busca teve como objetivo obter documentos sobre contratos e pagamentos relacionados a dois prestadores de serviços contratados pela Companhia entre 2011 e 2015, Claro Advogados Associados ("Claro Advogados") e LPB Empresarial Participações Ltda. ("LPB"). A decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP atendeu a representação da Polícia Federal e manifestação do Ministério Público Federal ("MPF") e se baseou, especialmente, em certas Representações Fiscais para Fins Penais da RFB, em declarações prestadas por representantes do Claro Advogados e da LPB em acordos de colaboração premiada contendo alegações relacionadas à Companhia, e em documentos apreendidos em fases anteriores da Operação Descarte.

De acordo com a decisão judicial, a ordem de busca e apreensão contra a Companhia se baseou na existência de indícios da prática dos delitos de: (i) lavagem de dinheiro, referente à alegação de que o Claro Advogados e a LPB teriam efetuado a devolução à Companhia, em espécie, de valores pagos no âmbito de sua relação contratual; (ii) corrupção, referente à alegação de que parte desses valores teria sido repassada a um agente público da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; e (iii) falsidade ideológica, referente à alegação de que certos documentos entregues pela Companhia à RFB – em resposta a intimação de 7 de agosto de 2018, que visava esclarecer os pagamentos feitos a tais prestadores de serviços – seriam ideologicamente falsos. A decisão judicial também autorizou a realização de busca e apreensão em residências de ex-administradores da Companhia, que atualmente não ocupam cargos na Companhia. Um dos ex-administradores é acionista da Companhia.

A decisão judicial mencionada relaciona-se a intimações da RFB recebidas pela Companhia em 3 de julho de 2018 e 7 de agosto de 2018 para esclarecer os pagamentos realizados ao Claro Advogados e à LPB entre 2013 e 2015, no valor total de R$ 3.352.378,24. De acordo com informações identificadas pela Companhia à época, os pagamentos estariam relacionados à prestação de serviços de consultoria tributária referente à recuperação de créditos de ICMS perante o Estado de São Paulo e à inscrição em regime especial no Estado de São Paulo de ICMS, relativo à compra e venda de produtos eletrônicos pela Companhia. Além do montante questionado pela RFB, a Companhia identificou que realizou pagamentos adicionais ao Claro Advogados e à LPB, entre 2011 e 2012, no valor de R$ 2.616.502,70, por serviços similares, que não foram objeto de questionamento pela RFB em razão do decurso do prazo prescricional aplicável.

Como resultado das referidas solicitações de esclarecimentos e das nossas respostas à RFB, a Companhia recebeu duas autuações fiscais em 21 de dezembro de 2018 e 29 de outubro de 2019, que já tratavam em parte das alegações que embasaram a busca e apreensão mencionada acima. Tais autuações fiscais tiveram como demais sujeitos passivos um acionista ex-administrador da Companhia, um acionista administrador da Companhia e outro ex-administrador da Companhia (sendo que um deles foi indicado como sujeito passivo apenas na autuação fiscal de 2018). Na oportunidade, a RFB entendeu que a Companhia não comprovou que os pagamentos feitos ao Claro Advogados e à LPB estavam relacionados aos serviços indicados e, sob a justificativa de que tais pagamentos não teriam causa, exigiu da Companhia o recolhimento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e glosou a dedução de ditos valores da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Após analisar o tema com seus assessores, a Companhia procedeu ao pagamento do valor total estipulado por meio desses autos de infração, os quais incluíam impostos vencidos, juros

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

e multas, no total de R$ 6.517.345,74, relativo ao período de 2013 a 2015 (já considerando o desconto aplicável em razão do pagamento sem contestação).

Além disso, em meados de 2019, a Companhia contratou escritório de advocacia brasileiro especializado e uma empresa de tecnologia forense para conduzir uma investigação interna sobre o relacionamento da Companhia com o Claro Advogados e a LPB, a fim de determinar as circunstâncias e a veracidade dos fatos alegados nas autuações fiscais e nas representações fiscais para fins penais. Referida investigação interna foi concluída e, dentro de seu escopo, não foram identificadas informações adicionais sobre a atuação do Claro Advogados e da LPB relacionadas às alegações incluídas nas autuações fiscais.

Durante a investigação interna, de forma proativa, a Companhia contatou, por meio de seus assessores legais, o MPF e, desde então, se colocou à disposição de referido órgão para prestar informações e colaborar na elucidação dos assuntos descritos acima. Nos termos do Fato Relevante divulgado em 03 de maio de 2022, a Companhia assinou na mesma data acordo de leniência com o MPF e acordo de não persecução civil com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") (em conjunto, os "Acordos"), que têm relação com os fatos investigados na "Operação Triuno". Os Acordos estão sujeitos a homologações pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e pelo Conselho Superior do MPSP, e preveem desembolso, pela Companhia, de um valor global líquido de aproximadamente R$ 23,8 milhões, corrigidos até a data do pagamento, a serem pagos à União Federal e à Fazenda Pública do Estado de São Paulo em até 30 (trinta) dias úteis contados da última homologação. Os Acordos preveem também a obrigação de aprimoramento contínuo do programa de integridade da Companhia, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados de suas homologações, com o envio de relatórios anuais ao MPSP a respeito das medidas adotadas.

Ademais, em 05 de julho de 2021, a RFB iniciou novo procedimento de fiscalização em face da Companhia e de ex-administrador que é atual acionista questionando a natureza de pagamentos realizados pela Companhia a outros dois prestadores de serviços no ano de 2016, no valor total de R$ 1.147.590,00. Em 15 de outubro de 2021, após as respostas da Companhia, a RFB lavrou autuação fiscal contra a Companhia pelos pagamentos realizados pela Companhia aos dois prestadores de serviços em 2016, alegando que não houve prestação de serviços e que os pagamentos foram convertidos em espécie para devolução a ex-administradores da Companhia. Em 13 de agosto de 2021, a Companhia iniciou procedimentos adicionais de investigação interna com o objetivo de apurar se os fatos descritos na fiscalização iniciada em 05 de julho de 2021 configuraram atividades ilegais ou impróprias. Referida investigação interna foi concluída e, dentro de seu escopo, não foram identificadas informações adicionais sobre a atuação dos prestadores de serviços. Nesse contexto, a Companhia contatou, por meio de seus assessores legais, o MPF para informar a respeito do novo procedimento de fiscalização. Após analisar o tema com seus assessores, em 08 de novembro de 2021, a Companhia procedeu ao pagamento do valor total estipulado por meio dos novos autos de infração, os quais incluíam impostos vencidos, juros e multas, no total de R$ 2.079.388,54, relativo ao período de 2016 (já considerando o desconto aplicável em razão do pagamento sem contestação).

Neste momento, não é possível prever futuros desdobramentos ou consequências decorrentes de investigações relacionadas conduzidas pelas autoridades públicas. Além disso, investigações internas são naturalmente sujeitas a limitações, em especial a ausência de poderes para acessar documentos de terceiros. Dessa forma, não podemos descartar o risco de que outros fatos não tenham sido identificados em nossas investigações internas.

De acordo com o contrato de compra e venda de ações da Companhia, datado de 15 de dezembro de 2014 ("Contrato de Compra e Venda de Ações"), os acionistas controladores da época são obrigados a indenizar a Companhia por quaisquer descumprimentos ou imprecisões nas declarações relacionadas a leis referentes a matérias anticorrupção, dentre outras, que

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

tenham ocorrido antes de 26 de fevereiro de 2015, data de fechamento do investimento feito por entidade indiretamente gerida pela Advent International ("Data de Fechamento"). Dessa forma, fomos integralmente indenizados por nossos antigos acionistas controladores pelos pagamentos feitos à RFB em resposta às autuações fiscais referentes aos prestadores de serviços Claro Advogados e LPB, e, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações, a Companhia tem direito de reivindicar indenização por eventuais perdas decorrentes de práticas que se comprovem irregulares relacionadas a leis referentes a matérias anticorrupção e sejam anteriores à Data de Fechamento, incluindo pelos desembolsos decorrentes dos Acordos. Tais reivindicações de indenização por práticas anteriores à Data de Fechamento relacionadas a leis anticorrupção não estão sujeitas contratualmente a nenhum limite financeiro ou temporal.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamentos de Riscos, com o objetivo de formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades para fins de identificação, controle e mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A última versão da política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de julho de 2020.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como fundamento: (i) recomendações de normas de gerenciamento de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a ISO 31000:2009; (ii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e se aplica a todos os processos e operações de negócio da Companhia, devendo ser observada por todos os seus colaboradores.

Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos, as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e em vários estágios dentro dos processos corporativos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Conforme a Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia está comprometida com o contínuo desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas de gerenciamento de riscos em todo o negócio, a fim de monitorar o progresso, permitindo que todos os envolvidos desempenhem suas funções no processo. Em linha com esse processo, a Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades para fins de identificação, controle e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta.

O gerenciamento de riscos é projetado para fornecer uma estrutura formal através da qual a Companhia: (i) proativamente identifica cenários de riscos potenciais; (ii) esforça-se para reduzir, tanto quanto possível, a exposição ao risco dentro de um apetite de risco predeterminado; (iii) procura reconhecer e obter o benefício máximo de quaisquer oportunidades presentes; e (iv) busca excelência em governança corporativa, gerenciando o risco de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos aos quais está exposta e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos em seu plano estratégico. Os riscos tratados na Política de Gerenciamento de Riscos, para os quais se busca proteção, são classificados da seguinte forma:

- **Riscos Estratégicos:** São aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, reputação e imagem, disponibilidade de recursos e alterações nas regras aplicáveis ao mercado.

- **Riscos Operacionais:** São aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e de pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio (como marketing, vendas, comercial), quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, gestão de capital humano, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e tecnologia da informação).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Riscos Financeiros:**
  - Riscos de Mercado: É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços, possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros;
  - Risco de Crédito: A possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e
  - Risco de Liquidez: Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.
- **Riscos Legais e de Conformidade:** São os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, normas e regulamentos, bem como de suas próprias políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos no âmbito de processos trabalhistas e de questões tributárias, de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção, entre outros.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto pelas seguintes etapas: (i) estabelecimento do contexto e identificação do risco; (ii) análise do risco; (iii) definição e implantação das ações de resposta; (iv) monitoramento e comunicação.

Com relação à primeira etapa, o contexto de risco significa o ambiente e o escopo no qual o risco deve ser gerenciado. A identificação do risco pode ocorrer dentro das seguintes abordagens, a ser determinada pela Área de Gestão de Riscos:

- **Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, matrizes de riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças/fraquezas;
- **Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta;
- **Observação:** Os cenários de risco são observados e catalogados.

Esta primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento do mapa de riscos, que é avaliado anualmente pela área de gestão de riscos, com base no mapa do ano anterior. O mapa pode ser atualizado devido: (a) novos cenários, interno, político, econômico, entre outros; (b) projetos estratégicos da Companhia; (c) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; e (d) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a segunda etapa, que é a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: **impacto/consequência** do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais, etc. Além de a **probabilidade/vulnerabilidade** de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco.

A terceira etapa ocorre quando a Companhia toma a decisão sobre como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) **terminar**, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) **reduzir**, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) **aceitar**, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar monitorando; ou (iv) **passar adiante**, ou seja, segurar ou transferir.

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A partir dos riscos identificados e respectivas recomendações informadas pelas áreas de Gestão de Riscos e de Auditoria Interna, as áreas de negócio da Companhia devem implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos são acompanhados pela Área de Gestão de Riscos, e reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria.

A Área de Gestão de Riscos realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para reavaliar o nível de gerenciamento aplicado a cada cenário de risco e acordar outras ações de resposta. Os cenários de risco são revisados, no mínimo, anualmente, e relatados para:

- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
- Identificar quando é necessário tratamento adicional; e
- Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

A fim de garantir uma cultura de transparência, responsabilização e conscientização de riscos, a última etapa consiste na comunicação por parte da Área de Gestão de Riscos, que deve repassar informações apropriadas às partes interessadas de maneira oportuna e proativa.

Os relatórios e comunicações de riscos buscam garantir que:

- As partes interessadas conheçam a natureza e o status dos principais riscos, para que possam operar com uma maior consciência dos riscos e seus possíveis impactos à Companhia;
- Haja uma cultura de transparência de risco; e
- Haja uma cultura de responsabilização e conscientização de riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos da Companhia está disposta da seguinte forma:

- **Conselho de Administração:** Responsável pela governança do processo de gerenciamento de riscos, tem como atribuições:

  (i) Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e eventuais alterações;
  (ii) Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
  (iii) Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

- **Comitê de Auditoria:** Responsável por:

  (i) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
  (ii) Supervisionar as atividades das áreas de gestão de riscos e de auditoria interna;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração;
(iv) Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
(v) Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
(vi) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções/aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

- **Comitê Financeiro:** comitê *Ad Hoc*, constituído para discutir, sempre que necessário, sobre os potenciais reflexos da conjuntura econômica na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e na discussão sobre estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política financeira.

- **Área de Gestão de Riscos e Controles:** Responsável por:

(i) Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos ao Comitê de Auditoria, quando necessário;
(ii) Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como manter uma margem prática e relevante de segurança;
(iii) Incentivar que a liderança da Companhia adote uma cultura de gestão de riscos;
(iv) Reportar as atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria;
(v) Tomar decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos;
(vi) Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e
(vii) Supervisionar quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.

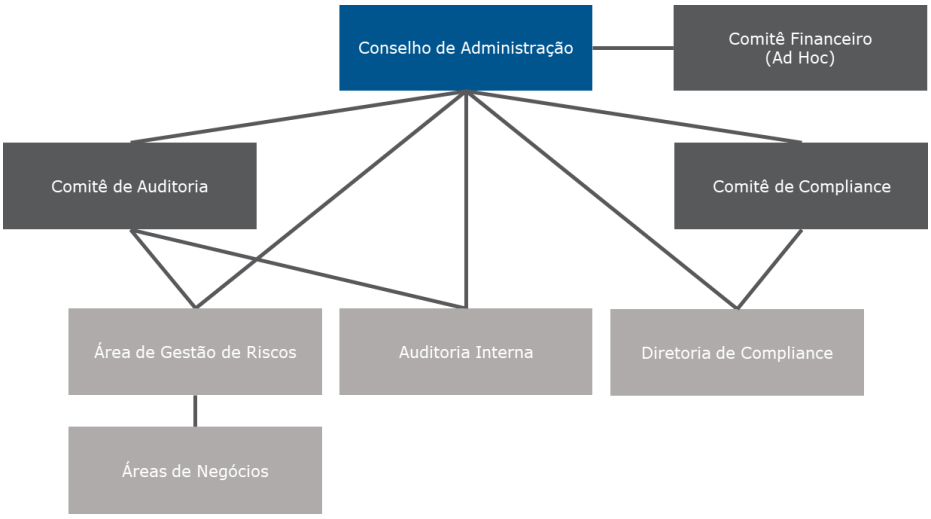
- **Área de Auditoria Interna:**

(i) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
(ii) Fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e
(iii) Consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

- **Áreas de Negócios:** Responsáveis por aplicar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Para referência, os órgãos da Companhia que compõem sua estrutura de gerenciamento de riscos estão organizados de acordo com o organograma abaixo:



Além disso, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia destaca que o gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os colaboradores, que devem reportar prontamente eventuais riscos identificados à Área de Gestão de Riscos ou à Área de Auditoria Interna.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Área de Gestão de Riscos e Controles da Companhia realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para reavaliar o nível de gerenciamento aplicado a cada cenário de risco e acordar outras ações de resposta. Os cenários de risco são revisados, no mínimo, anualmente, e relatados para: (i) verificar se o perfil de risco foi alterado; (ii) identificar quando é necessário tratamento adicional e (iii) obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

Além disso, a Área de Auditoria Interna fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, visando prover um controle eficaz sobre a efetividade da política.

Os apontamentos da Área de Auditoria Interna são revertidos em planos de ação para mitigação de riscos e correção de falhas, sendo que o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, supervisiona a adoção das medidas propostas nos planos de ação visando assegurar a correção de quaisquer falhas porventura identificadas.

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos, que teve sua última revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2020, com o objetivo de identificar potenciais cenários de riscos, reduzir a exposição aos riscos identificados e garantir o gerenciamento eficaz dos riscos envolvidos em todos os seus negócios de atuação.

Em relação aos riscos de mercado, a Companhia atua de maneira proativa através das áreas da Tesouraria e Diretoria Financeira, que monitoram os instrumentos financeiros para prevenir, mitigar e tratar a exposição a qualquer risco de mercado a qual a companhia esteja exposta.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O processo é composto por 03 (três) etapas:

A. *Identificação dos riscos*: identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

B. *Avaliação*: cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos;

C. *Planos de Ação*: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do Risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Conforme política de riscos, a companhia considera como risco de mercado os riscos que possam acarretar alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio, taxas de juros e preços, que possam afetar os ganhos da companhia ou o valor dos instrumentos financeiros. A Companhia trabalha para monitorar, prevenir e mitigar estes riscos e entende que a principal exposição a cada um deles é:

- Taxas de câmbio: refere-se à instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

- Taxas de juros e preços: podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

A Tesouraria e a Diretoria Financeira da Companhia são responsáveis pelo monitoramento da exposição aos riscos de mercado e trabalham proativamente para prevenir, mitigar e tratar os riscos de mercado ao qual a companhia está exposta.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Como estratégia para gerenciar e mitigar os riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio nos produtos importados adquiridos pela Companhia, fazemos uso de um instrumento derivativo chamado "non deliverable forward'" (contrato a termo de moeda sem entrega física).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Já para o risco de taxa de juros, as dívidas da Companhia são realizadas com taxa de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI que é um indexador de baixo risco. Além disso, para controlar os riscos da oscilação do CDI, as sobras de caixa da Companhia são aplicadas em instrumentos atrelados à variação do CDI, fazendo, portanto, uma mitigação através de hedge natural.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

"Non deliverable forward" conforme item (ii) acima.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui uma gestão de riscos de forma conservadora de forma a garantir a liquidez necessária para a gestão das operações, preservar valor e a liquidez dos ativos financeiros.

Para a contratação dos instrumentos financeiros a área de Tesouraria conta com a aprovação da Diretoria Financeira e Conselho de Administração, quando necessário.

Os parâmetros observados para contratação são:

- Risco de Taxa de Juros: possuímos empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, que expõe os ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros quando estes não são contratados a taxa pré-fixadas. A Companhia monitora as flutuações desta taxa a fim de minimizar os impactos da volatilidade destas taxas, mas não possui limite de exposição pré-estabelecido.

- Risco de Taxa de Câmbio: a Companhia realiza a contratação de instrumentos derivativos "NDF" para proteção da Companhia em relação as oscilações da taxa de câmbio Os "NDFs" são ativos contratados sempre que temos um passivo em moeda estrangeira.

Parâmetros observados para seus ativos e passivos financeiros:

- Monitoramento do fator de risco (taxa de juros, inflação, taxa de câmbio), do nível de exposição de cada um dos fatores e da duration como medida de sensibilidade para instrumentos financeiros atrelados a juros.

- Priorização de aplicações financeiras com alta liquidez.

- No caso de passivo financeiro indexado à moeda estrangeira, deve haver a contratação de hedge para a totalidade da operação. Nos instrumentos indexados a outros fatores de risco, há possibilidade de contratação de hedge, de acordo com a definição da tesouraria.

Parâmetros observados para sua exposição cambial operacional:

- Proteção da totalidade do passivo através da contratação de instrumentos de hedge disponíveis no mercado junto a instituições de primeira linha

A análise de sensibilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o passivo financeiro leva em consideração variações de +25% (cenário possível) e +50% (cenário remoto), conforme descrito na alínea iii da Nota Explicativa 25.3 das Demonstrações Financeiras de 2019.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional da companhia para fins de gerenciamento de risco considera as estruturas estatutárias representadas pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e as estruturas não estatutárias que são as áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance, Áreas de Auditoria Interna e Áreas de Negócio, conforme abaixo listado:

- **Diretoria Financeira:** A Diretoria Financeira da Companhia representada por seu Diretor Financeiro, supervisiona a estrutura de gerenciamento de riscos, ficando responsável pela aprovação na contratação dos instrumentos financeiros.

- **Conselho de Administração:** Responsável pela governança do processo de gerenciamento de riscos, tem como atribuições:

  (i) Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas eventuais alterações;

  (ii) Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e

  (iii) Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

- **Comitê de Auditoria:** Responsável por:

  (i) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;

  (ii) Supervisionar as atividades das Áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, e de Auditoria Interna;

  (iii) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração;

  (iv) Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;

  (v) Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e

  (vi) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade desta Política e recomendar correções/aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

- **Tesouraria da Companhia:** É responsável pelo monitoramento da exposição aos riscos de mercado e trabalha proativamente em conjunto com as demais áreas, para prevenir, mitigar e tratar os riscos de mercado ao qual a Companhia está exposta.

- **Área de Gestão de Riscos e Controles Internos:** Responsável por:

  (i) Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos ao Comitê de Auditoria, quando necessário;

  (ii) Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como manter uma margem prática e relevante de segurança;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(iii) Incentivar que a liderança da Companhia adote uma cultura de gestão de riscos;

(iv) Reportar as atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria;

(v) Tomar decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos;

(vi) Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e

(vii) Supervisionar quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.

- **Área de Compliance** Responsável por:

(i) Disseminar a cultura de integridade na Companhia;

(ii) Monitorar a aplicação do Código de Conduta e Políticas de Compliance;

(iii) Identificar, avaliar e gerir os riscos relacionados à Compliance e reportar eventuais não conformidades para o Comitê de Compliance;

(iv) Realizar o *background check* dos Parceiros de Negócios;

(v) Apurar os relatos recebidos pelo Canal de Denúncias; e

(vi) Elaborar plano de treinamentos periódicos e comunicação para todos os parceiros de negócios sobre aspectos práticos e políticas de Compliance.

- **Área de Auditoria Interna:** Responsável por:

(i) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;

(ii) Fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e

(iii) Consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de *compliance*) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

- **Áreas de Negócios:** Responsáveis por aplicar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

Além disso, é importante destacar que todos os colaboradores são considerados responsáveis pelo gerenciamento de riscos e deverão reportar prontamente eventuais riscos identificados à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos ou à Área de Auditoria Interna.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia, incluindo seu Comitê de Auditoria, monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia, reportando os resultados dessa avaliação ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

gestão, as áreas de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos e Controles Internos de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, em conjunto com o Comitê de Auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia segue as práticas contábeis do Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Sendo assim, as demonstrações financeiras são elaboradoras pelo departamento de contabilidade da Companhia, revisadas pelos chefes dos departamentos e aprovadas pelo Comitê de Auditoria e empresa de auditoria independente externa.

A fim de atender e gerenciar suas operações, a Companhia utiliza 5 (cinco) sistemas operacionais diferentes que integram com: (i) o ERP Jund Soft, que conta com módulos de compras, estoques, fiscal, faturamento, financeiro e contábil; e (ii) o sistema Autbank, que conta com módulos financeiro, fiscal e contábil, e seu uso é exclusivo para a operação de serviços financeiros. Os sistemas operacionais são utilizados nas seguintes operações:

(i) "Distribuição" e "Varejo SIS" utilizam a solução completa do ERP Jund Soft;

(ii) "Varejo Samsung" utiliza o sistema Microvix da Linx nos PDVs que integra com todos os módulos do ERP Jund Soft;

(iii) "Digital" utiliza os sistemas Vtex que integra com todos os módulos do ERP Jund Soft, e o sistema Magentus que integra com o módulo de faturamento, fiscal, financeiro e contábil do ERP Jund Soft;

(iv) "Serviços Financeiros" utiliza a ferramenta "Conductor" que integra com os módulos financeiro, fiscal e contábil do sistema Autbank.

Além de todas as interfaces sistêmicas, com a finalidade de garantir a confiabilidade das informações e mitigar os riscos aos quais está exposta, a Companhia desenvolve atividades e implementa controles internos conforme descrito abaixo:

- Acompanhamento diário das vendas nos módulos operacionais e análise de Logs de integração no Sincronizador;
- Análise de consistência de informações através de conciliações entre sistemas operacionais e módulos do ERP;
- Análises e provisões de contingências, de acordo com a legislação aplicável;
- Conciliação mensal de todas as contas do balanço patrimonial;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras com validação final do Comitê de Auditoria;
- Apuração, análise e gestão dos resultados "realizados versus orçados" de todos os centros de custos e unidades de negócios;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Inventários em seus centros de distribuição e lojas no mínimo 2 (duas) vezes ao ano para garantir que a informação sistêmica/contábil esteja de acordo com o inventário físico;

- Pagamentos com aprovação de no mínimo 2 (duas) pessoas, sendo que uma delas é responsável pela natureza da despesa e outra é responsável pelo centro de custos. Além disso, as aprovações por centros de custos possuem até 3 (três) alçadas de valores;

- Controle de dívidas e aplicações em planilhas onde os saldos são comparados entre a planilha, conta contábil e controles dos bancos.

A Companhia definiu, ainda, um processo de acompanhamento da implantação de planos de ação decorrentes da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles-chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

Acreditamos na eficiência de nossos procedimentos e controles internos, que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de nossas demonstrações financeiras. Não obstante, controles internos têm limitações inerentes, e as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam não prevenir ou detectar certos erros ou se tornar inadequados de acordo com mudanças de condições ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

As demonstrações financeiras são elaboradas pelo departamento de Contabilidade da Companhia, com revisão dos líderes do mesmo departamento e aprovadas pelo Comitê de Auditoria e empresa de auditoria independente externa, a EY. A Contabilidade coordena os trabalhos, prepara as demonstrações financeiras, e se reporta ao Diretor Financeiro da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria que age de forma autônoma, independente e revisa as demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, todos independentes.

Além disso, conta com a Auditoria Externa que, igualmente ao Comitê de Auditoria, trabalha de forma independente para ter autonomia necessária para identificar, divulgar e propor tratamento a qualquer irregularidade encontrada. A auditoria externa emite trimestralmente um relatório (SAD) com as informações que entendem que necessitam de algum tipo de tratamento e que a Companhia atende, quando relevante. A auditoria externa apresenta os trabalhos e resultados aos representantes da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A estrutura de controles internos apoia-se em diversos princípios de gestão, procedimentos operacionais e atribuição de responsabilidades, dentre os quais destacamos:

- A primeira linha de defesa dos controles é formada pelos gestores dos inúmeros processos operacionais, que são os principais responsáveis pela adesão às regras internas da Companhia, pautadas pelo Código de Conduta.

- O orçamento operacional é um instrumento importante que permite à Diretoria e Gerências Executivas detectar desvios indicativos da necessidade de questionamento e interferência para correção de rumos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- A revisão detalhada das contas mensais e respectivas reconciliações permitem também detectar inconsistências e erros e determinar correções imediatas. Esse exercício regular compõe a segunda linha de defesa dos controles.

- No instante em que é identificada alguma possível ineficiência nos controles internos da Companhia, os colaboradores da área de Contabilidade devem acionar as Diretorias Financeiras, o responsável da área relacionada à ineficiência identificada, bem como o gerente de Auditoria Interna, a fim de entender o ocorrido e preparar as ações corretivas.

- As revisões in loco de determinadas transações e procedimentos, em especial do controle de estoques, efetuadas pela Auditoria Interna nas lojas e centros de distribuição são um controle-chave importante de acompanhamento de margens operacionais e desvios de procedimentos.

- Em junho de 2020 foi criada a Diretoria de Assuntos Corporativos, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, agregando nova capacitação de gestão de riscos e controles, e independência de ação. A Diretoria de Assuntos Corporativos é responsável pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance, Jurídico, Auditoria Interna, Governança Corporativa, reportando-se funcionalmente sobre os temas de Compliance ao Comitê de Compliance, e sobre os temas de gestão de riscos e controles e auditoria ao Comitê de Auditoria.

- A supervisão das operações pelo Conselho de Administração em reuniões mensais com a Diretoria e a revisão trimestral das contas pelo Comitê de Auditoria, em reuniões com o time financeiro, Diretoria de Assuntos Corporativos e a Auditoria Independente propicia um nível adicional de controle e os meios para determinar correções de rumos e procedimentos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Anualmente, a Companhia recebe apontamentos sobre as deficiências e recomendações dos controles internos presentes em relatório circunstanciado dos auditores independentes, que propõe um plano de ação, e trabalha durante o ano para corrigir quaisquer deficiências identificadas.

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente possui o prazo de até 60 dias para emissão do referido relatório.

O relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes, em conexão com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentou as seguintes deficiências significativas e recomendações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(i) Salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia e criação de matriz de risco de controles

De acordo com o relatório emitido pelos auditores independentes:

"A estrutura denominada Auditoria Interna da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, estava altamente focada nos testes de asseguração de estoques.
Entretanto a Companhia criou uma área responsável pela realização de testes de controles internos para as demais áreas de riscos, bem como o mapeamento de processos significativos para a Companhia e matriz de risco, identificando os riscos nos processos que estão em fase de desenvolvimento.

Ainda, identificamos a necessidade de avaliações da efetividade operacional dos controles levando em consideração as metodologias de testes de asseguração, bem como, a tempestividade das atividades, sendo estas, diárias, mensais, trimestrais, anuais, ou ainda outras de acordo com a ocorrência

A Administração deve realizar testes de controles que permitam e suportem a avaliação sobre o correto funcionamento de seus controles internos a nível operacional. Em aderência as melhores práticas de governança corporativa, os procedimentos de monitoramento dos controles internos devem conter ao menos:

I. As determinações sobre os níveis de materialidade utilizados para seleção de contas e transações significativas que devem ser testadas para fins de controles internos;
II. Descritivo dos processos significativos que compõem o arcabouço de controles interno da entidade;
III. Matriz de riscos detalhada por rubrica contábil e/ou processos significativos que são usados na preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
IV. Critérios para escolhas de bases e amostras de controles a serem testados;
V. Controles internos identificados e testados para mitigar cada um dos riscos apontados na matriz citada no item (iii);
VI. Resultados dos testes realizados;
VII. Relação detalhada das falhas de controles identificadas e plano de remedição;
Relação de responsáveis por efetuar os testes e apurar as deficiências em número suficiente para cobertura a validação dos controles e riscos da Companhia."

(ii) Fragilidades no ambiente de tecnologia

De acordo com o relatório emitido pelos auditores independentes, os processos relacionados ao ambiente de Tecnologia da Informação da Companhia apresentam as seguintes fragilidades:

"Gerenciamento de acessos:
a. Ausência do controle de revisão de acessos;
b. Ausência do controle de revisão de perfil;
c. Ausência do controle de gestão de usuários genéricos;
d. Ausência do controle de parâmetros de senhas seguro do sistema ERP.

Gerenciamento de Mudanças:

a. Ausência de padronização de formalização de testes de mudanças.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Gerenciamento de Operações:

a. Ausência do registro do controle de teste de restore de dados.

A ausência ou fragilidade nos controles de gerenciamento de acessos pode comprometer a confidencialidade e integridade das informações, uma vez que é possível existir contas de acesso lógico com perfis ativos, que podem ser indevidamente utilizadas.

Recomendamos que a Administração revise o processo de monitoramento e controles dos sobre os Gerenciamento de acessos, Gerenciamento de Mudanças e Gerenciamento de Operações a fim de garantir que os processos estejam livres de fragilidades que possam levar a riscos significativos."

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação aos controles internos, os Diretores informam que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Conforme a Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia está comprometida com o contínuo desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas de gerenciamento de riscos em todo o negócio, a fim de monitorar o progresso, permitindo que todos os envolvidos desempenhem suas funções no processo. Em linha com esse processo, a Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades para fins de identificação, controle e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta.

Em junho de 2020, a Companhia contratou um Diretor não estatutário responsável pela área de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos, Governança Corporativa, Jurídico e Auditoria Interna e pelo Programa de Governança em Privacidade, de adequação à Lei Geral de Proteção de dados.

Com base na Política de Gerenciamento de Riscos, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos iniciou o processo de gerenciamento de riscos da Companhia que é composto pelas seguintes etapas: (i) estabelecimento do contexto e identificação do risco; (ii) análise do risco; (iii) definição e implantação das ações de resposta; (iv) monitoramento e comunicação.

Com relação às fragilidades dos processos relacionados ao ambiente de Tecnologia da Informação de acordo com os projetos de inovação em tecnologia, os Diretores informam que estão analisando algumas soluções para a implantação de um processo e ferramenta de Gerenciamento de Identidade. Este sistema possibilitará gerenciar todo o ciclo de identidade dos usuários em todos os sistemas. Desta forma os acessos aos sistemas serão controlados através de uma ferramenta única, independentemente de estar integrado com funções ldap ou não. As ferramentas em estudo são Oracle Identity Management, Horacios e Centrify.

Com relação à ausência de padronização de formalização de testes de mudanças, o procedimento de mudança visa o controle de implantações dentro de uma janela estabelecida pela área de negócio. A gestão da mudança é controlada através de um sistema de ITSM.

Com a implantação de novos projetos, os Diretores informam que estão estruturando uma nova política de gestão de mudança. Criando controles para tratamento de mudanças com o objetivo de garantir que métodos e procedimentos padronizados sejam utilizados para gerenciar todas as mudanças na infraestrutura de TI, de maneira eficiente e rápida, a fim de minimizar impactos e riscos de incidentes relacionados às mudanças, garantindo a estabilidade das operações do dia-a-dia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Com relação à ausência do controle de teste de restore de dados, os Diretores informam que as rotinas de atualização de ambientes para homologação e testes de aplicação nos garantem testes rotineiros e efetivos do backup, ou seja, para cada implantação de novas funcionalidades no sistema, sejam elas no ERP ou em sistemas legados, são realizadas atualizações nas bases de dados através de restaurações, garantindo melhor acuracidade dos testes com os dados adequados para validação antes da entrada em produção. Este processo vem sendo utilizado como método de validação dos backups críticos para continuação do negócio. Como tratativa efetiva ao controle de testes de restore de dados, estamos readequando a infraestrutura para aplicarmos replicações em um site de Disaster Recovery, este processo está em validação técnica, pois atualmente os sistemas operam de forma híbrida entre cloud e data center local.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar com clareza as ações e decisões da Companhia e de todas as empresas de seu grupo, de acordo com o que considera correto e justo. O Código de Conduta representa o compromisso de todos os colaboradores da Companhia em praticar um comportamento responsável, ético, transparente, de respeito mútuo entre os profissionais, devendo ser utilizado como referência de conduta profissional.

O Código de Conduta traz disposições sobre: Compromisso com a integridade; Diversidade e respeito; Assédio moral e violência; Assédio sexual ou importunação sexual; Saúde e segurança; Direitos humanos; Conflito de interesses; Declarações à imprensa; Mídias sociais; Proteção de ativos; Relacionamento com a sociedade; Relacionamento com o mercado; Fusões e aquisições; Relacionamento com a administração pública; Práticas contra a lavagem de dinheiro e terrorismo; Brindes, presentes, entretenimento e hospitalidades; Doações e patrocínios; Registros financeiros e contábeis; Auditoria interna; Segurança da informação e privacidade; Gestão do programa de compliance; Canal de compliance; Medidas disciplinares; Treinamentos; Termo de adesão e compromisso.

A Companhia repudia e não tolera atos de corrupção, pública ou privada, por parte de seus colaboradores ou, ainda, por seus terceiros fornecedores ou prestadores de serviços (parceiros de negócios). Neste sentido, os colaboradores da Companhia e os parceiros de negócios deverão se atentar para que nenhum de seus atos possa gerar responsabilização da Companhia com base na Lei Anticorrupção.

Nessa esteira, a Companhia também adota uma Política Anticorrupção, que tem o objetivo de garantir que todas as decisões relativas à Companhia serão tomadas de forma íntegra e transparente, respeitando o disposto na legislação brasileira em vigor, em especial a Lei Anticorrupção e o Decreto Anticorrupção (Decreto nº 8.420/15) e proíbe o oferecimento ou recebimento de qualquer vantagem indevida a Agentes Públicos por parte de quaisquer dos seus colaboradores, acionistas ou parceiros de negócios. A Companhia também adotou uma Política de Compliance, que formaliza e divulga os princípios, pilares, controles internos e responsabilidades do programa de compliance da Companhia. Os responsáveis pela estruturação do programa de compliance da Companhia são: (i) Diretoria de Compliance (ii) Comitê de Compliance e (iii) Conselho de Administração.

No tocante ao relacionamento com parceiros de negócios, o Código de Conduta dispõe que a Companhia e seus colaboradores devem prezar por um relacionamento pautado na ética, garantindo um tratamento igualitário e evitando situações de conflito de interesses. Em contrapartida, parceiros de negócios da Companhia devem sempre atuar em conformidade com a legislação vigente, incluídas as leis fiscais, trabalhistas, ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis, sendo que tais obrigações devem estar previstas em seus respectivos contratos com a Companhia.

Conforme disposto em sua Política de Gestão de Riscos de Parceiros de Negócios, a Companhia compromete-se a garantir que a contratação desses terceiros seja feita de forma imparcial, prevalecendo sempre a escolha com base em especificações técnicas e que melhor atenda às suas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

necessidades, realizando, por exemplo, procedimentos de *due diligence/background check* e elaboração de relatórios com avaliações do nível de risco de acordo com os critérios analisados. A Companhia deve apenas se relacionar com fornecedores e prestadores de serviços que atendam aos padrões técnicos e éticos exigidos em suas políticas internas e que aceitem a inclusão de disposições anticorrupção nos contratos.

Além disso, a Companhia realiza, de acordo com os critérios definidos na sua Política de Gestão de Riscos de Parceiros de Negócios, a aplicação de questionários aos novos parceiros de negócios, que deve ser respondido previamente à contratação, de modo a identificar possíveis riscos de compliance relacionados à execução do contrato, bem como se existe exposição a relacionamento com agentes públicos. Além disso, os parceiros de negócios ou qualquer pessoa interessada, pode utilizar canal de denúncias para realizar reportes de quaisquer irregularidades.

Além das políticas e procedimentos mencionados acima, a Companhia adota uma Política de Investigação Interna e Canal de Denúncias, na qual a compromete-se a apurar todos os desvios de condutas que violem a legislação, o seu Código de Conduta ou as suas políticas internas. Esta política tem como objetivo formalizar o processo de investigação dos relatos feitos no canal de denúncias da Companhia.

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Allied em reunião de 14 de dezembro de 2020 e é revisado sempre que necessário.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Diretoria de Compliance é composta por profissionais contratados pela Companhia, com autonomia de atuação e reporte direto para o Comitê de Compliance e para o Conselho de Administração. A Diretoria é responsável por: (i) elaborar e aprovar o planejamento anual das atividades do programa de compliance; (ii) executar as atividades previstas no planejamento anual e demais atividades relacionadas ao programa de compliance; e (iii) monitorar a execução do planejamento anual, apresentando ao final do ano o relatório de monitoramento. Além disso, também é responsável por receber, registrar e apurar relatos do canal de denúncias, e reportar ao Comitê de Compliance da Companhia.

O Comitê de Compliance é composto por membros indicados pelo Conselho de Administração, sendo responsável por: (i) avaliar e monitorar o programa de compliance; (ii) supervisionar as atividades da Diretoria de Compliance; (iii) fazer a análise crítica do relatório de monitoramento; (iv) decidir sobre temas reportados pela Diretoria de Compliance; (v) assessorar o Conselho de Administração nos temas relacionados à Compliance.

O Conselho de Administração é composto por membros eleitos, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia e é responsável por: (i) aprovar a Política de Compliance e as demais políticas relacionadas, incluindo o Código de Conduta; (ii) decidir sobre temas reportados pelo Comitê de Compliance; e (iii) analisar criticamente o relatório de monitoramento, em conjunto com o Comitê de Compliance.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta se aplica a todos os membros do Conselho de Administração, diretores, empregados e a todos e quaisquer colaboradores e parceiros de negócios da Companhia, em regime de trabalho permanente ou temporário, incluindo estagiários.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os novos colaboradores da Companhia recebem o Código de Conduta e são conscientizados a respeito do Programa de Compliance da Companhia durante a fase de integração. Ademais, também é disponibilizado na intranet treinamento para os demais colaboradores, e periodicamente são enviados comunicados atualizados sobre temas de Compliance por e-mail. Em junho de 2020 foi conduzido um treinamento sobre Compliance Anticorrupção para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Além disso, os colaboradores da Companha passaram a receber, a partir dezembro de 2020, treinamento sobre o Código de Conduta, canal de denúncias e Política Anticorrupção.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Em caso de violação a qualquer termo ou disposição do Código de Conduta o infrator estará sujeito a medidas disciplinares, incluindo a possibilidade de advertência, suspensão e até a rescisão do contrato de trabalho. Tais medidas disciplinares estão descritas no próprio código.

No caso de violação por parte de terceiros, poderá ser determinado encerramento da relação comercial com a Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 14 de dezembro de 2020, e está disponível na intranet e no website da Companhia www.ri.alliedbrasil.com.br.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia conta com canal de denúncias para recebimento de relatos sobre qualquer violação ou suspeita de violação das disposições do Código de Conduta ou de qualquer lei brasileira vigente, que possa envolver a Companhia e causar danos ao seu patrimônio, bem como a sua imagem e reputação perante a sociedade.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é operacionalizado por terceiro.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias pode ser utilizado por colaboradores e quaisquer terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O canal de denúncias da Companhia permite recebimento de relatos anônimos. O Código de Conduta prevê que não é permitido qualquer tipo de retaliação contra denunciantes ou testemunhas de boa-fé. Quaisquer atitudes que caracterizem retaliação são terminantemente proibidas e passíveis de aplicação das sanções cabíveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Os relatos do canal de denúncias são recebidos, registrados e apurados pela área de Compliance, e reportado para o Comitê de Compliance da Companhia.

Caso o relato envolva algum membro do Comitê de Compliance ou do Conselho de Administração, a pessoa envolvida não poderá participar do processo de investigação ou de qualquer decisão relacionada a ele.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Nos processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, a Companhia realiza diligências prévias ou mapeamento de processos e riscos, com auxílio de escritórios de advocacia e empresas de auditorias reconhecidas no mercado. Quando são feitas incorporações, a Companhia contrata uma empresa terceira para realizar um laudo de avaliação da empresa incorporada, além da atuação de advogados, internos ou externos, para que todos os atos legais e contábeis sejam mapeados e realizados corretamente.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante com relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	10/04/2014
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/11/2020

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia tem uma história de 20 anos de atuação no mercado que pode ser dividida em três grandes períodos:

Primeiro Ciclo de Crescimento (2001 a 2010):

A Allied foi fundada em 2001, quando a família Radomysler iniciou as atividades (inicialmente, por meio da Allied Advanced Technologies Ltda.) de importação e distribuição de telefones celulares e acessórios de eletrônicos no Brasil. Nesta época, o mercado destes produtos era centrado nas operadoras de telefonia. Assim, durante muitos anos, a Allied foi conquistando seu espaço no abastecimento de produtos e na provisão de serviços tanto para as *telcos*, como para os fabricantes de produtos. A principal conquista deste primeiro ciclo de vida da empresa foi um contrato de exclusividade de customizações e serviços de pós-vendas com uma grande operadora. Este passo foi muito importante para a Allied ganhar relevância perante outros *players* do mercado.

Uma importante mudança no mercado brasileiro de telefones celulares ocorreu no final dos anos 2000. Em 2007 a Agência Nacional de Telefonia (ANATEL) aprovou o Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), que transformou a dinâmica do ambiente de negócios que a Allied estava inserida.

O advento da possibilidade de os clientes das operadoras portarem seus números para empresas concorrentes sem nenhuma penalidade (de forma resumida, esta foi a decisão do RGP) fez com que as operadoras de telefonia cada vez mais retirassem os subsídios nos preços dos telefones celulares vendidos em suas lojas. Ao invés de reduzir o preço dos *handsets* em troca de uma fidelidade do cliente por alguns meses, as operadoras passaram a oferecer planos com diferenciais em serviços (maiores franquias de minutagem e dados, por exemplo).

O resultado desta transformação estrutural no mercado de telefonia resultou na migração dos locais onde os consumidores adquiriam seus telefones celulares. Varejistas de diferentes segmentos da economia passaram a incorporar o produto em seu portfólio de vendas e oferecê-los aos consumidores assim como já faziam com outras linhas de bens duráveis e não-duráveis.

Em poucos anos, as operadoras, que representavam praticamente 100% do volume de vendas de telefones celulares, passaram a ter uma quota de mercado bastante reduzida.

Por estar bem posicionada com outros negócios com as operadoras de telefonia e com os fabricantes de *handsets*, foi natural que estes *players* enxergassem na Allied um potencial parceiro para levar seus produtos e serviços ao consumidor brasileiro através da compra de produtos e revenda para uma vasta gama de varejistas em todo o país.

Ao final desse período, a Companhia já se posicionava como um grande distribuidor de produtos eletrônicos do Brasil e iniciava sua trajetória como varejista nos canais físico e digital.

Segundo Ciclo de Crescimento (2010 a 2014):

A migração das vendas de telefones celulares das lojas de operadoras para as lojas de varejistas de diversos segmentos abriu uma enorme oportunidade para a Allied se posicionar como o principal distribuidor destes produtos no Brasil. Além do mercado de distribuição crescer, os telefones celulares, no início dos anos 2010, passavam por uma renovação tecnológica. A base instalada migrava para telefones com mais tecnologia (*smartphones*). O resultado deste ambiente de negócios, somado à habilidade da Allied de conectar com um ambiente logístico, tributário e de crédito bastante complexos, foi um crescimento exponencial da empresa.

Com isso, a Allied precisou de capital para capturar todo o crescimento de mercado que vislumbrava. Foi nesta época, em 2011, que o fundo de *private equity* - One Equity Partners entrou para o quadro societário da empresa.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Além de aportar capital para financiar a expansão do negócio de distribuição, o investidor contribuiu aprimorando os controles internos, além de melhorar as práticas gerenciais e de governança.

Também foi neste período que a Companhia iniciou a diversificação de seus negócios: (i) em 2012, a Allied fechou os primeiros contratos com operadoras de telefonia para gerir suas lojas *online*, (ii) em 2013, a Companhia abriu suas primeiras lojas de varejo da marca Samsung em *shopping centers* localizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; e (iii) ao longo deste período, a Companhia passou a distribuir outros produtos, como câmeras digitais, *notebooks* e consoles de vídeo games.

Em 2014, a Companhia foi efetivamente constituída e, em 2016, incorporou a Allied Advanced Technologies Ltda. (então denominada Allied S.A.).

Terceiro Ciclo de Crescimento (2015 aos dias atuais):

Em janeiro de 2015, o controle da Allied foi adquirido pelos FIP Brasil I e II detidos indiretamente por entidades geridas pela Advent International Corporation. A partir deste momento, dois grandes movimentos ocorreram para posicionar a empresa como um *player* líder e robusto no universo de produtos e serviços digitais:

A partir de 2017, inicia-se o fortalecimento do canal de venda de varejo digital com a constituição da subsidiária Mobcom Tecnologia Ltda. que reforçou o posicionamento da Allied nos canais de vendas online. Nesse ano, o número de lojas da Samsung operadas pela Allied era 53.

Ainda em 2017, a empresa adquiriu a totalidade das ações ordinárias da Companhia Wooza Tecnologia e Representações S.A. plataforma de prestação de serviços de habilitação de plano de dados, voz e recarga e desenvolvimento de sistemas tecnológicos no canal online. Também em 2017, foi iniciado um novo modelo de operação de lojas no varejo físico, denominado "*Store in Store*". Com esse formato, a Allied ampliou sua atuação no varejo como parceiro para gestão das vendas de produtos de tecnologia.

Seguindo o movimento de expansão e consolidação como varejista, a Allied adquiriu, em 2018, a totalidade das ações da Arte Telecom Ltda, então dona de 39 Lojas Samsung, responsáveis pela venda de celulares, produtos de informática, eletrônicos e seguros para celulares.

Em 2019, realizou mais uma aquisição de 8 pontos de vendas Samsung que, além de ampliar sua operação, também permitiu a expansão geográfica além do eixo Sudeste do país. Ainda em 2019, buscando complementar suas unidades de negócio e potencializar os resultados do varejo, a Allied criou a SOUDI Pagamentos Ltda., uma plataforma digital para oferta de produtos e serviços financeiros. A SOUDI tem como objetivo principal disponibilizar um instrumento de pagamento pós-pago (cartão de crédito) ao consumidor final, impulsionando assim a venda de produtos tanto em lojas físicas, quanto em lojas online da Allied.

O ano de 2020 foi marcado pela expansão das plataformas digitais, com (i) desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma de venda de produtos e serviços online (SAV), (ii) expansão da SOUDI com implementação em todas as operações Samsung da Allied e acordo para expansão em todas as lojas da Samsung no país e (iii) aceleração das soluções de omnicanalidade.

A Allied é atualmente uma das 200 maiores empresas do Brasil em patamar de vendas, bem como uma das principais parceiras de muitos fabricantes de produtos do universo digital com presença no Brasil.

Em abril de 2021 a Allied realizou a sua listagem no segmento do Novo Mercado na B3 e, com isso, passou a ter suas ações negociadas em bolsa de valores. Os recursos captados na oferta primária estão sendo e continuarão a ser utilizados para sustentar o crescimento nos próximos anos, amparados nos pilares estratégicos definidos pela Administração. Com a listagem no segmento do Novo Mercado, a Allied ratifica o seu compromisso com as boas práticas de Governança Corporativa.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante com relação a esta seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Nascemos em 2001 com a missão de levar o universo digital ao alcance de todos. Há anos, somos um dos principais players do mercado brasileiro de eletrônicos de consumo, sendo que cerca 1 a cada 10 celulares adquiridos no Brasil são vendidos por nós[1]. Ao longo dos últimos 12 meses findo em 30 de setembro de 2021, comercializamos mais de 11,2 milhões produtos por meio dos canais físicos e digital, o que representou um aumento de 21% em relação aos últimos 12 meses findo em 30 de setembro de 2020 e totalizou R$ 7,0 bilhões em receita bruta[2] de vendas.

Atuamos através de 3 canais de vendas: varejo físico, varejo digital e distribuição. Comercializamos um portfólio completo de produtos eletrônicos de consumo, representando muitas das principais marcas de eletrônicos de consumo que atuam no Brasil, como Apple, HP, Samsung, Motorola, Microsoft, LeNovo, entre outras, em mais de 10 categorias de produtos. Vendemos produtos de mais de 30 marcas premium e, além disso, somos os únicos representantes de grandes marcas do setor, com destaque para Google.

Além da venda de produtos, oferecemos também uma variedade de serviços complementares agregados aos nossos clientes, incluindo seguros de celular, planos de operadoras, *trade-in* de aparelhos e serviços financeiros, os quais ainda não representam uma parcela significativa da receita da Companhia.

Nossa plataforma de digitalização para varejo, o SAV, estava presente em mais de 5 mil pontos de venda em 30 de setembro de 2021, entre eles: Magazine Luiza, Lojas Americanas, Eletrosom, Lojas Samsung, G. Barbosa, Carreour, BIG, Motorola, Grupo Avenida e Oi.

Em 30 de setembro de 2021, contávamos com mais de 1.891 colaboradores, 279 lojas e 5 centros de distribuição.

Nosso Negócio

Nossas operações consistem em varejo (via lojas físicas e digital), bem como atividades de distribuição como um dos principais *players* na compra de bens eletrônicos de consumo diretamente de fabricantes. Apresentado abaixo estão os principais indicadores financeiros por canal de venda para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Indicadores financeiros por canal de venda

Período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021 (em milhões de reais)			
Canal de venda	**Receita líquida de vendas**	**Lucro bruto**	**Participação do canal de venda no lucro bruto da Companhia**
Varejo (físico e digital)	944,7	269,1	43,7%
Distribuição	3.136,5	346,5	56,3%
Total	**4.081,2**	**615,4**	**100,0%**

[1] De acordo com estudos internos da companhia e relatórios de mercado do GfK.

[2] Receita Bruta considera a receita com venda de mercadorias, receita com serviços prestados, devoluções, abatimentos, cancelamentos e descontos sobre vendas.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em milhões de reais)			
Canal de venda	**Receita líquida de vendas**	**Lucro bruto**	**Participação do canal de venda no lucro bruto da Companhia**
Varejo (físico e digital)	1.157,7	348,5	47,2%
Distribuição	3.564,8	389,8	52,8%
Total	4.722,4	738,3	100,0%

Varejo físico

Iniciamos nossa atuação no varejo físico em 2013, com a abertura da primeira loja Samsung operada pela Companhia. Em 2017, lançamos o modelo *Store in Store.* Em 30 de setembro de 2021, atingimos a marca de 161 lojas Samsung e 118 no modelo *Store in Store*[3], com um total de R$ 564.770 mil de receita líquida de vendas nos últimos 12 meses, que representa um crescimento anual médio de 20,7% desde 2018. Os contratos com a Samsung são renováveis a cada 5 anos. A variação da receita bruta de vendas decorrente do same-store sales[4] das nossas operações físicas, entre últimos 3 e 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2021, contra o mesmo período de 2020, foi de -17,2% e +19,8%, respectivamente.

Somos o maior parceiro da Samsung no Brasil e o 2º maior parceiro no mundo, segundo dados gerenciais da Samsung. No Brasil, nossa rede representa aproximadamente 47% das lojas da marca, sendo que as lojas físicas da Samsung são os principais canais de venda dos celulares *premium* da marca, o que reforça a importância de serem operadas por players capacitados e experientes. Nossa rede de lojas Samsung teve receita líquida de R$ 508,6 milhões nos 12 últimos meses.

Acreditamos que nossa produtividade de vendas seja uma das maiores da rede de lojas Samsung, em razão da nossa expertise em atendimento e conversão no ponto de venda, escala de compras, estrutura logística robusta e maturidade em previsão e controle do estoque. Nossas capacidades para *cross selling* permitiram que, de janeiro a dezembro de 2020 fossem vendidos 1,6 acessórios para cada smartphone ou tablet, 15% das vendas foram realizadas com seguros e 22% com trade in de aparelhos usados. No acumulado em 9 meses de 2021, foram vendidos 1,7 acessórios para cada smartphone ou tablet e 23% das vendas foram realizadas com seguros.

Nossa atuação com a Samsung se dá através de um contrato de parceria, renovado em 2018, que nos permite utilizar a marca Samsung nos pontos comerciais desta marca que operamos mediante cumprimento de algumas condições operacionais.

Além das lojas Samsung, atuamos também, desde 2017, através do modelo *Store in Store*. A proposta deste modelo é permitir a varejistas que não atuam no segmento de eletrônicos que incluam a categoria em suas lojas, em um formato no qual não há grandes investimentos ou riscos operacionais por parte deles. Provemos mobiliário customizado, com a marca do varejista, portfólio de produtos adequado ao público-alvo, gerenciamento de estoque, além da contratação e gestão da força de vendas no local. O varejista parceiro é remunerado com uma comissão sobre as vendas. Para mais informações, ler o fator de risco *"Nosso modelo de atuação depende de contratos de parceria, fornecimento e distribuição com grandes marcas. Nossos fornecedores varejistas para os quais distribuímos os produtos e marcas parceiras podem decidir deixar de contratar conosco".* Para o varejista pareceiro, os diferenciais desse modelo são o aumento da receita e do fluxo da loja sem risco operacional e necessidade de capital de

[3]Operações *Store-in-Store* em Setembro/21: 71 Marabraz, 41 Sams' Club, 2 Saraiva, 2 Maxxi, 2 Giga Atacado.
[4]*Same Store Sales* considera a receita bruta, líquida de devoluções, de lojas com 12 meses de operação, nos dois períodos comparados.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

giro, despesas operacionais e capex.

Em ambos os modelos de varejo físico (lojas Samsung e Store-in-Store), nosso posicionamento é diferenciado pela experiência ao cliente, profundidade de portfólio e serviços agregados.

O mapa abaixo apresenta a distribuição geográfica dos nossos 279 pontos de venda, incluindo aqueles do modelo *Store-in-Store,* em 30 de setembro de 2021:

279 PONTOS DE VENDA
(Setembro/21)

	SAMSUNG	SIS	TOTAL
SP	96	95	191
RJ	26	3	29
MG	20	1	21
PR	15	2	17
MS	4	1	5
DF	0	3	3
SC	0	2	2
RS	0	2	2
AL	0	1	1
BA	0	1	1
CE	0	1	1
ES	0	1	1
GO	0	1	1
PA	0	1	1
PE	0	1	1
RN	0	1	1
SE	0	1	1

Varejo digital

Em nossos canais digitais, comercializamos o mesmo extenso portfólio de produtos eletrônicos oferecidos no varejo físico e na distribuição, além de oferecermos os seguintes serviços: ativação de planos de celular, banda larga, TV por assinatura, assinaturas de software e portais de jogos e outros conteúdos[5]. Em 2018, nossa receita líquida do canal de vendas varejo digital era de aproximadamente R$ 152,4 milhões. Nos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2021, atingimos aproximadamente R$1,1 bilhões em receita bruta[6], ou R$ 863,0 milhões de receita líquida do canal de venda varejo digital através, principalmente, da venda de 513 mil produtos comercializados pelos nossos canais digitais. O crescimento anual médio da receita líquida deste canal, de 2018 a setembro de 2021, foi de 87,9%.

Vendemos nossos produtos nos principais marketplaces do Brasil, que juntos possuem mais de 800 milhões de visitas mensais no e-commerce brasileiros[7]. Acreditamos que estamos posicionados entre os maiores sellers de smartphones nos maiores marketplaces, em termos de receita. Em 30 de setembro de 2021, estávamos presentes em 22 *marketplaces* com 32 lojas online.

---

[5] Exemplos de assinaturas/conteúdos vendidos através da plataforma SAV: Google Play, Deezer, iFood, Evino, PlayStation e LevelUp

[6] Receita Bruta considera a receita com venda de mercadorias, receita com serviços prestados, devoluções, abatimentos, bonificações e descontos sobre vendas.

[7] Segundo relatório sobre setores e-commerce no Brasil em dezembro de 2021 pela Conversion.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A nossa experiência operacional no mercado brasileiro de eletrônicos de consumo nos permitiu firmar parceria com marcas como Google e Apple para operar suas respectivas lojas oficiais dentro dos principais *marketplaces* brasileiros, assim como as lojas oficiais de celulares das operadoras Claro e TIM. Mais recentemente, inauguramos lojas oficiais da Xiaomi no modelo de marketplace. Acreditamos que a Xioami, novo entrante no mercado brasileiro, tem alto potencial de crecimento já que possui 12% de marketshare global de aparelhos.

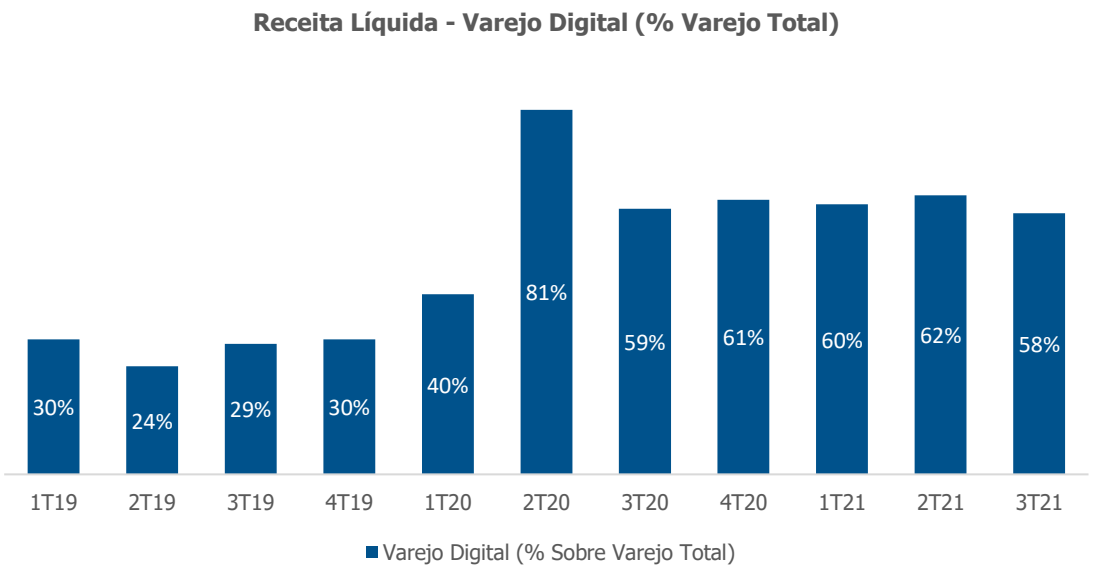
Em adição à venda de produtos nos marketplaces, vendemos e ativamos online planos de celular de algumas das maiores operadoras, tanto no canal online como em varejistas parceiros, que utilizam nosso sistema para realizar a venda de planos em suas lojas, para seus consumidores.

Por fim, vale destacar que, em agosto de 2020, foi lançado, em parceria com o Banco Itaú e a Apple, o programa "iPhone pra Sempre", uma forma de adquirir celulares da Apple em que o cliente parcela, no seu cartão de crédito do banco Itaú, aproximadamente 70% do aparelho em 21 vezes mais o saldo remanescente ao final do período. Por meio deste programa, atuamos com parceria exclusiva para compras, emissão de faturas, recompra e revenda após a reforma dos aparelhos. O programa contou com alguns milestones importantes, com destaque para: (i) o lançamento do iPhone 12 em novembro de 2020; (ii) o iPhone Day em setembro de 2021; e (iii) o lançamento do iPhone 13 em outubro de 2021. Por meio deste programa, já foram vendidos mais de 100 mil smartphones, que possuem precificação entre R$ 3.699 a R$ 15.499, substancialmente acim da média de mercado, de aproximadamente R$ 1.530. Vale destacar que, em maio de 2022, abre-se a janela de troca com o encerramento do ciclo dos primeiros clientes do programa.

O crescimento do canal de Varejo Digital tem sido beneficiado pelo aumento do ticket médio na categoria de smatphones, sendo que ele atingiu R$ 2.484 no 3º trimestre de 2021, o que representou um aumento de 69% em relação ao mesmo período de 2020. Desconsiderando o efeito do programa iPhone para Sempre, o ticket médio foi de R$ 1.663, o que representou um aumento de 93% em relação ao mesmo período de 2020.

Nossa estratégia de crescimento no canal de Varejo Digital prevê a maior diversificação de produtos/categorias dentro do canal, sendo que, no 3º trimestre de 2021, a participação de smartphones foi de 83% (versus 90% no mesmo período de 2020.

O nosso varejo digital tem se tornado cada vez mais relevante dentro da estratégia de varejo consolidado da Companhia. O gráfico abaixo mostra a representatividade da receita líquida do Varejo Digital como percentual da receita líquida do Varejo total:



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Distribuição

Somos o maior distribuidor de produtos eletrônicos de consumo no Brasil, segundo o Ranking Exame Maiores e Melhores mais recente[8] e distribuímos, de forma recorrente, mais de 4,1 mil SKUs. Somos um comprador relevante de vários dos principais fabricantes de produtos eletrônicos de consumo e um parceiro relevante da grande maioria dos varejistas que atuam com esta categoria de produtos. Acreditamos que temos relacionamento saudável e de longa data com todos os *stakeholders relevantes,* o que nos ajuda nas constantes negociações e parcerias que realizamos em conjunto. Nos últimos 12 meses, comercializamos mais de 10,1 milhões de produtos para mais de 3,5 mil clientes por meio da nossa distribuição. Nosso canal de distribuição atingiu R$ 4,3 bilhões em receita líquida nos últimos 12 meses, o que representa um crescimento anual médio de 28,6% desde 2018. Muitos fabricantes possuem limitada estrutura comercial, de operações e logística em terrirório brasileiro. Com isso, nos tornamos um parceiro estratégico para que eles atinjam o potencial de suas marcas.

Nossa operação de distribuição está focada em agregar valor aos varejistas, especialmente os que não são atendidos pelos grandes fabricantes. Esse grupo inclui (i) pequenos e médios varejos que não têm volume de compra suficiente para comprar diretamente dos fabricantes; (ii) varejos que têm baixo limite de crédito; (iii) clientes que precisam de pronta entrega; (iv) varejos que possuem necessidades logísticas específicas, e que por isso requerem um serviço personalizado; (v) clientes que desejam realizar alguma customização nos produtos adquiridos; e (vi) varejos que precisam da nossa *expertise* para gerenciar a categoria de eletrônicos. Alguns grandes varejistas que atuam em território nacional também são nossos clientes relevantes, uma vez que temos grande habilidade em suprir, com agilidade, eventuais desequilíbrios de oferta e demanda entre fabricantes e varejistas.

Por fim, operamos na distribuição de produtos eletrônicos para todos os varejos que desejam adquirir quaisquer produtos das marcas de que somos os únicos representantes no Brasil, tais como o Google.

INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, alcançamos uma receita líquida de vendas de R$ 4.722,4 milhões, um lucro bruto de R$ 738,3 milhões e um EBITDA[9] de R$ 328,8 milhões. De 2018 até 2020, nossa receita líquida de vendas aumentou 73,4%, nosso lucro bruto aumentou 58,7% e nosso EBITDA aumentou 101,3%. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros que são mensurados anualmente.

---

[8] Ranking Exame Maiores e Melhores de 2018 e 2021.

[9] O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527/12, não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Da mesma forma, o EBITDA do período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$14,1 milhões e R$ 17,5 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$9,4 milhões e R$10,0 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).Para a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

As tabelas a seguir ilustram a evolução de alguns de nossos principais resultados financeiros e operacionais ao longo do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Indicadores financeiros (em milhares de R$)	**Período de 9 meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida de vendas	4.081.217	3.066.171	4.722.413	3.711.271	2.723.996
Lucro bruto	615.432	468.319	738.279	585.654	465.092
Lucro líquido do período/exercício	267.148	94.677	167.645	100.630	62.375
Lucro líquido Ajustado(3)	183.114	94.677	167.645	100.630	62.375
EBITDA(1)(2)	416.691	196.907	328.777	222.729	163.349
EBITDA Ajustado (1)(2)(3)	315.303	196.907	328.777	222.729	163.349

Indicadores financeiros (em milhares de R$)	**Em 30 de setembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
Patrimônio Líquido(4)	1.523.638	1.130.587	970.123	913.949
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)(3)	115.428	98.935	78.218	153.189
Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)(4)	288.590	344.431	424.029	312.751

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$15,5 milhões e R$ 19,2 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$11,3 milhões e R$12,7 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Da mesma forma, o EBITDA do período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$14,1 milhões e R$ 17,5 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$9,4 milhões e R$10,0 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).Para a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

(2) O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527/12, não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

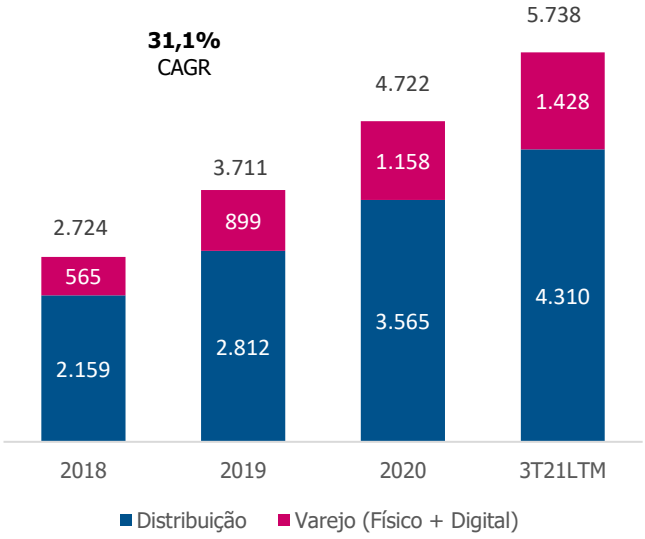
(3) Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização monetária. O EBITDA Ajustado e o Lucro líquido Ajustado foram calculados excluindo o efeito mencionado acima do EBITDA e do Lucro líquido, respectivamente.

(4) Para informações sobre estes indicadores financeiros ajustados após a realização da Oferta, vide a seção 18.12 deste Formulário de Referência.

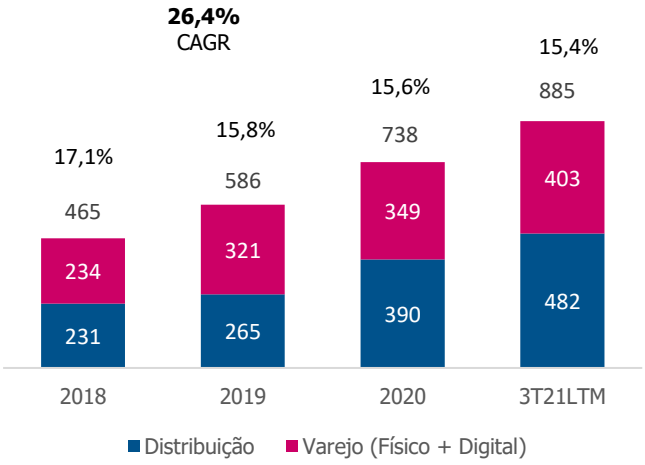
7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Indicadores Operacionais	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Volume de Produtos Vendidos	7.157.051	6.599.827	10.683.496	8.476.457	6.571.144
Pontos de Venda de Varejo Físico	279	190	256	159	143

Receita Líquida de Vendas (R$ milhões)



Lucro Bruto e Margem Bruta (R$ milhões e % da Receita Líquida)



A coluna 3T21LTM refere-se a receita líquida de vendas do período de 12 meses iniciado em 01/10/2020 e findo em 30/09/2021. Apurada da seguinte forma: R$ 4.081,2 milhões no período de 9 meses findo em 30/09/21 + R$ 4.722,4 milhões em 2020 - R$ 3.066,2 milhões no período de 9 meses findo em 30/09/20 = set/21 LTM: R$ 5.737,5 milhões.

A coluna 3T21LTM refere-se ao lucro bruto do período de 12 meses iniciado em 01/10/2020 e findo em 30/09/2021. Apurado da seguinte forma: R$ 615,4 milhões no período de 9 meses findo em 30/09/21 + R$ 738,3 milhões em 2020 - R$ 468,3 milhões no período de 9 meses findo em 30/09/20 = set/21 LTM: R$ 885,4 milhões.

Receita Líquida (em R$ milhões, exceto %)						
	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Var %	2020	2019	Var %
Distribuição	3.136,5	2.391,5	31,1%	3.564,8	2.812,1	26,8%
Varejo Físico	377,1	271,4	39,0%	459,0	647,9	-29,2%
Varejo Digital	567,6	403,2	40,8%	698,6	251,3	178,1%
Total	**4.081,2**	**3.066,2**	**33,1%**	**4.722,4**	**3.711,3**	**27,2%**

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Lucro Bruto (em R$ milhões, exceto %)						
	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Var %	2020	2019	Var %
Distribuição	346,5	254,1	36,3%	389,8	264,6	47,3%
Varejo	269,1	214,2	25,6%	348,5	321,0	8,6%
Total	**615,4**	**468,3**	**31,4%**	**738,3**	**585,7**	**26,1%**

Margem Bruta						
	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Var %	2020	2019	Var %
Distribuição	11,0%	10,6%	0,4 pp	10,9%	9,4%	1,5 pp
Varejo	28,5%	31,8%	-3,3 pp	30,1%	35,7%	-5,6 pp
Total	**15,1%**	**15,3%**	**-0,2 pp**	**15,6%**	**15,8%**	**-0,2 pp**

Desde o início da pandemia do COVID-19, a Companhia vem implementando ações para digitalizar ainda mais seus canais, introduzir novos produtos e servir melhor os clientes. Os resultados do esforço vêm se apresentando nos resultados recentes: No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, a receita líquida de vendas da Companhia consolidado cresceu 33,1% em relação ao mesmo período de 2020, totalizando R$ 4.081,2 milhões. Diversas iniciativas explicam esse resultado nos nossos 3 principais canais de vendas, como explicado abaixo.

Em junho de 2020, a Allied celebrou um importante contrato em parceria com o Banco Itaú e a Apple, chamado "Iphone para Sempre". O programa lançado em agosto de 2020 prevê a venda de aparelhos da Apple para clientes do banco em condições diferenciadas de parcelamento em 21 meses e futura possibilidade de compra, devolução ou troca por outro modelo. Essa aliança estratégica, aliando alto volume de vendas com ticket médio substancialmente acima do mercado, trouxe resultados financeiros para a Allied e marcou a entrada da Companhia no negócio de "trade-in", com a aquisição dos celulares usados.

Desde o início do ano de 2020, a Allied vem acelerando sua estratégia de omnichannel e alavancando vendas através da integração de seus pontos de venda físicos e sua presença como seller nos principais marketplaces do país, conceito recém criado e denominado Marketplace Multinível. Através de uma arquitetura complexa totalmente automatizada, a Allied implementou até o momento iniciativas de: (i) click and collect em 130 dos seus pontos de venda integrado nos marketplaces do grupo B2W e Mercado Livre; e (ii) ship from store integrado nos marketplaces Magazine Luiza e Mercado Livre, com entrega em até 3 horas. Adicionalmente, identificamos oportunidades de cross sell, em que os clientes podem contratar serviço (seguros, por exemplo) ou produtos (acessórios e wearables) adicionais. Além do marketplace multinível, utilizamos também ferramentas como Rappi, Delivery Center, Whatsapp e Drive-Thru.

Em 30 de junho de 2020, após mais de 3 meses do início das medidas de restrição social do Brasil em decorrência da pandemia do COVID-19, 105 das 150 lojas da Companhia estavam abertas, sendo que todas elas ainda operavam em horário reduzido. A partir de 29 de julho de 2020, algumas das lojas da Companhia passaram a operar em horário completo e, em 30 de setembro de 2021, todas as 279 lojas estavam abertas, mas algumas delas operavam com restrições de horário de funcionamento. Como reflexo desse processo de reabertura, a receita líquida do canal de varejo físico da Companhia reduziu significativamente a queda que vinha sofrendo em relação ao mesmo período do ano anterior.

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

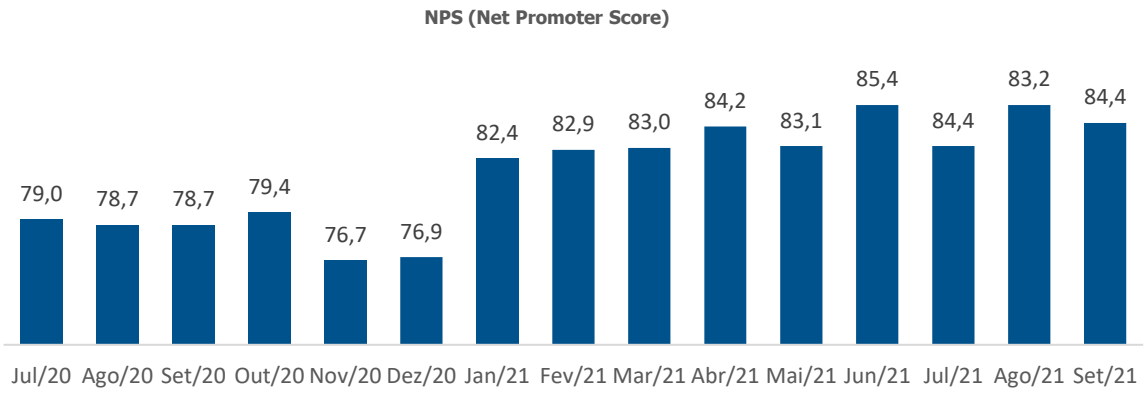
Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Reconhecimento de experiência operacional no varejo físico e digital

Com a expansão da nossa atuação no varejo, toda a estrutura de gestão que suporta essa operação cresceu e se aprimorou junto. Nossa operação no varejo é centrada na experiência do cliente, e os indicadores de desempenho que mensuram essa dimensão são as principais métricas acompanhadas pela nossa diretoria.

Nossas lojas Samsung possuem um NPS (*Net Promoter Score*)[10] de 84,4%, avaliado em setembro de 2021, e nossos canais possuem o selo RA1000 do site Reclame Aqui. Acompanhamos estes índices semanalmente, e diversos outros indicadores de conformidade com identidade visual, conversão de vendas e rentabilidade com periodicidade diária.



A manutenção de uma operação de excelência, tal qual o nosso varejo, depende de investimento constante em treinamento da força de vendas e dos times de apoio, além de sistemas que suportem uma experiência de compra ágil, assertiva e satisfatória.

Adicionalmente, acreditamos que nossa história e experiência comprovam que temos capacidade de crescer de forma inorgânica. Entre 2018 e setembro de 2021, adquirimos mais de 55 lojas Samsung, as quais foram rapidamente integradas aos nossos sistemas e processos especializados.

Em relação ao modelo *Store-in-Store*, realizamos uma série de pilotos ao longo de 2018 de forma a obter um entendimento profundo sobre as alavancas de valor desse modelo, e como personalizá-lo de forma a garantir retorno financeiro dentro de varejistas completamente distintos, com públicos-alvo e formatos de loja diferentes entre si. Acreditamos que a expertise no varejo de produtos eletrônicos construída ao longo da nossa história nos coloca em uma posição privilegiada para seguir expandindo no segmento.

Sinergia entre a operação de varejo suportada pela estrutura de distribuição nacional

Tanto o nosso varejo físico como o digital são amplamente beneficiados por uma série de fortalezas que a Companhia possui em função da sua atuação em distribuição. Somos um dos principais compradores de produtos eletrônicos de consumo do país, o que nos dá acesso a condições de negociação favoráveis. A nossa estrutura logística é compartilhada entre as verticais dos negócios, o que traz uma redução de custo nos fretes e agilidade nas entregas à domicílio, no caso do varejo digital.

---

[10] NPS ou *Net Promoter Score* é uma metodologia padrão de mercado que mede a satisfação e lealdade dos clientes e se baseia na pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de você recomendar a loja da Samsung, (que é operada pela Companhia) para um amigo ou parente?"

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A operação de distribuição nos traz um estoque robusto com baixo índice de ruptura, além de marcas que só nós comercializamos em território brasileiro, dois diferenciais importantes para o varejo digital.

O relacionamento de longo prazo com fabricantes e operadoras também nos permitiu assumir parcerias relevantes e de grande valor, como as lojas Samsung, as lojas oficiais em *marketplaces* da Google, Microsoft e Apple, e as lojas online de aparelhos da Claro e da TIM. Novos formatos de parcerias são discutidos frequentemente com nossos *stakeholders* e são um dos pilares de nosso crescimento.

Inteligência de mercado e omnicanalidade

Nossa longa experiência no mercado de eletrônicos de consumo, nossa atuação através de diversos canais, e nosso *market share* dentro das principais categorias em que atuamos, nos trazem um volume de informações de alto valor. Considerando os 3 meses findos em 30 de setembro de 2021, temos 9% do *marketshare* de venda de smartphones, 10% do *marketshare* de venda de notebooks e, considerando o período de 12 meses findos em 30 de setembro de 2021, 19% do *marketshare* de consoles de videogames. Temos visibilidade do que acontece em termos de lançamentos, volumes de produção, preços e mudanças tecnológicas por parte dos fabricantes, além de acompanharmos de perto a dinâmica do mercado consumidor, seja através de nossos clientes varejistas ou dos nossos canais de varejo próprios.

Temos interação com seguradoras, operadoras de telecomunicação, varejistas, fabricantes, *start-ups*, distribuidores, atacadistas, clientes corporativos, clientes pessoa física, *marketplaces*, *e-commerces*, entre outros. Acreditamos que essa presença em diversos canais nos permite arbitrar negociações de compra e venda e realocar estoque de forma a maximizar nossa rentabilidade e giro.

Além da nossa atuação em produtos de tecnologia de consumo, acreditamos ser líder na venda *online* de planos de celular, o que nos coloca em posição vantajosa tanto no relacionamento com as operadoras, como no contato com o consumidor do plano.

Nos últimos 12 meses, transacionamos aproximadamente 3,2 milhões de celulares e mais de 320 mil notebooks. Por isso, acreditamos que estamos numa posição privilegiada para desenvolver novas soluções no mercado brasileiro de eletrônicos de consumo, como (i) oferta do modelo *Store-in-Store* para varejos que não possuem a categoria; (ii) trazer novas categorias e marcas para o Brasil, como o Kindle, da Amazon, e o Nest e o Chromecast, da Google; (iii) propor projetos para nossos parceiros, como os serviços financeiros e a venda de planos de celular nas lojas Samsung; (iv) soluções inovadoras de omnicanalidade através dos nossos canais digitais e físicos.

Aproveitando nosso posicionamento no mercado, fomos o primeiro seller[11] a implementar de forma integrada o modelo de "Click-and-Collect" e "Ship-from-Store". Através dessa iniciativa, buscamos otimizar o estoque das lojas, colocando a disposição para venda via marketplaces. Nesse contexto, temos conseguido aumentar o ticket médio com o incremendo de vendas de seguros e produtos adicionais, tais como acessórios e wearables.

Governança experiente, focada em geração de caixa

Passamos por um longo período de profissionalização, dois ciclos de investimento de *private equity* – One Equity Partners em 2011, um braço do JP Morgan na época, e Advent International Corporation em 2015 – e, desde então temos passado por melhorias e aprimoramentos em nossos processos de controles internos com importantes investimentos em sistemas e processos que tornaram a operação mais ágil e com melhor visibilidade de diversas métricas de desempenho que são utilizados na gestão da Companhia. Além disso, temos controle de auditoria interno desde 2014 e externo desde 2011.

---

[11] Universo Vtex.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Nossa equipe é 100% profissionalizada, composta por executivos de longa experiência nos mercados de eletrônicos, varejo, *marketplace*, operadoras de telecomunicação, consultoria estratégica, entre outros, e executivos com diversos anos de casa. Nossos administradores estão alinhados com o crescimento e valorização da Companhia no longo prazo através de planos de incentivo, como, por exemplo, o plano de *stock options*.

Somos auditados por *Big 4* desde 2011, e mantemos comitês consultivos estatutários de Auditoria e Recursos Humanos, que discutem e propõem medidas para o Conselho de Administração.

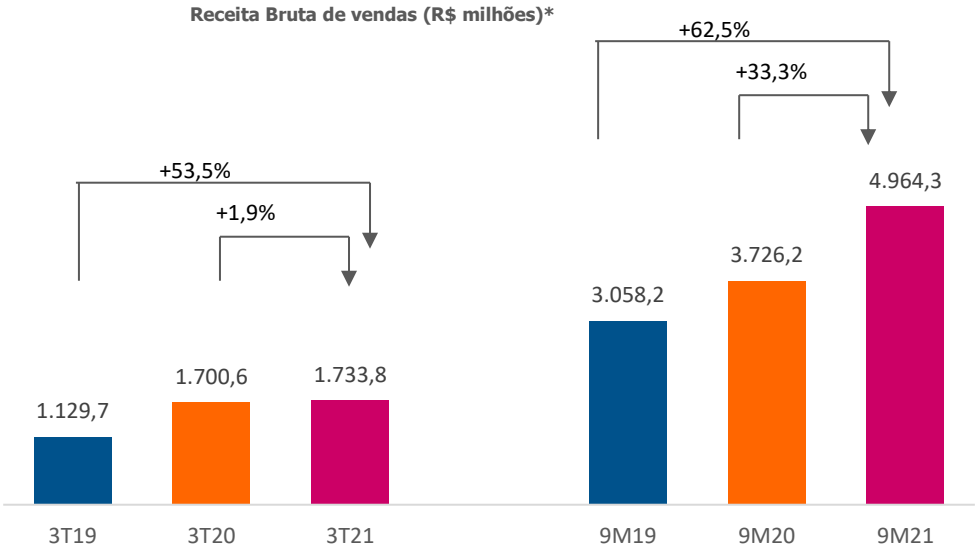
Possuímos um forte DNA de geração de caixa, no qual baseia-se parte relevante da nossa filosofia de gestão. O desenho da remuneração variável para gestores de diferentes níveis hierárquicos reflete essa cultura através da utilização de índices de capital de giro, prazo de recebimento e aproveitamento de créditos tributários. Vendas, projetos e investimentos são avaliados por TIR e devem cumprir critérios mínimos de retorno. Nossas políticas de compras são ajustadas com modelos estatísticos de previsão de demanda de forma a garantir controle sobre estoque e *aging* de produtos.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Aumento em nossos índices financeiros suportados pelo crescimento do Varejo físico e digital

Nossa receita líquida de vendas, o EBITDA[12] e o lucro líquido do exercício tiveram uma taxa de crescimento anual (CAGR) composta de 31,7%, 41,9% e 63,9% entre 2018 e 2020, respectivamente. Nos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita bruta[13] da Companhia foi de R$ 7,0 bilhões e R$ 5,8 bilhões, respectivamente. Os resultados do segundo semestre de 2021 foram impactados pelo forte crescimento em todos os canais de venda da Allied, junto com um aumento de rentabilidade, medida pela margem EBITDA Ajustado e pela margem líquida recorrente.

Os gráficos abaixo apresentam a receita líquida de vendas, o Lucro Bruto, a Margem Bruta, o EBITDA Ajustado[8], a Margem EBITDA Ajustado[8], o lucro líquido Ajustado [8] e margem líquida ajustada[8] período de 3 e 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020.



*Receita bruta líquida de devoluções, abatimentos, cancelamentos e descontos.

---

[12] O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527/12, não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Para a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

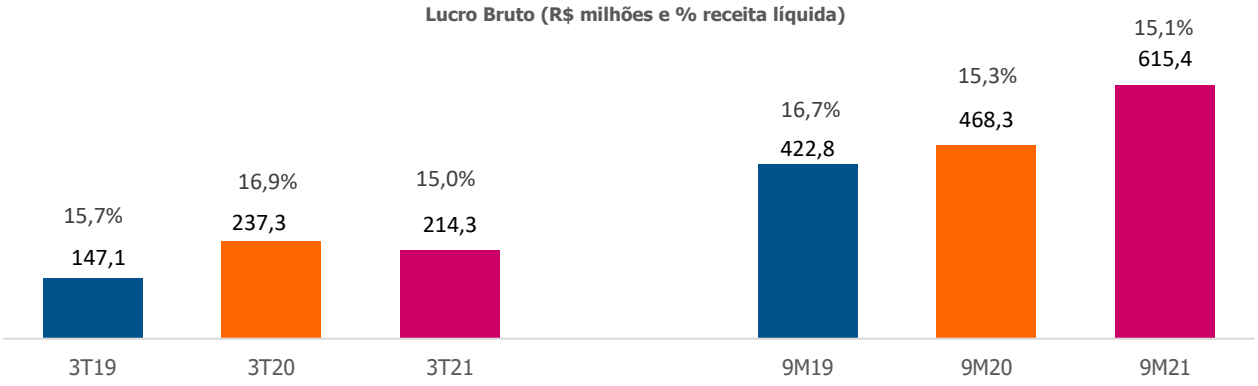
[13] Receita Bruta considera a receita com venda de mercadorias, receita com serviços prestados, devoluções, abatimentos, bonificações e descontos sobre vendas.
A Receita Bruta dos últimos 12 meses é apurada da seguinte forma R$ 4.964,3 milhões no período de 9 meses findo em 30/09/21 + R$ 5.754,5 milhões em 2020 - R$ 3.726,2 milhões no período de 9 meses findo em 30/09/20 = set/21 LTM: R$ 6.992,6 milhões.

(9) Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049, sendo R$101.388 de principal e R$17.661 de atualização monetária.O EBITDA Ajustado e o Lucro Líquido Ajustado foram calculados excluindo o efeito mencionado acima do EBITDA e do Lucro líquido, respectivamente.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Receita Líquida de Vendas (R$ milhões):

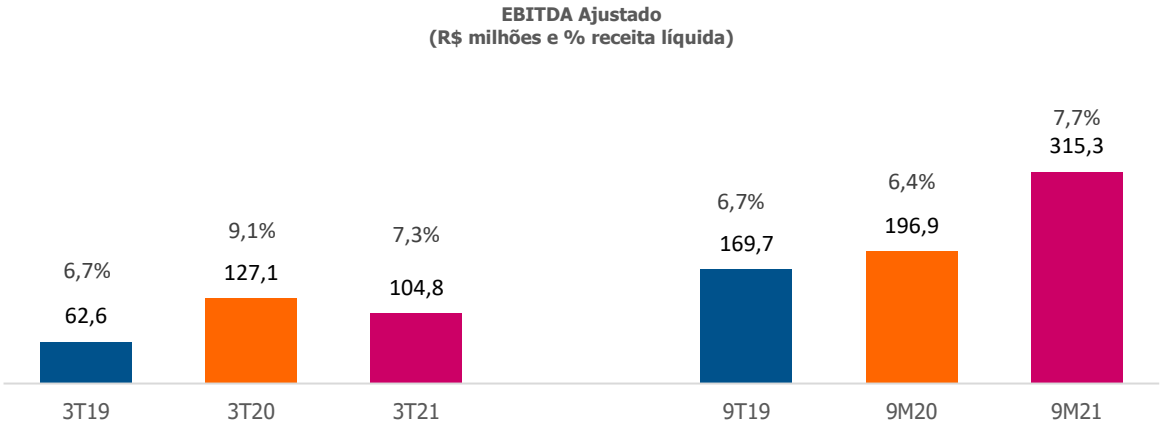
	3T19	3T20	3T21	Δ% 3T21 vs 3T19	Δ% 3T21 vs 3T20	9M19	9M20	9M21	Δ% 9M21 vs 9M19	Δ% 9M21 vs 9M20
Distribuição	698,3	1.044,1	1.110.9	59,1%	6,4%	1.886,9	2.391,5	3.136,6	66,2%	31,2%
Varejo Total	241,0	357,2	315,6	30,9%	-11,6%	643,1	674,6	944,7	46,9%	40,0%
Varejo Digital	70,8	210,2	182,6	157,8%	-13,1%	175,3	403,2	567,6	223,7%	40,8%
Varejo Físico	170,2	147,0	133,0	-21,9%	-9,5%	467,8	271,4	377,1	-19,4%	39,0%
Total	939,3	1.401,3	1.426,5	51,9%	1,8%	2.530,0	3.066,2	4.081,2	61,3%	33,1%

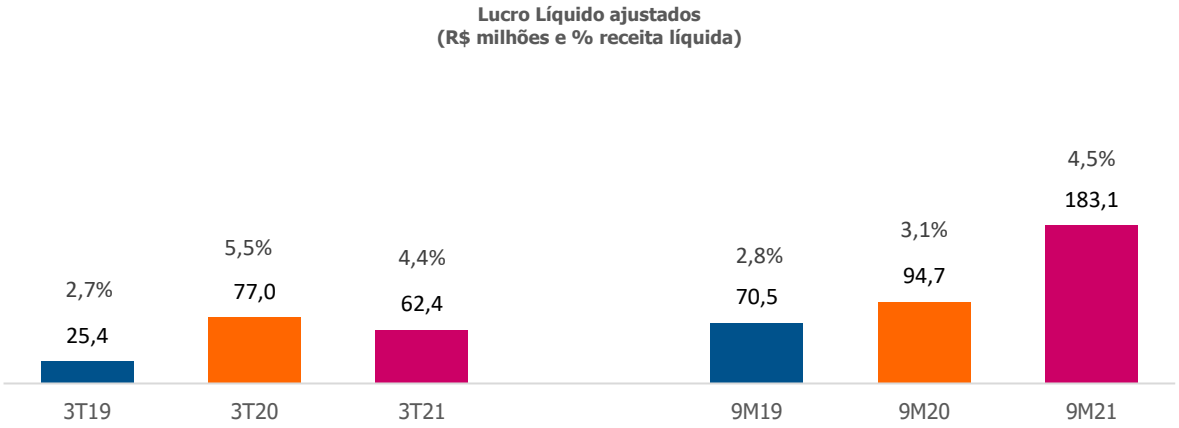


Lucro Bruto (R$ milhões e % da Receita Líquida)

	3T19	3T20	3T21	9M19	9M20	9M21
Distribuição	65,6	122,0	125,4	181,2	254,1	346,3
Varejo Total	81,5	115,2	89,0	241,5	214,2	269,1
Total	**147,1**	**237,3**	**214,3**	**422,8**	**468,3**	**615,4**
Distribuição	9,4%	11,7%	11,3%	9,6%	10,6%	11,0%
Varejo Total	33,8%	32,3%	28,2%	37,6%	31,8%	28,5%
Total	**15,7%**	**16,9%**	**15,0%**	**16,7%**	**15,3%**	**15,1%**

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas





**Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Da mesma forma, o EBITDA dos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$14,1 milhões e R$ 17,5 milhões, respectivamente, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R$9,4 milhões e R$10,0 milhões, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).*

Acreditamos que nosso modelo de negócios tem o potencial de proporcionar um crescimento sólido de nossas receitas visando aproveitar oportunidades de e pelo potencial de expansão do mercado de varejo de produtos relacionados a tecnologia (ver maiores detalhes no item 7.3.c de nosso Formulário de Referência).

NOSSA ESTRATÉGIA

Nos últimos 3 anos, expandimos nossa atuação no varejo físico e digital, e provamos ser *player* proficiente nesse setor. Seguindo nossa missão de LEVAR O UNIVERSO DIGITAL AO ALCANCE DE TODOS, nossa estratégia está baseada na manutenção do crescimento acelerado dos nossos canais de varejo, e do aprofundamento das sinergias existentes entre os canais de varejo e distribuição.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Ampliar rede de lojas físicas de forma a abranger todo o território nacional

Em 30 de setembro de 2021, tínhamos 279 pontos de venda distribuídos em 17 Estados. Dando sequência ao crescimento acelerado dos últimos dois anos que estava focado em consolidar nossa presença no Sudeste, sendo que em 2019 iniciamos nossa expansão para novas regiões do Brasil, como por exemplo as regiões Sul e Norte. Em abril de 2021 adquirimos 6 novos pontos de venda na região da Baixada Santista e do ABC, no Estado de São Paulo.

Acreditamos que o crescimento das novas lojas se dará tanto com lojas Samsung como no formato *Store-in-Store*. Para as lojas Samsung, realizamos mapeamento de todos os shoppings do Brasil de forma a selecionar aqueles que têm, na nossa análise, potencial para a abertura de uma loja. As negociações com os shoppings selecionados estão em curso. Mapeamos aproximadamente 150 oportunidades de curto e médio prazo.

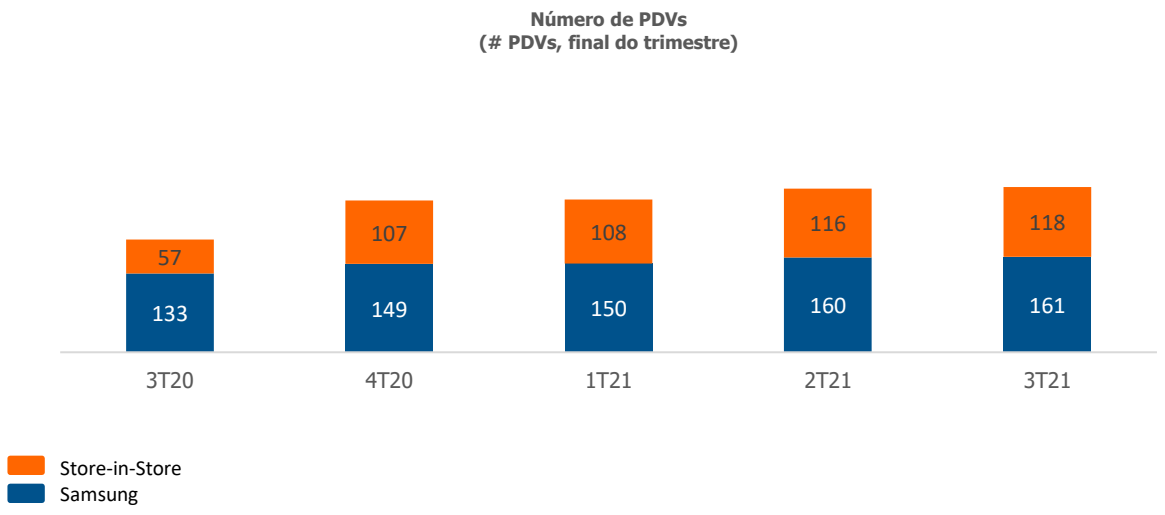
Além das iniciativas visando ao crescimento orgânico, pretendemos expandir nossa posição de lojas Samsung por meio de aquisições e parcerias estratégicas, de forma a acelerar nosso crescimento. Nos últimos três anos, realizamos, em média, 22 aquisições por ano. Identificamos aproximadamente 15 oportunidades de curto prazo de aquisição de pontos de venda Samsung em operação por outros parceiros.

Em relação ao modelo de *Store-in-Store*, entendemos que é uma oferta inovadora neste canal de venda e, portanto, contamos com um mercado bastante amplo a ser capturado, com poucos *players* concorrentes. Temos um plano agressivo de crescimento nessa vertical, que se apoia na nossa capacidade de compreensão das características específicas de cada varejista cliente, e na nossa flexibilidade em customizar o modelo de *Store-in-Store* de forma a se adequar a públicos, geografias e formatos de loja distintos.

A oferta de *Store-in-Store* é aderente para uma série de canais de venda que não operam a categoria de eletrônicos, mas que se beneficiariam de um portfólio e força de vendas personalizados em suas lojas. Em 30 de setembro de 2021, tínhamos parceiros de vestuário, livraria, mobiliário, lojas de departamento e atacado. Além destas, enxergamos oportunidades claras nos segmentos de supermercados, materiais de construção, artigos esportivos, entre outros.

Temos processos e áreas bem estruturados que nos permitem expandir rapidamente. Avaliamos cuidadosamente as localidades com potencial para a instalação de novas lojas, baseada em estudos de mercado e dados sobre a população local, bem como sobre o perfil de renda, padrão de consumo e proximidade de nossos centros de distribuição.

O gráfico abaixo mostra a evolução do número de pontos de venda físico da Companhia:



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Crescer o varejo digital através da expansão do portfólio de serviços e aumento da penetração

Nos consolidamos no varejo digital com a oferta de produtos e serviços eletrônicos de consumo para o consumidor final. Nossa expertise em digitalizar o processo de venda de produtos e serviços que até pouco tempo atrás eram vendidos fisicamente – planos de celular, banda larga, TV por assinatura, entre outros – deverá seguir pautando nossa estratégia de crescimento nessa vertente. Isto é, pretendemos acrescentar novos serviços e produtos ao nosso portfólio, simplificando o seu processo de compra através de nossas tecnologias e plataformas próprias.

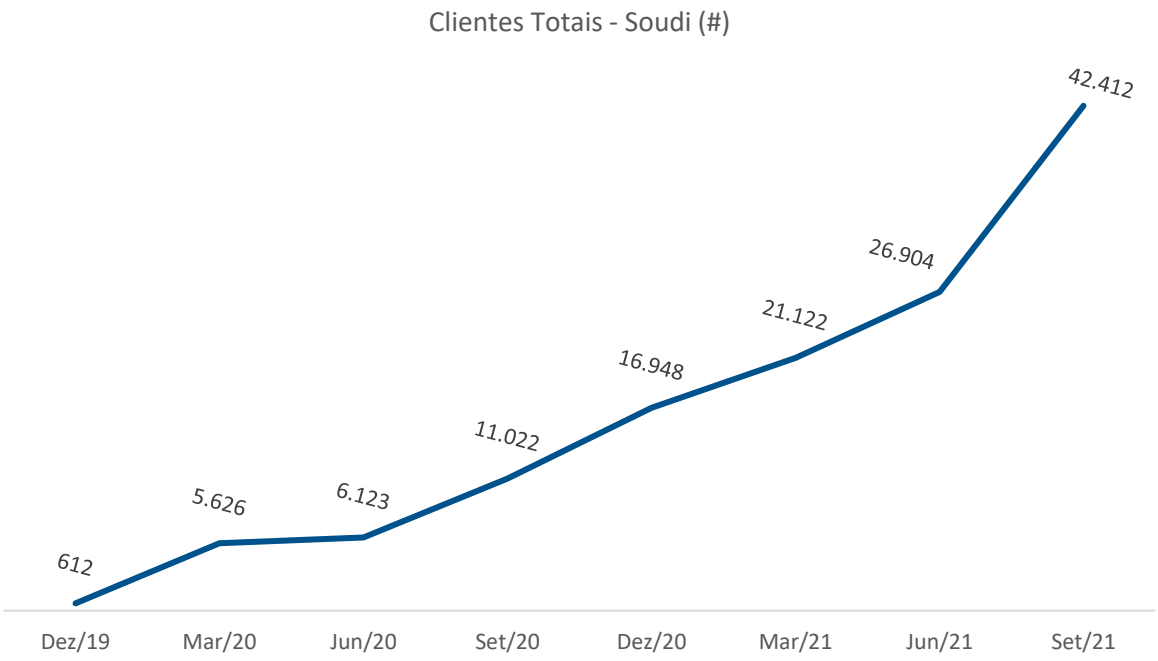
Nosso crescimento no varejo digital também é favorecido pelo crescimento da participação do canal *online* no varejo brasileiro, como evidenciado pelo acelerado crescimento dos principais *marketplaces* em atuação no Brasil. Em relação aos planos de celular e demais serviços das operadoras de telecomunicação, acreditamos que o canal *online* ainda é subutilizado e que haverá uma migração relevante dos canais tradicionais nos próximos anos.

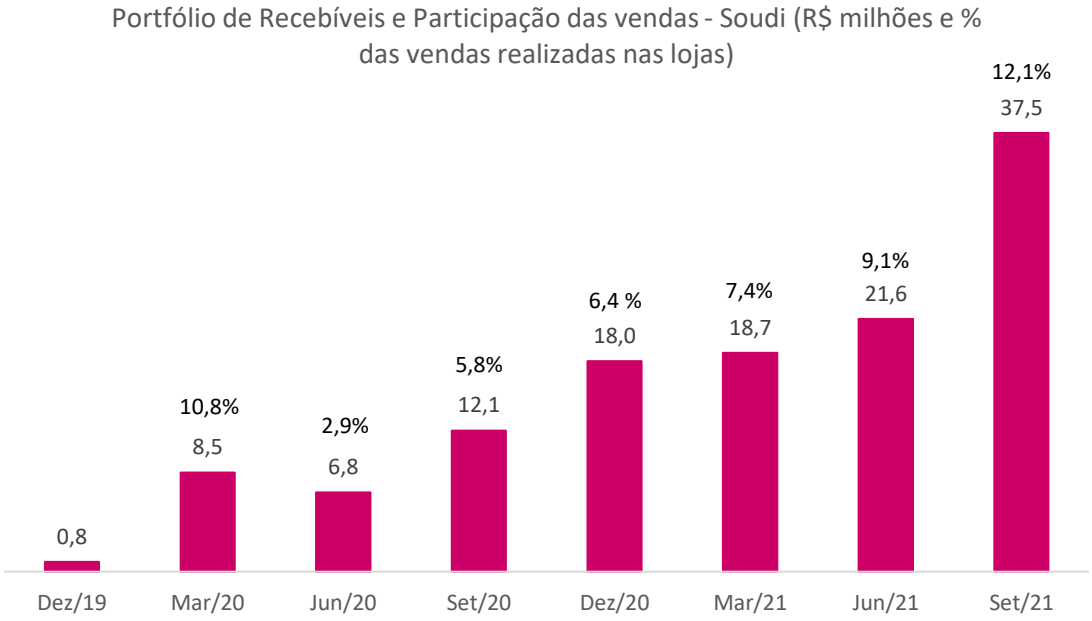
No escopo de serviços digitais, estamos posicionados com a plataforma SAV, que atualmente está presente em aproximadamente 5 mil varejistas no território nacional. Atualmente temos implementas as vendas planos de telefonia, de cartões-presente e assinaturas e, até o final do ano, esperamos concluir o módulo de prateleira infinita, que irá permitir a varejistas parceiros o acesso ao nosso estoque do canal de vendas de Distribuição. No período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2021, o número de ativações aumentou 66% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros

Pretendemos expandir o escopo e o alcance dos serviços financeiros que oferecemos aos nossos clientes, uma iniciativa que iniciamos em 2019 através da Soudi Pagamentos Ltda. ("Soudi"), nossa controlada. A Soudi é uma plataforma proprietária que vem instalada em todos os smartphones vendidos nas lojas da Samsung. Com a Soudi, oferecemos soluções de pagamento, em parceria com instituições financeiras, aos nossos consumidores que carecem de alternativas para adquirir os produtos eletrônicos de consumo que desejam, principalmente em vista o custo médio elevado destes produtos. Através da Soudi temos uma interface direta com os clientes, conseguimos enviar notificações e bloquear o aparelho em caso de inadimplência. Atualmente, a Soudi está implementada em 255 pontos de venda e nosso plano de expansão prevê a implementação em todas as aproximadamente 340 operações da marca Samsung no Brasil. Além disso, já iniciamos o piloto da Soudi em operações store-in-store. No período entre outubro de 2019 e setembro de 2021, ativamos mais de 42 mil clientes utilizando o sistema da Soudi e atingimos a carteira (saldo do contas a receber em 30 de setembro de 2021) de R$ 37,5 milhões, conforme indicado no gráfico abaixo. Os resultados da plataforma Soudi têm sido muito satisfatórios, sendo que já conseguimos medir uma redução de, no mínimo, 49% da inadimplência dos nossos clientes que utilizam essa solução.

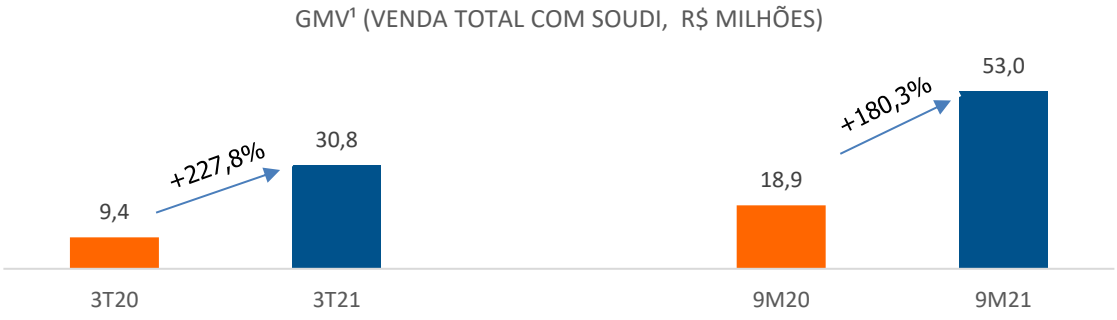
7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas





Em nossas lojas próprias (tanto lojas Samsung como do modelo *Store-in-Store*), enxergamos a Soudi como um meio de alavancar nossas vendas, na medida em que oferecemos uma solução de pagamento para os clientes que não possuem saldo suficiente para adquirir os produtos desejados em uma única parcela, possibilitando o pagamento via crédito rotativo com juros. Nos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2021, as vendas realizadas com a plataforma Soudi representaram 8,8% das vendas realizadas nas lojas nas quais as plataformas estavam disponíveis. Este indicador no terceiro trimestre de 2021 foi de 12,1%.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Pretendemos expandir a abrangência da Soudi, e oferecer uma solução de pagamento ao consumidor para nossos clientes varejistas que desejarem oferecer essa facilidade aos seus próprios clientes.

Capturar crescimento do mercado de smartphones na Distribuição

Conforme detalhado na Seção 7.3 (c) do nosso Formulário de Referência, o mercado de *smartphones* vem crescendo suportado por constantes inovações tecnológicas, aumento da penetração de *smartphones* no Brasil e retomada do crescimento econômico no Brasil nos últimos anos.

Acreditamos que estes mesmos fatores deverão manter o segmento crescendo a taxas saudáveis nos próximos anos, visão que é respaldada por instituições de pesquisa de mercado como a IDC[14]. Acreditamos que estamos bem-posicionados para capturar esse crescimento e que mudanças tecnológicas mais disruptivas, como a vinda do 5G, nos criam oportunidades e nos beneficiam com a entrada de novos produtos, tecnologias e *players*.

Expandir nossa oferta de serviços de valor agregado para os clientes do canal de venda de distribuição

Nosso amplo conhecimento do canal de venda de distribuição de produtos eletrônicos nos permite uma diferenciação do restante do mercado, ao oferecer um leque de serviços de alto valor agregado a nossos clientes. Operação logística customizada, soluções financeiras de crédito, customização de produtos e outros serviços suplementares já fazem parte da nossa atuação. Para continuarmos na vanguarda deste canal de venda, estamos investindo no desenvolvimento de nossa estrutura e processos logísticos, de forma que esperamos aumentar a agilidade e pontualidade da entrega além de flexibilizá-la para que possamos atender cada vez mais as diferentes necessidades de nossos clientes.

Entendemos que o fortalecimento da nossa logística também nos permitirá oferecer serviços novos, como *dropshipping*[15] e variações de omnicanalidade, tanto para nossos clientes varejistas, como consumidores finais.

---

[14] IDC Brasil International Data Corporation Pesquisa de Mercado e Consultoria Ltda.

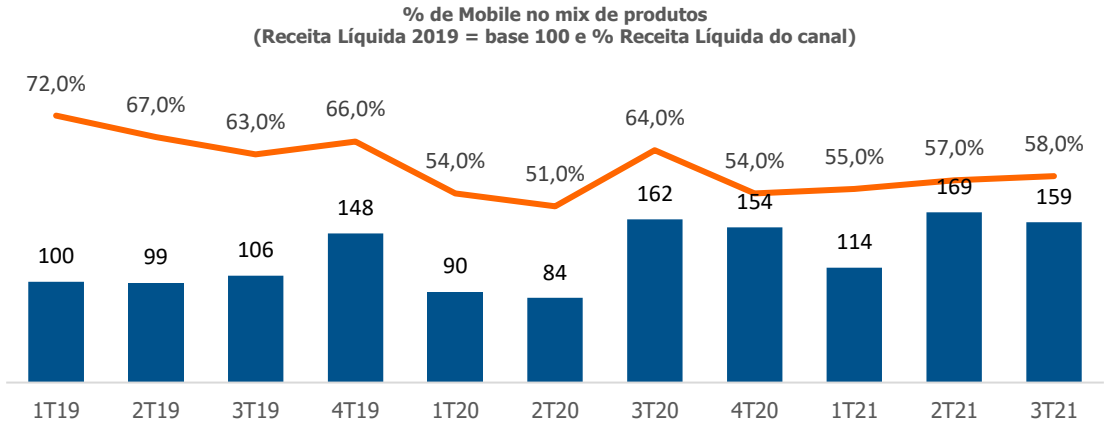
[15] Técnica de gestão da cadeia logística na qual o revendedor não mantém os produtos em estoque, mas oferta e comercializa produtos que estão no estoque do fornecedor.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Entrada em novas categorias de produto

Acreditamos estar bem-posicionados para capturar o crescimento do mercado de *smartphones* e, além disso, temos oportunidades de estabelecer presença mais robusta em outras categorias de produtos eletrônicos. Vemos espaço considerável para aumentar nosso *market share* nas categorias de *games*, *notebooks* e impressoras, que são mercados nos quais já atuamos, mas ainda possuímos *market share* a desenvolver, através da adição de marcas com as quais ainda não trabalhamos ao nosso portfólio de produtos. Também vemos oportunidades em mercados (i) ainda incipientes no Brasil, como *smart home*, *drones*, *wearables*; e (ii) mercados consolidados em que a Allied tem espaço para competir com os grandes players, tais como linha branca. Destacamos que, no período de 3 meses findos em 30 de setembro de 2021, a Allied obteve R$ 13,1 milhões em receitas líquidas de produtos na categoria de linha branca, o que representou um aumento de 36,7% em relação ao 3T20. Esse crescimento decorreu, principalmente, do aumento das vendas de lava e seca, micro-ondas e frigobares. Já a categoria de eletroportáveis aumentou 5x no 3T21 em comparação com o 3T20, e atingiu 0,7% do mix de produtos. Alguns destaques dessa categoria são: aspiradores de pó, climatizadores e panelas elétricas.

O crescimento de outras categorias (ex-mobile) vem surtindo efeito no mix de produtos vendidos pelo nosso canal de Distribuição. O gráfico abaixo mostra que, embora as receitas da categoria mobile venham crescendo, esta categoria vem perdendo representatividade no mix de produtos, já que outras categorias estão crescendo mais acentuadamente. No 3º trimestre de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, destacamos o aumento de 33% na categoria de computadores e 262% na categoria de videogames.



Ampliação do portfólio voltado para o mercado corporativo

Vemos uma oportunidade muito grande no mercado de produtos eletrônicos e serviços adjacentes para clientes corporativos. Atualmente, possuímos contas corporativas relevantes, para as quais fornecemos produtos eletrônicos do nosso portfólio, mas com um espaço para complementar esta oferta com novos produtos que ainda não estamos atuando, como videoconferência, VoIP, computação corporativa, infraestrutura, e serviços adjacentes à oferta de *smartphones*, como gestão do parque de telefonia, segurança da informação e *device as a service*. Além do crescimento orgânico nesta vertical, vislumbramos a possibilidade de aquisições que nos agreguem *know-how* nos serviços mencionados acima.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Vale destacar algumas iniciativas realizadas no 3º trimestre de 2021, tais como: (i) a criação de dois novos segmentos: educação e setor público; (ii) prestação de serviços de manutenção para clientes corporativos; (iii) reestruturação do time comercial para atender as novas demandas. Além disso, destacamos o aumento de 20% no número de parceiros comerciais ativos entre o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020.

Aprofundar sinergias entre as nossas verticais de varejo físico, varejo digital e distribuição

O nosso rápido crescimento no varejo foi potencializado pela nossa maturidade no canal de venda de distribuição e todas as vantagens competitivas que nossa atuação nos trouxe ao longo dos anos. Parte fundamental da nossa história de crescimento se baseia na identificação e exploração das sinergias entre essas verticais, e em explorar modelos de negócio que estejam conectados com todas estas verticais, como por exemplo os serviços financeiros.

Um bom exemplo é a expansão da venda de planos de celular, que se iniciou no canal digital, para o nosso varejo físico, e em seguida para nossos clientes da Distribuição (através de um aplicativo disponibilizado aos funcionários destes varejistas).

Atualmente atuamos com dois varejistas com nossa solução de *dropshipping*, que permite ao varejista a venda de produtos específicos independente da sua posição de estoque no momento da venda.

Em relação a novos canais de venda a serem explorados, vemos grande potencial em celulares seminovos e *trade-in* – temos acesso a uma captação bem relevante, através de nossos clientes varejistas e nossos próprios pontos de venda, além de possibilidade de comercialização dos celulares recondicionados em diversos canais de venda.

Produtos recertificados

Identificamos oportunidade de atuação no segmento de produtos recertificados, um mercado atrativo para a Allied. No âmbito do programa iPhone pra Sempre, em parceria com o banco Itaú e Apple, a Allied assumiu a responsabilidade de recebimento dos smartphones devolvidos pelos clientes. Vale destacar que, antes dessa parceria, a Allied endereçava a parceiros especializados os smartphones usados que recebia na sua operação, o que ocorria em volume bastante reduzido.

A BrUsed, empresa adquirida em agosto de 2021, é uma companhia especializada na aquisição e venda de aparelhos eletrônicos (smartphones, tablets e relatórios inteligentes) de importantes fabricantes. Esta aquisição alavancou e aumentou a escalabilidade da operação atual, além de fortalecer a proposta de valor para os seus clientes nesse segmento. Importante destacar que, através dessa aquisição, foi integrado um canal focado em clientes finais pessoa física, em linha com a estratégia da Allied nesse segmento.

Desenvolvimento de Novos Negócios

Identificamos algumas oportunidades de desenvolvimento de novos negócios em alguns segmentos que seriam atrativos para a Allied, quais sejam: produtos com marca própria e distribuição B2B. Potencialmente, essas oportunidades podem ser desenvolvidas através da aquisição de empresas que já atuam nesses setores.

EVENTOS RECENTES

Nova parceria no modelo Store-in-Store

No 3º trimestre de 2021, a Allied inaugurou 2 lojas sob uma nova parceria, no modelo Store-in-Store, com o Giga Atacados, um parceiro que atualmente posusi 10 pontos de venda localizados no estado de São Paulo.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

No mês de novembro de 2021, a Allied inaugurou 9 lojas sob uma nova parceria, no modelo Store-in-Store, com as Lojas Torra.
Lojas Torra é uma rede varejista de moda com mais de 70 lojas, em 12 estados. O objetivo da parceria é fomentar as vendas de produtos como smartphones, acessórios eletrônicos e serviços digitais aos clientes do varejista. Neste modelo, a Allied é responsável pela estratégia comercial, pela disponibilidade de produtos, faturamento, logística, contratação e gestão dos colaboradores.

Inicitivas de eficiência operacional

No 3º trimestre de 2021, demos início a algumas iniciativas visando a maior eficiência operacional na Companhia. Essas iniciativas, envolvem: (i) melhorias de processos na gestão dos pontos de venda; (ii) aumento da eficiência no processo de compras, com ferramenta de automação; e (iii) renegociação de contratos com fornecedores (ex: limpeza, embalagens e segurança).

Impactos da COVID-19 em nossas atividades

Em razão da pandemia de COVID-19, fomos impactados principalmente em razão das medidas de isolamento e distanciamento implementadas em diversas cidades do Brasil. Assim, (i) o varejo físico foi negativamente impactado, sendo que apenas 1 dos 150 pontos de venda físicos da Companhia estava aberto em 31 de março de 2020 e que, em 31 de dezembro de 2020, nenhum ponto de venda físico estava fechado, mas alguns deles operaram com restrição de horário de funcionamento, (ii) o varejo digital continuou crescendo inclusive com o desenvolvimento de novos de canais de venda pela Companhia (tais como, whatsapp, Rappi, Delivery Center e Drive Thru), e (iii) a distribuição se manteve resiliente demonstrando a robustez de estoque em um momento em que diversos fabricantes de produtos eletrônicos tiveram interrupção temporária em suas operações.

Ademais, a fim de priorizar a segurança de nossos funcionários e clientes e visando a continuidade do negócio desenvolvido pela Companhia, adotamos diversas medidas, dentre as quais destacamos:

- Desenvolvimento acelerado de nossas capacidades no e-commerce, o qual houve expressivo crescimento da procura e do volume de vendas;
- Negociações com fornecedores para equilibrar e conter os aumentos de despesas causados pela implantação de protocolos de segurança da pandemia de COVID-19;
- Renegociação de despesas com aluguel e suspensão de despesas não essenciais,
- Suspensão de contratos de trabalho e redução de jornadas, aderindo às medidas governamentais;
- Medidas de proteção do caixa com antecipação de recebíveis de clientes e alongamento de prazo de fornecedores

A crise causada pela pandemia de COVID-19 iniciou-se nas duas últimas semanas do trimestre findo em 31 de março de 2020, com isso o cenário atual revelou padrões atípicos de compras. O impacto da pandemia de COVID-19 na Companhia foi observado, principalmente, no segundo trimestre de 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 tivemos uma receita líquida de vendas de R$ 4.722,4 milhões. O aumento de R$ 1.011,1 milhões ou 27,2%, em relação a 2019, é explicado pelo desempenho dos canais de venda de Distribuição e Varejo Digital.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional.

A Companhia comercializa produtos de tecnologia, como *smartphones*, *notebooks*, *tablets*, TVs, entre outros, representando todas as principais marcas globais. A Companhia tem sempre o *portfólio* mais atualizado para atender às necessidades do mercado e sempre acompanha os lançamentos das grandes marcas, ofertando seus clientes todos os produtos do segmento de tecnologia. Além de produtos, a Companhia também comercializa serviços de valor agregado, como planos de operadoras, seguros de celular, entre outros.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Conforme as demonstrações financeiras consolidadas, a receita líquida de vendas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi de R$ 4,7 bilhões, R$ 3,7 bilhões e R$ 2,7 bilhões, respectivamente. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a receita líquida de vendas da Companhia foi de R$ 4,1 bilhões.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Receita líquida de vendas	4.081.217	100%	3.066.171	100%	4.722.413	100%	3.711.271	100%	2.723.996	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Lucro líquido do exercício	267.148	100%	94.677	100%	167.645	100%	100.630	100%	62.375	100%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de produção

A Companhia não possui processo de produção.

(b) Características do processo de distribuição

A Companhia opera suas vendas por meio de canais de venda distintos, conforme abaixo detalhado, o que permite trabalhar com clientes que compreendem desde o consumidor final até todos os diferentes tamanhos e tipos de varejistas. A sinergia de operação entre os canais, a complementariedade de portfólio e a força de negociação da Companhia como um todo com os fabricantes permite que esses canais de vendas se fortaleçam conjuntamente.

A Companhia entende que os processos descritos nesse item englobam todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, ao gerenciamento de portfólio e dos estoques, além de todas as atividades necessárias para a disponibilização destes produtos para nossos clientes em todos os canais de venda em que operamos. E mais do que produtos, oferecemos também serviços complementares, tornando nossas soluções ainda mais completas para qualquer tipo de cliente.

Canais de Vendas

Varejo

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía um total de 279 lojas físicas no Brasil (*store in store* e Lojas Samsung).

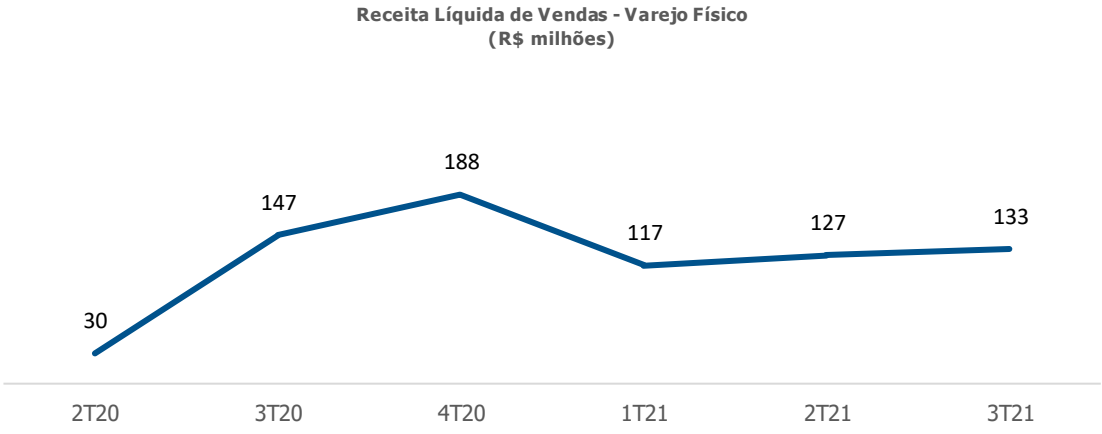
A Companhia possui 161 lojas Samsung localizadas em shoppings, com área total de vendas de 8,2 mil m², que possuem sortimento de produtos e serviços adequados à sua localização e público, ou seja, a Companhia seleciona o portfólio ideal para cada perfil de cliente, considerando nível de renda, características sociogeográficas, disponibilidades tecnológicas (exemplo, cobertura de sinal das operadoras de telefonia) e preferências de cada público que atendemos. No período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2021, a Receita Líquida do canal de Venda Varejo foi de R$ 1.427,8 milhões. Essa operação representa 47% do número de lojas Samsung no Brasil e, aproximadamente, 36% das vendas, o que torna a Allied o maior parceiro em lojas da Samsung no país. As lojas da Companhia estão distribuídas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, todas posicionadas nos principais shoppings e com localização privilegiada. Nelas, vendemos produtos Samsung, como *smartphones*, *tablets*, *wearables* e acessórios, além de serviços de valor agregado, como seguro de celular, planos de operadoras, entre outros. De acordo com os termos contratuais do Contrato de Revenda de Produtos em Lojas Exclusivas Samsung e Outras Avenças, a Companhia é vedada de operar o modelo de negócios de lojas exclusivas físicas com concorrentes da Samsung.

O número de pontos de venda Samsung, entre 2017 e setembro de 2021 aumentou de 49 para 161, o que representa um crescimento anual de 37%.

Também gerenciamos 118 lojas no modelo *Store in Store,* onde atuamos como parceiros de varejistas de diferentes setores, gerenciando 100% da operação. Nessas lojas, a Companhia é responsável pelo mostruário físico de produtos e investimento em mobiliário completo, com estoque próprio para venda, serviços complementares (como a venda de seguros, planos de operadoras, *trade in*), contratação e gestão de uma equipe especializada e localizadas de forma estratégica dentro da loja do varejista. Nesse formato, a Companhia comercializa diferentes categorias trabalhadas (entre elas: *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, impressoras, games) e com portfólio multimarca, cobrindo todo o mix demandado pelos consumidores brasileiros. Com isso, todo o investimento necessário e o risco da operação é da Companhia, que remunera o varejista parceiro com uma comissão sobre a receita de vendas, sem a necessidade de pagamento adicional de aluguel pelo espaço.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O gráfico abaixo mostra a receita líquida proveiente do canal de vendas varejo físico.



Distribuição geográfica das lojas

Para garantir resultados saudáveis, ao longo desses anos a Companhia evoluiu o seu processo de escolha de pontos para abertura de lojas. Focamos na rentabilidade por m², aumento contínuo de produtividade em loja e pontos estratégicos com alto fluxo de pessoas. Atualmente, nossas lojas se concentram, principalmente, no eixo Sudeste, região com a maior concentração populacional e de renda do país. Finalizamos 2018 com 143 lojas, 2019 com 159 lojas, 2020 com 256 lojas e, em 30 de setembro de 2021, fechamos com um total de 279 lojas.

A Tabela a seguir apresenta nosso número de lojas por Estado na posição de 30 de setembro de 2021:

UF	Número de Lojas
SP	191
RJ	29
MG	21
PR	17
MS	5
DF	3
SC	2
RS	2
AL	1
BA	1
CE	1
ES	1

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

GO	1
PA	1
PE	1
RN	1
SE	1
Total	**279**

Além disso, a Companhia comercializa produtos, com o mesmo portfolio das lojas físicas, e serviços, tais como planos de celular, banda larga, TV por assinatura, *subscriptions* de *software* e portais de jogos e conteúdos, por meio de e-commerce e marketplace. Basicamente, atuamos nos formatos de *e-commerce*, *seller* dentro de *marketplaces*, plataforma para venda de planos de operadoras e serviços digitais e estamos iniciando nossa frente de *Omnichannel,* de forma a ampliar ainda mais a sinergia com nossas lojas físicas e nossa operação como um todo.

(i) E-commerce

A presença da Allied em E-commerce se dá através da marca Mobcom (https://www.mobcomstore.com.br), que trabalha com fontes de tráfego tradicionais, focada em levar a melhor experiência diretamente ao consumidor final e todo o mix de produtos disponível dentro da Allied.

Suportado por um parceiro estratégico de SaaS (*Software as a Service*), utilizamos a plataforma da empresa Vtex como motor dos nossos *e-commerces*, o que nos permite utilizar tecnologias de referência no mercado, garantindo assim alta capacidade de escala e qualidade em nossa operação.

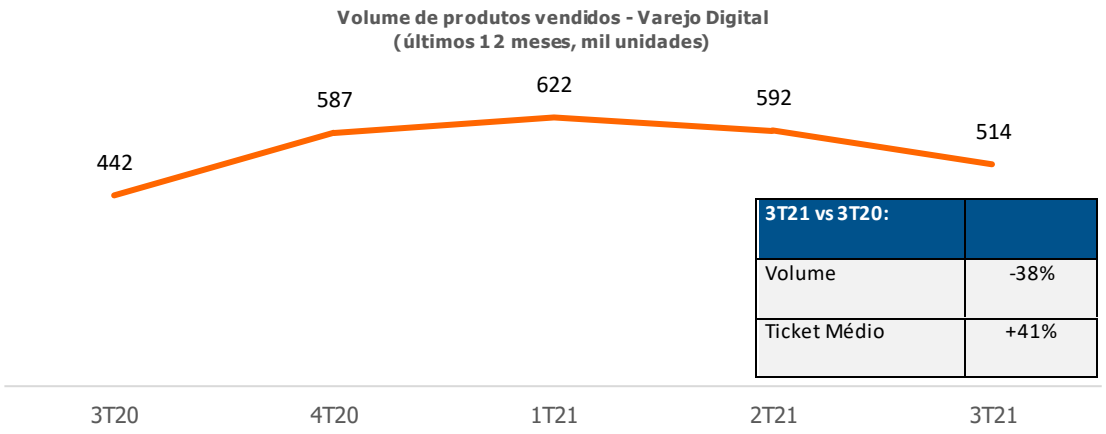
(ii) Marketplace

Além de e-commerce, a Mobcom também é nossa marca dentro dos marketplaces, onde atuamos como seller de produtos de tecnologia. Vendemos nossos produtos em todos os principais marketplaces do Brasil (como Mercado Livre, Magazine Luiza, B2W, Amazon, Via Varejo, entre outros), que juntos possuem mais de 800 milhões de visitas mensais no e-commerce, e atuamos com um portfólio completo de marcas e produtos para atender à demanda do consumidor Brasileiro. Acreditamos que estamos posicionados entre os maiores sellers de smartphones nos maiores marketplaces, em termos de receita. A nossa relação com os marketplaces é uma relação de prestação de serviços, na qual a Allied é um vendedor e o marketplace é um intermediador de venda, prestando serviço de intermediação em troca de comissão sob a venda.

O crescimento dessa frente dentro da Companhia, combinado com nossa excelência operacional e conhecimento completo da cadeia, nos permitiu firmar parcerias com grandes marcas globais para operar suas lojas oficiais como *seller* dentro dos principais *Marketplaces* do Brasil. Com isso, nos tornamos o parceiro que opera todas as lojas oficiais da Apple, Google e Microsoft dentro dos *marketplaces* no Brasil. Toda a gestão de venda destas marcas dentro do *Marketplace* é feita pela Companhia, que gerencia desde a aquisição de produtos, integrações de sistemas com parceiros, até o faturamento e entrega do produto na casa do consumidor final.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume de produtos vendidos no varejo digital.



(iii) Plataforma de venda de planos de operadoras e serviços

Além dos canais acima, também temos uma plataforma de venda de planos de operadoras e serviços denominada Allied Digital. A Companhia desenvolve e opera os sistemas e processos necessários à venda destes serviços para o consumidor final, de forma 100% digital. Vendemos e ativamos online planos de celular de algumas das maiores operadoras e estamos digitalizando a venda de planos no varejo físico, através de um aplicativo pelo qual os vendedores podem oferecer estes serviços aos seus consumidores. Através da nossa presença nos canais *online* e *offline*, temos presença em todo território brasileiro, operando em grandes varejos e fabricantes. Dada a expertise na digitalização da venda de serviços que tradicionalmente eram vendidos fisicamente, expandimos nossa atuação para novos serviços, a exemplo de *subscriptions* de *software*, portais de jogos e conteúdo.

(iv) Omnichannel

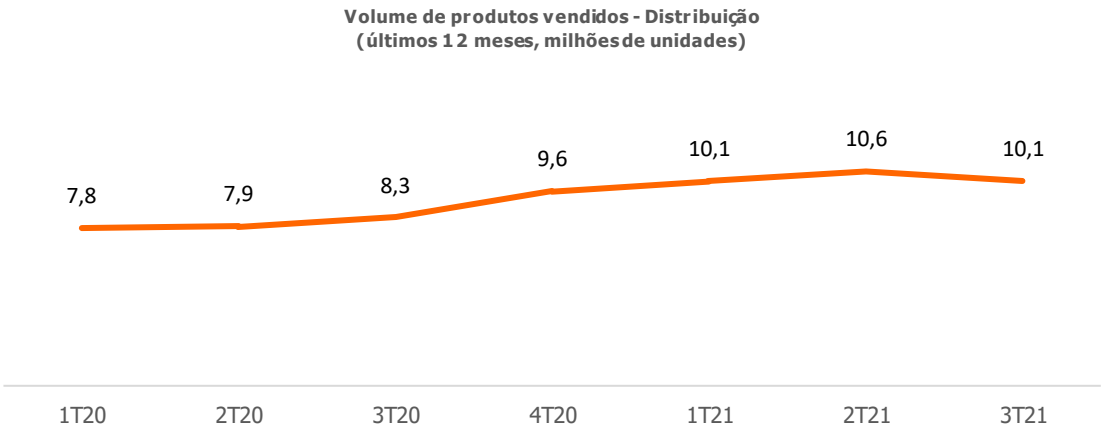
Em linha com nossa estratégia de aprofundar as sinergias entre nossas verticais de varejo e distribuição, estamos investindo no desenvolvimento de uma plataforma *omnichannel*. Essa plataforma permite tanto a integração sistêmica quanto do negócio entre os diferentes canais da Companhia, oferendo aos nossos clientes a conexão entre o mundo *online* e o *offline* (ou seja, interligando vendas digitais e vendas em lojas físicas). Começamos a desenvolver e testar uma plataforma digital que permita a venda do nosso estoque de *e-commerce* dentro das nossas lojas próprias. Com isso, conseguiremos aumentar a conversão de vendas do público que já existe nas nossas lojas através de uma experiência de "prateleira infinita". Acreditamos que conseguiremos reduzir o investimento em estoque de loja, principalmente em itens de baixo giro, e agregar valor ao varejo físico ao reduzir possíveis rupturas (falta de produtos nas lojas físicas). Também estamos investindo em *click&collect*, a ser oferecido inicialmente nas nossas lojas Samsung, podendo ser expandido para toda a rede de lojas da marca. Essa modalidade de venda permite que o consumidor compre o produto em alguma plataforma online (um *e-commerce* ou *marketplace*) e retire na loja física. Dessa forma, é possível oferecer um portfólio mais amplo (que o mundo *online* consegue cobrir) e ainda aproveitar a ida do consumidor à loja para agregar mais itens à venda. Atualmente, 130 dos nossos pontos de venda estão integrados com solução omnichannel.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

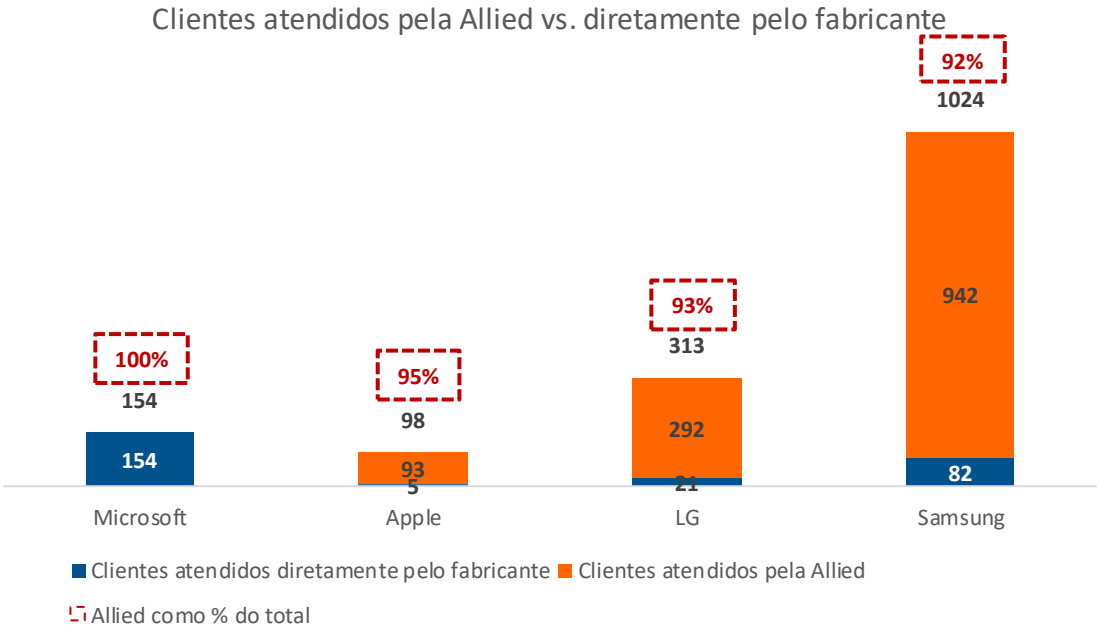
Distribuição

Somos o maior Distribuidor de produtos de tecnologia no Brasil, segundo o Ranking Exame Maiores e Melhores mais recente[1]. No período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2021, servimos mais de 3,5 mil clientes neste canal de venda, compreendendo desde pequenos comerciantes até importantes varejistas regionais e grandes redes varejistas, as principais marcas e redes de varejo do país, tais como Magazine Luiza, C&A, Via Varejo, Havan, Casa & Vídeo, entre outros. Através desse canal nós vendemos também para o segmento corporativo (B2B).

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume de produtos vendidos pelo canal Distribuição.



Através do nosso posicionamento como Distribuidor, ajudamos os nossos parceiros a aumentarem a capilaridade de suas operações. Na sub-categoria de smartphones, por exemplo, os principais fornecedores vendiam, em 31 de dezembro de 2020, diretamente para 82 clientes, e a Allied atendia, através da sua Distribuição, 1.671 clientes. Esse comportamento pode ser exemplificado pelo gráfico que representa a capilaridade da Companhia diante de quatro fabricantes parceiros abaixo:



[1] Ranking Exame Maiores e Melhores de 2018 e 2021.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Também oferecemos produtos e soluções para o mercado corporativo, ou seja, empresas e instituições que compram nossos produtos para uso próprio de seus colaboradores. Além de oferecermos produtos e soluções também para o mercado corporativo. Além disso, somos parceiros estratégicos das maiores operadoras de telefonia celular do Brasil e entregamos um portfólio completo de soluções logísticas customizadas. Nesse caso, atuamos tanto como distribuidor de produtos para as operadoras quanto customizando algumas necessidades logísticas que tenham, tais como entrega loja a loja, faturamento de produtos para franqueados, gestão do centro de distribuição, entre outros.

Contamos com cinco centros de distribuição estrategicamente posicionados no país, através dos quais atingimos 5.000 municípios brasileiros. Temos uma operação completa que possibilita a logística de entrega de produtos às nossas lojas físicas, consumidor final e *warehouses* de clientes parceiros. Com o crescimento do nosso varejo digital, aprimoramos cada vez mais os processos logísticos para entrega de produtos diretamente ao consumidor final, com visibilidade no rastreamento do pedido e de todo o processo desde o faturamento até a entrega na casa do consumidor.

Nas nossas relações dentro da distribuição, seja com fornecedores ou com varejistas, os contratos firmados possuem termos abrangentes, não nos obrigando, por exemplo, a uma quantidade mínima de compra. A precificação é realizada por meio de desconto no preço sugerido pelos fornecedores.

Compras e Fornecedores

A Área de Produtos da Companhia é responsável pela negociação de todas as marcas e produtos que são comercializados pela Companhia, buscando sempre as melhores condições junto aos Fabricantes e apoiando as demais áreas com base em análise completa da cadeia de custos, rigoroso critério técnico de avaliação dos produtos e conhecimento nacional e regional do varejo Brasileiro. Temos 20 anos de estreito relacionamento com o mercado e estamos entre os *top* 5 compradores dos principais fabricantes de tecnologia no país, o que fortalece nossas negociações e alianças com diferentes *players* do mercado.

A maior parte do nosso portfólio é comprada no mercado interno, seguindo estratégia unificada de estoque para os canais físicos e online, o que possibilita sinergia de portfólio e melhor negociação com os fabricantes.

Também realizamos a importação de produtos para grandes marcas globais como: Amazon, Google, Microsoft, Xbox, Acer, Kingston e HyperX, por exemplo. Nesses casos, somos responsáveis por todos os trâmites de importação junto ao Fornecedor, acompanhando todas as ações desde o pedido, passando pelo transporte e até o desembaraço alfandegário. Dessa forma, completamos toda cadeia de abastecimento, evitando rupturas.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Gestão de Estoques

Temos um time de Planejamento de Vendas e Operação especializado na gestão de todo portfólio de tecnologia que trabalhamos. Esse time que realiza a previsão da demanda, controlando todo o estoque em um processo robusto, colaborativo e estatístico, a fim de maximizar o retorno sobre o capital investido. Fazemos a gestão da cobertura de estoque visando maximizar a massa de margem, com o menor estoque possível.

Nosso Planejamento Comercial é definido com 3 meses de antecedência à data da compra do produto e ajustado mensalmente até a efetivação da mesma. Sendo assim, mensalmente revisitamos as nossas projeções de venda e compra para as janelas de 3 meses, 2 meses e 1 mês. Este planejamento envolve toda cadeia de produção, visando lançamentos das marcas, produtos fora de linha, erros de planejamentos anteriores, sazonalidade, além de entender as expectativas e velocidade do varejo brasileiro.

Temos planos para implementar ferramentas estatísticas de previsão da demanda baseadas em *Machine Learning*. Refinar quanto, quando e onde entregar para suprir uma demanda específica e direcionar a precisão da compra gerará maior lucratividade e posicionamento da empresa no mercado.

Logística

Operamos, principalmente, com cinco Centros de Distribuição no Brasil: Jundiaí/SP, Serra/ES, Contagem/MG, Manaus/AM e São José/SC, com capacidade para acomodar o crescimento dos próximos anos, com uma área total de aproximadamente 20.000m², além do nosso Escritório Central, localizado na região Sul de São Paulo/SP, suportando a operação de todos os canais da Companhia.

Com localizações estratégicas, cada Centro de Distribuição foi idealizado para apoiar nossas necessidades comerciais, fiscais e logísticas. O armazenamento de produtos é feito por tipo de operação, em caixas apropriadas e separadas por SKUs e fabricantes, tudo devidamente etiquetado e distribuído em *pallets*. Contamos com equipes dedicadas em cada centro de distribuição, com mão de obra própria e terceirizada para apoiar toda operação e garantir agilidade e rapidez no atendimento de volumes principalmente em épocas sazonais.

A distribuição de nossos produtos é realizada por meio de uma frota terceirizada. Contamos com transportadoras aprovadas em nosso rigoroso processo de homologação e auditoria. Com elas, formamos uma malha logística capaz de atender 100% do território nacional de forma rápida e customizada, utilizando os modais mais rápidos, eficientes e seguros conforme cada tipo de produto e necessidades específicas dos clientes. Cada transportadora foi definida visando atender a nossa estratégia de malha e tipos de operações.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Nossa Indústria

O crescente uso da tecnologia na vida dos Brasileiros

Um dos grandes benefícios da tecnologia é tornar o dia a dia das pessoas mais fácil e conectado. Nesse sentido, a Companhia acredita que é um dos grandes viabilizadores do mundo digital no Mercado Brasileiro, tendo como missão: "LEVAR O UNIVERSO DIGITAL AO ALCANCE DE TODOS".

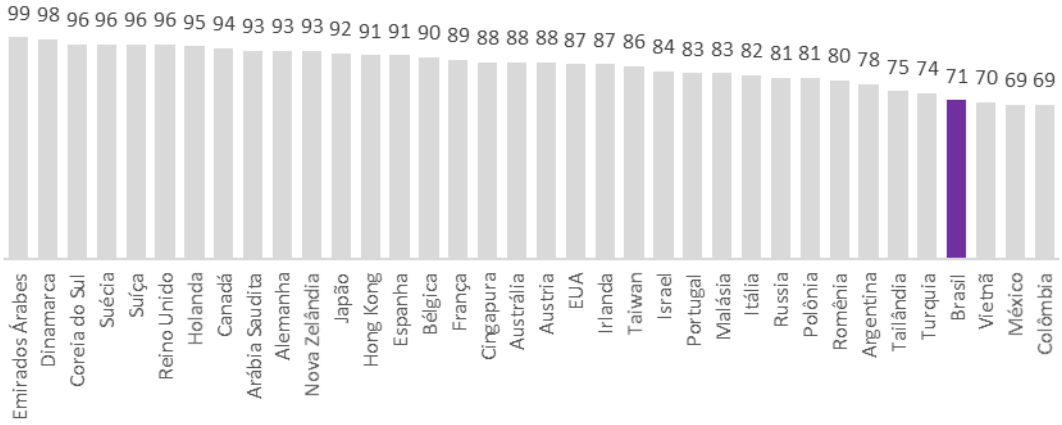
O Brasil possui hoje, em média, dois dispositivos digitais por habitante, incluindo *smartphones*, computadores, *notebooks* e *tablets*, segundo a pesquisa anual da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(FGV-SP)[2]. Entre as categorias, o uso de aparelhos móveis se destaca: existem hoje mais de 230 milhões de celulares em uso no Brasil e 180 milhões de computadores, *notebooks* e *tablets* ativos no país. Segundo a pesquisa, desde o ano passado o Brasil já atingiu a média de mais de um celular por habitante e, no caso de computadores[3], são seis a cada sete habitantes.

Podemos considerar que o número expressivo de dispositivos digitais hoje no Brasil está relacionado ao surgimento acelerado de inovações tecnológicas – o que faz com que os usuários troquem seus dispositivos cada vez mais rápido e de maneira constante – ao aumento da penetração da internet no país. Mas, apesar de atingir a maioria da população, a penetração da internet no Brasil (aproximadamente 71%) ainda é inferior à de países como Dinamarca (98%), Alemanha (93%) e Estados Unidos (87%)[4]. Mostrando que ainda há espaço para avançar, o Brasil teve o 8º maior crescimento em número absoluto de usuários de internet durante 2019 e, por isso, acreditamos que o alcance da internet deva se expandir ainda mais nos próximos anos.

Penetração da internet em 2020 (percentual da população que possui acesso à Internet | %)



Fonte: Digital 2020, We Are Social, 2020

[2] Fonte: Prof. Fernando S. Meirelles, 30ª Pesquisa Anual FGVcia do Uso de TI, FGV-EAESP, 2019

[3] Considera desktops, notebooks e tablets

[4] Fonte: Digital 2020, We Are Social, 2020

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

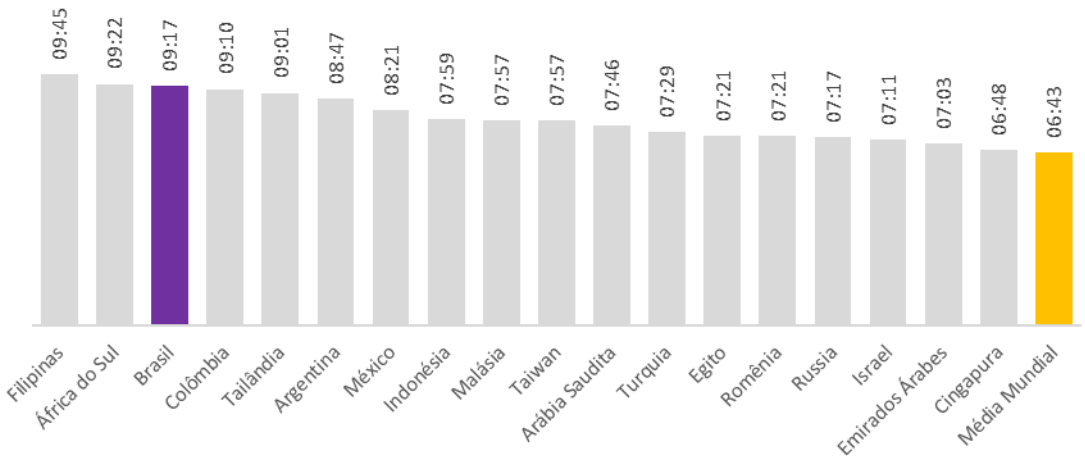
Crescimento do número de usuários de internet (variação de jan/20 vs. jan/19 | # e %)

#	País	Novos Usuários	Cresc. %
1	Índia	127.610.000	23%
2	China	25.490.000	3%
3	Indonésia	25.365.368	17%
4	Paquistão	11.251.089	17%
5	Iraque	10.637.541	55%
6	Egito	9.806.630	22%
7	Rep. Dem. do Congo	8.988.740	122%
8	**Brasil**	**8.516.438**	**6%**
9	Vietnã	6.169.040	10%
10	Bangladesh	5.765.248	10%

Fonte: Digital 2020, We Are Social, 2020

O perfil do brasileiro também vem contribuindo para o crescimento do número de dispositivos eletrônicos e da necessidade de *smartphones* cada vez mais completos. Segundo o relatório de mercado "Digital 2020", publicado pela agência de marketing norte-americana *We Are Digital*, os brasileiros são os terceiros no *ranking* de consumo diário de internet, passando aproximadamente nove horas e meia por dia conectados. Cerca de metade deste tempo é por meio de um dispositivo móvel.

Consumo diário de internet (tempo médio na internet via qualquer dispositivo | horas e minutos)



Fonte: Digital 2020, We Are Social, 2020

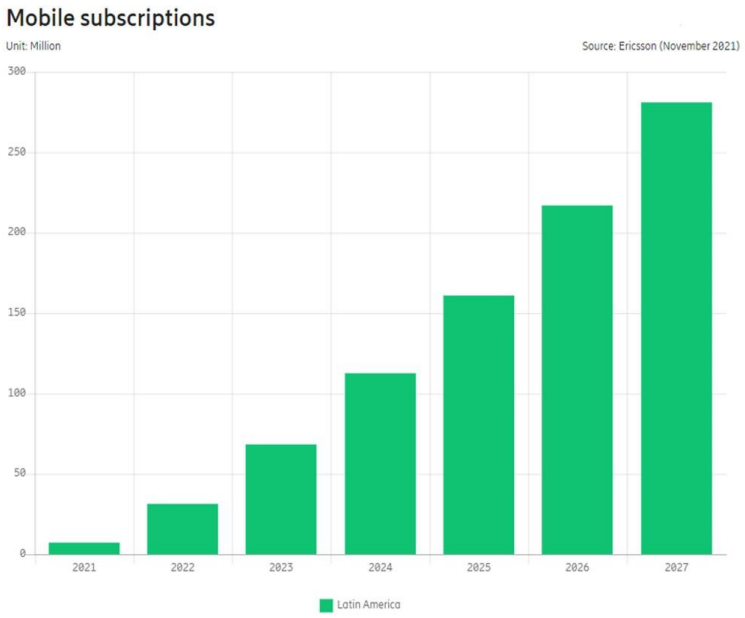
O surgimento de novas tecnologias, como o 4G há alguns anos e mais recentemente o 5G, possibilita que os dispositivos móveis tenham maior capacidade e velocidade de conexão, cada vez mais similar aos dispositivos "fixos", como computadores cabeados. A experiência de utilização destes dispositivos

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

também se tornou mais agradável aos usuários e, por isso, a tendência para os próximos anos é de que o consumo de internet migre dos dispositivos fixos para dispositivos móveis. Nós estimamos que o tráfego de internet e o tráfego de dados via dispositivos móveis no Brasil irá aumentar consideralvelmente nos próximos anos.

O relatório Ericsson Mobility Report, de novembro de 2021, estima que o númeor de conexões 5G na América Latina aumentará de 8 milhões em 2021 para 310 milhões em 2027, e representará 44% das conexões mobile da região.

O gráfico mostra o crescimento expressivo de smartphones 5G esperado na América Latina até 2027:



Com toda a dinâmica de crescimento digital e de padrões comportamentais no cenário brasileiro, acreditamos que os *smartphones* e outros aparelhos digitais se tornarão cada vez mais essenciais ao nosso dia a dia e sejam menos vistos como apenas bens de consumo discricionário e mais como uma necessidade fundamental de todos.

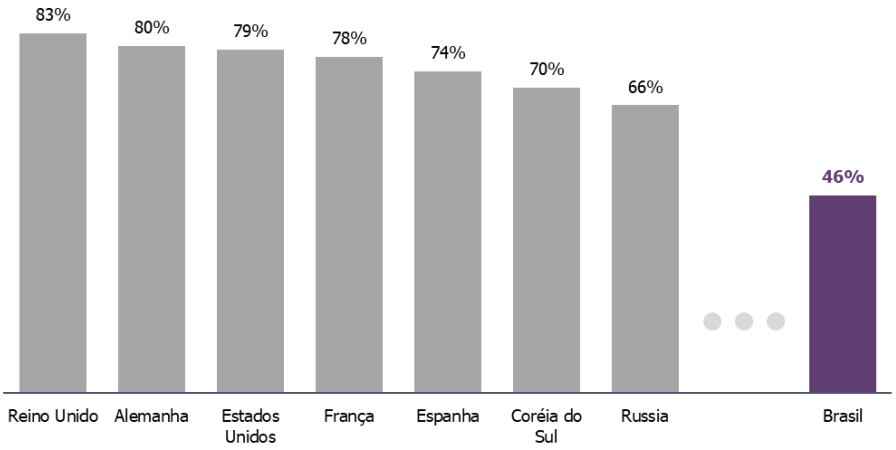
Condições favoráveis a um mercado com futuro promissor e focado no varejo

Apesar do grande número de dispositivos já existentes no país, o Brasil ainda possui baixa penetração de usuários de *smartphones* – especialmente nas regiões rurais – quando comparado aos países desenvolvidos. Segundo o estudo Global Mobile Market Report 2019 da *Newzoo*[5], apenas 46% da população total brasileira utiliza *smartphones* atualmente e, da mesma forma que a internet passou a atingir a maior parte dos brasileiros, a perspectiva que enxergamos é de que a população terá mais acesso às novas tecnologias móveis e o consumo de dispositivos digitais aumentará. Esse potencial crescimento faz com que o mercado de *smartphones* e eletrônicos no Brasil apresente uma oportunidade muito interessante para os fabricantes e varejistas.

[5] Global Mobile Market Report, Newzoo, 2019

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

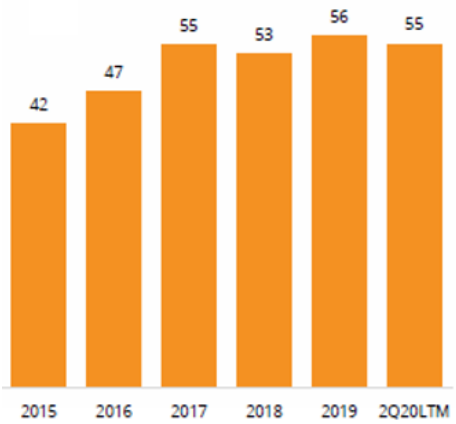
Penetração de smartphones (Usuários de smartphone sobre a população total | %)



Fontes: Newzoo (Global Mobile Market Report 2019)

Outra alavanca de consumo na economia é o crédito. Com a taxa Selic no menor patamar desde a criação do Plano Real e um ambiente de maior estabilidade da inadimplência, há também maior atratividade e, portanto, maior disponibilidade das operações de crédito no varejo e em outros setores da economia. A flexibilidade nos prazos de pagamento associada ao crescimento da massa salarial implicou em menor comprometimento da renda, permitindo aos consumidores aumentar seus níveis de endividamento sem afetar consideravelmente seus orçamentos. No Brasil, o maior acesso a crédito pelos consumidores veio das inúmeras opções de cartão de crédito. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), os cartões de crédito movimentaram R$534,4 bi no primeiro semestre de 2019, +18,8% em relação ao ano anterior, aumentando ainda mais as perspectivas de expansão do varejo brasileiro.

Segundo dados de mercado em 2021 esperados pelo IDC6, o Brasil viu uma redução de 1,9% em comparação com 2020 no número de celulares inteligentes comercializados. O destaque, porém, é para a receita: 3,8% maior, totalizando aproximadamente 72 bilhões de reais em 2021, com um ticket médio de 1.596 reais por aparelho, o que representa um aumento de 5,8%."**Mercado de smartphones no Brasil (Faturamento bruto | R$ bi)**

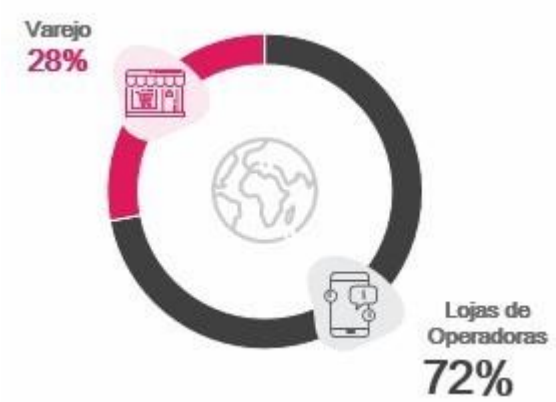


Fontes: IDC (Mobile Phone Tracker 2T 2020)

Nesse contexto, acreditamos que a Allied tem um posicionamento estratégico no setor varejista, que se beneficiará com o aumento do consumo devido à melhora do poder de compra e maior acesso às novas tecnologias por parte da população brasileira.

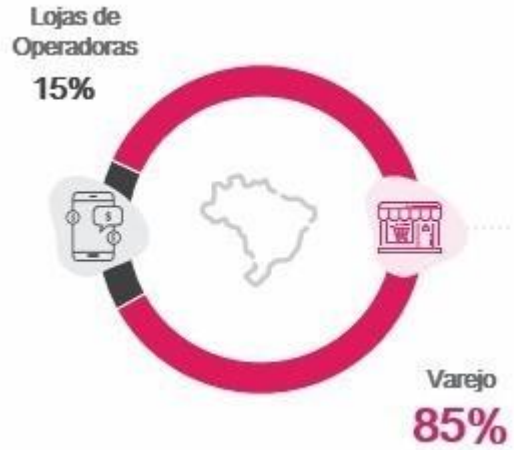
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A dinâmica diferenciada do mercado de aparelhos celulares e *smartphones* do Brasil também se torna um fator benéfico ao nosso modo de atuação. Como referência, no mercado internacional, a maioria dos dispositivos móveis são vendidos em lojas de operadoras, como Vodafone, AT&T, entre outras, divididos na seguinte forma:



Fonte: Fontes: IDC (Mobile Phone Tracker 2T 2019) e empresas Nota: (1) Dados das vendas de smartphones nos EUA

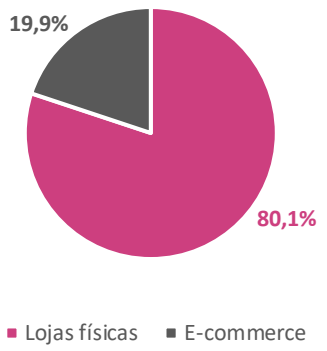
Já no Brasil, a legislação proíbe as operadoras de bloquear telefones celulares exclusivamente à sua operadora, para que as mesmas não tenham incentivo em subsidiar o cliente. Isso faz com que o varejo predomine nas vendas de celulares, conforme a proporção abaixo:



Fonte: IDC (Mobile Phone Tracker 2T 2019)

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

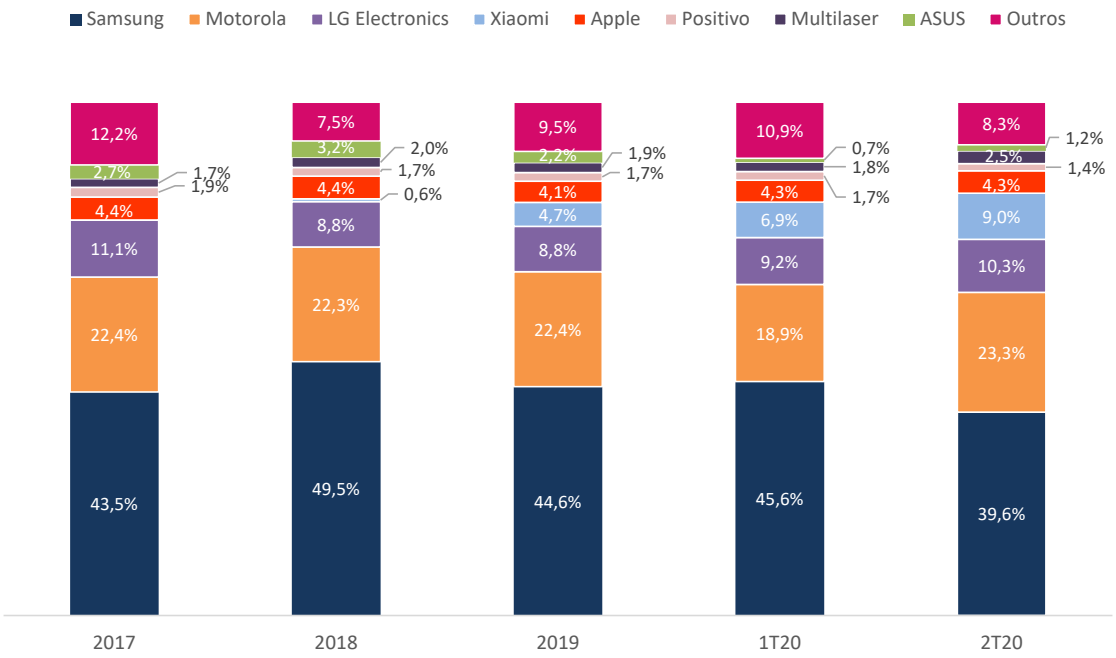
Adicionalmente, segundo a consultoria Gfk, as lojas físicas continuam sendo o principal canal de compras de *smartphones* no Brasil, sendo 80,1% das vendas em lojas físicas e 19,9% pelo *e-commerce*, com base na receita bruta reconhecida entre janeiro e junho de 2019. Acreditamos que os usuários, principalmente no segmento de produtos *high-end*, valorizem muito o contato e experiência com o produto na hora de adquirir um novo aparelho.



Fonte: Gfk ReportGfk (Jun-20)

Ainda sobre o mercado de smartphones brasileiro, a Samsung, fabricante que mais vende celulares no mundo, com 19% de marketshare no 2T21 também ocupa posição de liderança no Brasil, com aproximadamente 50% das unidades vendidas em setembro de 2021. Atualmente, temos a segunda maior rede de lojas Samsung no mundo.

Market share do mercado de smartphones no Brasil (Percentual de vendas no sell-in | %)



Fonte: IDC (Mobile Phone Tracker 2T 2020)

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

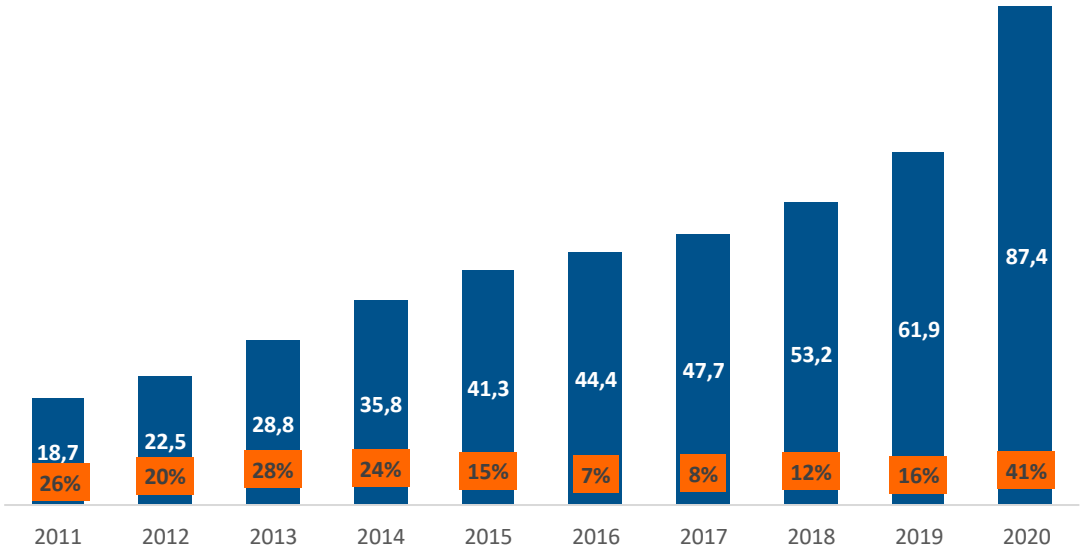
Mercado de console de videogames no Brasil

Em setembro de 2021, o mercado de console de videogames no Brasil era de R$ 1,9 bilhões[6]. A Allied atuava em parceria com a Microsoft, distribuindo seu produto Xbox, que teve, de janeiro a setembro de 2021, 25% de marketshare local[7]. Mais recentemente, iniciamos a distribuição de console de videogames da marca PlayStation que teve, de janeiro a setembro de 2021, 61% de marketshare[2]. Com as duas parcerias, a Allied atua, portanto, em 86% do mercado de consoles.

Panorama do e-commerce e marketplaces no Brasil

Considerado o futuro do varejo, o e-commerce voltou a crescer em um ritmo forte no país e já é uma realidade para o consumidor brasileiro. De acordo com a Ebit Nielsen[8], o e-commerce brasileiro registrou crescimento 41% em 2020, totalizando um mercado de R$87,4 bi em vendas, impulsionado pelo aumento do número de pedidos, ticket médio e consumidores. No total, foram 194 milhões de pedidos (+30% vs. 2019) com ticket médio de R$452 (+8%. vs. 2019) e cerca de 13 milhões de novos *e-shoppers* em 2020, que somaram 79,7 milhões de consumidores que fizeram pelo menos uma compra online no ano – cerca de 36% da população.

Evolução do e-commerce brasileiro (Total de vendas e variação ano a ano | R$ bi e variação vs. ano anterior)



Fonte: Ebit Nielsen (Webshoppers 43ª Edição)

Fatores do crescimento do e-commerce em 2020	
# Pedidos	+30%
Consumidores	+29%
Ticket médio	+8%

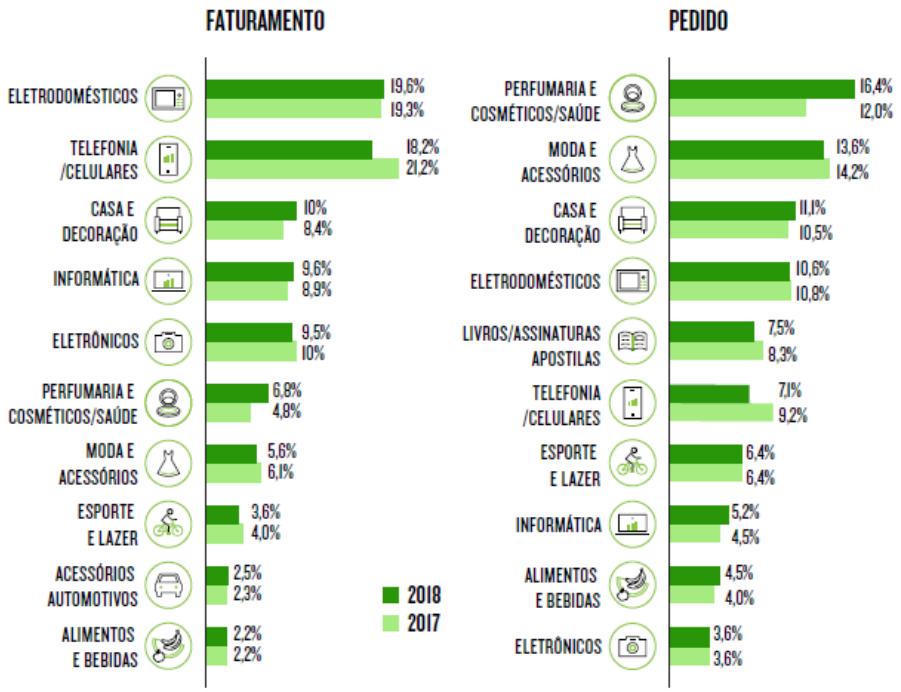
Fonte: Ebit Nielsen (Webshoppers 43ª Edição)

[6] Fonte: GfK, setembro/21 LTM
[7] Fonte: GfK, de janeiro/21 a setembro/21
[8] Fonte: Webshoppers 43ª Edição, Ebit Nielsen, 2021

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Atuamos em um segmento bastante relevante para o e-commerce brasileiro, uma vez que as categorias de telefonia, informática e outros eletrônicos representaram cerca de 37% do faturamento online total em 2018 (vide imagem abaixo):

Importância das categorias para o e-commerce (Total de faturamento e pedidos sobre o total | %)



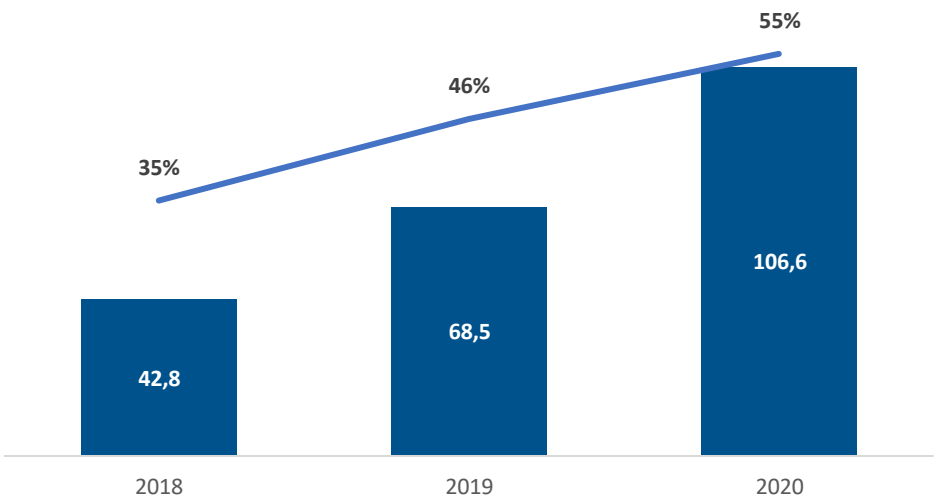
Fonte: Ebit Nielsen (Webshoppers 39ª Edição – 2019)

Com o avanço do comercio digital e maior destaque para as operações B2B, as plataformas *marketplace* também ganharam espaço no mercado brasileiro. Grandes varejistas, que já possuíam plataformas *online* para venderem seus próprios produtos (1P), possibilitaram a vendedores terceiros que também utilizassem suas plataformas e infraestruturas para comercializarem seus produtos (3P). Essa nova modalidade online permitiu uma maior democratização do e-commerce já que, para ser um *seller,* não é mais necessário investir em uma plataforma própria e nem em logística. Com isso, o consumidor tem acesso a uma oferta muito mais ampla de produtos e preços melhores preços devido à competitividade, enquanto os varejistas aumentam não só o volume total de vendas (GMV) como também o tráfego em suas plataformas. Estamos aproveitando essa nova dinâmica do mercado para estar presente nos principais *marketplaces* do país, e assim, oferecer nosso amplo portfólio de produtos ao maior número possível de consumidores.

E qual é o perfil deste consumidor online? De acordo com GfK, o consumidor está cada vez mais conectado, comprando cada vez mais via *smartphones*, *tablets* e *notebooks*, principalmente entre as gerações mais novas. As compras online feitas a partir de dispositivos móveis – o chamado m-commerce somaram 56% do total de pedidos de junho de 2021 e tiveram crescimento de 8,7% em 2020. Assim, torna-se imprescindível uma experiência fluida e sem atritos para garantir a conversão dos usuários em compradores.

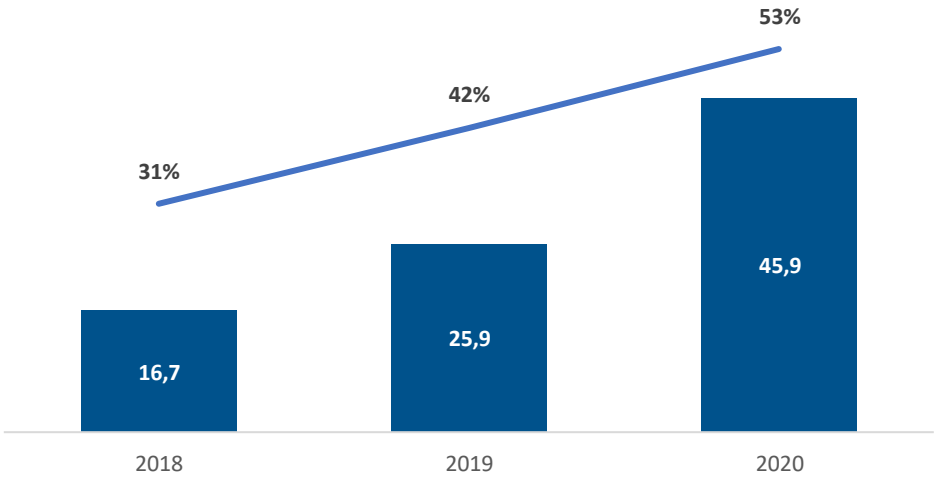
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Crescimento do m-commerce (Pedidos de m-commerce sobre total do e-commerce)



Fonte: Ebit Nielsen (Webshoppers 42ª Edição)

Crescimento do m-commerce (Faturamento de m-commerce sobre total do e-commerce |R$ bi)



Fonte: Ebit Nielsen (Webshoppers 43ª Edição)

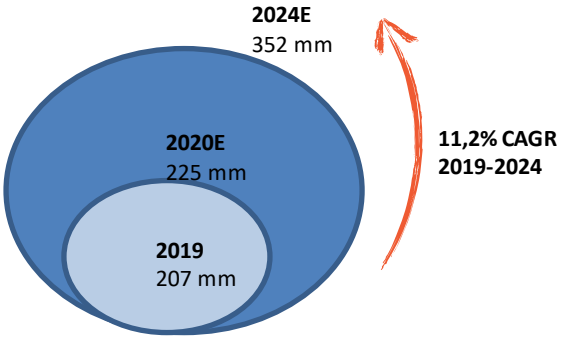
É nesse cenário que a Allied aparece estrategicamente posicionada. Focada exclusivamente no segmento de produtos eletrônicos, nós entendemos que nossos consumidores estão mudando o comportamento aos poucos e comprando mais por meios digitais. Porém, sabemos da forte relevância

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

e do papel informativo das lojas físicas, dado que, aproximadamente 76%[9] smartphones, categoria no setor de produtos eletrônicos são comprados via este canal e que os consumidores valorizam a experimentação do produto durante o processo de compra. Dessa forma, estamos dando mais robustez às nossas operações no varejo e aprimorando também nossos canais online para alavancar as sinergias existentes entre os diferentes canais de vendas. Acreditamos que nossa experiência de varejo e distribuição aliada a presença digital venha a ser uma de nossas vantagens competitivas. Buscamos assim, atuar de forma sinérgica entre os canais de vendas e, mais do que isso, estar presente em toda e qualquer forma que o consumidor final tiver necessidade.

O mercado de recertificados

Segundo estudo da IDC, o mercado global de smartphones usados deve crescer a uma taxa anual de 11,2% entre 2019 e 2024.



Fonte: IDC, Worldwide Used Smartphone Forecast, 2020–2024, Dez 2020

[9] Fonte: GFK Report, Fevereiro de 2020

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Visão da Omnicanalidade e Serviços Agregados no segmento de Tecnologia

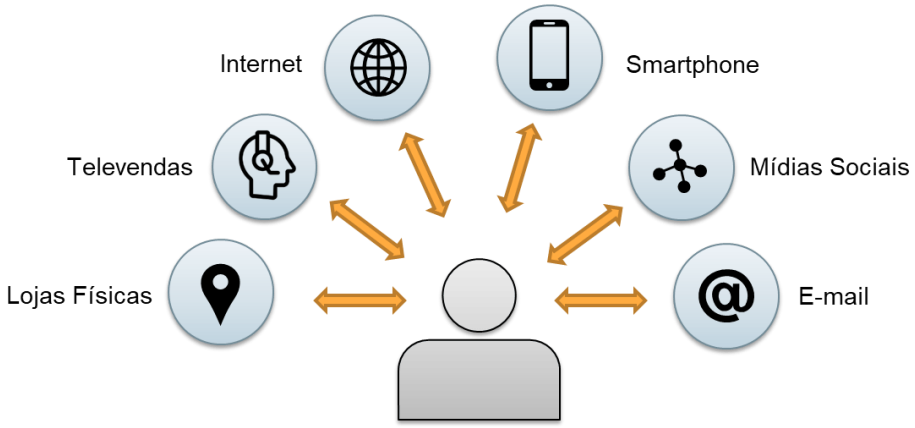
Temos observado que os consumidores, assim como o comércio, têm se transformado nos últimos anos. Com acesso amplo e instantâneo à informação, o consumidor possui hoje a possibilidade de escolher o produto e a loja que mais lhe convém e, nesse contexto, os varejistas precisam oferecer uma experiência de consumo cada vez mais diferenciada. A integração dos diferentes canais de venda se torna cada vez mais necessária.

Apesar de historicamente as companhias brasileiras apresentarem uma diferenciação clara entre suas estratégias de venda dos segmentos *online* e o *offline*, a crescente integração entre os meios de contato com cliente estão resultando em estratégias cada vez mais unificadas de venda. Segundo estudo realizado pela consultoria BCG (Boston Consulting Group), 169a internet influencia mais de 50% das compras efetuadas em lojas físicas pelos consumidores conectados. Isso significa que as decisões de consumo já não acontecem exclusivamente quando as pessoas vão às lojas físicas.

Dado isso, uma das tendências é que todas as plataformas do negócio sejam integradas (*e-commerce*, aplicativos, lojas físicas) para proporcionar uma comunicação efetiva e uma experiência cada vez mais benéfica ao consumidor. A proposta é que os produtos possam ser encontrados em todos os meios, as informações sejam objetivas e esclarecedoras, a forma de pagamento e de retirada seja prática e eficaz. Porém, atualmente, segundo pesquisa da *Manhattan Associates*, somente 21% dos varejistas no mundo integram *e-commerce* e loja física.

Além de proporcionar uma experiência cada vez mais "sem fronteiras" ao consumidor final, ao integrar suas plataformas e compartilhar os dados existentes, as empresas passam a ter um controle eficiente de informações, com acesso a análises segmentadas em dados específicos que facilitam o atendimento ao consumidor independentemente do canal escolhido.

Nesse cenário, a Allied tem se preparado cada vez mais para integrar suas plataformas digitais com os canais físicos, visando a capacidade de atender a um mesmo consumidor de forma eficiente e eficaz, através de qualquer ponto de contato que tal cliente tem com a empresa, tanto no mundo *online* como no *offline*.



7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

ii) Condições de competição nos mercados

O setor de varejo é influenciado por diversos fatores e os resultados das operações da Companhia podem ser afetados adversamente por: (i) preços competitivos; (ii) promoções; (iii) abertura de novas lojas por concorrentes; (iv) condição financeira dos nossos consumidores; (v) perspectiva do cenário econômico no Brasil; e (vi) outros fatores.

Concorrentes

Consideramos que no canal de venda de varejo, os nossos maiores concorrentes são (i) Magazine Luiza; (ii) Via Varejo; (iii) B2W; e (iii) Lojas Americanas. Já no canal de venda de distribuição, nossos maiores concorrentes são: (i) Rcell; (ii) Ingram Micro; (iii) Fujioka; e (iv) Brightstar.

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia fruí de Regime Especial concedido pelo Estado do Espírito Santo para o recolhimento de ICMS na categoria de Substituição ("ICMS-ST"), ou seja, há a antecipação de recolhimento de ICMS de operações futuras através da presunção de lucro por meio da Margem de Valor Agregado. A Companhia vem cumprimento com os requisitos para a regular fruição. Entretanto, se o benefício fiscal não for renovado ou se for modificado, limitado, suspenso ou revogado, as operações logísticas poderão ser afetadas.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e revendedora de produtos e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais.

(d) Eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como a Black Friday e o Natal, no 4º trimestre. Além disso, essa sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de marketing realizadas pelos parceiros da Companhia e lançamento de novos modelos de produtos revendidos pela Companhia. A tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020:

	Período de 3 meses findo em 31 de dezembro de 2020	Período de 3 meses findo em 30 de setembro de 2020	Período de 3 meses findo em 30 de junho de 2020	Período de 3 meses findo em 31 de março de 2020
% Receita líquida de vendas	35%	30%	18%	18%

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

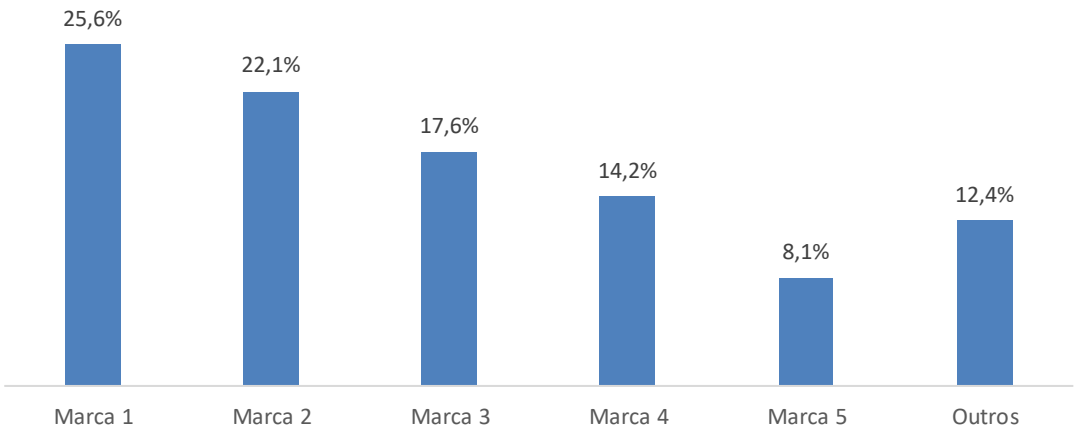
Não aplicável.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

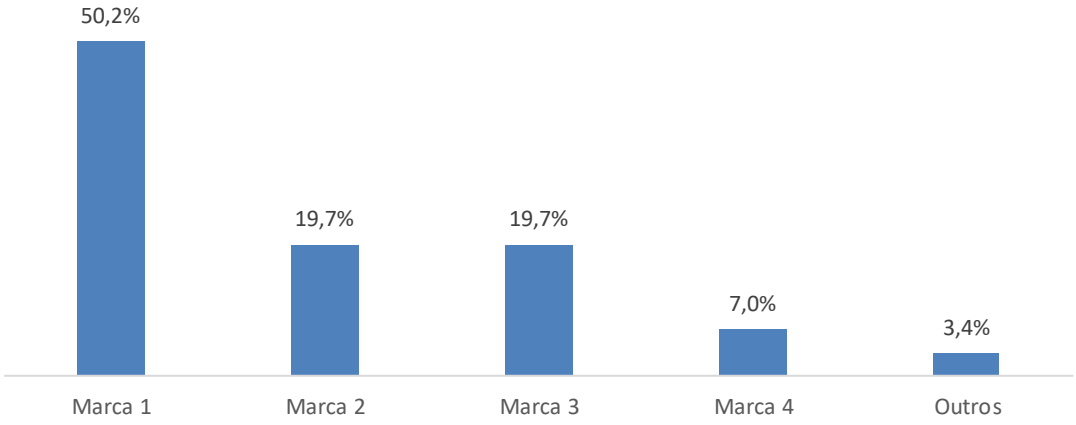
Apesar de existir um grande número de players atuando na produção de eletroeletrônicos, em geral, esse mercado apresenta concentração, com determinadas marcas dominando as vendas para cada tipo de produto específico. No primeiro semestre de 2020, as quatro maiores marcas em vendas de notebooks foram responsáveis por cerca de 81% do faturamento nacional, para os smartphones, essa concentração foi de cerca de 96%, e para os televisores de tela fina, de 83%.

Concentração das vendas de notebooks, em reais, de janeiro a dezembro de 2020 (%)



Fonte: Gfk Dez-20

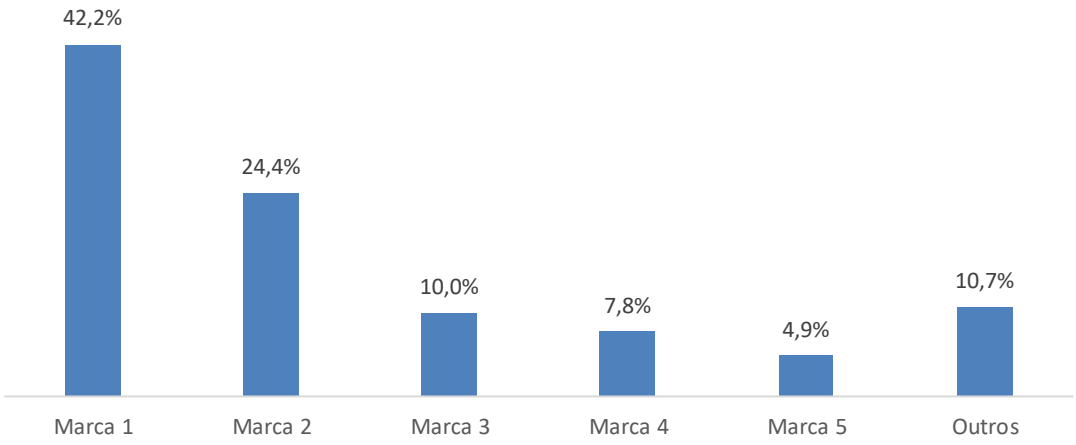
Concentração das vendas de smartphones, em reais, de janeiro a dezembro de 2020 (%)



Fonte: Gfk Dez-20

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Concentração das vendas de televisores de tela fina, em reais, de janeiro a dezembro de 2020 (%)



Fonte: Gfk Dez-20

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um cliente responsável por mais 16,1% da receita líquida total da Companhia. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 este cliente foi responsável por mais de 20% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia possui apenas um segmento operacional, portanto, os clientes mais relevantes impactam seu segmento operacional, conforme divulgado no item 7.2 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação geral

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respetivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas, civis, ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação referente às atividades como Representante de Seguros

A Companhia assinou em 2017 e em 2018 dois contratos de representação de seguros com uma seguradora devidamente autorizada a operar no país pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a partir dos quais realiza, em nome da seguradora, contratos de seguro relacionados a aparelhos celulares comercializados pela Companhia tanto em nome próprio quanto sob a operação "Samsung Brand Store".

Não é necessário qualquer tipo de autorização prévia por parte dos órgãos reguladores para a atuação da Companhia como Representante de Seguros, mas devem ser observadas as disposições regulatórias das seguintes normas impostas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): Resolução CNSP nº 294/2013, Resolução CNSP nº 296/2013, Resolução CNSP nº 297/2013 e Circular SUSEP nº 480/2013. Neste sentido, a Companhia pode ser responsabilizada administrativamente – isto é, perante a SUSEP – pelos atos que praticar em desacordo com as regras relativas à representação de seguros, responsabilidade essa que está prevista não só na própria regulamentação acima mencionada, como também nos contratos assinados junto à seguradora.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (definidos como toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas entidades públicas e privadas.

Até o ano de 2018, somente a Constituição Federal Brasileira, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) e outros poucos diplomas setoriais regulavam o direito à privacidade no Brasil.

No entanto, em agosto de 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais no país de forma geral (e não mais apenas setorial), criando um microssistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as entidades que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas por tais entidades. Além disso, a LGPD: (i) prevê diversas hipóteses para respaldar as atividades de tratamento de dados pessoais; (ii) estabelece uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e (iii) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, tais como advertência, divulgação pública da infração, multa, suspensão ou proibição parcial ou total do tratamento de dados pessoais, etc.

A LGPD se aplica a qualquer atividade de tratamento de dados pessoais, em ambiente físico ou online, realizada por pessoas físicas ou por entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados estão localizados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no território nacional; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou a tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto de tratamento tenha sido coletados no Brasil.

Adicionalmente, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que tem poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores de dados; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Com a entrada em vigor da LGPD, poderão ser ajuizadas ações individuais ou coletivas em caso de descumprimento da lei. Além disso, os direitos dos titulares poderão ser exercidos perante órgãos de defesa do consumidor e Ministérios Públicos, além da própria ANPD.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD ainda tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

A Companhia deve observar as disposições da LGPD, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a LGPD e/ou eventuais regulamentações a serem proferidas pela ANPD podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia. Neste sentido, a Companhia (i) está empenhando esforços para se adequar à LGPD; (ii) possui estrutura organizacional para fins de compliance com as políticas de segurança da informação e privacidade de dados; (iii) possui procedimentos para resposta a incidentes, além de envidar esforços para conformidade na gestão de contratos de modo a garantir que os contratos com empresas terceirizadas estejam em conformidade com os requisitos de segurança já estabelecidos pela área de segurança da informação; (iv) possui política de segurança da informação que se destina a orientar os colaboradores da empresa; (v) realiza testes de vulnerabilidade de seus sistemas; e (vi) possui armazenamento de dados em cloud e data center.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 26 de outubro de 2020, a indicação do encarregado de proteção de dados ("Data Protection Officer" ou "DPO"), com finalidade de coordenar o processo de adequação da Companhia às exigências da LGPD, que reportará diretamente ao Conselho de Administração. Adicionalmente, a Diretoria da Companhia

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

aprovou, em 25 de novembro de 2020, a criação do Comitê de Privacidade, Proteção de Dados e Segurança da Informação, que tem como objetivos (i) promover as diretrizes necessárias à Companhia visando garantir a adequação das suas atividades à Lei Geral de Proteção de Dados; (ii) supervisionar a execução dos planos, dos projetos e das ações aprovados para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na LGPD; (iii) prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais de acordo com as diretrizes estabelecidas na LGPD; e (iv) garantir a conformidade do Sistema de Gestão de Segurança da Informação de acordo com as melhores práticas de governança.

Para mitigar os riscos relacionados à não aplicação da LGPD, a Companhia tem trabalhado em atividades que incluem a identificação dos processos que utilizam fluxos de dados que envolvem dados pessoais; mapeamento dos processos, riscos e controles dos fluxos de dados selecionados; análise jurídica nos contratos da empresa, bem como na criação e/ou revisão de Políticas e Procedimentos para inclusão das melhores práticas de Segurança da Informação e Proteção de Dados. Além disso, foram desenvolvidos planos de ações, focados em diferentes dimensões:

(i) Infraestrutura: Realização de Auditorias e Execução de Planos de Ações, principalmente, baseados na norma ABNT NBR ISO/IEC 27.001:2013 e na aplicação dos controles CIS Controls v8, aumentando a segurança da informação e a proteção dos dados pessoais que transitam nas redes da empresa;

(ii) Desenvolvimento: Capacitação dos desenvolvedores em Privacy by Design e Privacy by Default e criação de Procedimentos de Desenvolvimento Seguro que utilizam ferramentas que auxiliam na manutenção da integridade, acessibilidade e disponibilidade dos dados tratados nos sistemas da empresa, todos os desenvolvedores foram capacitados com apoio do RH;

(iii) Produto: Revisão dos Fluxos de Dados para incorporação da análise de riscos na execução das Sprints das Squads, incluindo os riscos LGPD que ainda não foram adequados por Privacy by Design ou Privacy by Default;

(iv) Base de Conhecimento: Políticas e Procedimentos criados ou revisados para inclusão das melhores práticas de Segurança da Informação e Proteção de Dados; e

(v) Divulgação: Realização de Treinamentos com Games para promover o conhecimento de Segurança da Informação e de LGPD, Inclusão destes temas nas reuniões das Squads, Reuniões de Trabalho e Gerenciais periódicas sobre o mesmo tema.

Em complemento e operacionalizando o tratamento de Dado Pessoais, a Companhia realiza testes de invasão recorrentes aos seus sistemas e infraestrutura tecnológica, "pentest", conduzido por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar e tratar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos sistemas da Companhia, os quais podem culminar no desembolso de resgates milionários a sequestradores de dados. Além disso, a Companhia também possuí um monitoramento contínuo através do SOC (Security Operations Center).

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia ainda não aderiu a um padrão específico, em âmbito nacional ou internacional, de práticas ambientais.

No entanto, a Companhia adota como prática interna de gestão ambiental a sua Política Ambiental e mantém práticas direcionadas principalmente à gestão de resíduos sólidos tecnológicos, que envolvem o cumprimento de todos os requisitos legais e outros requisitos relevantes relacionados aos impactos ambientais das operações e à prevenção da poluição e comprometimento para minimização e eliminação dos impactos ao meio ambiente que podem ser causados por suas atividades comerciais.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas e retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, sendo as marcas "Allied", "Allied Tecnologia" e "Mobcom" extremamente relevantes para suas atividades. A Companhia também é titular de nomes de domínio e programas de computador para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Além disso, a Companhia celebrou contratos com terceiros para desenvolvimento de atividades como suporte à venda digital, arquitetura de disparo de SMS e controle de fluxo de venda online, sendo alguns deles customizados especificamente para a Companhia. Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b. – Ativos intangíveis.

Por fim, vale ressaltar que nossa atuação com a Samsung se dá através de um contrato de parceria, renovado em 2018, que nos permite utilizar a marca Samsung nos pontos comerciais desta marca que operamos mediante cumprimento de algumas condições operacionais. De acordo com os termos contratuais do Contrato de Revenda de Produtos em Lojas Exclusivas Samsung e Outras Avenças, a Companhia é vedada (i) de operar o modelo de negócios de lojas exclusivas físicas com concorrentes da Samsung, (ii) de vender quaisquer produtos que não tenham sido fornecidos ou autorizados pela Samsung nos quiosques exclusivos; e (iii) de praticar qualquer ato que possa interferir negativamente na imagem da marca ou dos produtos da Samsung. A Companhia deve, portanto, seguir as recomendações técnicas, atendendo aos parâmetros e condições determinados pela Samsung na administração dos quiosques exclusivos e deverá se atentar para as disposições dos "Manuais Operacionais" e que contém as informações de *know-how*.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não elabora relatórios ou divulga informações socioambientais. No entanto, a Companhia possui uma Política Ambiental e mantém práticas direcionadas principalmente a gestão de resíduos sólidos tecnológicos, dentre essas práticas podemos citar:

(i) cumprimento de todos os requisitos legais e outros requisitos relevantes relacionados aos impactos ambientais das operações e à prevenção da poluição; e

(ii) comprometimento para minimização e eliminação dos impactos ao meio ambiente que podem ser causados pelas atividades comerciais.

A Companhia opta por realizar a triagem dos produtos tecnológicos em um único local, para análise de recuperação do produto ou caracterização deste como sucata para posterior processamento e destinação final ambientalmente adequada.

Durante o gerenciamento de resíduos sólidos, a Companhia exige as devidas autorizações e documentos, licenças ambientais válidas, necessários para a regularidade do terceiro contratado, os quais contém informações sobre a coleta, reciclagem e/ou destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos tecnológicos.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações não foram auditadas ou revisadas por entidade independente.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia se preocupa com a comunidade e busca de maneira ativa envolver seus funcionários em causas sociais, gerando consciência e engajamento. No início de cada ano, é definido cronograma de iniciativas, que envolve a participação de todos os funcionários, seja por meio de doações, atividades presenciais solidárias, visitas, entre outras. Por exemplo, nos últimos anos a Companhia realizou ações como:

(i) Copa Solidária, na qual os colaboradores foram divididos em times para arrecadar a maior quantidade de doação de roupas, que foi destinada a uma instituição de caridade. Além da doação, alguns colaboradores (a equipe que fez a maior arrecadação) foram até a instituição para participar de contação de histórias e brincadeiras com crianças da Instituição Primeira Infância e em vulnerabilidade social;

(ii) Doação de Lenços: no mês de outubro de 2019, realizamos a doação de lenços para o Banco de Lenços Flavia Flores, que apoia mulheres em tratamento de câncer, para mostrar o nosso apoio ao Outubro Rosa;

(iii) Doação de ovos de páscoa para uma instituição que acolhe crianças com paralisia cerebral, acompanhada de um grupo de funcionários que puderam cantar e alegrar um pouco a tarde dos internos;

(iv) Campanhas de doação de alimentos para diferentes instituições, sendo que um grupo de funcionários voluntários é sempre responsável por fazer a entrega e conhecer um pouco mais da realidade da casa.

Adicionalmente, a Companhia se posiciona frequentemente em apoio às minorias e a inclusão à diversidade, utilizando redes internas de comunicação para datas de relevância e reflexão social. A Companhia também segue essas mesmas práticas para a contratação de profissionais, realizando parceria com instituições que oferecem apoio para o primeiro emprego, família carentes e profissionais com deficiência. Também busca contratar, desenvolver e integrar profissionais de diferentes perfis e necessidades, tornando a diversidade e o respeito ao próximo práticas cada vez mais rotineiras no dia a dia da Companhia.

A Companhia entende que o sistema de gestão socioambiental atualmente adotado é suficiente para assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e normas aplicáveis, com o compromisso de reduzir os impactos ambientais e sociais de seus serviços. Não obstante, a Companhia está em constante processo de aprimoramento de seus mecanismos de proteção ao meio ambiente para que possa atingir um patamar de excelência na gestão ambiental.

Informações complementares aos itens 3.2 (Medições não contábeis) e 7.1 (Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas)

Em linha com as tabelas de números contábeis dos itens 3.2 e 7.1 deste Formulário de Referência, a Companhia apresenta abaixo um resumo das principais variações de tais números nos períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

O EBITDA no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 104.793 mil comparativamente a R$ 127.131 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de 17,6%, em conjunto com uma Margem EBITDA 1,7 pp menor. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, foi de R$ 416.691 mil comparativamente a R$ 196.907 mil, o que representou um aumento de 111,6%, em conjunto com uma Margem EBITDA 3,8 pp maior.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

O EBITDA Ajustado no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 104.793 mil comparativamente a R$ 127.131 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de 17,6%, em conjunto com uma Margem EBITDA Ajustado 1,7 pp menor. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, foi de R$ 315.303 mil comparativamente a R$ 196.907 mil, o que representou um aumento de 60,1%, em conjunto com uma Margem EBITDA Ajustado 1,3 pp maior.

O lucro líquido no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 68.442 mil comparativamente a R$ 77.045 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 11,2%. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 267.148 mil comparativamente a R$ 94.677 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 182,2%.

O lucro líquido (prejuízo) ajustado no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 62.437 mil comparativamente a R$ 77.045 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição 19,0%, em conjunto com uma margem líquida ajustada 1,1 pp menor. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 183.114 mil comparativamente a R$ 94.677 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 93,4%, em conjunto com uma margem líquida ajustada 1,4 pp maior.

O resultado financeiro líquido no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 27.264 mil comparativamente a R$ 16.956 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 60,8%. No período de nove meses findos em 30 setembro de 2021 foi de R$ 41.072 mil comparativamente a R$ 54.512 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de 24,7%.

A depreciação e amortização no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 17.589 mil comparativamente a R$ 14.933 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 17,8%. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 50.956 mil comparativamente a R$ 42.397 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 20,2%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 8.502 mil comparativamente a R$ 18.197 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de 146,7%. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 57.515 mil comparativamente a R$ 5.321 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 980,9%.

O lucro bruto no período de três meses findos em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 214.345 mil comparativamente a R$ 237.253 mil em relação ao mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de 9,7%, em conjunto com uma margem bruta 1,9 pp menor.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro de Distribuição	Brasil	ES	Serra	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	SC	São José	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Escritório Administrativo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Wooza	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Mobcom	Brasil	ES	Serra	Alugada
Soudi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904577031, para a marca “ALLIED”, marca mista, na Classe NCL(10) 37.	Até 19/12/2027 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918025036, para a marca “ALLIED TECNOLOGIA”, marca nominativa, na Classe NCL(11) 09.	Até 12/05/2030 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913210315, para a marca “MOBCOM”, marca nominativa, na Classe NCL(11) 35.	Até 09/04/2029 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913210374, para a marca “MOBCOM”, marca mista, na Classe NCL (11) 35.	Até 09/04/2029 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 827979088, para a marca “ALLIED ADVANCED TECHNOLOGIES”, marca mista, na Classe NCL(8) 09	Até 23/07/2029 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828099731, para a marca “ALLIED ADVANCED TECHNOLOGIES”, marca mista, na Classe NCL(8) 37	Até 18/03/2028 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº907397859, para a marca “ALLIED seu aliado em tecnologia”, marca mista, na Classe (10) 37	Até 13/03/2028 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918025060, para a marca “ALLIED TECNOLOGIA”, marca nominativa, na classe NCL(11) 35	Até 12/05/2030 (renováveis)	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	alliedbrasil.com.br	31/10/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mobcomstore.com.br	27/06/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	clubeallied.com.br	16/01/2023	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	soudi.com.br	17/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, não há participações em sociedades que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 9 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente indicado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com aquelas de 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações sobre o IFRS 16/CPC 06(R2), ver item 10.4 deste Formulário de Referência.

Fomos bem-sucedidos em encontrar boas oportunidades nos desafios que se colocaram e apresentamos resultados muito além das nossas expectativas. Para maiores informações sobre impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide item 7.1 – "Eventos Recentes – Impactos da Pandemia do COVID-19 em Nossas Atividades" e "Desempenho da Companhia durante a pandemia da COVID-19" e item 10.9 – "Outros fatores com influência relevante" deste Formulário de Referência.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia tenha condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O entendimento dos Diretores acerca das condições financeiras e patrimoniais da Companhia está baseado nas demonstrações financeiras consolidadas e informações trimestrais consolidadas

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava um saldo de dívida bruta (representado pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil - circulante e não circulante) de R$ 544.661 mil. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 461.119 mil, com a Dívida Líquida (representada pela dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa) de R$ 83.542 mil equivalente a 0,19 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. A Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) (representada pela dívida líquida menos arrendamento mercantil - circulante e não circulante) é negativa, ou seja, caixa líquido, em R$ 57.101 mil, equivalente a 0,13 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava um saldo de dívida bruta (representado pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil - circulante e não circulante) de R$ 569.141 mil. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 382.314 mil, com a Dívida Líquida (representada pela dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa) de R$ 186.827 mil equivalente a 0,57 vezes o EBITDA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) (representada pela dívida líquida menos arrendamento mercantil - circulante e não circulante) é de R$ 61.052 mil, equivalente a 0,19 vezes o EBITDA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A redução do nível de dívida decorreu de da amortização de títulos de dívida (debêntures).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava um saldo de dívida bruta (representado pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil - circulante e não

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

circulante) de R$ 618.021 mil. Na mesma data, o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários era de R$ 294.268 mil, com a Dívida Líquida (representada pela dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) equivalente a 1,45 vezes o EBITDA. A Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) (representada pela dívida líquida menos arrendamento mercantil - circulante e não circulante) é equivalente a 0,93 vezes o EBITDA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento do nível de dívida em 31 de dezembro de 2019, em relação a 31 de dezembro de 2018, quando a dívida líquida correspondia a 0,40 vezes o EBITDA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorreu da estratégia da Companhia em investir no capital de giro, mantendo estoques suficientes para garantir o crescimento das receitas no início de 2020 quando os fabricantes estão em período de recesso.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nas datas indicadas uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.626.833	2.585.397	2.208.793	1.974.781
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.523.638	1.130.587	970.123	913.949
Capital total (terceiros + próprio)	**4.150.471**	**3.715.984**	**3.178.916**	**2.888.730**
Parcela de capital de terceiros	63,29%	69,58%	69,48%	68,36%
Parcela de capital próprio	36,71%	30,42%	30,52%	31,64%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira, suas operações e fluxos de caixa futuros. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

Os índices de liquidez geral (ativo total divido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 30 de setembro de 2021 eram de 1,58 e 1,47, respectivamente. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía R$ 404.018 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) em aberto.

Os índices de liquidez geral (ativo total divido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de 1,44 e 1,35, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R$ 443.366 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) em aberto.

Os índices de liquidez geral (ativo total divido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2019 eram de 1,44 e 1,39 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$ 502.247 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) em aberto.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O índice de liquidez geral é obtido através da divisão do "ativo total" pela soma do "passivo circulante" com "passivo não circulante", já o índice de liquidez corrente obtém-se através da divisão do "ativo circulante" pelo "passivo circulante".

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não emitiu novas dívidas estruturadas, optando por uma posição defensiva do caixa através do alongamento de compromissos com fornecedores e antecipação de recebível de clientes. De forma oportunística, foram contratados empréstimos de curto prazo conforme abaixo, mas especificamente nos itens 10.1 (f) e no item Passivo Não Circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aproveitou a conjuntura de liquidez do mercado e reestruturou sua dívida de modo a alongar os compromissos contratados junto aos bancos e reduzir suas obrigações financeiras no curto prazo. Nossos empréstimos estão detalhados no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

A tabela a seguir ilustra a evolução da dívida na Companhia:

(em R$ mil, exceto onde indicado de outra forma)	Em 30/09/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Dívida Bruta(1)	544.661	569.141	618.021	465.940
Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado)(2)	-57.101	61.052	207.979	65.028
Lucro Líquido Ajustado em 12 meses(5)	256.082	167.645	100.630	62.375
EBITDA Ajustado em 12 meses(3)(4)(5)	447.173	328.777	222.729	163.349
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,19x	0,57x	1,45x	0,40x

(1) A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para informações sobre a reconciliação, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Dívida Líquida Ajustada (Caixa líquido ajustado) equivale ao total da soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para informações sobre a reconciliação, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527/12"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para informações sobre a reconciliação, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

(5) Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$119.049 mil, sendo R$101.388 mil de principal e R$17.661 mil de atualização monetária. O EBITDA Ajustado e o Lucro Líquido Ajustado foram calculados excluindo o efeito mencionado acima do EBITDA e do Lucro Líquido, respectivamente. O EBITDA Ajustado e o Lucro Líquido Ajustado apresentados referem-se ao período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos três últimos exercícios sociais. Para informações sobre a reconciliação, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Para mais informações, veja o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência, onde estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia possuía empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) que totalizavam os valores de R$ 404.018 mil, R$ 443.366 mil, R$ 502.247 mil e R$ 465.940 mil, respectivamente.

A tabela abaixo demonstra as principais modalidades e características das operações, como taxa de juros, saldo devedor (em R$ mil) e distribuição de curto e longo prazos, em cada data-base:

Em R$ mil		**Em 30 de setembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
Modalidade	**Encargos Financeiros**	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
1ª Emissão de Debêntures	CDI + 2,10% a.a.	-	-	-	109.886
2ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,7058% a.a.	-	-	-	197.080
3ª Emissão de Debêntures	118,5% do CDI	19.823	78.874	158.825	158.974
4ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	345.818	344.575	343.422	
Conta garantida	CDI + 2,55 a.a.	38.377	19.917		
Total		**404.018**	**443.366**	**502.247**	**465.940**
Circulante		115.428	98.935	78.218	153.189
Não Circulante		288.590	344.431	424.029	312.751

A seguir apresentamos uma breve descrição das operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

3ª emissão de debêntures:

Em 26 de dezembro de 2018, foram emitidas 160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e de valor unitário de R$ 1 mil.

Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures, incidirão juros remuneratórios de 118,5% da variação acumulada do CDI calculados *pro rata temporis*. A remuneração é devida trimestralmente desde 26 de março de 2019.

O prazo das debêntures, desde a emissão até o vencimento, é de 36 meses e serão liquidadas trimestralmente após período de carência de 15 meses, conforme tabela de amortização constante na escritura de emissão.

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletos bancários a vencer em contas vinculadas abertas no Banco do Brasil.

O saldo devedor em aberto em 30 de setembro de 2021 era de R$ 19.823.000,00. Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, a 3ª emissão de debêntures já havia sido totalmente quitada.

4ª emissão de debêntures

Em 25 de dezembro de 2019, foram emitidas 350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e de valor unitário de R$ 1 mil.

Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes de 100% da variação acumulada do CDI, acrescida de spread de 1,60% a.a., calculados *pro rata temporis*. A remuneração é devida trimestralmente a partir de 25 de março de 2020.

O prazo das debêntures, desde a emissão até o vencimento, é de 60 meses e serão liquidadas semestralmente após período de carência de 18 meses, conforme tabela de amortização constante na escritura de emissão.

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações da emissora junto aos credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletos bancários a vencer em contas vinculadas abertas no Banco Bradesco.

O saldo devedor em aberto em 30 de setembro de 2021 era de R$ 345.818.000,00.

Outras informações sobre as debêntures estão descritas na seção 18.5 abaixo.

Conta garantia

Em 27 de dezembro de 2019 a Cia. assinou junto ao banco Safra o contrato de Conta Garantida no montante de R$ 20.000.000,00 com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI (Certificado de deposito interbancário) acrescidos de 0,16% a.m. O vencimento inicial do contrato era 24 de junho de 2020.

Na data do vencimento, o contrato foi prorrogado para 21 de dezembro de 2020, passando a ter juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI (Certificado de depósito interbancário) acrescidos de 0,21.m.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 21 de dezembro de 2020, o contrato foi novamente prorrogado por mais 180 dias vigorando com as mesmas condições de taxa porém o montante passou a ser de R$ 40.000.000,00.

Em 30 de setembro de 2021 o saldo utilizado da Conta Garantida foi de R$ 38.377 mil. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo utilizado era de R$ 19.917 mil.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possuía outras operações de curto ou longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, a Companhia possui relações comerciais com diversas instituições financeiras nacionais visando o acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Esse relacionamento, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os Diretores informam que a Companhia possui algumas restrições que podem ser encontradas nas escrituras da 3ª e 4ª emissão de debêntures.

Essas restrições estão diretamente relacionadas ao descumprimento de obrigações pecuniárias no âmbito das emissões de debentures, e no cumprimento dos *covenants* financeiros que são medidos anualmente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros que são mensurados anualmente, e são medidos conforme abaixo:

- Dívida Líquida/EBITDA[1]: deve ser igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia esclarece que a Dívida Líquida mencionada acima trata-se de Dívida Líquida para efeito de covenants financeiros[2] foi de -R$ 40,2 milhões, R$ 82,1 milhões, R$ 274,0 milhões e R$ 106,3 milhões

---

[1]EBITDA para fins de covenants significa o lucro líquido do período (incluindo o lucro líquido do período das empresas adquiridas que venham a ser controladas pela Emissora e ainda não consolidadas), revertidos os impactos do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, todos esses relativos aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração. "Resultado Não Operacional" significa a venda de ativos, provisões, reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; *impairment*, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e Despesas Pontuais de Reestruturação (conforme definido na Escritura de Emissão).

[2] Dívida Líquida para efeito de convenants financeiros equivale ao total da soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), contas a pagar por aquisição de empresas, parcelamentos tributários, deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nos exercícios encerrados em 30 de setembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado para efeito de covenants financeiros foi de -0,1x, 0,2x, 1,2x e 0,6x no período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020, e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

O termo "AV" e "AH", que constam nas colunas de determinadas tabelas a seguir, significam "Análise Vertical" e "Análise Horizontal" respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADAS

	Período de 9 meses findo em				
(em R$ mil, exceto %)	**30/09/2021**	**AV%**	**30/09/2020**	**AV%**	**AH%**
Receita líquida de vendas	4.081.217	100,0%	3.066.171	100,0%	33,1%
Custos dos produtos vendidos	-3.465.785	-84,9%	-2.597.852	-84,7%	33,4%
Lucro bruto	**615.432**	**15,1%**	**468.319**	**15,3%**	**31,4%**
Receitas/(despesas) operacionais					
Com vendas	-254.752	-6,2%	-224.007	-7,3%	13,7%
Gerais e administrativas	-102.820	-2,5%	-90.228	-2,9%	14,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	107.875	2,6%	426	0,0%	N.M.
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**365.735**	**9,0%**	**154.510**	**5,0%**	**136,7%**
Resultado financeiro	-41.072	-1,0%	-54.512	-1,8%	-24,7%
Despesas financeiras	-63.327	-1,6%	-64.378	-2,1%	-1,6%
Receitas financeiras	22.255	0,5%	9.866	0,3%	125,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**324.663**	**8,0%**	**99.998**	**3,3%**	**224,7%**
Imposto de renda e contribuição social	-57.515	-1,4%	-5.321	-0,2%	980,9%
Corrente	-5.143	-0,1%	-	-	-
Diferido	-52.372	-1,3%	-5.321	-0,2%	884,3%
Lucro líquido do exercício	**267.148**	**6,5%**	**94.677**	**3,1%**	**182,2%**

PERÍODO DE 9 MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE 9 MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizou R$ 4.081,2 milhões, representando um aumento de R$ 1.015,0 milhões, ou 33,1%, em comparação com R$ 3.066,2 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido a:

1. Distribuição: o aumento de R$ 745,1 milhões na receita liquida em decorrência da venda de 6,5 milhões de produtos através deste canal, o que representou um aumento de 9,5% em relação ao volume de produtos vendidos entre os dois períodos
2. Varejo Digital: aumento de R$ 164,4 milhões, ou 40,8% na receita líquida do canal, reflexo do aumento de 82,0% no ticket médio entre os dois períodos. O lançamento do programa iPhone para Sempre, em parceria com a Apple e o Itaú, contribuiu de forma significativa para o aumento da receita líquida entre os dois períodos.
3. Varejo Físico: aumento de R$ 105,7 milhões na receita líquida entre os dois períodos, como reflexo, principalmente: (i) do aumento do número de pontos de venda entre os dois períodos, e (ii) do cenário altamente restritivo ao funcionamento das lojas físicas entre março e junho de 2020.

Ao longo do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, foram vendidos 7,2 milhões de produtos através dos três canais de vendas, o que representa um aumento de 8,4% em relação ao mesmo período de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 3.465,8 milhões comparativamente a R$ 2.597,9 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 867,9 milhões ou 33,4%. O crescimento reflete principalmente um aumento de R$ 1.001,9 milhões, ou 35,5% no custo de mercadorias vendidas.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 615,4 milhões comparativamente a R$ 468,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 147,1 milhões ou 31,4%. Lucro bruto representou 15,1% e 15,3% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente. O aumento do lucro bruto é atribuído substancialmente ao:

i. Aumento de R$ 92,4 milhões, ou 36,3% no lucro bruto do canal de vendas Distribuição. Este aumento foi consequência do crescimento de 31,2% na receita líquida do canal conjuntamente com a margem bruta 0,4 p.p. maior.

ii. Aumento de R$ 54,9 milhões, ou 25,6% no lucro bruto do canal de vendas Varejo (Físico e Digital). Este aumento foi consequência do aumento de 40,0% da receita do Varejo (sendo um crescimento de 40,8% e 39,0% no varejo digital e varejo físico, respectivamente) em conjunto com uma margem bruta 3,3 p.p. menor.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizaram R$ 254,8 milhões, representando um aumento de R$ 30,7 milhões, ou 13,7%, em comparação com R$ 224,0 milhões no mesmo período de 2020, principalmente devido (i) ao aumento de R$ 40,7 milhões ou 85,0% nas despesas com pessoal entre os dois períodos, (ii) da redução de R$ 27,8 milhões na despesa com provisão para perdas de créditos esperadas, em decorrência da alta provisão realizada em 2020 no contexto de incerteza causada pela pandemia do COVID-19; (iii) ao aumento de R$ 0,5 milhão, R$4,5 milhões, R$ 2,9 milhões e R$ 2,6 milhões, respectivamente, nas despesas com aluguel, ocupação, taxa administrativa de cartão de crédito e fretes e carretos, decorrentes do aumento de vendas entre os dois períodos, e (iv) da redução de R$ R$ 5,8 milhões e R$ 4,3 milhões, respectivamente, nas despesas com comissões e representações e outras despesas com vendas.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 102,8 milhões comparativamente a R$ 90,2 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 12,6 milhões ou 14,0%. Despesas gerais e administrativas representaram 2,5% e 2,9% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento de R$ 14,3 milhões, ou 80,9% nas despesas com serviços de terceiros.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foram de R$ 107,9 milhões comparativamente a R$ 0,4 milhão no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 107,4 milhões. Outras receitas operacionais, líquidas representaram 2,6% e 0,0% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao impacto não recorrente de R$ 101,4 milhões em créditos extemporâneos com o reconhecimento da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS, após confirmação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2021, observados os ajustes ao resultados da Companhia indicados no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi uma despesa de R$ 41,1 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 54,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$ 13,4 milhões ou 24,7%. Resultado financeiro representou uma redução de 1,0% e 1,8% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída principalmente ao efeito bruto não recorrente de R$ 17,7 milhões referente à atualização monetária sobre os créditos referentes à exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS, após confirmação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2021, observados os ajustes ao resultados da Companhia indicados no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 324,7 milhões comparativamente a R$ 100,0 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 224,7 milhões. Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 8,0% e 3,3% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores explicados acima, observados os ajustes ao resultados da Companhia indicados no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 57,5 milhões comparativamente a um crédito de R$ 5,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 52,2 milhões ou 980,9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social representou 1,4% e 0,2% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 5,1 milhões, comparativamente a zero no mesmo período de 2020.

A despesa com imposto de renda e contribuição social diferido no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 52,4 milhões comparativamente a um crédito de R$ 5,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 47,1 milhões, observados os ajustes ao resultados da Companhia indicados no item 3.2 deste Formulário de Referência. O aumento da despesa com imposto de renda e contribuição social diferido entre os dois períodos é decorrente do aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, conforme detalhado acima. Esse aumento foi parcialmente compensando pelo aumento do benefício do Compete – uma exclusão permanente para fins de cálculo de imposto de renda, gerando prejuízo fiscal para fins de apuração do imposto de renda. A despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos representou uma redução de 1,3% e 0,2% da receita líquida de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 267,1 milhões comparativamente a R$ 94,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 172,5 milhões ou 182,2%. Lucro líquido do exercício representou 6,5% e 3,1% da receita líquida de vendas no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído à conjunção de todos os fatores detalhados acima

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

observados os ajustes ao resultados da Companhia indicados no item 3.2 deste Formulário de Referência.

	Exercício social encerrado em							
(em R$ mil, exceto %)	**31/12/2020**	**AV%**	**31/12/2019**	**AV%**	**31/12/2018**	**AV%**	**AH% 2020 x 2019**	**AH% 2019 x 2018**
Receita líquida de vendas	4.722.413	100,0%	3.711.271	100,0%	2.723.996	100,0%	27,2%	36,2%
Custos dos produtos vendidos	-3.984.134	-84,4%	-3.125.617	-84,2%	-2.258.904	-82,9%	27,5%	38,4%
Lucro bruto	**738.279**	**15,6%**	**585.654**	**15,8%**	**465.092**	**17,1%**	**26,1%**	**25,9%**
Receitas/(despesas) operacionais								
Com vendas	-341.931	-7,2%	-284.264	-7,7%	-208.850	-7,7%	20,3%	36,1%
Gerais e administrativas	-132.999	-2,8%	-124.984	-3,4%	-123.303	-4,5%	6,4%	1,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.036	0,1%	3.207	0,1%	3.498	0,1%	119,4%	-8,3%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**270.385**	**5,7%**	**179.613**	**4,8%**	**136.437**	**5,0%**	**50,5%**	**31,6%**
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	-89.640	-1,9%	-80.099	-2,2%	-70.409	-2,6%	11,9%	13,8%
Receitas financeiras	11.515	0,2%	11.319	0,3%	7.858	0,3%	1,7%	44,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**192.260**	**4,1%**	**110.833**	**3,0%**	**73.886**	**2,7%**	**73,5%**	**50,0%**
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	-1.092	-0,0%	-4.953	-0,1%	-9.914	-0,4%	-78,0%	-50,0%
Diferido	-23.523	-0,5%	-5.250	-0,1%	-1.597	-0,1%	348,1%	228,7%
Lucro líquido do exercício	**167.645**	**3,5%**	**100.630**	**2,7%**	**62.375**	**2,3%**	**66,6%**	**61,3%**

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 4.722,4 milhões, representando um aumento de R$ 1.011,1 milhões, ou 27,2%, em comparação com R$ 3.711,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido a:

4. Distribuição: o aumento de R$ 752,7 milhões na receita liquida em decorrência da venda de 9,6 milhões de produtos através deste canal, o que representou um aumento de 27,1% em relação ao volume de produtos vendidos em 2019
5. Varejo Digital: aumento de R$ 447,4 milhões na receita líquida do canal, reflexo da venda de aproximadamente 550 mil produtos, versus 184 mil produtos em 2019. O lançamento do programa iPhone para Sempre, em parceria com a Apple e o Itaú, também contribuiu de forma significativa para o aumento da receita líquida entre os dois períodos
6. Varejo Físico: redução de R$ 188,9 milhões na receita líquida entre os dois períodos, em decorrência dos impactos negativos do COVID-19, principalmente devido ao fechamento ou a restrição de funcionamento das lojas físicas desde março de 2020.

Ao longo do ano de 2020, foram vendidos 10,6 milhões de proutos através dos três canais de vendas, o que representa um aumento de 26% em relação a 2019.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 3.984,1 milhões comparativamente a R$ 3.125,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 858,5 milhões ou 27,5%. O crescimento reflete principalmente um aumento de R$ 850,6 milhões, ou 24,4% no custo de mercadorias vendidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 738,3 milhões comparativamente a R$ 585,7 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 152,6 milhões ou 26,1%. Lucro bruto representou 15,6% e 15,8% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O aumento do lucro bruto é atribuído substancialmente ao:

iii. Aumento de R$ 125,1 milhoes, ou 47,3% no lucro bruto do canal de vendas Distribuição. Este aumento foi consequência do crescimento de 26,8% na receita líquida do canal conjuntamente com a margem bruta 1,5 p.p. maior.

iv. Aumento de R$ 27,5 milhões, ou 8,6% no lucro bruto do canal de vendas Varejo (Fisico e Digital). Este aumento foi consequencia do aumento de 28,7% da receita do Varejo (sendo uma redução de 29,2% no varejo físico e um aumento de 178,1% no varejo digital) em conjunto com uma margem bruta 5.6 pp menor.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$ 341,9 milhões, representando um aumento de R$ 57,6 milhões, ou 20,3%, em comparação com R$ 284,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido (i) ao aumento de R$ 28,2 milhoes, ou 52,2%, nas despesas com comissões e representações decorrentes do aumento de vendas entre os dois períodos, e (ii) o aumento de R$ 25,6 milhões, ou 348,4% nas provisões para devedores duvidosos devido a uma alteração nas premissas de percepção de risco enquanto perdurar a incerteza causada pelo cenário COVID-19. Esses impactos foram parcialmente compensados pela redução de R$ 7,3 milhões, ou 9,1% nas despesas com pessoal de vendas, em decorrência do fechamento parcial de lojas físicas desde o início da pandemia do COVID-19.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 133,0 milhões comparativamente a R$ 125,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 8,0 milhões ou 6,4%. Despesas gerais e administrativas representaram 2,8% e 3,4% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento de R$ 9,0 milhões, ou 13,7% nas despesas com pessoal que é parcialmente compensada pela redução em R$ 1,3 milhão nas despesas com aluguéis.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R$ 7,0 milhões comparativamente a R$ 3,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 3,8 milhões ou 119,4%. Outras receitas operacionais, líquidas representaram 0,1% e 0,1% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente às obrigações contratuais não efetivadas de earn-out na aquisição da empresa Wooza Tecnologia e Representações S/A.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R$ 78,1 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 68,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 9,3 milhões ou 13,6%. Resultado financeiro representou 1,7% e 1,9% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento de R$ 21,3 milhões, ou 64,8% nas despesas com juros e multas das obrigações financeiras. Durante o pico da crise provocada pelo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COVID-19, a Companhia realizou algumas operações para manter a liquidez e durante esse período o custo subiu consideravelmente.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 192,3 milhões comparativamente a R$ 110,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 81,5 milhões ou 73,5%. Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 4,1% e 3,0% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído pelos fatores explicados acima.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 24,6 milhões comparativamente a R$ 10,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 14,4 milhões ou 141,3%. A despesa com imposto de renda e contribuição social representou 0,5% e 0,3% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 5,0 milhões. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R$ 1,1 milhão. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o valor de R$ 5,0 milhões de despesa com imposto de renda e contribuição social corrente foi decorrente, principalmente, do lucro fiscal apurado em nossa antiga controlada Wooza Tecnologia e Representações S/A no referido exercício. Essa antiga controlada foi incorporada em 01/01/2020 pela Allied Tecnologia S/A. A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente representou um quociente de 0,0% e 0,1% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 23,5 milhões comparativamente a R$ 5,3 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 18,2 milhões. Esse aumento é decorrente do aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, conforme detalhado acima. Esse aumento foi parcialmente compensando pelo aumento do benefício do Compete – uma exclusão permanente para fins de cálculo de imposto de renda, gerando prejuízo fiscal para fins de apuração do imposto de renda. A despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos representou 0,5% e 0,1% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 167,6 milhões comparativamente a R$ 100,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 67,0 milhões ou 66,6%. Lucro líquido do exercício representou 3,5% e 2,7% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído à conjunção de todos os fatores detalhados acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 3.711,3 milhões, representando um aumento de R$ 987,3 milhões, ou 36,2%, em comparação com R$ 2.724,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido a:

1. Varejo. A receita líquida de vendas de nosso canal de varejo foi de R$ 899,0 milhões, um crescimento de 59,1% em relação a 2019, principalmente como resultado (a) da expansão de nossas operações físicas, com 159 pontos de venda em 31 de dezembro de 2019, gerando uma receita líquida de vendas de R$ 648,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 143 pontos de venda em 31 de dezembro de 2018, gerando receita líquida de vendas de R$ 413,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, refletindo em parte a nossa aquisição da Arte Telecom em agosto de 2018, cujos 39 pontos de venda contribuíram com uma receita líquida de vendas de R$ 186,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$ 77,2 milhões no período parcial em 2018; e (b) o crescimento de nossas operações de e-commerce , em particular das vendas geradas por meio de *marketplaces* por meio de nossa marca Mobcom, que contribuiu com R$ 251,0 milhões na receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R$ 158,4 milhões na receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, marcando um aumento de 64,8%, refletindo principalmente um aumento de 208% no número de produtos vendidos via Mobcom e um aumento de 11% no preço médio por produto vendido pela Mobcom para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

2. Distribuição. Nossa receita líquida de vendas de nosso canal de distribuição aumentou em R$ 659,5 milhões, principalmente devido ao aumento nas vendas para nossa base de clientes existente, bem como novos clientes adicionados ao nosso portfólio, representando um aumento de 132% no volume de produtos vendidos no ano encerrado 31 de dezembro de 2019 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O aumento em nossa receita líquida de vendas foi parcialmente compensado por um aumento de R$ 395,6 milhões em devoluções, cancelamentos e desconto sobre vendas, passando de R$ 577,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 973,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 Esse aumento nas deduções da receita já está proporcionalmente refletido na composição da receita líquida de vendas descrita acima para cada um de nossos canais de varejo e distribuição.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 3.125,6 milhões comparativamente a R$ 2.258,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 866,7 milhões ou 38,4%. O crescimento reflete principalmente um aumento de R$ 1.078,2 milhões, ou 44,8% no custo de mercadorias vendidas, que foi parcialmente compensado pelo aumento de R$ 214,5 milhões de descontos obtidos de fornecedores. O aumento dessas duas linhas conjuntamente foi de R$ 863,7 milhões, ou 38,8%, em relação ao mesmo período de 2018, o que reflete um cenário competitivo mais desafiador em todos os canais de venda.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 585,7 milhões comparativamente a R$ 465,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 120,6 milhões ou 25,9%. Lucro bruto representou 15,8% e 17,1% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do faturamento e representatividade do canal de venda varejo da receita líquida de vendas, que cresceu 59,1% obtendo lucro bruto de R$ 321 milhões com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

margens superiores ao canal de venda de Distribuição que obteve R$ 265 milhões de lucro bruto do exercício.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$284,3 milhões, representando um aumento de R$75,4 milhões, ou 36,1%, em comparação com R$208,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido a: (i) um aumento de R$12,6 milhões, ou 18,5%, em nossas despesas de pessoal, impulsionado pelo crescimento no número de nossas lojas físicas, que passaram de 143 lojas em 31 de dezembro de 2018 para 159 lojas em 31 de dezembro de 2019; (ii) um aumento de R$19,1 milhões, ou 54,7%, nas despesas com comissões e representações a alguns de nossos parceiros comerciais devido ao crescimento nas vendas de nossos canais de distribuição e varejo; (iii) uma variação de R$ 7,5 milhões em devedores duvidosos, que passou de uma receita de R$0,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R$7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (devido ao nosso registro de provisões em relação a duas contas de clientes importantes cujos recebíveis continuam a ser monitorados por nós); (iv) um aumento de R$12,9 milhões, ou 31,3%, nas despesas de fretes e carretos devido ao crescimento das vendas de nossos canais de distribuição e varejo; (v) uma variação de R$10,5 milhões em perdas ou ganhos com créditos, que passou de um receita de R$2,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma perda de R$7,6 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 (devido à remota probabilidade de pagamento do "contas a receber" de varejistas em nossas operações de distribuição; e (vi) um aumento de R$10,5 milhões, ou 119,1%, nas despesas de depreciação como resultado da introdução do IFRS 16, em vigor em 1º de janeiro de 2019. Esses fatores descritos acima foram parcialmente compensados por uma redução de R$11,7 milhões, ou 62,7%, nas despesas de aluguel no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, como resultado da introdução do IFRS 16, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R$ 125,0 milhões comparativamente a R$ 123,3 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 1,7 milhão ou 1,4%. Despesas gerais e administrativas representaram 3,4% e 4,5% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento de despesa com serviços de terceiros, parcialmente compensado pela redução das despesas de pessoal, que foi possível devido ao ganho de sinergia nas áreas corporativas.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R$ 3,2 milhões comparativamente a R$ 3,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma diminuição de R$ 0,3 milhão ou 8,3%. Outras receitas operacionais, líquidas representaram 0,1% e 0,1% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R$ 68,8 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 62,6 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 6,2 milhões ou 10,0%. Resultado financeiro representou 1,9% e 2,3% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído principalmente, pela adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, uma vez que as despesas com aluguel a partir de então são contabilizadas como depreciação e despesas com juros. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 110,8 milhões comparativamente a R$ 73,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 36,9 milhões ou 50,0%. Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 3,0 % e 2,7% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído aos efeitos mencionados acima.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 10,2 milhões comparativamente a R$ 11,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma diminuição de R$ 1,3 milhão ou 11,4%. A despesa com imposto de renda e contribuição social representou 0,3% e 0,4% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução na despesa com imposto de renda e contribuição social ocorre principalmente pelo valor de exclusão permanente para fins do cálculo do imposto de renda e contribuição social decorrente do benefício compete (R$ 31,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 14,1 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 100,6 milhões comparativamente a R$ 62,4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 38,2 milhões ou 61,3%. Lucro líquido do exercício representou 2,7% e 2,3% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às variações no lucro antes do imposto de renda e contribuição social explicados anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

(em R$ mil, exceto %)	Em 30/09/2021	AV%	Em 31/12/2020	AV%	AH%
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	461.119	11,1%	382.314	10,3%	20,6%
Contas a receber	1.521.068	36,6%	1.401.512	37,7%	8,5%
Estoques	713.365	17,2%	615.258	16,6%	15,9%
Tributos a recuperar	198.951	4,8%	239.590	6,4%	-17,0%
Partes relacionadas	810	0,0%	3.212	0,1%	-74,8%
Outros ativos	113.184	2,7%	82.470	2,2%	37,2%
Total do ativo circulante	**3.008.497**	**72,5%**	**2.724.356**	**73,3%**	**10,4%**
Ativo Não Circulante					
Contas a receber	23.698	0,6%	40.279	1,1%	-41,2%
Estoque	31.516	0,8%	26.707	0,7%	18,0%
Tributos a recuperar	128.473	3,1%	-	-	-
Depósitos judiciais	29.621	0,7%	-	-	-
Direito de uso	128.233	3,1%	117.645	3,2%	9,0%
Imobilizado	34.029	0,8%	33.828	0,9%	0,6%
Intangível	747.888	18,0%	754.129	20,3%	-0,8%
Outros Ativos	18.516	0,4%	19.040	0,5%	-2,8%
Total do ativo não circulante	**1.141.974**	**27,5%**	**991.628**	**26,7%**	**15,2%**
Total do ativo	**4.150.471**	**100,0%**	**3.715.984**	**100,0%**	**11,7%**
Passivo Circulante					
Fornecedores	1.764.388	42,5%	1.760.829	47,4%	0,2%
Obrigações Contratuais com clientes	34.160	0,8%	22.553	0,6%	51,5%
Arrendamento mercantil	22.655	0,5%	17.294	0,5%	31,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	115.428	2,8%	98.935	2,7%	16,7%
Obrigações trabalhistas	33.706	0,8%	34.654	0,9%	-2,7%
Obrigações tributárias	22.395	0,5%	21.779	0,6%	2,8%
Adiantamento de clientes	44.170	1,1%	26.479	0,7%	66,8%
Dividendos a pagar	1.745	0,0%	6.705	0,2%	-74,0%
Partes relacionadas	-	-	21.047	0,6%	-100,0%
Outros passivos	14.173	0,3%	11.537	0,3%	22,8%
Total do passivo circulante	**2.052.820**	**49,5%**	**2.021.812**	**54,4%**	**1,5%**
Passivo Não circulante					
Obrigações Contratuais com Clientes	54.201	1,3%	47.288	1,3%	14,6%
Arrendamento mercantil	117.988	2,8%	108.481	2,9%	8,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	288.590	7,0%	344.431	9,3%	-16,2%
Provisão para demandas judiciais	5.797	0,1%	3.043	0,1%	90,5%
Obrigações tributárias	1.707	0,0%	2.008	0,1%	-15,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	100.464	2,4%	48.092	1,3%	108,9%
Outros passivos	5.266	0,1%	10.242	0,3%	-48,6%
Total do passivo não circulante	**574.013**	**13,8%**	**563.585**	**15,2%**	**1,9%**
Patrimônio líquido					
Capital social	1.021.384	24,6%	786.418	21,2%	29,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Gastos com emissão de ações	-30.054	-0,7%	-	-	-
Reserva de capital	11.988	0,3%	11.525	0,3%	4,0%
Reservas de lucros	370.709	8,9%	332.644	9,0%	11,4%
Ajuste de variação patrimonial	36	0,0%	-	-	-
Lucro do período	149.575	3,6%	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**1.523.638**	**36,7%**	**1.130.587**	**30,4%**	**34,8%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.150.471**	**100,0%**	**3.715.984**	**100,0%**	**11,7%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2021, o ativo circulante era de R$ 3.008,5 milhões, em comparação com R$ 2.724,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 72,5% em 30 de setembro de 2021 e 73,3% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 284,1 milhões ou 10,4%, decorreu de:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o aumento de R$ 78,8 milhões ou 20,6%, passando de R$ 382,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R$ 461,1 milhões em 30 de setembro de 2021, decorrente da geração de capital de giro durante o período;

(ii) Contas a receber: o aumento de contas a receber em R$ 119,6 milhões ou 8,5%, passando de R$ 1.401,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R$ 1.521,1 milhões em 30 de setembro de 2021, é derivado do alto volume de vendas no 1º semestre de 2021, sendo essa linha principalmente impactada pelas vendas a prazo do canal Distribuição; e

(iii) Estoques: o aumento de R$ 98,1 milhões ou 15,9%, passando de R$ 615,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R$ 713,4 milhões em 30 de setembro de 2021, é derivado do alto volume de vendas esperado para os próximos meses.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2021, o ativo não circulante era de R$ 1.142,0 milhões, em comparação com R$ 991,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 27,5% em 30 de setembro de 2021 e 26,7% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 150,3 milhões ou 15,2%, decorreu, principalmente, do aumento de R$ 128,5 milhões em tributos a recuperar devido ao reconhecimento dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS, após confirmação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2021.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2021, o passivo circulante era de R$ 2.052,8 milhões, em comparação com R$ 2.021,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 49,5% em 30 de setembro de 2021 e 54,4% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 31,0 milhões ou 1,5%, decorreu, principalmente, (i) do aumento de R$ 17,7 milhões na linha de adiantamento a clientes; (ii) do aumento de R$ 16,5 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, com a transferência de saldo da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia do não-circulante para o circulante; e (iii) do da redução de R$ 21,0 milhões com a quitação do saldo com partes relacionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2021, o passivo não circulante era de R$ 574,0 milhões, em comparação com R$ 563,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13,8% em 30 de setembro de 2021 e 15,2% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 10,4 milhões ou 1,9%, decorreu, principalmente do aumento da provisão para pagamento de imposto de renda e contribuição social diferidos, em razão dos efeitos não recorrentes do reconhecimento dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS, após confirmação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2021. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução de R$ 55,8 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, com transferência de saldo da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia do não-circulante para o circulante.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2021, o patrimônio líquido era de R$ 1.523,6 milhões, em comparação com R$ 1.130,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 393,1 milhões ou 34,8%, decorreu (i) do aumento de R$ 235,0 milhões no capital social, em decorrência, principalmente, da oferta inicial de ações realizada em abril de 2021, (ii) de R$ 149,6 milhões em lucros do período, (iii) do aumento de R$ 38,1 milhões na reserva de lucros; e (ii) do aumento de R$ 30,1 milhões em gastos com emissão de ações.

(em R$ mil, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020 x 2019	AH% 2019 x 2018
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	382.314	10,3%	292.268	9,2%	398.912	13,8%	30,8%	-26,7%
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.000	0,1%	2.000	0,1%	-100,0%	-
Contas a receber	1.401.512	37,7%	1.238.376	39,0%	969.141	33,5%	13,2%	27,8%
Estoques	615.258	16,6%	421.842	13,3%	454.669	15,7%	45,9%	-7,2%
Tributos a recuperar	239.590	6,4%	238.956	7,5%	207.276	7,2%	0,3%	15,3%
Partes relacionadas	3.212	0,1%	2.597	0,1%	5.448	0,2%	23,7%	-52,3%
Outros ativos	82. 470	2,2%	58.993	1,9%	68.701	2,4%	39,8%	-14,1%
Total do ativo circulante	**2.724.356**	**73,3%**	**2.255.032**	**70,9%**	**2.106.147**	**72,9%**	**20, 8%**	**7,1%**
Não circulante								
Contas a receber	40.279	1,1%	39.912	1,3%	24.599	0,9%	0,9%	62,3%
Estoque	26.707	0,7%	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	0,0%	-	-	-	-	-	-
Direito de uso	117.645	3,2%	111.554	3,5%	-	-	5,5%	-
Imobilizado	33.828	0,9%	24.047	0,8%	20.013	0,7%	40,7%	20,2%
Intangível	754.129	20,3%	748.371	23,5%	737.971	25,5%	0,8%	1,4%
Outros Ativos	19.040	0,5%	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	**991.628**	**26,7%**	**923.884**	**29,1%**	**782.583**	**27,1%**	**7,3%**	**18,1%**
Total do ativo	**3.715.984**	**100,0%**	**3.178.916**	**100,0%**	**2.888.730**	**100,0%**	**16,9%**	**10,0%**
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	1.760.829	47,4%	1.346.033	42,3%	1.260.157	43,6%	30,8%	6,8%
Obrigações Contratuais com clientes	22.553	0,6%	22.000	0,7%	12.847	0,4%	2,5%	71,2%
Arrendamento mercantil	17.294	0,5%	13.474	0,4%	-	-	28,4%	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.935	2,7%	78.218	2,5%	153.189	5,3%	26,5%	-48,9%
Obrigações trabalhistas	34.654	0,9%	32.416	1,0%	29.455	1,0%	6,9%	10,1%
Obrigações tributárias	21.779	0,6%	23.341	0,7%	16.434	0,6%	-6,7%	42,0%
Adiantamento de clientes	26.479	0,7%	26.311	0,8%	18.927	0,7%	0,6%	39,0%
Dividendos a pagar	6.705	0,2%	937	-	4.968	0,2%	615,6%	-81,1%
Partes relacionadas	21.047	0,6%	45.346	1,4%	53.042	1,8%	-53,6%	-14,5%
Outros passivos	11.537	0,3%	38.746	1,2%	20.739	0,7%	-70,2%	86,8%
Total do passivo circulante	**2.021.812**	**54,4%**	**1.626.822**	**51,2%**	**1.569.758**	**54,3%**	**24,3%**	**3,6%**
Não circulante								
Fornecedores	-	-	1.000	0,00%	-	-	-100,0%	-
Obrigações Contratuais com Clientes	47.288	1,3%	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	108.481	2,9%	102.300	3,2%	-	-	6,0%	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos, financiamentos e debêntures	344.431	9,3%	424.029	13,3%	312.751	10,8%	-18,8%	35,6%
Partes relacionadas	-	-	-	-	51.067	1,8%	-	-100,0%
Provisão para demandas judiciais	3.043	0,1%	4.274	0,1%	1.307	0,0%	-28,8%	227,0%
Obrigações tributárias	2.008	0,1%	2.233	0,1%	2.473	0,1%	-10,1%	-9,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.092	1,3%	19.259	0,6%	14.011	0,5%	149,7%	37,5%
Outros passivos	10.242	0,3%	28.876	0,9%	23.414	0,8%	-64,5%	23,3%
Total do passivo não circulante	**563.585**	**15,2%**	**581.971**	**18,3%**	**405.023**	**14,0%**	**-3,2%**	**43,7%**
Patrimônio líquido								
Capital social	786.418	21,2%	772.741	24,3%	759.041	26,3%	1,8%	1,8%
Reserva de capital	11.525	0,3%	25.678	0,8%	26.021	0,9%	-55,1%	-1,3%
Reservas de lucros	332.644	9,0%	171.704	5,4%	128.887	4,5%	93,7%	33,2%
Total do patrimônio líquido	**1.130.587**	**30,4%**	**970.123**	**30,5%**	**913.949**	**31,6%**	**16,5%**	**6,1%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.715.984**	**100,0%**	**3.178.916**	**100,0%**	**2.888.730**	**100,0%**	**16,9%**	**10,0%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 2.724,4 milhões, em comparação com R$ 2.255,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 73,3% em 31 de dezembro de 2020 e 70,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 469,4 milhões ou 20,8%, decorreu de:

(iv) Caixa e equivalentes de caixa: o aumento de R$ 90,0 milhões ou 30,8%, passando de R$ 292,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 382,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente de maior geração de caixa operacional;

(v) Contas a receber: o aumento de contas a receber em R$ 163,1 milhões ou 13,2%, passando de R$ 1.238,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.401,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, é derivado do maior volume de vendas em 2020, sendo essa linha principalmente impactada pelas vendas a prazo do canal Distribuição; e

(vi) Estoques: o aumento de R$ 193,5 milhões ou 45,9%, passando de R$ 421,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 615,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, é derivado da maior expectativa de vendas para o início de 2021.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 991,6 milhões, em comparação com R$ 923,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 26,7% em 31 de dezembro de 2020 e 29,1% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 67,7 milhões ou 7,3%, decorreu, principalmente, (i) da inauguração de aproximadamente 140 pontos de venda de varejo físico em 2020 e (ii) da constituição de provisões para a operação de trade-in, onde temos projeção de recompra e outros ativos ainda não reconhecidos a resultado referente aos aparelhos vendidos em R$ 45,7 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 2.021,8 milhões, em comparação com R$ 1.626,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 54,4% em 31 de dezembro de 2020 e 51,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 395,0 milhões ou 24,3%, decorreu, principalmente, de maiores prazos negociados com fabricantes desde o início da pandemia do COVID-19. As linhas de fornecedores aumentaram R$ 414,8 milhões, ou 30,8%, passando de R$ 1.346,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.760,8 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 563,6 milhões, em comparação com R$ 582,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 15,2% em 31 de dezembro de 2020 e 18,3% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R$ 18,4 milhões ou 3,2%, decorreu, principalmente, da transferência do saldo da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia do não circulante para o circulante em R$ 79,6 milhões, parcialmente compensado por: (i) constituição de provisão para obrigações contratuais com clientes na operação de trade-in no valor de R$ 47,3 milhões e (ii) aumento das provisões de arrendamento mercantil em R$ 6,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 1.130,6 milhões, em comparação com R$ 970,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 160,5 milhões ou 16,5%, decorreu (i) do aumento de R$ 160,9 milhões nas reservas de lucros, (ii) da redução de R$ 14,2 milhões na reserva de capital, e (iii) no aumento de R$ 13,7 milhões no capital social aprovado pelo Conselho de Administração em 8 de Setembro de 2020.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 2.255,0 milhões, em comparação com R$ 2.106,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 70,9% em 31 de dezembro de 2019 e 72,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$148,9 milhões ou 7,1%, decorreu de:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: a redução de R$ 106,6 milhões ou 26,7%, passando de R$ 398,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 292,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente de (i) consumo pelas atividades de financiamento e das atividades de financiamento com acionistas em R$ 90,7 milhões de (ii) consumo pelas atividades de investimento para aquisição de bens para ativo imobilizado e intangível R$ 46,2 milhões e (iii) geração de caixa operacional em R$ 25,7 mihões.

(ii) Contas a receber: o aumento de contas a receber em R$ 269,3 milhões ou 27,8%, passando de R$ 969,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 1.238,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, é derivado do crescimento do contas a receber devido ao maior volume de vendas a prazo ao final do exercício no canal de venda de distribuição.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 923,9 milhões, em comparação com R$ 782,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 29,1% em 31 de dezembro de 2019 e 27,1% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 141,3 milhões ou 18,1%, decorreu de:

(i) Contas a Receber: o aumento de R$ 15,3 milhões ou 62,3%, passando de R$ 24,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, é decorrente da alocação de valor a receber de clientes em recuperação judicial que tiveram plano de recuperação aprovado e que o recebimento ocorrerá no longo prazo;

(ii) Imobilizado (ativo de direito de uso): em 31 de dezembro de 2019, o ativo de direito de uso da Companhia totalizou R$111,6 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual levou à constituição dessa rubrica no balanço da Companhia. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 1.626,8 milhões, em comparação com R$ 1.569,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 51,2% em 31 de dezembro de 2019 e 54,3% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 57,0 milhões ou 3,6%, decorreu de:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) Fornecedores: o aumento de R$ 85,8 milhões ou 6,8% passando de R$ 1.260,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 1.346,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 é decorrente dos maiores prazos negociados com os fabricantes nas compras do último trimestre;

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures: a redução de R$ 75,0 milhões ou 48,9%, passando de R$ 153,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 78,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 é atribuído ao trabalho de reperfilamento de dívidas efetuado pela Companhia, pré-pagando dívidas de curto prazo com recursos de dívidas tomadas de longo prazo; e

(iii) Arrendamento mercantil: em 31 de dezembro de 2019, o arrendamento mercantil da Companhia totalizou R$13,5 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual levou à constituição dessa rubrica no balanço da Companhia. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 582,0 milhões, em comparação com R$ 405,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 18,3% em 31 de dezembro de 2019 e 14,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 177,0 milhões ou 43,7%, decorreu de:

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures: aumento de R$ 111,2 milhões ou 35,6%, passando de R$ 312,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 424,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é atribuído a contratação de novas dívidas de longo prazo para substituir as dívidas de curto prazo;

(ii) Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019: o arrendamento mercantil da Companhia totalizou R$102,3 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual levou à constituição dessa rubrica no balanço da Companhia. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 970,1 milhões, em comparação com R$ 913,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 56,2 milhões ou 6,1%, decorreu de:

(i) Capital Social: aumento de R$ 13,7 milhões ou 1,8% passando de R$ 759,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 772,7 milhões em 31 de dezembro de 2019;

(ii) Reserva de lucros: aumento de R$ 42,8 milhões ou 33,2% passando de R$ 128,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 171,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é decorrente do lucro líquido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 100,6 milhões destinados à reserva de lucros, parcialmente compensado pelos dividendos propostos e dividendos adicionais no montante total de R$ 57,9 milhões;

(iii) Reserva de capital: diminuição de R$ 0,3 milhão passando de R$ 26,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 25,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição é decorrente, principalmente, do gasto com emissão de ações no valor de R$ 0,8 milhão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios abaixo indicados:

	Período de 9 meses findo em		Exercício social encerrado em		
(em R$ mil)	**30/09/2021**	**30/09/2020**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	75.788	183.431	326.763	25.702	225.481
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-28.548	-45.127	-55.023	-41.670	-43.437
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento (1)	31.565	-115.530	-181.694	-90.676	17.155
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-78.805**	**22.774**	**90.046**	**-106.644**	**199.199**

(1) Considera as rubricas de Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento e Caixa líquido aplicado atividades de financiamento com acionistas.

PERÍODO DE 9 MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE 9 MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Caixa líquido oriundo das atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais totalizou R$ 75,8 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a uma geração de R$ 183,4 milhões no mesmo período de 2020. Essa redução de R$ 107,6 milhões é justificada principalmente por:

(i) Pelo aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social em R$ 224,7 milhões, passando de R$ 100,0 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021 para R$ 324,7 milhões mesmo período de 2020;

(ii) Pela variação do saldo de fornecedores no montante de R$ 426,2 milhões, os quais passaram de um acréscimo de R$ 429,7 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020, para um acréscimo de R$ 3,5 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021;

(iii) Pela variação do saldo de estoques no montante de R$ 244,3 milhões, os quais passaram de um acréscimo de R$ 355,9 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020, para um acréscimo de R$ 111,6 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021; e

(iv) Pela variação do saldo de contas a receber no montante de R$ 91,0 milhões, os quais passaram de um acréscimo de R$ 30,5 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020, para um acréscimo de R$ 121,5 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 28,5 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a R$ 45,1 milhões no mesmo período de 2020. Essa redução, R$ 16,6 milhões é justificada, principalmente, pelo arrefecimento dos investimentos em inauguração de pontos de venda ao longo dos primeiros 9 meses de 2021, em comparação com os primeiros 9 meses de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 31,6 milhões no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a um consumo de R$ 115,5 milhões no mesmo período de 2020. Esse aumento de R$ 147,1 milhões é justificado principalmente (i) pelo aumento de capital em decorrência da oferta inicial de ações realizada em abril de 2021, (ii) pelo pagamento de R$ 84,5 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio nos primeiros 9 meses de 2021; e (iii) pelo pagamento de R$ 112,7 milhões em empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações com partes relacionadas.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa líquido oriundo das atividades operacionais

O caixa líquido oriundo das atividades operacionais totalizou R$ 326,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 25,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 301,1 milhões é justificado principalmente por:

(v) Pelo aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social em R$ 81,5 milhões, passando de R$ 110,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 192,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(vi) Pela variação do saldo de fornecedores no montante de R$ 325,9 milhões, os quais passaram de um aumento de R$ 87,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um aumento de R$ 413,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(vii) Pelo aumento na variação do saldo de estoques no montante de R$ 251,8 milhões, os quais passaram de uma redução de R$ 26,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um aumento de R$ 225,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 55,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 41,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 13,3 milhões é justificado, principalmente, pelos investimentos realizados nos pontos de venda inaugurados ao longo do ano de 2020.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$ 181,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um caixa líquido aplicado de R$ 90,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 91,0 milhões é justificado principalmente pelo menor ingresso de empréstimos e financiamentos, líquido dos pagamentos, no montante de R$ 99,9 milhões em 2020, em relação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido oriundo das atividades operacionais

O caixa líquido oriundo das atividades operacionais totalizou R$ 25,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 225,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 199,8 milhões é justificada principalmente:

(i) Pelo aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social em R$ 36,9 milhões, passando de R$ 73,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 110,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

(ii) Pela variação do saldo de fornecedores no montante de R$ 404,1 milhões, os quais passaram de um aumento de R$ 492,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para um aumento de R$ 87,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

(iii) Pelo aumento na variação do saldo de estoques no montante de R$ 161,8 milhões, os quais passaram de uma redução de R$ 135,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para um aumento de R$ 26,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 41,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 43,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 1,7 milhões é justificada por um equilíbrio na estratégia de investimentos na aquisição de novos pontos de vendas.

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$ 90,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa líquido gerado de R$ 17,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 107,9 milhões, é justificada pelas amortizações de dívidas que a Companhia executou devido ao bom volume de recursos que tinha em caixa gerado no ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores acreditam que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foi (i) a operação da Companhia no varejo físico, que está fortemente presente na região Sudeste do país e que está expandindo para as outras regiões brasileiras, que representou cerca de 9,8% da receita líquida de vendas nos últimos 12 meses encerrados em 30 de setembro de 2021; (ii) a operação no varejo digital da Companhia, que alcança todas as regiões brasileiras, que representou cerca de 15,0% da receita líquida de vendas no mesmo período sendo que "(i)" e "(ii)" representam o canal de venda de varejo da Companhia e, que representou 24,9% da receita líquida de vendas no período mencionado acima e; (iii) o canal de distribuição da Companhia, que possui uma carteira de clientes de presença nacional e regional, e que representou cerca de 75,1% da receita líquida de vendas nos últimos 12 meses encerrados em 30 de setembro de 2021.

Desde março de 2020, com o cenário de isolamento social imposto pelo COVID-19, a participação da receita líquida de vendas por canal se alterou, sendo que o principal impacto tem sido a redução da participação do canal varejo físico no total da receita líquida de vendas, em detrimento do aumento da participação do canal varejo digital. Essa alteração é reflexo do cenário de restrição ao funcionamento das lojas físicas como medida de apoio ao isolamento social.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

1) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: o setor de atuação da Companhia é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB que após uma recessão em 2016, cresceu 1,0% em 2017, 1,1% em 2018, 1,1% em 2019 e caiu 4,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A leve tendência de melhora no cenário macroeconômico brasileiro foi interrompida após a pandemia do COVID-19, com impactos recessivos na maior parte dos países. Além disso, a elevada taxa de desemprego no país, 12,3% em 2018 e 11,2% em 2019, contribui negativamente para a demanda dos nossos produtos.

2) Inflação: além da redução do poder de compra dos clientes, o impacto da inflação pode ser sentido nas despesas operacionais, como salários e contratos de aluguéis, que, em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA, IGP-M ou IGP-DI. Para mais informações sobre os impactos da inflação na receita da Companhia, vide itens 10.2(b) e 10.2(c).

3) Dólar: a taxa de câmbio afeta os resultados operacionais dado que parte produtos comprados pela Companhia para revenda são negociados com fornecedores multinacionais, sendo que, considerando as compras realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente 18% possuem dólar como moeda de referência em seus resultados, e 7% dos produtos são importados, e, portanto, são precificados em dólar. Para mais informações sobre os impactos da inflação na receita da Companhia, vide itens 10.2(b) e 10.2(c).

4) Comportamento de compra do consumidor: buscamos entender onde podemos melhorar nossas operações e continuar entregando a melhor experiência de compra possível seja pelo nosso canal digital ou físico. Podemos ser afetados em razão da variação de preferências e tendências de compra do consumidor.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores afirmam que a Companhia tem sido capaz de repassar aos clientes as variações positivas ou negativas nos custos dos nossos produtos. Tais variações podem ser causadas pelas oscilações na inflação, na taxa de juros, e na taxa de câmbio, além de mudança na legislação do setor de atuação da Companhia.

Devido às expansões nos varejos físico e digital, a receita da companhia foi positivamente afetada pelo aumento do volume de produtos vendidos. De 31 de dezembro de 2018 a 30 de setembro de 2021, foram adicionados 136 pontos de vendas.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores acreditam que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelo cenário macroeconômico brasileiro. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazos, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos clientes e consumidores, afetando adversamente a confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, a propensão a consumir e a capacidade de adimplência.

Os Diretores da Companhia também acreditam que pequenas variações nos índices de inflação e dólar sejam repassadas aos clientes. Entretanto, um aumento significativo na inflação poderia afetar adversamente os negócios, reduzindo o poder de compra da população e, consequentemente, a sua propensão a consumir. Em contrapartida, uma redução na inflação teria o efeito inverso, afetando positivamente o consumo dos produtos da Companhia. Em relação ao dólar, um aumento significativo do preço desta moeda em relação ao real, por exemplo, encareceria os produtos vendidos, reduzindo a sua demanda; já uma redução significativa estimularia a venda destes produtos no mercado.

Em relação à taxa de juros da economia, os Diretores acreditam que ela possua uma elevada influência nos resultados da Companhia. Um aumento da taxa de juros encareceria o acesso ao crédito, reduzindo, portanto, o consumo no país, o que afetaria adversamente as fontes de receita da Companhia. Além disso, como nossas fontes de financiamento estão principalmente fixadas ao CDI, um aumento da taxa de juros encareceria nossos compromissos financeiros – apresentados.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeitos relevantes envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 9.1 c deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 (Operações de arrendamento mercantil).

O CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil que substitui o CPC 06 (R1)/ IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, exigindo o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e de um passivo financeiro relativo aos pagamentos de alugueis futuros descontados a um valor presente para os contratos de arrendamento que tenham valores lineares conhecidos e arrendamentos onde os riscos e benefícios do bem ficam sob a responsabilidade do locatário. Despesas com arrendamento operacional serão substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento.

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconhecia as despesas de arrendamento operacional pelo prazo do arrendamento e reconhecia os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel.

EFEITO IFRS 16			
em milhares de reais	**Consolidado**	**Efeito IFRS 16**	**Consolidado – antes da adoção IFRS 16**
	31/12/2019	**31/12/2019**	**31/12/2019**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**179.613**	(6.955)	**172.658**
Despesas financeiras	**(80.099)**	11.252	**(68.847)**
Receitas Financeiras	**11.319**	-	**11.319**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**110.833**	4.297	**115.130**
Imposto de renda e contribuição social	**(10.203)**	-	**(10.203)**
Lucro líquido do exercício	**100.630**	4.297	**104.927**

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia passou a reconhecer no resultado os impactos desses benefícios/descontos nas demonstrações contábeis de 2020.

IFRIC 23 – Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

A administração não identificou impactos recorrentes desta alteração para o exercício social encerado em 31 de dezembro de 2019.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

1. CPC 06(R2) / IFRS 16

As alterações significativas decorrentes da adoção inicial do CPC 06(R2) (IFRS 16) na Companhia foram:

- Começo do prazo de arrendamento mercantil – a Companhia definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, a Companhia determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas, e preparação do ambiente físico;

- Prazo de arrendamento mercantil – período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia adotou o prazo de cada contrato adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato") que concede ao arrendatário (Companhia) o direito às renovações contratuais (enforceable right) quando determinadas condições forem atendidas. No caso em específico, a Companhia tem obtido renovações contratuais nos arrendamentos em que tem utilizado a referida lei. Para aqueles contratos em que a Companhia tem em média 5 anos de duração e tem intenção e renovação, o prazo utilizado para fins de CPC 06(R2) (IFRS 16) foi o período de 10 anos. No caso específico do Imóvel Administrativo o prazo contratual tem sido em média de 10 anos e para fins de CPC 06(R2) (IFRS 16) o prazo foi mantido em 10 anos. Historicamente, a Companhia tem obtido sucesso nas renovações contratuais por meio da legislação.

- Contratos com prazo indeterminado – A Companhia é arrendatária em alguns contratos com prazo indeterminado. E para esses casos o prazo utilizado foi de 5 anos com renovação de 5 anos.

- Pagamentos fixos em essência - são os pagamentos durante o prazo do arrendamento mercantil que a Companhia está ou possa vir a ser obrigado a fazer. A Companhia determinou como pagamentos fixos em essência os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais). A Companhia não considerou, para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrente do faturamento, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

- Depreciação do ativo de direito de uso – Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo (loja ou centro de distribuição) ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento – O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos.

- Valor recuperável do ativo de direito de uso – A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de loja e centros de distribuição.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 há apenas o seguinte parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações contábeis:

"Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que foram alteradas para refletir a reapresentação de determinados saldos contábeis devido à revisão de política contábil que a Administração entende melhor refletir as operações da Companhia e devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa. Em 4 de fevereiro de 2020, emitimos relatório de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva."

Os relatórios dos auditores independentes referentes (i) às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2018; e (ii) às informações contábeis intermediáirias condensadas revisadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não contêm ressalvas ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração da Companhia avalia e entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas e julgamentos subjetivos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade e determinação de valores presentes de direitos e obrigações que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, o histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

As principais políticas críticas que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são:

(i) <u>Provisões</u>

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A Administração avalia continuamente os julgamentos, as estimativas e as premissas utilizadas nas provisões e entende que são razoáveis e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

• Provisões para Demandas Judiciais

As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

A Administração acompanha em uma frequência mensal o progresso das contingências classificadas como sendo de perda provável ou possível, como também os correspondentes valores das estimativas.

Os questionamentos efetuados pelas autoridades fiscais são inicialmente avaliados pelo departamento jurídico interno e indica qual será o advogado externo que será responsável em defender a Companhia. Este profissional externo, tendo como referência informações disponibilizadas pela Administração, elabora a defesa e submete para apreciação dos advogados internos da Companhia inclusive e, quando aplicável, com avaliação da provável saída de caixa. Este conjunto de informações elaborado pelo advogado externo é analisado pelo departamento jurídico interno que valida o processo de defesa assim como a provável saída de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(ii) Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

As taxas de juros com as quais a Companhia trabalha para realização do desconto a valor presente levam em consideração uma taxa de juros livre (Certificado de Depósito Interbancário) acrescida das taxas de riscos das contrapartes (clientes e da própria Companhia).

Periodicamente a Administração da Companhia avalia e ajusta a valor presente os saldos dos ativos e passivos decorrentes de operações relevantes, como por exemplo, as contas a receber de clientes, os estoques e contas a pagar de fornecedores.

(iii) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

O ativo imobilizado e o ativo intangível são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como o ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando forem identificadas prováveis perdas, os valores são reconhecidos ao resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável.

A Administração da Companhia avalia anualmente, o ágio sobre a expectativa de rentabilidade futura, alocado as respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios, e com base em estudos de fluxo de caixa descontado, elaborados por especialistas, que foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Com isso a Companhia considera esta política contábil uma estimativa crítica que requer julgamento e acompanhamento periódico.

(iv) Realização de impostos diferidos ativo

Os ativos fiscais diferidos da nossa Companhia foram constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A realização está fundamentada em estudos de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A nossa Companhia utiliza-se de certas premissas e julgamentos na apuração do lucro tributável futuro, tais como taxa de crescimento, margem de lucro e cenário macroeconômico, considerando o desempenho dos últimos anos e atual, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

(v) Estimativa de perda para o valor recuperável dos estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões de baixa rotatividade e obsolescência são constituídas quando não há expectativa de realização destes estoques. Além disso, a provisão para ajuste ao valor de realização é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz recuperar os custos incorridos nos produtos revendidos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Administração da Companhia prevê o contínuo investimento para a expansão de seus negócios.

Nosso gasto com investimentos realizados no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, totalizou R$ 26,2 milhões. Este montante incluiu, principalmente, os gastos de capital relacionados (i) R$ 10,3 milhões em aquisição de lojas de varejo físico; (ii) R$ 5,1 milhões em benfeitorias e mobiliário para lojas de varejo físico; e (iii) R$9,7 milhões em investimentos em tecnologia da informação/desenvolvimento.

Além disso, a Companhia prevê para 2022 o total de R$13,6 milhões para investimentos relacionados à: (i) R$3,2MM em modernização e melhora de pontos do Varejo Físico; (ii) R$10MM em investimentos com tecnologia da informação/desenvolvimento para fomentar e acelerar negócios digitais e (iii) R$0,4MM em melhoria de facilities. Adicionalmente, na estratégia de crescimento inorgânico, a Companhia pode ter investimentos, não mensurados, para aquisição de outras empresas nos segmentos-alvo, quais sejam, de forma não exaustiva: marca própria, distribuição e serviços para empresas (B2B) e produtos recertificados.

Nosso gasto com investimentos em andamento e investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 51,1 milhões. Este montante incluiu, principalmente, os gastos de capital relacionados (i) R$ 25,6 milhões em aquisição de lojas de varejo físico; (ii) R$ 15,1 milhões em benfeitorias e mobiliário para lojas de varejo físico; e (iii) R$4,6 milhões em investimentos nas plataformas digitais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamentos para os investimentos serão o caixa próprio gerado por nossas operações e quando necessário tomará recursos no mercado financeiro.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência "*O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os nossos canais de venda. A extensão da pandemia da COVID-19, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios*", a Companhia acredita que a pandemia da COVID-19 terá um impacto adverso relevante sobre os seus negócios e desempenho financeiro.

Para maiores informações das medidas adotadas pela Companhia em decorrência da pandemia do COVID-19, vide item 7.1 deste Formulário de Referência – "Eventos Recentes – Impactos da Pandemia do COVID-19 em Nossas Atividades" e "Desempenho da Companhia durante a pandemia da COVID-19".

Ganho contábil não recorrente associado ao julgamento da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins.

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF"), de maio de 2021, que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS registrados entre março de 2012 e fevereiro de 2017, a Companhia apurou e registrou créditos tributários até o 3º trimestre de 2021, no valor total de R$ 119,0 milhões ("Apuração Companhia"). Após contratar empresa especializada para revisar os cálculos da Apuração Companhia, a Companhia concluiu que os valores dos créditos são maiores do que havia registrado até então.

A Companhia espera um efeito contábil não recorrente positivo nos seus resultados do 4º trimestre de 2021, em relação aos valores levantados na Apuração Companhia e que haviam sido reconhecidos nos resultados divulgados do 3º trimestre de 2021, estimado: (i) entre R$ 8,9 milhões e R$ 9,8 milhões no lucro líquido; e (ii) entre R$ 14,7 milhões e R$ 16,2 milhões no EBITDA ("Efeito Créditos Tributários Trimestral").

Ainda, a Companhia espera que o impacto positivo dos créditos tributários apurados em decorrência da referida decisão do STF no ano de 2021 seja estimado: (i) entre R$ 92,9 milhões e R$ 93,8 milhões no lucro líquido e (ii) entre R$ 116,1 milhões e R$ 117,6 milhões no EBITDA ("Efeito Créditos Tributários Anual").

Perda contábil não recorrente associada à modulação do julgamento do ICMS-DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o STF decidiu pelo reconhecimento da não obrigatoriedade de recolhimento de determinados valores a título do diferencial de alíquotas do ICMS entre Estados ("ICMS-DIFAL"), tendo a ata de julgamento sido publicada em 2 de março de 2021.

Em decorrência de tal decisão, a Companhia ingressou com mandados de segurança em 26 de fevereiro de 2022, conforme descrito no item 4.6 deste Formulário de Referência.

Considerando (i) o julgamento do STF reconhecendo a não obrigatoriedade do recolhimento do ICMS-DIFAL, e (ii) as liminares obtidas pela Companhia nos principais Estados em que suas atividades estão concentradas, a Companhia decidiu não reconhecer os custos tributários referentes ao ICMS-DIFAL em suas demonstrações financeiras a partir de fevereiro de 2021.

No entanto, no dia 18 de dezembro de 2021, o STF decidiu que apenas seriam beneficiadas pela não obrigatoriedade de pagamento do ICMS-DIFAL as companhias que tivessem ajuizado ações até 24 de fevereiro de 2021, data de julgamento do caso, o que afetou negativamente a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em decorrência de tal decisão do STF, a Companhia espera ter um efeito contábil não recorrente negativo nos seus resultados do 4º trimestre de 2021 estimado: (1) entre R$ 57,5 milhões e R$ 63,5 milhões no lucro líquido; e (2) entre R$ 87,1 milhões e R$ 96,3 milhões no EBITDA ("Efeito ICMS-DIFAL) (e em conjunto com o, o Efeito Créditos Tributários Trimestral, "Efeito Não Recorrente Trimestral") (e em conjunto com o Efeito Créditos Tributários Anual, "Efeito Não Recorrente Anual").

No período de três meses encerrado em 31 de dezembro de 2021, sem considerar o Efeito Não Recorrente Trimestral, a Companhia espera que o Lucro Líquido esteja entre R$ 72 milhões e R$ 83 milhões, o que representa uma variação entre -1% e 14% em relação ao mesmo período do ano anterior. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, sem considerar o Efeito Não Recorrente Anual, a Companhia espera que o Lucro Líquido esteja entre R$ 255 milhões e R$ 266 milhões, o que representa uma variação entre 51% e 58% em relação a 2020.

As informações contábeis divulgadas neste item 10.9 são preliminares, não foram auditadas e permanecem sujeitas a revisão e alterações. As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao 4º trimestre de 2021 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 estão passando por procedimentos de auditoria para serem divulgadas na data prevista em seu Calendário Anual de Eventos Corporativos. Assim, tais números poderão apresentar variações em relação aos indicados acima. Para informações adicionais, inclusive sobre os riscos relacionados, vide o fator de risco "*As informações financeiras da Companhia referentes ao 4º trimestre de 2021 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 apresentadas no item 10.9 do Formulário de Referência são preliminares, não foram auditadas e permanecem sujeitas a revisão e alterações*" no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, o risco de impacto reputacional e financeiro relacionado a disputas judiciais e administrativas, incluindo as mencionadas neste item 10.9, está descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência, sob o título "*Nós, nossos administradores e nossos acionistas estamos sujeitos a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem interromper ou limitar materialmente nossas operações, resultar em julgamentos, acordos ou multas, além de afetar adversamente nossos resultados e nossa reputação*."

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O regimento interno do Conselho de Administração foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2020, e pode ser consultado em https://ri.alliedbrasil.com.br/.

A Diretoria não possui regimento interno.

O regimento interno do Comitê de Auditoria teve sua última revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021 e do Comitê de Recursos Humanos foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2020, e podem ser consultados em https://ri.alliedbrasil.com.br/.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de fevereiro de 2020, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, sendo que o mesmo membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos pode acumular ambas as características.

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem, entre outras matérias:

(a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos, de riscos e de *compliance* da Companhia;

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política formalizada para contratação de serviços de auditoria e extra-auditoria, contudo, para fins de avaliação do trabalho de auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos a gestão de riscos e as atividades dos auditores independes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria.

As contratações de serviços extra-auditoria são levados ao Comitê de Auditoria pela Administração da Companhia para avaliar os riscos de conflitos de interesse na contratação dos auditores independentes para prestar tais serviços extras. Se o Comitê de Auditoria decidir que não há riscos de conflito de interesse na prestação de serviços, a Companhia poderá incluir a empresa de auditoria independente no processo de cotação e contratação.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, pessoas naturais residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor de Varejo Digital, sendo os demais membros indicados como Diretores sem designação específica, todos eleitos, destituídos e substituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. Os Diretores poderão acumular cargos, terão um mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida reeleição, e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus respectivos substitutos.

A Diretoria terá amplos poderes de administração e representação da Companhia, competindo-lhe em nome desta e no sentido da consecução do objetivo social: (a) elaborar o Plano de Negócio a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração; (b) elaborar o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e a proposta de distribuição de dividendos e aplicação do excedente; (c) decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais; e (D) praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição deste Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente supervisionar as atividades desenvolvidas por todos os setores da Companhia, incluindo, mas não se limitando aos setores contábil, fiscal, financeiro, comercial, administrativo, de *marketing* e de recursos humanos, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) supervisionar operações de contabilidade geral e relatórios financeiros gerenciais; (iii) supervisionar o desenvolvimento dos empreendimentos que fizer a Companhia; (iv) supervisionar a expansão e a prospecção de novos negócios e mercados; (v) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (vi) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (vii) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia; (viii) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e (ix) administrar os assuntos de caráter societário em geral.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Compete ao Diretor Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) analisar e avaliar novas tecnologias para os negócios; (iii) desenvolver os empreendimentos de que fizer parte a Companhia; (iv) expandir e prospectar novos negócios e mercados; (v) orientar a Companhia buscando a consolidação e expansão da sua posição de mercado; (vi) coordenar as operações da Companhia, supervisionar as atividades correlatas, estabelecer políticas, bem como zelar pela satisfação dos clientes da Companhia; e (vii) tomar decisões estratégicas no melhor interesse da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Compete ao Diretor de Varejo Digital, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) desenvolver novas linhas de negócio para as vendas de serviços e produtos através de canais digitais; (ii) fazer a gestão das vendas e de gerenciar as estruturas de custos e despesas que dão suporte às vendas de produtos e serviços através de canais digitais; e (iii) garantir a execução dos investimentos em tecnologia e desenvolvimentos de sistemas, softwares e plataformas digitais.

A Diretoria não possui regimento interno.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, no mínimo, a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão e de cada um de seus membros, individualmente. Vale ressaltar que a referida avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato de cada Conselheiro. Adicionalmente, os Diretores também são avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na respectiva função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Os resultados consolidados das avaliações do conselho de administração, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do conselho de administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Comitê de Auditoria e demais comitês

Os Comitês realizam, no mínimo, a cada 1 (um) ano a avaliação dos órgãos como colegiados e de cada um de seus membros, individualmente. Vale ressaltar que a referida avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do membro do Comitê em questão. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do Comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, dos membros da Diretoria e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados. Além disso, os membros dos Comitês de Auditoria e Comitê de Recursos Humanos realizam sua autoavaliação e avaliação do próprio comitê de que participam.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Já para os membros da Diretoria, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros. Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, Conselheiros, Diretores, Comitê de Auditoria, Comitê de Recursos Humanos e de seus respectivos membros são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados por cada um dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Recursos Humanos e da Diretoria.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro, do seu Presidente e dos membros da Diretoria serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

Em relação ao Comitê de Auditoria, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros deste comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

Por fim, no que tange o Comitê de Recursos Humanos, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros deste comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Recursos Humanos e ao Presidente do Conselho de Administração.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração, bem como de seus membros, e dos membros da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração e a avaliação de desempenho dos Comitê de Auditoria e do Comitê de Recursos Humanos, bem como de seus membros, é de responsabilidade do respectivo coordenador de cada comitê, sendo que poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrativos do exercício findo, relatório dos administradores e Parecer do Conselho Fiscal, se o Conselho Fiscal estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (c) eleger os membros do Conselho de Administração; e (d) fixar a remuneração global dos administradores; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e na regulamentação em vigor, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu presidente, por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, ou por qualquer acionista nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou pelo Conselho Fiscal, em primeira convocação, com antecedência de 15 (quinze) dias à data de realização da Assembleia Geral e, em segunda convocação, com antecedência de 8 (oito) dias à data de realização da Assembleia Geral, com indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso, observando-se, ainda, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, relativas às convocações de Assembleias Gerais.

Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) Competências

As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

(i) Realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão ou transformação do tipo societário;

(ii) Alteração do Estatuto Social;

(iii) Deliberação sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva o resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Único do Artigo 6º do Estatuto Social;

(iv) Realização de qualquer operação de grupamento ou desdobramento de ações da Companhia;

(v) Autorização aos administradores para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

(vi) Deliberação sobre a dissolução, liquidação ou extinção da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(vii) Observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Artigo 6º do Estatuto Social, deliberação sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações;

(viii) Aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(ix) Deliberação sobre a dispensa de realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: (i) no *website* da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/); (ii) no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm); e (iii) no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Endereço Físico: Avenida das Nações Unidas, 12.995, 22º e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, São Paulo – SP.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

Em conformidade com a lei, nossos administradores que se encontrarem em situação de conflitos de interesse devem informar aos outros membros do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria sobre seu impedimento e registrar, nas atas da reunião do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria, a natureza e a extensão de seu impedimento.

No Manual de Participação em Assembleias Gerais da Companhia ("Manual de Participação"), no tópico sob o título "Dos Impedimentos de Voto", tratamos da situação de eventual conflito de interesses dos acionistas em relação aos temas trazidos à deliberação das Assembleias Gerais ou que tenham a sua independência comprometida, sendo que deveriam tais acionistas comunicar tal fato e abster-se da discussão e da votação da matéria. Destacamos também, no referido documento, que (i) os acionistas presentes que tivessem ciência de conflito de interesse de outro acionista deveriam manifestar-se e (ii) caso o acionista conflitado se recusasse a abster-se das deliberações, o presidente das assembleias deveria determinar a anulação dos votos conflitados proferidos.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Em linha com a decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ 2014/3578, os acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Em tais casos, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Neste sentido, o acionista deverá encaminhar à Companhia instrumento de mandato outorgado nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável, com poderes especiais e firma reconhecida, e documento de identidade e CPF do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias autenticadas do documento de identidade e da ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além dos seguintes documentos:

(i) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is);

(ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; e

(iii) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Documentos dos acionistas expedidos no exterior que sejam oriundos de países signatários da Convenção da Apostila devem passar pela aposição de apostila na forma da regulamentação específica e documentos dos acionistas expedidos no exterior que sejam oriundos de países não signatários da Convenção da Apostila devem conter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público e passar pela legalização em Consulado Brasileiro. Em ambas as situações, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado devidamente matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos competente, nos termos da legislação então em vigor.

Excepcionalmente para determinadas Assembleias Gerais nas quais a Companhia oriente nos documentos de convocação dessa forma, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado no Manual de Participação.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

A Companhia admite procurações outorgadas por meio de certificados eletrônicos emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/2001. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

Ainda, na hipótese da Companhia decidir realizar assembleias parcial ou exclusivamente digitais, através da disponibilização de sistema eletrônico de participação, a Companhia se reserva o direito, nos termos do §3º do artigo 5º da Instrução CVM 481/09, de exigir do acionista que pretende participar pelo sistema eletrônico o envio da procuração acompanhada (a) de documento de identidade de seu representante legal e (b) cópia do documento que comprove os poderes do signatário para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da assembleia, de forma que não será admitido o acesso à plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia de acionistas que não apresentarem os referidos documentos de participação no prazo aqui previsto.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores no escritório administrativo localizado na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 23° andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, São Paulo/SP, ou ao e-mail da Companhia, ri@alliedbrasil.com.br, os seguintes documentos:

(i) boletim de voto a distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado;

(ii) comprovante ou extrato de ações escriturais atualizado, indicando a posição acionária na Companhia; e

(iii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(1) <u>para pessoas físicas</u>: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário;

(2) <u>para pessoas jurídicas</u>: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e

(3) <u>para fundos de investimento</u>: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481/09, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da Assembleia Geral. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Documentos dos acionistas expedidos no exterior que sejam oriundos de países signatários da Convenção da Apostila devem passar pela aposição de apostila na forma da regulamentação específica e documentos dos acionistas expedidos no exterior que sejam oriundos de países não signatários da Convenção da Apostila devem conter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público e passar pela legalização em Consulado Brasileiro. Em ambas as situações, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado devidamente matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos competente, nos termos da legislação então em vigor.

Excepcionalmente para determinadas Assembleias Gerais nas quais a Companhia oriente nos documentos de convocação dessa forma, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas do boletim de voto a distância e dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

A Companhia admite a assinatura de boletim de voto a distância por meio de certificados eletrônicos emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/2001.

Caso o boletim de voto a distância seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado neste Formulário.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

Nos termos do artigo 21-C, inciso II da Instrução CVM 481/09, a Companhia pode, a seu exclusivo critério, disponibilizar sistema eletrônico para participação a distância nas Assembleias Gerais, de forma que, além da possibilidade de participação presencial, as Assembleias Gerais da Companhia poderão ser realizadas de modo exclusivamente digital, caso os acionistas somente possam participar e votar por meio dos sistemas eletrônicos, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, ou de modo parcialmente digital, caso os acionistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Nesses casos, a participação do acionista, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, poderá ser via plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (ii) participar e votar na assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que, caso queira, vote na assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância serão desconsideradas.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09, acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM nº 481/09 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de assembleia geral ordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, no caso de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim; e (iii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia, no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da Instrução CVM nº 481/09 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 23° andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, São Paulo/SP, e ri@alliedbrasil.com.br, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação a distância nas Assembleias Gerais da Companhia:

Boletim de Voto a Distância:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Além da possibilidade de votar a distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviços aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber:

(i) Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações de emissão da Companhia: Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A., localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, na qualidade de escriturador das ações da Companhia. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital.

(ii) Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia: Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras ("Agentes de Custódia") na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantém suas posições em custódia. O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantem suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos. Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/09, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus Agentes de Custódia até 7 dias antes da data de realização das Assembleias Gerais, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia. A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto à distância e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou à própria Companhia, conforme no presente manual. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia. Por fim, caso o acionista for detentor de ações custodiadas em mais de uma instituição, basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

(iii) Mediante envio do boletim de voto à distância preenchido e assinado diretamente à Companhia: Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br) ou o *website* da CVM (http://www.gov.br/cvm), imprimir o boletim de voto à distância, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, deverão encaminhar aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores no escritório administrativo localizado na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 23° andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, São Paulo/SP, ou ao e-mail da Companhia, ri@alliedbrasil.com.br:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(a) a via original dos boletins de voto a distância relativos à Assembleia Geral, devidamente preenchidos, rubricados e assinados; e

(b) cópia dos seguintes documentos: (i) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (ii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Plataforma Digital:

Na hipótese da Companhia realizar uma assembleia de modo exclusivamente ou parcialmente digital, disponibilizando uma plataforma digital para tanto, o acionista que desejar participar da assembleia deverá enviar tal solicitação para a Companhia através do e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da realização da assembleia, a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do acionista para participação na assembleia, valendo o mesmo caso seja representado por procurador (conforme informado no item "f" acima).

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à plataforma digital e as respectivas instruções para acesso à plataforma digital aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O acionista que participar por meio da plataforma digital será considerado presente à assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da assembleia, nos termos do artigo 21-V, §1º da Instrução CVM 481/09.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 97290-7660, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os acionistas terem quaisquer problemas para participar da assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do acionista.

A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da assembleia, acessem a plataforma digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@alliedbrasil.com.br

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração reuniu-se 11 vezes, sendo que dessas, 3 reuniões foram ordinárias e as demais extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

A Companhia não adota práticas adicionais sobre identificação e eventual administração de conflitos de interesses.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária" ("Política"), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de fevereiro de 2020. A Política está disponível para consulta no website da Companhia: https://ri.alliedbrasil.com.br/.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(a) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;

(b) reputação ilibada;

(c) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

(d) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(e) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, deverão ser seguidas as disposições presentes nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"). Assim, tendo sido correspondido aos preceitos legais e da Política, será verificado pela Diretoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em assembleia geral de acionistas da Companhia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Silvio Stagni	05/02/1961	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2022	1ª RCA após AGO 2024	3
056.088.978-03	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	02/05/2022	Sim	0%
Membro do Comitê de Compliance e do Comitê Financeiro					
Luís Gustavo Ferraz Antunes	22/08/1983	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2022	1ª RCA após AGO 2024	2
324.911.448-08	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	02/05/2022	Sim	0%
Membro do Comitê Financeiro					
Davi Saraiva Oliveira	16/11/1970	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2022	1ª RCA após AGO 2024	1
125.971.548-58	Administrador	19 - Outros Diretores	02/05/2022	Sim	0%
Não Aplicável		Diretor Comercial			
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin	21/09/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	AGO 2024	5
042.310.558-23	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2022	Sim	100%
Rafael Patury Carneiro Leão	30/10/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/01/2020	AGO 2022	2
010.144.304-88	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/01/2020	Sim	100%
Membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê Financeiro					
Flavio Benício Jansen Ferreira	28/07/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	AGO 2024	3
921.962.337-49	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Recursos Humanos					
CLAUDIO ROBERTO ELY	04/01/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	AGO 2024	1
137.688.320-15	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não aplicável					
Marcelo Radomysler	26/10/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	AGO 2024	0
085.949.598-18	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0%
Membro do Comitê de Recursoso Humanos					
Yaelle Sophie Biriotti Boquet	03/12/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	AGO 2024	0
234.734.228-27	Diretora financeira	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0%
João Pedro Flecha de Lima	06/12/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	AGO 2024	1
239.967.731-53	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Silvio Stagni - 056.088.978-03

O Sr. Silvio Stagni é formado em engenharia pela Escola de Engenharia Mauá e pós-graduado pela FGV e pela Northwestern University. Com mais de 28 anos de experiência profissional, ocupou os cargos de Presidente da Lenovo do Brasil, VP da Samsung do Brazil, Presidente da Sony Ericsson do Brazil e Country Manager da Motorola.
O Sr. Silvio não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Luís Gustavo Ferraz Antunes - 324.911.448-08

O Sr. Luís Gustavo é formado em economia pela Universidade Estadual de Campinas, possui mestrado em Financial Economics pela Erasmus Universiteit Rotterdam. Sr. Luis Gustavo possui mais de 14 anos de experiência profissional e antes de ser diretor financeiro da Companhia, foi Diretor de Produtos, Gerente de Planejamento Financeiro e Gerente de Estratégia da Companhia. Antes de se juntar à Companhia, trabalhou na Telefônica e na Estre Ambiental.
O Sr. Luís Gustavo não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Davi Saraiva Oliveira - 125.971.548-58

O Sr. Davi Saraiva Oliveira é formado em marketing pela UNIP, Universidade Paulista em 1994, Pós-graduado em Administração de Empresas pela FAAP, Fundação Armando Alvares Penteado, MBA Executivo na BSP, Business School of São Paulo e Executive Leader Course em HARVARD Business School. Tem 33 anos de experiência profissional nas áreas de Vendas, Marketing, Trade Marketing, Gerenciamento de Categorias, Revenue Growth Managment, com liderança em outras áreas como Logística, Finanças, Produção e Gerenciamento de Projetos em empresas multinacionais como NESTLÉ BRASIL e SUIÇA, NIVEA BRASIL, SONY ERICSSON BRASIL, SAMSUNG BRASIL, PARAMOUNT PICTURES, DPA Brazil – Fonterra/Nestlé JV e ALLIED TECNOLOGIA.
O Sr. Davi não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

Sr. Patrice Etlin é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo, e possui MBA pelo INSEAD e mestrado em Engenharia Industrial pela École Centrale de Paris. Patrice Etlin associou-se à Advent do Brasil Consultoria Ltda. em 1997 em São Paulo e iniciou as operações da empresa no Brasil. De 1994 a 1997, foi sócio fundador da International Venture Partners (investimentos) em São Paulo, responsável pelo gerenciamento de um fundo de investimento focado em mídia e telecomunicações. Anteriormente, Patrice trabalhou na Matra Marconi Space (aeroespacial) por cinco anos, inicialmente como engenheiro de sistemas em um projeto para desenvolver um satélite europeu de observação militar. Em 1990, foi promovido a representante geral para o Brasil, responsável pela implantação de um sistema privado de telecomunicação por satélite, para fornecer serviços aos países do Mercosul. Patrice é Presidente do Conselho da Latin American Private Equity & Venture Capital Association (LAVCA) (investimentos). Patrice é, atualmente, membro nos Conselhos de Administração da Allied S.A. (tecnologia), Lojas Quero-Quero (rede varejista), Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) (comercio exterior). No passado, atuou como conselheiro de administração do Grupo Atmosfera (serviços), Atrium Telecomunicações (telecomunicações), CSU Cardsystem (tecnologia), International Meal Company (IMC) (alimentação), Kroton Educacional (educação) e TOTVS S.A.
O Sr. Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin declara que ocupa cargo de membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo- MASP.
O Sr. Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Alvaro não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão é graduado com honras em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e MBA na Harvard Business School. É atualmente Diretor na Advent do Brasil Consultoria Ltda., onde participou de vários investimentos relacionados aos setores de varejo, lazer e saúde, como Allied, Grupo Big (antigo Walmart Brazil), Fleury, Grupo Cataratas, entre outros. É membro do Conselho de Administração do Grupo Cataratas e também atua em diversos comitês do Grupo Big. Trabalhou também como consultor na Bain & Company e também como engenheiro na Kuka Roboters, Alemanha.
O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Flavio Benício Jansen Ferreira - 921.962.337-49

O Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira é formado em engenharia elétrica. Foi CEO e é conselheiro da empresa Locaweb Internet S.A., onde atuou em diferentes posições desde 2008. É conselheiro da empresa Digipix S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, presidente do conselho das Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país, e conselheiro da Estácio Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. O Sr. Flávio Jansen é investidor e conselheiro da empresa Flyers 24 Horas S.A. – Anúncio e Divulgação, empresa de veiculação de ofertas de empresas varejistas em site da Internet e em aparelhos celulares, através do site e aplicativo móvel Guiato. Foi responsável pelo início do site Submarino.com, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do Submarino.com durante a IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a Americanas.com que resultou na companhia B2W. Foi conselheiro independente da empresa Fleury S.A, laboratório de análises clínicas, e de CETIP-SA – Mercados Organizados, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros. Foi presidente do conselho da empresa International Meal Company Alimentação S.A., operadora de restaurantes em 4 países nos segmentos de shopping, rodovias e aeroportos. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional S.A. O Sr. Flávio é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2019.

CLAUDIO ROBERTO ELY - 137.688.320-15

O Sr. Claudio é engenheiro Civil graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972). Foi Presidente da Raiadrogasil S.A. (2011 a 2013) e Presidente da Drogasil S.A. (1998 a 2011). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da DIMED Distribuidora de Medicamentos S.A., Pet Center Comércio e Participações S.A., Vibra Energia S.A., Althaia S.A. Industria Farmacêutica e Lojas União 1A99 S.A., e membro do Conselho Consultivo da Eurofarma Laboratórios S.A. e da Warburg Pincus do Brasil (desde 2013). De 1988 a 1997, foi Diretor Executivo, Diretor de Operações e Presidente do Banco Geral do Comércio S.A. No período de 1987 a 1988, exerceu atividades de Diretor Superintendente (CEO) da Camargo Correa Metais S.A. O Sr. Claudio foi eleito conselheiro independente atendendo aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Marcelo Radomysler - 085.949.598-18

Formado em Administração de Empresas, o Sr. Marcelo iniciou sua carreira profissional em 1986 como trainee no Banco Francês e Brasileiro S.A., de 1987 a 2001 atuou como corretor de seguros, e, de 2003 a 2011 foi CEO da Wise S/A (companhia incorporada pela Allied S.A.). Por fim, entre 2011 e 2020, o Sr. Marcelo exerceu cargos executivos e no Conselho de Administração da Companhia.

Yaelle Sophie Biriotti Boquet - 234.734.228-27

A Sra. Yaelle possui Master’s Degrees em finanças e contabilidade pela ESCP - Paris Business School. Desde setembro de 2020, a Sra. Yaelle exerce o cargo de diretora financeira da Prisma Media de Pago, empresa de serviços de pagamento localizada na Argentina controlada pela Advent, e de diretora de 4 de suas subsidiárias. De janeiro de 2007 a agosto de 2020, a Sra. Yaelle trabalhou no Grupo Carrefour na França, Tailândia, Brasil e Argentina, atuando em diversos cargos tais como controller, diretora de tesouraria, diretora de M&A, diretora financeira, entre outros.

João Pedro Flecha de Lima - 239.967.731-53

Graduado em Engenharia Civil pela Univerdade de Brasília, com MBA em Finanças e Negócios Internacionais pela Universidade de Columbia, João Pedro é fundador da Partners Club Plataformas de Negócios, em São Paulo. Foi CEO da EllaLink – Cabos Brasil – Europa SA de 2015 até 2019, Vice-Presidente Sênior da Samsung Electronics no Brazil de 2013 a 2015, e Vice-Presidente Senior da Huawei Technologies de 2000 a 2013. João Pedro tem passagens anteriores pela K2 Achivements, Banco ABN Amro, Banco Pactual e McKinsey & Co e está atualmente no Conselho de Administração das empresas Almaviva do Brasil e Dom Rock. O Sr. João Pedro foi eleito conselheiro independente atendendo aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Silvio Stagni - 056.088.978-03	
N/A	
Luís Gustavo Ferraz Antunes - 324.911.448-08	
N/A	
Davi Saraiva Oliveira - 125.971.548-58	
N/A	
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23	
N/A	
Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88	
N/A	
Flavio Benício Jansen Ferreira - 921.962.337-49	
N/A	
CLAUDIO ROBERTO ELY - 137.688.320-15	
N/A	
Marcelo Radomysler - 085.949.598-18	
N/A	
Yaelle Sophie Biriotti Boquet - 234.734.228-27	

N/A

João Pedro Flecha de Lima - 239.967.731-53

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Carlos Elder Maciel de Aquino	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	09/04/1961	24/03/2021	Até a 1ª RCA pós AGO/2025
226.993.094-00		Contador	Coordenador do Comitê	24/03/2021	0	100%
N/A						
Carla Alessandra Trematore	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	30/10/1975	01/06/2021	Até a 1ª RCA pós AGO/2025
248.855.668-86		Contador	Membro do Comitê (Efetivo) Coordenador do Comitê	01/06/2021	0	100%
N/A						
João Pedro Flecha de Lima	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	06/12/1963	01/09/2020	Até a 1ª RCA pós AGO/2025
239.967.731-53		Contador	Membro do Comitê (Efetivo) Coordenador do Comitê	01/09/2020	0	100%
N/A						
Rafael Patury Carneiro Leão	Comitê Financeiro		Outros	30/10/1982	03/05/2021	Até a 1ª RCA pós AGO/2022
010.144.304-88		Empresário	Membro do Comitê (Efetivo) Presidente do Comitê	03/05/2021	0	100%
Conselho de Administração (Efetivo) Membro do Comitê Financeiro						
Silvio Stagni	Comitê Financeiro		Outros	05/02/1961	03/05/2021	Indeterminado
056.088.978-03		Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo) Presidente do Comitê	03/05/2021	0	100%
Diretor Presidente Membro do Comitê de Compliance						
Luís Gustavo Ferraz Antunes	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	22/08/1983	03/05/2021	Indeterminado
324.911.448-08		Economista		03/05/2021	0	100%
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Silvio Stagni	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/02/1961	02/05/2022	Até a 1ª RCA pós AGO/2024
056.088.978-03	Comitê de Compliance	Engenheiro		02/05/2022	1	0%
Diretor Presidente Membro efetivo do Comitê Financeiro						
Geyson Bruno Giglio Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/06/1979	02/05/2022	Até a 1ª RCA pós AGO/2024
288.959.058-57		Advogado		02/05/2022	1	0%
Diretor de Assuntos Corporativos (não estatutário)						
Rafael Patury Carneiro Leão	Outros Comitês		Outros	30/10/1982	02/05/2022	Até a 1ª RCA pós AGO/2023
010.144.304-88	Comitê de Recursos Humanos	Empresário	Membro do Comitê (Efetivo) Presidente do Comitê	02/05/2022	1	0%
Conselho de Administração (Efetivo) Membro do Comitê Financeiro						
Marcelo Radomysler	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/10/1966	02/05/2022	Até a 1ª RCA pós AGO/2023
085.949.598-18	Comitê de Recursos Humanos	Empresário		02/05/2022	0	0%
Conselho de Administração (Efetivo)						
Flavio Benício Jansen Ferreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/07/1966	02/05/2022	Até a 1ª RCA pós AGO/2023
921.962.337-49	Comitê de Recursos Humanos	Empresário		02/05/2022	1	0%
Conselho de Administração (Efetivo)						
Daniela de Fátima Pereira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/01/1978	02/05/2022	Até a 1ª RCA pós AGO/2024
253.451.528-45	Comitê de Compliance	Psicóloga		02/05/2022	1	0%
Diretora de Recursos Humanos (não estatutária)						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Carlos Elder Maciel de Aquino - 226.993.094-00						

O Sr. Elder é Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo (USP). Possui MBA em Finanças pelo IBMEC-SP e MBA em Controladoria pela USP, além de especialização em Engenharia Econômica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE). É professor convidado da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Autor e co-autor de artigos publicados em livros e periódicos nacionais e internacionais sobre finanças, contabilidade, governança, auditoria interna e aspectos regulatórios. Experiência em cargos executivos nos segmentos financeiro, auditoria, saúde, previdência privada e terceiro setor, bem como atuação como membro de conselhos de administração e comitês de auditoria, gestão de riscos, controles internos, prevenção à lavagem de dinheiro e conselho fiscal. Atualmente é membro do Conselho de Administração e membro coordenador do Comitê de Auditoria da Locaweb S.A., presidente do Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e do Comitê de Auditoria da FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais. É também membro coordenador do Comitê de Auditoria e do Comitê de Gestão de Riscos da International Meal Company S.A., membro do Comitê de Auditoria da São Paulo Turismo S.A. e membro dos conselhos fiscais da Natura & CO Holding S/A e da Folha Participações S/A.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86

A Sra. Carla atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010. Foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias, controller em empresas de energia elétrica e presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (2017 a 2020). Atualmente é membro do conselho de administração do BRB - Banco de Brasília, dos conselhos fiscais da Ânima Educação, Comgás e Localiza e dos comitês de auditoria da Hortifruti Natural da Terra e Central de Registro de Direitos Creditórios - CRDC.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

João Pedro Flecha de Lima - 239.967.731-53

Graduado em Engenharia Civil pela Univerdade de Brasília, com MBA em Finanças e Negócios Internacionais pela Universidade de Columbia, João Pedro é fundador da Partners Club Plataformas de Negócios, em São Paulo. Foi CEO da EllaLink – Cabos Brasil – Europa SA de 2015 até 2019, Vice-Presidente Sênior da Samsung Electronics no Brazil de 2013 a 2015, e Vice Presidente Senior da Huawei Technologies de 2000 a 2013. João Pedro tem passagens anteriores pela K2 Achivements, Banco ABN Amro, Banco Pactual e McKinsey & Co e está atualmente no Conselho de Administração das empresas Almaviva do Brasil e Dom Rock.
O Sr. João Pedro não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão é graduado com honras em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e MBA na Harvard Business School. É atualmente Diretor na Advent do Brasil Consultoria Ltda., onde participou de vários investimentos relacionados aos setores de varejo, lazer e saúde, como Allied, Grupo Big (antigo Walmart Brazil), Fleury, Grupo Cataratas, entre outros. É membro do Conselho de Administração do Grupo Cataratas e também atua em diversos comitês do Grupo Big. Trabalhou também como consultor na Bain & Company e também como engenheiro na Kuka Roboters, Alemanha.
O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão não exerce cargos de administração em organizações do terceiro setor.
Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Silvio Stagni - 056.088.978-03

Silvio Stagni - 056.088.978-03

Vide item 12.5 deste Formulário de Referência.

Luís Gustavo Ferraz Antunes - 324.911.448-08

Vide item 12.5 deste Formulário de Referência.

Geyson Bruno Giglio Silva - 288.959.058-57

Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com especialização em Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo (2004) e em Contratos (2005) na Fundação Getúlio Vargas. Desde 2016 atua como coach executivo, consultor e palestrante. Entre 2017 e 2020 atuou como Gerente de Compliance da Sociedade Beneficente de Sehoras – Hospital Sírio Libanês. Nos anos de 2015 e 2016, atuou como Senior Corporate Counsel da Apple Computer Brasil Ltda.; entre os anos de 2011 e 2015 atuou como Gerente de Compliance (América Latina) e Gerente Sênior de Compliance (América Latina) da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. Em 2020, passou a atuar como Diretor de Assuntos Corporativos da Companhia (Não Estatutário).

Marcelo Radomysler - 085.949.598-18

Vide item 12.5 deste Formulário de Referência.

Flavio Benício Jansen Ferreira - 921.962.337-49

Vide item 12.5 deste Formulário de Referência.

Daniela de Fátima Pereira - 253.451.528-45

Formada em Psicologia pela Universidade São Judas Tadeu, com mestrado em Administração, Comunicação e Educação, Administração e Negócios, entre 2010 e 2012, na Universidade São Marcos. Possui pósgraduação em Gestão de Recursos Humanos (2013) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Atuou entre 2012 e 2018 como Gerente Sênior de Recursos Humanos na Samsung Eletronics. Desde janeiro de 2018, atua como Diretora de Recursos Humanos da Companhia (Não Estatutária).

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Carlos Elder Maciel de Aquino - 226.993.094-00	
N/A	
Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86	
João Pedro Flecha de Lima - 239.967.731-53	
Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88	
Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88	
Silvio Stagni - 056.088.978-03	
Silvio Stagni - 056.088.978-03	
Luís Gustavo Ferraz Antunes - 324.911.448-08	
Geyson Bruno Giglio Silva - 288.959.058-57	
Marcelo Radomysler - 085.949.598-18	
Flavio Benício Jansen Ferreira - 921.962.337-49	
Daniela de Fátima Pereira - 253.451.528-45	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Luís Gustavo Ferraz Antunes	324.911.448-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor			

Observação

O Sr. Luís Gustavo Ferraz Antunes é diretor da Soudi desde 22/07/2019.

Administrador do Emissor

Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor			

Observação

O Sr. Silvio Stagni é diretor da Soudi desde 22/07/2019.

Administrador do Emissor

Davi Saraiva Oliveira	125.971.548-58	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor			

Observação

O Sr. Davi Saraiva Oliveira é diretor da Soudi desde 30/11/2020.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Luís Gustavo Ferraz Antunes	324.911.448-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

Pessoa Relacionada

Mobcom Soluções em Tecnologia Ltda.	07.234.386/0001-45
Diretor	

Observação

O Sr. Luís Gustavo Ferraz Antunes é diretor da Mobcom desde 01/08/2018.

Administrador do Emissor

Luís Gustavo Ferraz Antunes	324.911.448-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

Pessoa Relacionada

Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29
Diretor	

Observação

O Sr. Luís Gustavo Ferraz Antunes é diretor da Soudi desde 22/07/2019.

Administrador do Emissor

Luís Gustavo Ferraz Antunes	324.911.448-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

Pessoa Relacionada

Wooza Tecnologia e Representações S.A.	09.344.031/0001-34
Membro do Conselho de Administração	

Observação

O Sr. Luís Gustavo Ferraz Antunes é membro do Conselho de Administração da Wooza desde 04/02/2017.

---

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Mobcom Soluções em Tecnologia Ltda.	07.234.386/0001-45		
Diretor			
Observação			
O Sr. Silvio Stagni é diretor da Mobcom desde 01/08/2018.			
Administrador do Emissor			
Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Soudi Pagamentos Ltda.	34.639.888/0001-29		
Diretor			
Observação			
O Sr. Silvio Stagni é diretor da Soudi desde 22/07/2019.			
Administrador do Emissor			
Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Wooza Tecnologia e Representações S.A.	09.344.031/0001-34		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Silvio Stagni é membro do Conselho de Administração da Wooza desde 29/12/2017.			
Administrador do Emissor			
Davi Saraiva Oliveira	125.971.548-58	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Mobcom Soluções em Tecnologia Ltda.	07.234.386/0001-45		
Diretor			
Observação			
O Sr. Davi Saraiva Oliveira é diretor da Mobcom desde 04/10/2019.			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Luís Gustavo Ferraz Antunes	324.911.448-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Mobcom Soluções em Tecnologia Ltda.	07.234.386/0001-45		
Diretor			
Observação			
O Sr. Luís Gustavo Ferraz Antunes é diretor da Mobcom desde 01/08/2018.			
Administrador do Emissor			
Luís Gustavo Ferraz Antunes	324.911.448-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Wooza Tecnologia e Representações S.A.	09.344.031/0001-34		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luís Gustavo Ferraz Antunes é membro do Conselho de Administração da Wooza desde 04/02/2017.			
Administrador do Emissor			
Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Mobcom Soluções em Tecnologia Ltda.	07.234.386/0001-45		
Diretor			
Observação			
O Sr. Silvio Stagni é diretor da Mobcom desde 01/08/2018.			
Administrador do Emissor			
Silvio Stagni	056.088.978-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Wooza Tecnologia e Representações S.A.	09.344.031/0001-34		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Silvio Stagni é membro do Conselho de Administração da Wooza desde 29/12/2017.			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia contratou apólice de seguro de responsabilidade civil para seus diretores e administradores e para os de suas subsidiárias, incluindo a Companhia ("D&O").

O D&O oferece cobertura para reclamações referentes a sinistros cobertos, ocorridos durante sua vigência, relacionados a atos praticados pelos administradores da Allied Tecnologia S.A. e de suas subsidiárias, mediante o pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros tais como indenizações devidas por conta de decisão final irrecorrível em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, bem como acordos em processos judiciais ou extrajudiciais realizados com o consentimento prévio, expresso e por escrito da seguradora, ou os custos, custas, encargos, honorários (advocatícios, de assistentes técnicos e periciais), depósitos recursais (incluindo os custos de recursos e garantias necessários à defesa do segurado, considerados, também, os custos para a eventual contratação de seguro garantia) e todas as demais despesas necessárias e razoáveis incorridas, nos termos do D&O, na defesa ou investigação de uma reclamação coberta. Não estão cobertos pelo D&O atos ou fatos danosos que sejam do conhecimento dos segurados anteriormente à vigência da apólice, assim como multas impostas aos administradores, ainda que possa haver cobertura para os custos de defesa incorridos nos processos que determinem multas relacionadas a atos de gestão de tais administradores, desde que respeitados os termos da respectiva apólice.

O D&O possui vigência, i.e., cobre danos que ocorrerem até às 24 horas do dia 2 de fevereiro de 2022 e tem um limite máximo de garantia de R$40.000.000,00. Além disso, há cobertura para reclamações feitas após o período de vigência por um prazo complementar de 36 meses sem cobrança adicional de prêmio, após o qual há cobertura para reclamações feitas por um prazo suplementar de até 12 meses, dependendo de cobrança adicional de prêmio. O prêmio correspondente devido é de R$67.500,87 mais. Há franquia de R$ 30.000,00 para reembolsos relacionados a reclamações no mercado de capitais

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de custos de defesa e indenizações em decorrência de acordos celebrados na esfera administrativa no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que – diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições – espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da companhia.

Conforme previsto no artigo 56 do Estatuto Social, a Companhia poderá indenizar e manter indenes seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme acordos de indenidade que venham a ser celebrados entre a Companhia e os respectivos Beneficiários.

Nesse sentido, a Companhia celebrou acordo de indenidade com o propósito de garantir a certos Beneficiários a estabilidade necessária para exercer suas funções de forma segura e previsível, fornecendo proteção contra riscos inerentes ao desempenho de suas atribuições e dos negócios da Companhia ("Acordo de Indenidade"), a Companhia assumiu compromisso de indenidade em caráter suplementar à apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores ("Apólice D&O") contratada pela Companhia. Os termos e condições do Acordo de Indenidade foram aprovados pelos acionistas da Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de setembro de 2020.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

O Acordo não prevê limite de valor à indenização oferecida e prevê que o Beneficiário será reembolsado e/ou indenizado despesas, perdas e danos a seu patrimônio pessoal, presentes e/ou futuros, bem como custos de defesa, gastos com a contratação de garantias necessárias à defesa processual, pagamento de renda em virtude de bloqueio de bens ou indisponibilidade de conta bancária, incluindo multas, honorários advocatícios relacionados a processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos instaurados contra o Beneficiário em função do cargo que ocupa na Companhia. O prazo da obrigação de indenizar é de 5 (cinco) anos contados do término do mandato de cada Beneficiário, ou enquanto estiverem pendentes de decisão judicial definitiva os processos em andamento ou o decurso do prazo prescricional, prevalecendo o que ocorrer por último.

A indenização oferecida pelo Acordo de Indenidade abrange situações não cobertas pela Apólice D&O acima descrita, excetuados os seguintes casos:

(a) violação intencional de lei, de deveres fiduciários do Beneficiário, ou do Estatuto Social da Companhia;

(b) qualquer conduta ativa ou passiva do Beneficiário de má-fé, culpa grave equiparável ao dolo ou mediante fraude;

(c) desvio de finalidade;

(d) divulgação de informação estratégica e confidencial contra os interesses da Companhia, ou fora da esfera de competência do cargo para o qual foi eleito;

(e) qualquer ato doloso ou ato tipificado como crime doloso;

(f) qualquer ato em interesse próprio e em detrimento da Companhia;

(g) qualquer ato fora do exercício das atribuições do Beneficiário;

(h) prática de abandono do cargo; e

(i) indenização, despesas ou valores pagos ao Beneficiário no âmbito das coberturas cabíveis de qualquer apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros - D&O.

Além disso, o Acordo de Indenidade cobre eventuais multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelo Beneficiário, exceto caso tal multa ou condenação se enquadre em uma das exceções descritas acima.

Os efeitos do Acordo de Indenidade estendem-se a todos os atos já praticados pelo Beneficiário desde a sua nomeação para exercício do cargo.

Assim, a Companhia esclarece que tanto a cobertura de multas decorrentes de condenação em ação penal, desde que não enquadrada em uma das exceções, e os efeitos do Acordo de Indenidade estão no melhor interesse da Companhia pois se trata de cobertura suplementar à Apólice de D&O. Assim, os Beneficiários têm mais estabilidade e segurança no processo decisório e condutor dos negócios. Ainda, a Companhia reitera que a indenização não se aplica às hipóteses em que o Beneficiário tenha agido com dolo, fora do exercício de funções, tenha violado qualquer lei aplicável, bem como tenha agido de má-fé, culpa grave equiparável ao dolo ou mediante fraude.

Para executar o Acordo de Indenidade, o Beneficiário que se torne parte de qualquer processo relacionado ao desempenho de suas funções na Companhia, nos termos do Acordo de Indenidade, deverá notificar extrajudicialmente a Companhia. A Companhia poderá solicitar esclarecimentos e poderá patrocinar a defesa do Beneficiário e tomar as medidas cabíveis.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Caso o Beneficiário omita ou retarde injustificadamente a prestação de esclarecimento solicitados de forma a prejudicar sua adequada defesa, a Companhia ficará desobrigada de suas obrigações de indenizar o Beneficiário sob o Acordo de Indenidade.

Após todos os esclarecimentos prestados, o Conselho de Administração deverá deliberar se o evento é passível de indenização, sendo que caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração ele estará impedido de votar.

A Companhia informa ainda que adotou a prestação de compromisso de indenidade, não em substituição, mas como suplemento à Apólice D&O, haja vista que sua cobertura extrapola o que é usualmente coberto por seguros de responsabilidade civil, de modo que não há prêmios de cobertura similar.

Diante das informações acima, a Companhia entende que o compromisso de indenidade está no melhor interesse da Companhia porque nos casos em que se aplica o acionamento do Acordo de Indenidade, o compromisso de indenidade atua de forma suplementar à Apólice D&O, sendo imprescindível para que a administração da Companhia possa contar com um esteio de segurança jurídica que traga estabilidade ao processo decisório e condutor dos negócios, inclusive no que tange à adoção das medidas legalmente cabíveis que sirvam à defesa dos interesses da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE	08/04/2021	100%	NÃO
AGE	04/03/2021	100%	NÃO
AGE	05/03/2021	100%	NÃO
AGE	05/03/2021	100%	NÃO
AGE	17/02/2021	100%	NÃO
AGE	09/11/2020	100%	NÃO
AGE	01/11/2020	100%	NÃO
AGE	9/10/2020	100%	NÃO
AGE	09/09/2020	100%	NÃO
AGE	01/09/2020	100%	NÃO
AGE	24/08/2020	100%	NÃO
AGO	27/07/2020	100%	NÃO
AGD	01/06/2020	100%	NÃO
AGE	03/02/2020	100%	NÃO
AGE	02/01/2020	100%	NÃO
AGE	01/01/2020	100%	NÃO
AGE	23/12/2019	100%	NÃO
AGD	23/12/2019	100%	NÃO
AGD	23/12/2019	100%	NÃO
AGE	13/12/2019	100%	NÃO
AGE	12/12/2019	100%	NÃO
AGE (Preferencialistas Classe B)	12/12/2019	100%	NÃO
AGE (Preferencialistas Classe A)	12/12/2019	100%	NÃO
AGE	10/12/2019	100%	NÃO
AGE	01/09/2019	100%	NÃO
AGE	01/07/2019	100%	NÃO
AGO/AGE	15/04/2019	100%	NÃO
AGE	04/04/2019	100%	NÃO
AGE	01/04/2019	100%	NÃO
AGE	02/01/2019	100%	NÃO

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

AGE	11/12/2018	100%	NÃO
AGE	01/10/2018	100%	NÃO
AGE	28/09/2018	100%	NÃO
AGE	26/06/2018	100%	NÃO
AGO/AGE	04/04/2018	100%	NÃO
AGE	14/03/2018	100%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.5/12.8 deste Formulário de Referência.

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

SEGMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

Em 2020, a Companhia celebrou com a B3 o Contrato de Participação no Novo Mercado, que entrará em vigor na mesma data em que tiver início a negociação com as ações de emissão da Companhia, objeto da distribuição pública a ser realizada nos termos da legislação aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de remuneração, aprovada em 27 de julho de 2020 pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual possui, por premissas a metodologia adotada pela Mercer (empresa de consultoria global), que é atualizada com frequência. A política de remuneração está disponível para consulta no website da Companhia https://ri.alliedbrasil.com.br/.

A referida política possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os melhores talentos para os negócios; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia; (iv) remunerar e acelerar o atingimento de desafios estratégicos de curto, médio e longo prazos, respeitando os interesses dos acionistas.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta por: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado e às demandas exigidas pelo conselheiro em questão; e (ii) remuneração baseada em ações. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Cumpre esclarecer que os membros do Conselho de Administração da Companhia que são representantes da Família Fundadora e dos FIPs Brasil I e II não são remunerados pela Companhia para estas atividades. Exceto por este fato, não há critérios específicos para determinar se um membro do Conselho de Administração é, ou não, remunerado, sendo que todos os demais membros do Conselho de Administração são remunerados.

Para mais informações sobre os membros do Conselho de Administração não remunerados pela Companhia vide itens 13.1.b.v e 13.15 deste Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável na forma de bônus e/ou de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustada de acordo com desempenho individual e das áreas sob sua gestão, assim como entregas estratégicas, sendo que 25% é paga no exercício corrente e 75% no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ações; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos e seguro de vida.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Diretoria Executiva Não-Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar, suportada pela por pesquisa do Instituto Mercer; (ii) remuneração variável na forma de bônus e/ou de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustada de acordo com desempenho individual e das áreas sob sua gestão, sendo que parte desta é paga de maneira antecipada no exercício e o restante no período subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ações; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, incluindo seus dependentes legais, seguro de vida, estacionamento, vale-refeição, Gympass.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, segue o previsto no art. 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria

Apenas os membros do Comitê de Auditoria que não exercem cargos em outros conselhos podem ser remunerados por seu cargo no Comitê de Auditoria. A remuneração desses membros é composta por Remuneração Fixa mensal, a qual é alinhada com práticas de mercado e às demandas exigidas pelo conselheiro em questão.

Comitê de Recursos Humanos

O Comitê de Recursos Humanos é composto por membros do Conselho de Administração da Companhia, que não recebem remuneração adicional pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Recursos Humanos.

Comitê de *Compliance*

O Comitê de *Compliance* é composto por executivos da Companhia, que não recebem remuneração adicional pelo exercício do cargo de membro do Comitê de *Compliance*.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total considerada 12 meses:

A tabela abaixo demonstra as informações que foram apuradas no exercício de 2020:

2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	31,20%	24,58%	0,66%	43,56%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	70,40%	28,09%	1,51%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	100,00%	0%	0%	0%	100,00%
Comitê de Recursos Humanos	0%	0%	0%	0%	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A tabela abaixo demonstra as informações que foram apuradas no exercício de 2019:

2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	54,53%	45,47%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	47,39%	50,40%	2,22%	0,00%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	67,47%	30,87%	1,65%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Recursos Humanos	0%	0%	0%	0%	0%

A tabela abaixo demonstra as informações que foram apuradas no exercício de 2018:

2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	73,30%	14,60%	1,40%	10,70%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	62,1%	34%	2%	2%	100,00%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Recursos Humanos	0%	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração total individual dos Diretores Estatutários e Não-estatutários é determinado de acordo com o tamanho da posição, exposição e responsabilidade da atividade a exercer, com isso utilizamos a tabela salarial definida, baseada em pesquisa de mercado, realizada por empresa especializada, com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, comparando o mesmo tipo de segmento de negócio e tamanho da Companhia. Os benefícios que possuímos são os mesmos por grupo de cargos (IPE), considerando as melhores práticas de mercado. Eles são elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho e por meritocracia e discricionário.

A decisão do Programa de ações aos elegíveis (diretores executivos) ocorre pelo Conselho de Administração, em reunião formal, com ata registrada e leva em conta a complexidade da função, desejo de retenção do profissional, bem como impacto nos negócios.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição total da remuneração praticada pela Companhia tem como objetivos: a atração e retenção dos melhores talentos para o negócio, além de reconhecer o bom desempenho individual.

Nosso pacote de remuneração está alinhado com as expectativas praticadas pelo mercado, sendo que o salário fixo mensal baseado em pesquisa de mercado de acordo com a posição definida, e os benefícios estão alinhados às práticas similares a empresas do mesmo segmento. O PPR oferecido para todos os colaboradores oferece um diferencial para esse público gerando alinhamento aos desafios de negócio em todos os níveis. Para posições estratégicas o Programa de ações garante retenção e perenidade dos negócios especialmente em médio e longo prazos.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho que são representantes da Família Fundadora e dos FIPs Brasil I e II abdicaram da remuneração pelo exercício do cargo no Conselho de Administração. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos diretores estatutários e não-estatutários está atrelada a metas anuais, que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos globais e os resultados individuais. A remuneração variável (PPR) é composta por duas frentes: 60% são representados pela Meta Global, indicado pelo EBITDA da empresa e os outros 40% representados por metas individuais que tenham impacto direto ao negócio, tais como: Capital de Giro, SG&A da área, Projetos de expansão, entre outros. As metas definidas aos executivos são desdobradas para os demais níveis da organização, garantindo alinhamento perfeito às estratégias corporativas. A remuneração baseada em ações não é impactada por indicadores de desempenho.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável está 100% atrelada ao atingimento de indicadores de negócio, sendo (i) metas globais, que para os diretores representam 60% do resultado e (ii) às metas individuais que para os diretores representam 40% do resultado.

As metas de PPR são derivadas do planejamento estratégico anual da empresa e o desdobramento delas ocorrer para os demais níveis da organização.

Anualmente, com base nos desafios de negócios e nos resultados e aprendizados do nosso anterior, os indicadores são redefinidos. Ao final de um ciclo, é possível também, reconhecer algum profissional, por discricionário aprovado pelo conselho de administração.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

O plano de remuneração variável dos colaboradores está diretamente atrelado ao atingimento de metas financeiras e operacionais, que torne a empresa mais sólida e rentável no curto, médio e longo prazos.

Anualmente as premiações estão ligadas a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos (EBITDA) e o plano de incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações, diretamente atrelado ao crescimento do nosso valor de mercado, ou seja, a valorização da Companhia no longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Os membros do Conselho de Administração que são representantes da Família Fundadora e dos FIPs Brasil I e II, abdicaram da remuneração para estas atividades. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não possuímos qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A forma que a Companhia define a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não-Estatutários: Analisa-se o a posição ocupada, enquadrando em nossa política o nivelamento correto com base nos mesmos grupos de cargos (IPE) da posição a ser ocupada, e assim, utilizamos a tabela salarial de acordo com esta Grade definida. A tabela salarial foi desenvolvida pela empresa de Consultoria MERCER, utilizando dados de mercados do mesmo tamanho e segmentos ou similar.

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Diretoria se baseia nas faixas salariais da tabela salarial já definida em pesquisa, seguindo de acordo com o peso da posição que o Executivo irá exercer dentro da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Como a empresa utiliza pesquisa de mercado, conseguimos avaliar se estamos dentro dos atuais benefícios oferecidos pelo mercado e competitivos com as novas práticas adotadas.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada. Adicionalmente, cabe ao Comitê de Recursos Humanos realizar recomendações sobre possíveis alterações e adequações da Política de Remuneração ao Conselho de Administração, em vista de avanços do mercado.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,08	0,00	8,08
Nº de membros remunerados	2,67	3,08	0,00	5,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	3.385.711,13	0,00	4.105.711,13
Benefícios direto e indireto	0,00	182.128,65	0,00	182.128,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	66.706,00	1.529.954,48	0,00	1.596.660,48
Participação de resultados	0,00	3.217.603,07	0,00	3.217.603,07
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.111.107,82	0,00	2.111.107,82
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	786.706,00	10.426.505,16	0,00	11.213.211,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,17	3,92	0,00	9,09
Nº de membros remunerados	2,67	3,92	0,00	6,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	520.000,00	3.796.138,13	0,00	4.316.138,13
Benefícios direto e indireto	0,00	166.359,21	0,00	166.359,21
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	104.000,00	539.041,05	0,00	643.041,05
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se ao INSS	Outros: refere-se ao INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	667.058,00	0,00	667.058,00
Participação de resultados	0,00	3.887.602,96	0,00	3.887.602,96
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	624.000,00	9.056.199,35	0,00	9.680.199,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,58	3,17	0,00	7,75
Nº de membros remunerados	2,67	3,17	0,00	5,84
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	80.000,00	3.850.737,01	0,00	3.930.737,01
Benefícios direto e indireto	0,00	180.081,26	0,00	180.081,26
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	16.000,00	362.907,94	0,00	378.907,94
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se ao INSS	Outros: refere-se ao INSS		
Remuneração variável				
Bônus	66.706,23	0,00	0,00	66.706,23
Participação de resultados	0,00	4.095.565,69	0,00	4.095.565,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	162.706,23	8.489.291,90	0,00	8.651.998,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.401.301,43	0,00	4.401.301,43
Benefícios direto e indireto	0,00	285.856,44	0,00	285.856,44
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.177.921,39	0,00	1.177.921,39
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.484.098,10	0,00	0,00	1.484.098,10
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	5.865.079,26	0,00	5.865.079,26

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente - 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,08	0,00	8,08
Nº de membros remunerados	3,00	3,08	0,00	6,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	100.000,00	1.300.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	100.000,00	1.300.000,00	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	606.596,95	N/A	606.596,95
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.878.161,94	N/A	4.878.161,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	4.590.974,49	N/A	4.590.974,49

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,17	3,92	0,00	9,09
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	667.058,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	667.058,00	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	667.058,00	N/A	667.058,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.949.406,00	N/A	1.949.406,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.898.812,00	N/A	3.898.812,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	3.249.010,00	N/A	3.249.010,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.887.602,96	N/A	3.887.602,96

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

O valor de remuneração em participação nos resultados de 2019, contempla apenas o adiantamento de 25% do valor total do target dos membros da diretoria estatutária, pois a apuração final referente ao exercício fiscal atual será feita somente em meados de março do ano subsequente.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,58	3,17	0,00	7,75
Nº de membros remunerados	1,00	3,17	0	4,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	66.706,23	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	66.706,23	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	66.706,23	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	66.706,23	N/A	N/A	66.706,23
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 269.774	N/A	R$ 269.774
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 3.237.283	N/A	R$ 3.237.283
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 4.095.565,69	N/A	R$ 4.095.565,69
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 4.095.565,69	N/A	R$ 4.095.565,69

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 330.741	N/A	R$ 330.741
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R$ 3.968.893	N/A	R$ 3.968.893
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 3.307.410	N/A	R$ 3.307.410
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 1.177.921	N/A	R$ 1.177.921

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

SOP 2014

Em Assembleia Geral Extraordinária da Allied S.A. realizada em 29 de dezembro de 2014 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações, posteriormente rerratificado em razão da incorporação da Allied S.A pela Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2016, com efeito retroativo desde 29 de dezembro de 2014 e aditado conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de março de 2017 ("SOP 2014").

O SOP 2014 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que pode, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do SOP 2014.

São elegíveis para participar do SOP 2014 os administradores, executivos, empregados, consultores e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle.

Os participantes do SOP 2014 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2014 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número total de opções a serem concedidas; (b) os prazos e condições para que a opção se torne exercível; (c) os critérios para a outorga da opção; (d) o preço de subscrição ou aquisição de ações e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício da opção (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (e) o prazo máximo para o exercício da opção ou os critérios para sua determinação; (f) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção; e (g) eventuais penalidades.

A outorga de opções nos termos do SOP 2014 e dos programas é realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração pode subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de transferência em caso de transferência pelo participante dessas mesmas ações.

O prazo máximo de vigência das opções é definido pelo Conselho de Administração.

SOP 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2018 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, posteriormente retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2019 ("SOP 2018").

O SOP 2018 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2018 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2018 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas com ao SOP 2018.

Os participantes do SOP 2018 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2018 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número de opções e o respectivo preço de aquisição de tais opções; (b) os prazos e condições para que as opções se tornem exercíveis; (c) o preço de exercício das opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (iv) o prazo máximo para o exercício das opções ou os critérios para a sua determinação; (v) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das opções; e (vi) eventuais penalidades.

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2018 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade e o preço de aquisição das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

O Conselho de Administração pode subordinar o exercício das opções a determinadas condições, além da verificação da ocorrência de um evento de liquidez, bem como impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das ações pelo participante.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas. As opções que não forem exercidas pelos respectivos participantes no prazo de exercício serão automaticamente extintas.

SOP 2021

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 5 de março de 2021 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP 2021").

O SOP 2021 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

São elegíveis para participar do SOP 2021 os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

O Conselho de Administração tem amplos poderes para implementar o SOP 2021 e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas com ao SOP 2021.

Os participantes do SOP 2021 são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de programas. Em cada um dos programas, o Conselho de Administração deve estabelecer, observados os critérios gerais fixados no SOP 2021 e o disposto no Estatuto Social da Companhia: (a) o número de opções; (b) os prazos e condições para que as opções se tornem exercíveis; (c) o preço de exercício das opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei); (d) o prazo máximo para o exercício das opções ou os critérios para a sua determinação; e (e) quaisquer restrições à negociação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das opções.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Cada participante deve aderir expressamente ao SOP 2021 e ao respectivo programa, mediante assinatura de contrato de opção. Os contratos de opção devem especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade das opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício das opções e condições de pagamento.

O contrato de opção poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das ações pelo participante.

As opções deverão ser exercidas pelos participantes no prazo definido em cada um dos programas.

b. Principais objetivos do plano

SOP 2014

O SOP 2014 tem por objetivo permitir que os administradores, executivos, empregados, consultores e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia ao dos outorgados ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores, empregados e colaboradores.

SOP 2018

O SOP 2018 tem por objetivo conceder aos administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas selecionados pelo Conselho de Administração, o direito de se tornarem acionistas da Companhia e visa a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia e suas controladas; e (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia ao dos participantes.

SOP 2021

O SOP 2021 tem por objetivo conceder aos administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas selecionados pelo Conselho de Administração, o direito de se tornarem acionistas da Companhia e visa a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia e suas controladas; e (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia ao dos participantes.

c. Forma como os planos contribuem para esses objetivos

Ao possibilitar que os participantes se tornem nossos acionistas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia.

Ao comprometerem recursos próprios nas Opções, os participantes se alinham à busca de valorização constante das ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Apesar do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2021 não integrarem a política de remuneração da Companhia, eles são responsáveis pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2021 contribuem para que os participantes, ao despenderem recursos próprios com as opções, se sintam incentivados a buscar a maximização de valor da Companhia no curto, médio e longo prazo, vinculando os participantes aos riscos e variações do mercado de capitais.

f. Número máximo de ações abrangidas

SOP 2014

Poderão ser entregues aos participantes do SOP 2014 um número de ações que não exceda 4% (quatro por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (excluídas as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base no SOP 2014). Se qualquer opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de opções.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do SOP 2014 venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia, realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do SOP 2014[1].

SOP 2018

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2019[2], poderão ser entregues aos participantes do SOP 2018 um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta) ações de emissão da Companhia, ou seja, 5,10% (cinco e um décimo por cento) das ações de emissão da Companhia na data de aprovação do SOP 2018[3].

Se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída, incluindo em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas, exceto se a alteração do número de ações que

[1] Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Por sua vez, em 25 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em Reunião do Conselho de Administração, a redução do número de opções de cada participante no âmbito do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2020.

[2] Em referida Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento da quantidade de ações disponíveis para outorga no SOP 2018 de 25.478.923 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, noventas e vinte e três) para 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta). Em razão de referida deliberação, o SOP 2018 foi retificado para constar o novo limite de ações disponível no SOP 2018.

[3] Em 03 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento das ações de sua emissão à razão de 8 ações ordinárias para 1 ação ordinária, cujas frações foram canceladas. Por sua vez, em 25 de agosto de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, em Reunião do Conselho de Administração, a redução do número de opções de cada participante no âmbito do SOP 2014, do SOP 2018 e do SOP 2020. Dessa forma, a quantidade global de opções entregues aos participantes do SOP 2018 foi reduzida de um número de ações que não exceda 32.458.480 (trinta e duas milhões, quatrocentas e cinquenta e oito mil, quatrocentas e oitenta) ações de emissão da Companhia para um número de ações 4.057.310 (quatro milhões, cinquenta e sete mil, trezentas e dez) ações de emissão da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, ocasião em que não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as Opções.

SOP 2021

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2021, poderão ser entregues aos participantes do SOP 2021 um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial (IPO) da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, numa base totalmente diluída e levando em consideração as novas ações a serem emitidas no exercício das opções nos termos do SOP 2021. As ações vinculadas às opções rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas serão novamente liberadas para a outorga futura de opções.

Se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas. Se a alteração do número de ações que compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as opções.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção dá ao participante do SOP 2014 e/ou do SOP 2018 e/ou do SOP 2021, o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas/adquiridas no âmbito do SOP 2014 e/ou do SOP 2018 e/ou do SOP 2021 está sujeita ao limite descrito no item "f" acima.

h. Condições de aquisição de ações

SOP 2014

As opções se tornam-se exercíveis na medida em que o participante permaneça continuamente vinculado como administrador, empregado, consultor ou prestador de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, a partir da data da outorga até as datas especificadas abaixo, conforme segue:

(i) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 18 (dezoito) meses contados da data de outorga ou (b) 12 (doze) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;

(ii) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 30 (trinta) meses contados da data de outorga ou (b) 24 (vinte e quatro) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;

(iii) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 42 (quarenta e dois) meses contados da data de outorga ou (b) 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa;

(iv) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de outorga ou (b) 48 (quarenta e oito) meses contados da data de outorga, conforme definido no respectivo programa; e

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(v) 20% (vinte por cento) das opções poderão ser exercidas após (a) 66 (sessenta e seis) meses contados da Data de Outorga ou (b) 60 (sessenta) meses contados da Data de Outorga, conforme definido no respectivo programa.

Não obstante o disposto acima, o exercício das opções vestidas está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

Na hipótese de um evento de liquidez em decorrência de uma transferência do controle da Companhia, os prazos de carência estabelecidos acima, são antecipados e os participantes podem exercer suas opções (vestidas ou não-vestidas) dentro dos prazos a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que as opções não exercidas dentro dos referidos prazos restarão automaticamente extintas.

SOP 2018

O Conselho de Administração define, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício, bem como a antecipação do prazo de carência na hipótese de um evento de liquidez.

O exercício das opções vestidas está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

As opções tornam-se antecipadamente exercíveis - tornando-se, portanto, opções vestidas - se verificada a ocorrência de uma Alienação, hipótese na qual a Companhia deve notificar os participantes em até 15 (quinze) dias antes da consumação da Alienação ("Fechamento") para que os Participantes notifiquem a Companhia, em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da referida notificação, manifestando seu desejo de exercer ou não as opções vestidas. Na hipótese de alienação, caso o participante informe à Companhia que não deseja exercer suas opções vestidas - ou deixar de notificá-la dentro do prazo referido acima -, restarão automaticamente extintas suas respectivas opções.

SOP 2021

O Conselho de Administração definirá, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

SOP 2014

Não há preço de aquisição.

O preço de exercício é determinado pelo Conselho de Administração e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

SOP 2018

O preço de aquisição é fixado pelo Conselho de Administração quanto da aprovação do respectivo programa e determinado a exclusivo critério do Conselho de Administração, com base em modelos e/ou metodologias de precificação de opções de ações.

O preço de exercício corresponde ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício é fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação do respectivo programa e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

SOP 2021

Não há preço de aquisição.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O preço de exercício corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da ação. O preço de exercício será fixado com base na média ponderada de cotação das ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração definir em cada programa e/ou contrato de opção se o preço de exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício no âmbito do SOP 2014, SOP 2018 e SOP 2021 são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos participantes aos dos acionistas.

k. Forma de liquidação

O preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

SOP 2018

O preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante.

SOP 2021

A forma de liquidação do preço de exercício será definida pelo Conselho de Administração em cada programa.

l. Restrições à transferência das ações

SOP 2014

O Conselho de Administração pode impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções.

Na hipótese de um evento de liquidez em decorrência de uma Abertura Qualificada de Capital, os participantes somente podem transferir suas ações depois de transcorrido 2 (dois) meses ou 6 (seis) meses contados da liquidação da oferta da Abertura Qualificada de Capital, sem prejuízo de outras restrições previstas na regulamentação aplicável e/ou restrições relacionados ou contidas no prospecto de Abertura de Capital da Companhia.

SOP 2018

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada programa, que o participante poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da companhia adquiridas no âmbito do SOP 2018 em decorrência da verificação de um Evento de Liquidez (incluindo em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de Ações), podendo o Conselho de Administração inclusive estabelecer um período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada programa, para cada lote de ações, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

SOP 2021

O Conselho de Administração pode impor novas restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá eventualmente estabelecer, se assim determinar quando da aprovação de cada programa, que o participante apenas poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do plano (incluindo em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações), podendo o Conselho de Administração inclusive estabelecer um período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada programa, para cada lote de ações, o qual não será superior a 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

SOP 2014

O SOP 2014 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do SOP 2014 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no SOP 2014 ou em contrato de opção, as opções outorgadas nos termos do SOP 2014 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante o seu exercício integral;

(b) após o decurso do prazo de vigência da opção;

(c) mediante o distrato do contrato de opção;

(d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;

(e) nas hipóteses de desligamento descritas no item "n" abaixo; ou

(f) ocorrência de venda da totalidade das ações detidas, diretamente ou indiretamente, pelo FIP Brasil I e II.

SOP 2018

O SOP 2018 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2018 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no SOP 2018 ou nos programas, as opções outorgadas nos termos do SOP 2018 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante o seu exercício integral;

(b) após o decurso do prazo de exercício das opções;

(c) se a Companhia for dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada ou tiver aprovado plano de recuperação judicial ou extrajudicial; e

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(d) nas hipóteses de desligamento descritas no item "n" abaixo.

SOP 2021

O SOP 2021 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou do Conselho de Administração. O término de vigência do SOP 2021 não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente adquiridas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseado em ações

SOP 2014

Se, a qualquer tempo, o outorgado

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego/ ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções vestidas e opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas;

(c) for desligado da companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) o Conselho de Administração decidirá se as opções não-vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas proporcionalmente ao tempo em que o outorgado tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas; e

(e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração decidirá se as opções não-vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do outorgado proporcionalmente ao tempo em que o outorgado tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do outorgado mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas.

Para fins do SOP 2014, desligamento significa o término da relação jurídica de administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviço entre o outorgado e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de Administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

permanente ou falecimento. Eventual desligamento do outorgado do cargo de administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviços da Companhia ou sociedade por ela controlada seguido de eleição e investidura ou contratação de tal outorgado para outro cargo como administrador, executivo, empregado, consultor ou prestador de serviços da Companhia ou sociedade por ela controlada não caracteriza desligamento.

O Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras de desligamento descritas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante.

SOP 2018

Se, a qualquer tempo, o participante

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão consideradas automaticamente extintas; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções vestidas ou opções não-vestidas que não tiverem sido exercidas pelo participante até a data do desligamento serão consideradas automaticamente extintas;

(c) (A) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou (B) desligar-se da Companhia por aposentadoria acordada com a Companhia ou invalidez permanente: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo participante quando da aquisição das opções, corrigido pelo IGP-M desde a data de aquisição das opções pelo participante até a data da efetiva recompra pela Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu desligamento poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas; e

(d) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as opções não-vestidas na data do seu desligamento que não tiverem sido exercidas pelo participante serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo participante quando da aquisição das opções corrigido pelo IGP-M desde a data de aquisição das opções pelo participante até a data da efetiva recompra pela Companhia, sendo certo que o Conselho de Administração poderá permitir que as opções não-vestidas na data do seu desligamento sejam exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante proporcionalmente ao tempo em que o participante tiver trabalhado para a Companhia; e (ii) as opções vestidas na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante mediante ocorrência de um evento de liquidez, observado o prazo máximo de vigência das opções vestidas e os prazos de exercício a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas.

Para fins do SOP 2018, desligamento significa o término da relação jurídica de administrador, executivo, empregado ou prestador de serviço entre o participante e a Companhia ou suas controladas, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente ou

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

falecimento. Eventual desligamento do participante do cargo de administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas Controladas seguido de eleição e investidura ou contratação de tal participante para outro cargo como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas não caracteriza desligamento.

O Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras de desligamento descritas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante, desde que não o prejudique.

SOP 2021

Nas hipóteses de desligamento do participante, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou modificados, conforme for definido pelo Conselho de Administração em cada programa e/ou contrato de opção.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

O exercício do SOP 2014 e do SOP 2018, nos últimos três exercícios e no exercício social corrente, estava condicionado à ocorrência de um evento de liquidez.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2021**	**SOP 2014**	**SOP 2018**	**SOP 2021**
Nº total de membros	**5,00**	**5,00**	**5,00**	**3,08**	**3,08**	**3,08**
Nº de membros remunerados	**0,00**	**3,00**	**0,00**	**2,00**	**3,08**	**3,00**
Preço médio ponderado de exercício:						
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0	R$ 13,79	0	R$ 15,87	R$ 10,64	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	-	0	0	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	R$ 12,53	0	R$ 15,87	R$ 10,64	R$18,03
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	-	0	0	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,00%**	**0,54%**	**0,00%**	**1,09%**	**1,81%**	**2,00%**

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2021**	**SOP 2014**	**SOP 2018**	**SOP 2021**
Outorga de opções de compra de ações						
Data de outorga	-	-	-	-	-	01/06/21
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-	-	1.819.464
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-	-	-	25% no 2º aniversário; 25% no 3º aniversário; 25% no 4º aniversário; e 25% no 5º aniversário.
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-	-	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-	-	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	-	-	-	R$5,580000

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Nº total de membros	**5,17**	**5,17**	**3,92**	**3,92**
Nº de membros remunerados	**0,83**	**2,33**	**2,00**	**3,92**
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	15,87	10,64	15,87	10,64
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,47%**	**0,54%**	**1,09%**	**1,81%**

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	-	01/09/2020	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	180.325	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	100 opções em 01/09/2020, do restante: 20% no 1º aniversário; 20% no 2º aniversário; 20% no 3º aniversário; 20% no 4º aniversário; e 20% no 5º aniversário.	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	R$ 0,268192	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Nº total de membros	**4,58**	**4,58**	**3,17**	**3,17**
Nº de membros remunerados	**1,00**	**0,17**	**2,36**	**3,17**
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	15,87	0	16,05	10,64
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0	16,40	10,64
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,94%**	**0,36%**	**1,67%**	**2,35%**

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	-	01/11/2019	-	13/12/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	180.325		721.300
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	100 opções em 08/09/2020, do restante: 20% no 1º aniversário; 20% no 2º aniversário; 20% no 3º aniversário; 20% no 4º aniversário; e 20% no 5º aniversário.	-	100 opções em 08/09/2020, do restante: 20% no 1º aniversário; 20% no 2º aniversário; 20% no 3º aniversário; 20% no 4º aniversário; e 20% no 5º aniversário.
Prazo máximo para exercício das opções	-	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida	-	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida
Prazo de restrição à transferência das ações	-	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)	-	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações
Valor justo das opções na data da outorga	-	R$ 0,268192	-	R$ 0,268192

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Nº total de membros	**5,00**	**5,00**	**4,00**	**4,00**
Nº de membros remunerados	**2,00**	**0**	**2,92**	**0**
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	15,87	0	15,99	0
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0	15,04	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,94%**	**0**	**1,77%**	**1,45%**

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	-	-	-	28/09/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	1.442.600
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-	30% - 31/05/2019 30% - 31/05/2020 25% - 31/05/2021 10% - 31/05/2022 5% - 31/05/2023
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida.
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)
Valor justo das opções na data da outorga	-	-	-	R$ 0,268192

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020

SOP 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	**5,17**	**3,92**
Número de membros remunerados	**0,83**	**2,00**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	**0**	1.087.368
Data em que se tornarão exercíveis		1º Programa*: 29/06/2016; 29/06/2017; 29/06/2018; 29/06/2019; 29/06/2020 4º Programa*: 15/02/2018; 15/02/2019; 15/02/2020; 15/02/2021; 15/02/2022
Prazo máximo para exercício das opções		1º Programa: 29/02/2021 4º Programa: 15/08/2023
Prazo de restrição à transferência das ações		Todos os Programas: 2 meses contados da liquidação da oferta de IPO
Preço médio ponderado de exercício		15,87
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R$ 00
Opções exercíveis		
Quantidade	**0**	0,00
Prazo máximo para exercício das opções		**-**
Prazo de restrição à transferência das ações		**-**
Preço médio ponderado de exercício		**-**
Valor justo das opções no último dia do exercício social		-

SOP 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	**5,17**	**3,92**
Número de membros remunerados	**2,3**	**3,92**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	540.975	1.983.575
Data em que se tornarão exercíveis	3º Programa*: 01/11/2020; 01/11/2021; 01/11/2022; 01/11/2023; 01/11/2024; 4º Programa*: 01/09/2020; 01/09/2021; 01/09/2022; 01/09/2023; 01/09/2024; 01/09/2025	1º Programa*: 31/05/2019; 31/05/2020; 31/05/2021; 31/05/2022; 31/05/2023 3º Programa*: 13/12/2020; 13/12/2021; 13/12/2022; 13/12/2023; 13/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	Todos os Programas: 12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida.	Todos os Programas: 12 meses a contar da data em que a Opção se tornar uma Opção Vestida.
Prazo de restrição à transferência das ações	Todos os Programas: 4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)	Todos os Programas: 4 meses contados do exercício de cada Opção (40% das ações exercidas)
Preço médio ponderado de exercício	13,79	10,64
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 145.085	R$ 531.979
Opções exercíveis		
Quantidade	0,00	0,00
Prazo máximo para exercício das opções	**-**	**-**
Prazo de restrição à transferência das ações	**-**	**-**

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

SOP 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-

***Exercício condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez**

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	SOP 2018	SOP 2014	SOP 2018
Nº total de membros	**5,17**	**5,17**	**3,92**	**3,92**
Nº de membros remunerados	**0,83**	**2,00**	**2,00**	**3,92**
Opções exercidas				
Número de ações	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-
Ações entregues				
Número de ações entregues	-	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	SOP 2018	SOP 2014	SOP 2018
Nº total de membros	5,17	4,58	3,92	3,17
Nº de membros remunerados	0,83	1,00	2,00	2,36
Opções exercidas				
Número de ações	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-
Ações entregues				
Número de ações entregues	-	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	SOP 2014	**SOP 2018**	**SOP 2014**	**SOP 2018**
Nº total de membros	5,00	5,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,00	0	2,2,92	1,33
Opções exercidas				
Número de ações	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-
Ações entregues				
Número de ações entregues	-	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Precificação das ações/opções

(a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas, que levam ao valor justo de cada série de opções conforme apresentado abaixo:

Série de opções	Quantidade	Prazo de Carência	Preço de Exercício (1)	Volatilidade Esperada (2)	Dividendos Esperados (3)	Taxa Livre de Risco (4)	Preço de Aquisição
1-a	3.019.098	26/02/2022	15,04	36,20%	0,0%	13,96%	10,666416
1-b	653.241	26/02/2022	18,80	36,20%	0,0%	13,96%	9,877184
2-a	2.344.224	31/05/2023	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b	90.162	01/03/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b’	90.162	08/04/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b”	90.162	01/06/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-b”’	180.325	01/07/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-c	360.650	01/11/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192
2-c’	901.625	13/12/2024	10,64	8,42%	0,0%	5,37%	0,268192

(1) Definido pelo Conselho de Administração da Companhia.
(2) Volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.
(3) Não foi assumida distribuição de dividendos.
(4) Taxa “DI x pré” na data-base de 30/06/2016 para os planos 1-a e 1-b e data-base de 31/05/2018 para os planos 2-a, 2-b, 2-b’, 2-b”, 2-b”’, 2-c e 2-c’ segundo o site da B3, variável conforme o prazo de carência de cada opção.

O preço de exercício é a variável dentro de uma opção de compra de ações que permite vincular os objetivos da Companhia de médio e longo prazo com o valor desta opção. Assim, o preço de exercício foi determinado pelo Conselho de Administração com o intuito de estabelecer diferentes objetivos de crescimento, e por isso, diferentes preços de exercício foram estipulados, com base no histórico de performance da Companhia e perspectivas futuras de desempenho, levando em consideração, principalmente (i) a melhor estimativa de valor justo de mercado da Companhia quando da outorga do plano e (ii) estimativas de performance da Companhia para os anos subsequentes, de modo a alinhar os interesses dos administradores da companhia à performance de longo prazo da empresa.

A Companhia adotou como taxa livre de risco a taxa de juros real da economia (DI x IPCA), ou seja, a diferença entre a taxa de juros nominal e a projeção de IPCA, dado que o preço de exercício é constante. A taxa livre de risco adotada para cálculo do valor da opção de cada beneficiário levou em conta o prazo de vesting da referida opção – escolheu-se a taxa correspondente ao intervalo (em dias)

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

entre a data de outorga e a data de vesting. Para isso foram utilizadas as taxas publicadas para o mercado de swap da B3 para um período semelhante à expectativa de exercício das opções.

A definição do preço de exercício foi realizada pelo Conselho de Administração com o intuito de estabelecer diferentes objetivos de crescimento, e por isso, diferentes preços de exercício foram estipulados, com base no histórico de performance da Companhia e perspectivas futuras de desempenho, levando em consideração, principalmente (i) com base no patrimônio líquido da Companhia à época e (ii) estimativas de performance da Companhia para os anos subsequentes, de modo a alinhar os interesses dos administradores da Companhia à performance de longo prazo da empresa. Ressaltamos que a Companhia realizou um grupamento na proporção de 1 ação para 8 em 3 de fevereiro de 2020, o que alterou o número de ações e opções, de modo a dividir esse montante por 8, e o preço das ações e opções, de modo a multiplicar esse montante por 8, sem alteração nos valores patrimoniais da Companhia e de cada beneficiário do plano de opções. Deste modo, os preços de exercício definidos foram (a) R$15,04 para o plano 1-a, que equivale a 0,9x do valor patrimonial por ação na data-base de 30 de junho de 2016 (data em que foi feito o laudo contábil para os planos 1-a e 1-b), de 15,84 na data da outorga das opções; (b) R$18,80 para o plano 1-b, que equivale a 1,2x do valor patrimonial por ação na data-base de 30 de junho de 2016; (c) R$10,64 para os planos 2-a, 2-b, 2-b′, 2-b″, 2-b‴, 2-c e 2-c′, que equivale a 2,6x do valor patrimonial por ação, na data-base de 31 de maio de 2018 (data em que foi outorgado o plano 2), estimado em R$4,08 através do método de análise de múltiplos de empresas comparáveis de distribuição e varejo de produtos eletrônicos listadas no exterior.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Observado o disposto sobre a condição de exercício das Opções Vestidas estar condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez, as opções se tornarão antecipadamente exercíveis – tornando-se, portanto, Opções Vestidas – se verificada a ocorrência de uma Alienação, hipótese na qual a Companhia deverá notificar os Participantes em até 15 (quinze) dias antes da consumação da Alienação ("Fechamento") para que os Participantes notifiquem a Companhia, em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da referida notificação, manifestando seu desejo de exercer ou não as Opções Vestidas.

(i) Na hipótese de o Participante em questão desejar exercer as Opções Vestidas, deverá tomar todas as medidas necessárias a tal exercício, incluindo, mas não se limitando a subscrição e integralização das ações da Companhia decorrentes das Opções, no período compreendido entre a data da sua manifestação e 5 (cinco) dias antes do fechamento;

(ii) Na hipótese de o Participante em questão informar à Companhia que não deseja exercer suas Opções Vestidas – ou deixar de notificá-la dentro do prazo referido acima, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, suas respectivas Opções, ocasião em que o Participante perderá o investimento realizado na aquisição das Opções Vestidas.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia não tem informações sobre seu histórico de negociação de ações.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica foi incorporada.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Participações detidas por órgão

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Allied Tecnologia S.A.	155.725	1.226.920
Soudi Pagamentos Ltda.	0	1

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência privada a nenhum de seus colaboradores, incluindo os membros do conselho de administração e os diretores estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	3,92	3,17	5,00	5,17	4,58	5.00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,92	3,17	5,00	2,67	2,67	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	4.445.788,13	4.202.131,42	1.866.912,00	276.000,00	162.706,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	1.350.859,53	1.418.500,74	342.379,00	276.000,00	162.706,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	2.310.254,94	2.678.010,06	1.173.015,80	233.707,87	60.938,66	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social. O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 3 membros na Diretoria Estatutária. A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 13.2 acima.
31/12/2019	A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social. O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 02 membros na Diretoria Estatutária. A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 13.2 acima.
31/12/2018	A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social. O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 03 membros na Diretoria Estatutária. A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 13.2 acima.

Conselho de Administração	
31/12/2020	A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social. O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foi considerado 1 membro no Conselho de Administração. A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 13.2 acima.
31/12/2019	A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social. O cálculo da menor remuneração leva em consideração membros que exerceram o cargo durante 4 meses do exercício social, tendo em vista que nenhum membro remunerado exerceu o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foi considerado 01 membro no Conselho de Administração. A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 13.2 acima.
31/12/2018	A maior remuneração foi apurada sem qualquer exclusão de membros, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social. Os valores descritos se referem a membro que exerceu o respectivo cargo durante os 12 meses do exercício social. O cálculo da menor remuneração leva em consideração apenas membros que exerceram o cargo durante os 12 meses do exercício social (janeiro a dezembro). Na apuração do valor da menor remuneração individual foram considerados 02 membros no Conselho de Administração. A média da Remuneração, trata-se da soma da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração, dividida pela quantidade de membros remunerados informados no item 13.2 acima.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	N/A
31/12/2019	N/A
31/12/2018	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não existe qualquer tipo de arranjo contratual ou instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social encerrado em 31/12/2020	0%	0%	0%
Exercício social encerrado em 31/12/2019	0%	0%	0%
Exercício social encerrado em 31/12/2018	0%	0%	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, os nossos administradores não receberam qualquer remuneração da nossa Companhia que não atribuía a eles em contraprestação aos serviços prestados em razão do cargo que ocupam na Administração da nossa Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os administradores da Companhia não recebem e nem receberam nos últimos três últimos exercícios sociais qualquer remuneração de suas controladas ou de sociedades sob controle comum.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que incluiu a descrição dos planos de opção de compra de ações nesta Seção 13 exclusivamente por ser uma determinação da CVM. Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os planos de opção descritos abaixo não se enquadram como "remuneração", para quaisquer fins legais, uma vez que os planos de opção possuem características de um negócio jurídico exclusivamente mercantil.

Informações complementares ao item 13.2

A Companhia informa que a remuneração prevista para 2021 informada no item 13.2 é líquida de encargos sociais que são ônus do empregador (INSS). Nesse sentido, a Companhia informa que o total de encargos sociais previstos para 2021 são da ordem de R$347.394,60.

Com relação aos exercícios sociais de 2020 e 2021, a Companhia informa que os valores referentes aos encargos sociais estão informados no item 13.2 na linha "Outros", uma vez que foram reconhecidos na Nota Explicativa referente a transações com partes relacionadas (remuneração dos administradores).

Ainda, a Companhia esclarece que a remuneração total de R$ 9680.199,35 referente a 2020 informada no item 13.2 é menor do que a remuneração total de R$ 9.740.000,00 constante da Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 2020, uma vez que na Nota Explicativa foi considerada a remuneração do Comitê de Auditoria.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

a. Número de empregados

A Companhia encerrou o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e os exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018 com 1.891, 1.838, 1.677 e 1.449 funcionários, respectivamente. As tabelas abaixo detalham a quantidade de colaboradores por Estado e por função para os exercícios sociais de 2021, 2020, 2019 e 2018.

Atividades	31/12/2021															
	AL	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	PA	PR	RJ	RS	SC	SE	SP	Total
Administrativo					5						218				213	436
Diretoria/executivo											1				21	22
Especialista											39				35	742
Gerente											6				96	102
Operacional	3	4	4	5	3	4	95	23	4	78	155	7	5	4	760	1154
Supervisor					5						25				65	95
Técnico											4				4	8
Total Geral	**3**	**4**	**4**	**5**	**13**	**4**	**95**	**23**	**4**	**78**	**448**	**7**	**5**	**4**	**1.194**	**1.891**

Atividades	31/12/2020															
	AL	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	PA	PR	RJ	RS	SC	SE	SP	Total
Administrativo					2						228				186	**416**
Diretoria/executivo											3				19	**22**
Especialista											45				34	**79**
Gerente							5	1		1	9				95	**111**
Operacional	4	4	4	9	3	4	85	20	3	82	137	10	4	4	755	**1.128**
Supervisor					3						22				50	**75**
Técnico											2				5	**7**
Total Geral	**4**	**4**	**4**	**9**	**8**	**4**	**90**	**21**	**3**	**83**	**446**	**10**	**4**	**4**	**1.144**	**1.838**

Atividade	31/12/2019								
	DF	ES	MG	MS	PA	PR	RJ	SP	Total
Administrativo	-	3					134	171	308
Diretoria/executivo	-	-	-	-	-	-	7	15	22
Especialista	-	-	-	-	-	-	18	31	49
Gerente	-	-	7	1	-	-	9	90	107
Operacional	11	-	94	11	3	63	390	537	1109
Supervisor	1	5	1	-	-	1	27	36	71
Técnico	-	-	-	-	-	-	4	7	11
Total	**12**	**8**	**102**	**12**	**3**	**64**	**589**	**887**	**1.677**

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2018						
	DF	ES	GO	MG	RJ	SP	Total
Administrativo	-	1	4		124	227	356
Diretoria/executivo	-	-	-	-	7	14	21
Especialista	-	-	-	-	40	25	65
Gerente	-	-	4	-	23	117	144
Operacional	11	-	25	12	345	346	739
Supervisor	1	-	-	-	42	71	114
Técnico	-	-	-	-		10	10
Total	**12**	**1**	**33**	**12**	**581**	**810**	**1.449**

b. número de terceirizados

As tabelas abaixo apresentam a quantidade de funcionários de empresas de serviços terceirizados alocados nas operações da Companhia.

Atividade	30/09/2021								
	SP	RJ	ES	PE	PR	RS	MS	MG	Total
Segurança	7		5						15
Paisagismo	1								1
Copa									0
Recepção		1							1
Limpeza	38	15			5	0	1	7	61
Total	**41**	**16**	**8**		**5**	**0**	**1**	**7**	**78**

Atividade	31/12/2020							
	SP	RJ	ES	PR	RS	MS	MG	Total
Segurança	6		5					11
Copa + Recepção	1							1
Paisagismo		1						1
Limpeza	61	21		8	1	1	13	105
Total	**68**	**22**	**5**	**8**	**1**	**1**	**13**	**118**

Atividade	31/12/2019					
	SP	RJ	ES	PE	MG	Total
Segurança	4	-	5	-	-	9
Limpeza	46	18	-	-	2	66
Total	**50**	**18**	**5**	**0**	**2**	**75**

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2018					
	SP	RJ	DF	ES	GO	Total
Segurança	4	-	-	5	-	9
Limpeza	48	15	1	-	5	69
Total	**52**	**15**	**1**	**5**	**5**	**78**

c. índice de rotatividade

A construção do índice de rotatividade é feita tomando-se (i) o número total de funcionários desligados (voluntaria ou involuntariamente) ao longo de um exercício social completo e (ii) dividindo este valor pela média mensal de funcionários ativos durante o mesmo período.

30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
31,95%	57,37%	41,4%	42,7%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes - recursos humanos Ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia realizou duas aquisições relevantes, conforme descrições na seção 15.7, e expandiu de forma significativa suas operações no varejo físico, com pontos de venda em shoppings centers. O reflexo disso foram alterações relevantes nos quadros de recursos humanos da Allied.

Neste período, a Allied adquiriu a Wooza, atualmente parte da unidade de negócio *Online* da Allied. À época a Wooza possuía aproximadamente 420 funcionários.

Ainda entre 2020 e 2018, a Allied adquiriu uma rede de lojas com aproximadamente 250 funcionários, que foram 100% incorporados ao quadro atual.

Por fim, a Allied expandiu sua operação de varejo físico através da compra de pontos comerciais em shopping centers, que resultou na adição de aproximadamente 140 funcionários.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Remuneração como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração atrativa, compatível com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; remuneração de maneira meritocrática e alinhada aos resultados. A definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais apoia a transparência e a retenção dos talentos.

Em 2019, a Companhia realizou uma importante reestruturação da Política de Remuneração. O principal eixo desta reestruturação foi a adequação de cargos e salários às melhores práticas de mercado. A Companhia se apoiou em estudos realizados por uma das principais consultorias de remuneração no mercado brasileiro. Estes estudos trouxeram subsídios para o alinhamento de cargos e salários da Allied com outros cargos de mercado cujo escopo é similar e, adicionalmente, em empresas de segmentos correlatos aos que a Companhia atua.

Os salários dos funcionários são ajustados anualmente de acordo com os termos da Convenção Coletivas de Trabalho celebradas em cada região que a Companhia possui colaboradores. Além disso, existe um programa de meritocracia que ocorre duas vezes ao ano, nos meses de março e setembro, cujo objetivo é reconhecer o bom desempenho, o potencial e o comprometimento de colaboradores selecionados durante o período avaliado. Para decidir os colaboradores que serão agraciados com o programa de meritocracia, a Companhia utiliza ferramentas de avaliação por competências, de forma a tornar a decisão menos subjetiva e mais analítica.

Em adição aos salários, há na Companhia duas formas diferentes de remunerações variáveis. São elas:

(a) Para equipes comerciais: remuneração variável baseada no atingimento de metas individuais mensais.

(b) Para todos os funcionários: Programa de Participação em Resultados, que por sua vez possui dois tipos de enquadramento:

   a. Baseado somente em metas globais da companhia, usualmente EBITDA, e aplicável, na maior parte dos casos, em cargos que não são de liderança ou de gestão de equipes.

   b. Baseado em metas globais da companhia, usualmente EBITDA, e também em metas individuais. Na maior parte dos casos, esta modalidade do Programa de Participação em Resultados é direcionada para cargos de liderança ou de gestão de equipes.

Em ambos os casos, o Programa de Participação em Resultados possui um mecanismo de remuneração baseado em múltiplos de salários do funcionário, variando de acordo com o cargo. A Companhia acredita que estes programas de remuneração variável incentivam o alinhamento de todo o corpo de funcionários com os objetivos estratégicos da Companhia e criam um ambiente convergente aos desafios de negócio.

b. política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Os colaboradores são elegíveis aos benefícios concedidos de acordo com o cargo atual e convenções coletivas. São eles:

i. ***Assistência Médica e Odontológica:*** A Companhia oferece aos colaboradores e seus dependentes legais a assistência médica e odontológica administrada por uma rede de serviços de saúde qualificada e credenciada pela empresa, buscando atender todas as localidades onde os colaboradores estão alocados. Para o plano odontológico, o colaborador escolhe o tipo de plano que irá fazer adesão de forma opcional. Para o plano de Assistência médica, existe definição de categoria do plano para cada cargo.

ii. ***Vale Refeição ou Vale Alimentação:*** Todos os colaboradores têm opção de escolher o que melhor se enquadra ao seu interesse. O valor é o mesmo para os dois casos, porém se o colaborador optar por cartão de vale alimentação, deve utilizar em redes de mercados, ou se for vale refeição, para utilização prioritária em restaurantes. O valor é determinado de acordo com cada região ou CNPJ e é baseado em resultados de pesquisa de mercado com empresa especializada.

iii. ***Desconto em compras no site da Empresa (EPP):*** existe uma plataforma digital de compras direcionada aos colaboradores, com preços promocionais dos produtos vigentes no portfólio da Allied.

iv. ***Convênio farmácia:*** a Companhia tem convênio com a empresa YEX, na qual os colaboradores têm descontos na compra de medicamentos em farmácias conveniadas.

v. ***Seguro de Vida:*** 100% dos colaboradores estão cobertos pelo Seguro de saúde em grupo. Este benefício é totalmente subsidiado pela empresa. Além do respaldo financeiro à família, é oferecido auxílio-funeral.

vi. ***Vale Transporte:*** O Vale transporte é garantido aos colaboradores que fizerem a opção deste benefício. A empresa se reserva ao desconto de 6% do salário, de acordo com a legislação, limitado ao valor do Vale transporte pago.

vii. ***Cartão de Natal:*** Em dezembro, cada colaborador recebe um valor simbólico através de créditos no Vale Refeição ou Vale Alimentação, ou, ainda, através de um cartão de crédito pré-pago.

viii. ***Cartão de Aniversário:*** Na data de aniversário, cada colaborador recebe um cartão-presente com valor pré-pago que pode ser utilizado em diversos estabelecimentos.

ix. ***Convênio para atividades esportivas:*** a Companhia oferece aos colaboradores um programa de convênio com academias e outros centros de atividades esportivas.

x. ***Quadra de futebol:*** periodicamente a Companhia aluga horas de uma quadra de futebol próxima ao escritório administrativo em São Paulo, para que os colaboradores que tiverem interesse na prática do futebol, montando times e torneios.

xi. ***Gympass:*** A Companhia oferece aos seus colaboradores o acesso a academias, entre outros, através da plataforma Gympass. A adesão é opcional e o colaborador escolhe o tipo de plano.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possui plano de opções de ações para os empregados, exceto grupos já demonstrados anteriormente.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os colaboradores da Companhia são representados, na sua maioria, pelo Sindicato dos Comerciários de cada município e região que a empresa atua. A Companhia sempre prezou por um relacionamento com os sindicatos baseado na transparência. A Companhia sempre cumpriu todas as solicitações e não há casos de greves, manifestações ou quaisquer tipos de paralizações no trabalho durante toda a história da Allied.

Sindicato	Data Base	Base Territorial	Categoria
SIND DOS COMERCIARIOS DE SAO PAULO	Setembro	SAO PAULO	Comércio
SIND DOS EMPREG DO COM DE JUNDIAI	Setembro	JUNDIAI	Comércio
SIND DOS EMP NO COM DO RIO DE JANEIRO	Maio	RIO DE JANEIRO	Comércio
SIND DOS EMP DO COM DE DUQUE DE CAXIAS	Janeiro	DUQUE DE CAXIAS	Comércio
SIND DOS EMPR NO COM DE SANTO ANDRE	Outubro	SANTO ANDRE	Comércio
SIND DOS EMPR COMERCIO DE NITEROI	Março	NITEROI	Comércio
SIND EMP DO COM DE SAO JOSE DO RIO PRETO	Setembro	SAO JOSE DO RIO PRETO	Comércio
SIND DOS EMPR NO COM DE BAURU	Setembro	BAURU	Comércio
SIND DOS EMPR NO COM DE CAMPINAS	Setembro	CAMPINAS	Comércio
SIND DOS EMP NO COM DE PIRACICABA	Setembro	PIRACICABA	Comércio
SIND EMP NO COM DE PRESIDENTE PRUDENTE	Setembro	PRESIDENTE PRUDENTE	Comércio
SIND EMP DO COM DE SAO JOSE DOS CAMPOS	Setembro	SAO JOSE DOS CAMPOS	Comércio
SIND DOS EMP DO COM DE SOROCABA	Setembro	SOROCABA	Comércio
SIND EMPREG COMERCIO DE GUARULHOS	Outubro	GUARULHOS	Comércio
SIND DOS EMPREG COMER DE RIBEIRAO PRETO	Setembro	RIBEIRAO PRETO	Comércio
SIND TRAB. COMERCIO NOVA IGUACU	Maio	NOVA IGUACU	Comércio
SIND DOS EMP COM DE SAO JOAO DO MERITI	Novembro	DUQUE DE CAXIAS	Comércio
SIND DOS EMPREG NO COMERCIO DE MARILIA	Setembro	MARILIA	Comércio
SIND EMPREG NO COM DE OSASCO E REGIAO	Setembro	OSASCO	Comércio
SIND COMER ATAC DISTR ESPIRITO SANTO	Novembro	VITORIA	Comércio
SIND COMERCIO VAREJISTA ESTADO GOIAS	Abril	GOIANIA	Comércio
SIND EMPREG COMERCIO DISTRITO FEDERAL	Maio	BRASILIA	Comércio
SIND COMERCIO VAREJISTA CAMPO GRANDE	Novembro	CAMPO GRANDE	Comércio
SIND EMPREG COMERCIO DE SANTOS	Outubro	SANTOS	Comércio
SIND DOS EMP NO COMER DE GUARATINGUETA	Setembro	GUARATINGUETA	Comércio
SIND EMPREG COMER ARACATUBA	Setembro	ARACATUBA	Comércio
SIND EMPREG COMER ARARAQUARA	Setembro	ARARAQUARA	Comércio
SIND EMPRE COMER BELO HORIZONTE E REGIAO	Março	BELO HORIZONTE	Comércio
SIND EMPREG COMER CONTAGEM	Julho	CONTAGEM	Comércio
SIND EMPREG COMER FRANCA	Setembro	FRANCA	Comércio
SIND EMPREG COMER ITU E REGIAO	Setembro	ITU	Comércio
SIND EMPREG COMER IPATINGA	Outubro	IPATINGA	Comércio
SIND EMPREG COMER JUIZ DE FORA	Junho	JUIZ DE FORA	Comércio
SIND EMPREG COMER LIMEIRA	Setembro	LIMEIRA	Comércio
SIND EMP COMER MOGI DAS CRUZES E REGIAO	Setembro	MOGI DAS CRUZES	Comércio
SIND EMPREG COMER MOGI GUACU	Outubro	MOGI GUACU	Comércio
SIND EMPREG COMER MONTES CLAROS	Janeiro	MONTES CLAROS	Comércio
SIND EMPREG COMER SAO CARLOS E REGIAO	Setembro	SAO CARLOS	Comércio
SIND EMPREG COMER RIO CLARO	Setembro	RIO CLARO	Comércio
SIND EMPREG COMER STA BARBARA D OESTE	Setembro	SANTA BARBARA D OESTE	Comércio
SIND EMPREGADOS COMER TAUBATE	Setembro	TAUBATE	Comércio
SIND EMPREG COMERCIO DE MACAE	Agosto	MACAE	Comércio

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Sindicato	Data Base	Base Territorial	Categoria
SIND EMPREGADOS NO COMERCIO DE CURITIBA	Março	CURITIBA	Comércio
SIND DO COMERCIO DE SAQUAREMA	Maio	CABO FRIO	Comércio
SIND TRAB. NO COMERCIO DE BELEM	Setembro	BELEM	Comércio
SIND DO COMER DE UBERLANDIA	Dezembro	UBERLANDIA	Comércio
SIND DOS EMPRE NO COMERCIO CAXIAS DO SUL	Julho	CAXIAS DO SUL	Comércio
SIND EMPREGADOS NO COMERCIO DE BARRETOS	Setembro	BARRETOS	Comércio
SIND DO COMERCIO DE PORTO ALEGRE	Novembro	PORTO ALEGRE	Comércio
SIND DOS EMPREGAGOS NO COMERCIO DE JAU	Setembro	JAU	Comércio
SIND DOS EMPR NO COMERCIO DE BRAGACA PTA	Setembro	BRAGANCA PAULISTA	Comércio
SIND COMERCIO RIO GRANDE DO NORTE	Abril	NATAL	Comércio
SIND DO COMERCIO DE SALVADOR	Março	SALVADOR	Comércio
SIND DO COMERCIO DE ANGRA DOS REIS	Março	REIS	Comércio
SIND DO COMERCIO DE SERGIPE	Janeiro	SERGIPE	Comércio
SIND DO COMERCIO DE JACAREI	Setembro	JACAREI	Comércio
SIND DO COMERCIO DE MACEIO	Novembro	MACEIO	Comércio
SIND DO COMERCIO DE COTIA	Setembro	COTIA	Comércio
SIND DO COMERCIO DE MARINGA	Junho	MARINGA	Comércio
SIND COMERCIO DE POUSO ALEGRE E REGIAO	Janeiro	POUSO ALEGRE	Comércio
SIND DO COMERCIO DE RECIFE E REGIAO	Julho	RECIFE	Comércio
SIND COMERCIO DE TRES LAGOAS	Novembro	TRES LAGOAS	Comércio
SIND DO COMERCIO DE BLUMENAU	Agosto	BLUMENAU	Comércio
SIND DO COMERCIO VAREJISTA LONDRINA	Março	LONDRINA	Comércio
SIND DOS EMPREG NO COM DE PONTA GROSSA	Maio	PONTA GROSSA	Comércio
SIND COM VAREJISTA DE ATIBAIA	Setembro	ATIBAIA	Comércio
SIND EMPR COMERCIO DE CARAGUATATUBA	Setembro	CARAGUATATUBA	Comércio
SIND EMPRE NO COM FRANCO DA ROCHA	Setembro	FRANCO DA ROCHA	Comércio
SIND TRAB COMERCIO DE LORENA	Setembro	LORENA	Comércio
SIND DOS EMPRE NO COMERCIO DE FORTALEZA	Janeiro	FORTALEZA	Comércio
SIND DOS EMPR NO COMERCIO DE BETIM	Janeiro	BETIM	Comércio
SIND DOS EMP NO COM DE POCOS DE CALDA	Janeiro	POCOS DE CALDA	Comércio
SIND DOS EMPR NO COM DE CAMPOS DOS GOYTA	Novembro	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Comércio
SIND DOS EMPREG NO COM DE VOLTA REDONDA	Junho	VOLTA REDONDA	Comércio
SIND DOS EMPREG NO COM VAR RESENDE E ITATIAIA	Abril	DE RESENDE E ITATIAIA	Comércio
SIND DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JOINVILLE	Maio	JOINVILLE	Comércio

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
21.204.122/0001-70	brasileira	Não	Sim	01/12/2021	
44.173.806	47,386	0	0,000	44.173.806	47,386

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
21.204.079/0001-42	Brasileira	Não	Sim	01/12/2021	
16.773.038	17,993	0	0,000	16.773.038	17,993

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Marcelo Radomysler					
085.949.598-18	Brasileira	Não	Não	01/12/2021	
6.448.258	6,917	0	0,000	6.448.258	6,917

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
OUTROS					
15.796.200	16,945	0	0,000	15.796.200	16,945
Ricardo Radomysler					
134.343.948-50	brasileira	Não	Não	01/12/2021	
10.029.280	10,759	0	0,000	10.029.280	10,759
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
93.220.582	100,000	0	0,000	93.220.582	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	08/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	6
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	2

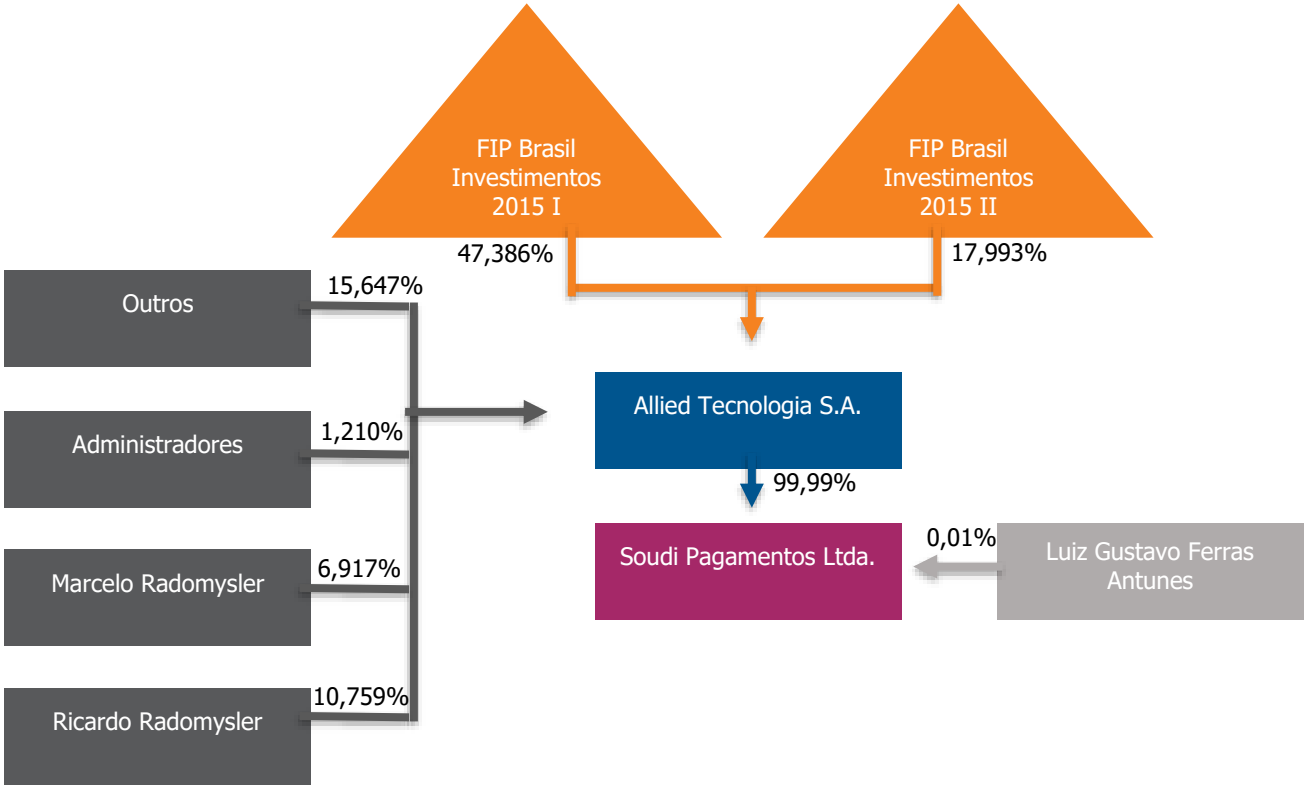
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	32.273.738	34,621%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	32.273.738	34,621%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável. O Acordo de Acionistas da Companhia foi extinto em 09 de abril de 2021, tendo em vista a realização da oferta pública inicial de ações que resultou na listagem e negociação de suas ações no Novo Mercado da B3.

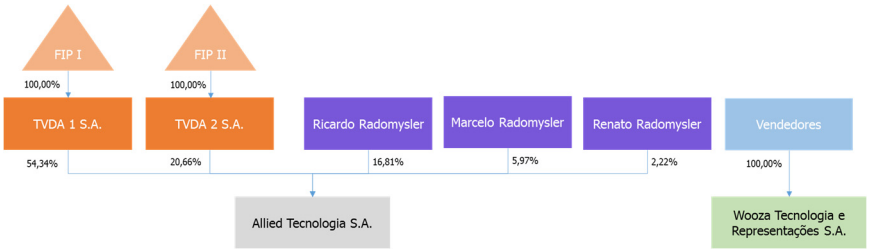
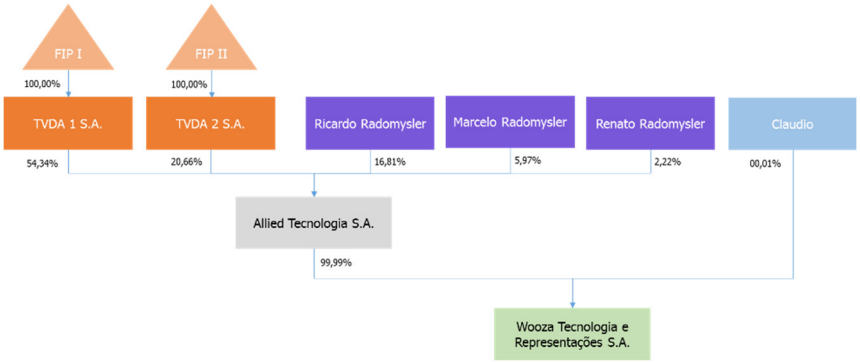
15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

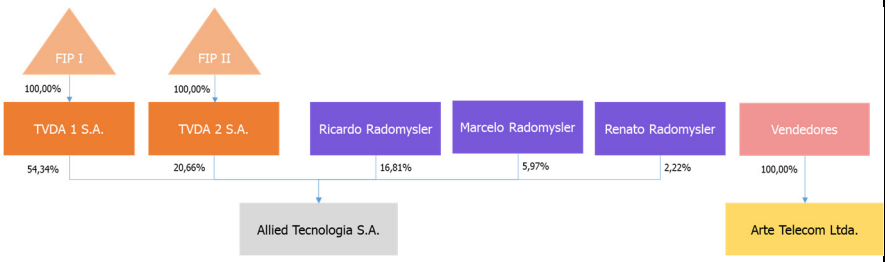
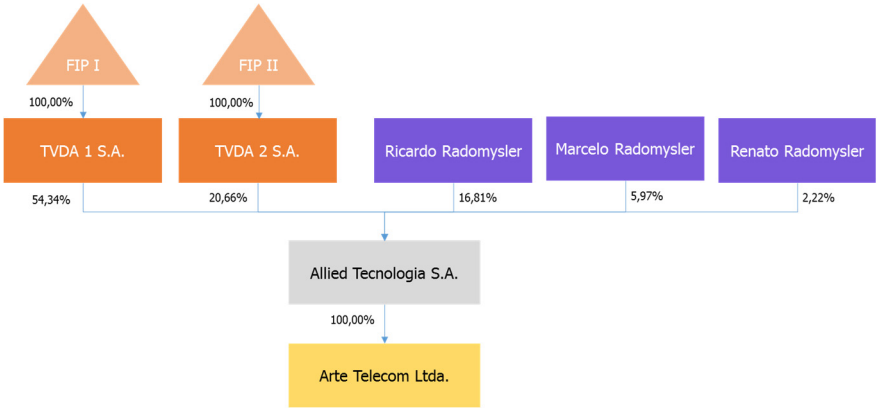
Não aplicável pois não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

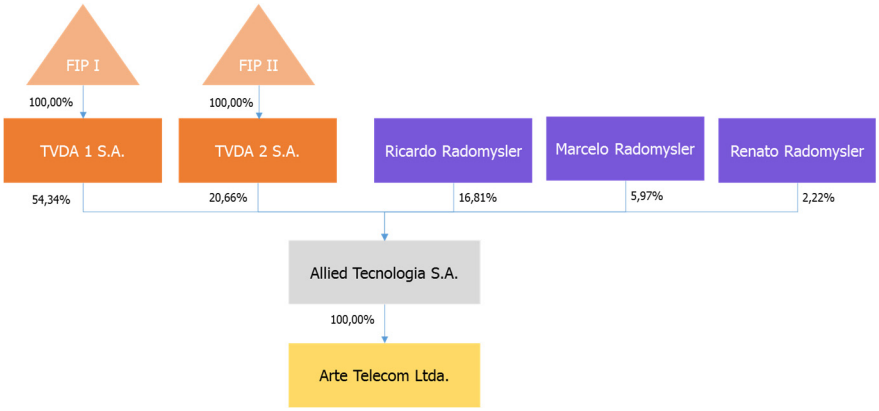
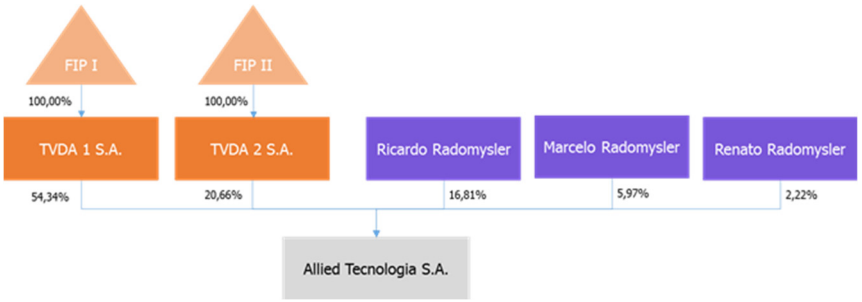
15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	**Aquisição de Participação Societária na Wooza Tecnologia e Representações S.A.**
(b) principais condições do negócio	A Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com os acionistas da Wooza Tecnologia S.A., em 28 de dezembro de 2017, por meio do qual adquiriu 100% das ações ordinárias de emissão da Wooza, sendo que Claudio Adriani Caetano de Souza ("Claudio") permaneceu com a titularidade de uma ação preferencial de emissão da Wooza, resgatável a qualquer momento a partir de 01.01.2020.
(c) sociedades envolvidas	Claudio, Carlos Mario Gomes de Almeida, Débora Pereira da Silva Fontes, Bruno Miscow Pauletti, Leonardo Miscow Pauletti, Giancarlo Miscow Pauletti, Sérgio de Moraes Dias, Celso Colombo Neto, Rodin Spielmann de Sá, Marcos Queiroz Monteiro, Sérgio Marcos Monteiro Júnior, Sérgio Marcos Monteiro, Wanessa Martins Barcellos Maia Furtado, Meyla Batista de Araújo, Anderson Moreira da Silva, Márcio Soares Monteiro, Gustavo Falquer Pessanha, Marcos Aurélio Albuquerque Jannechevitz, José Mauro Dias Motta (em conjunto denominados "Vendedores"), Allied Tecnologia S.A., Wooza Tecnologia e Representações S.A. e Wooza Ventures Participações S.A.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes:  Depois: 
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, o qual foi aprovado por todos os seus acionistas.

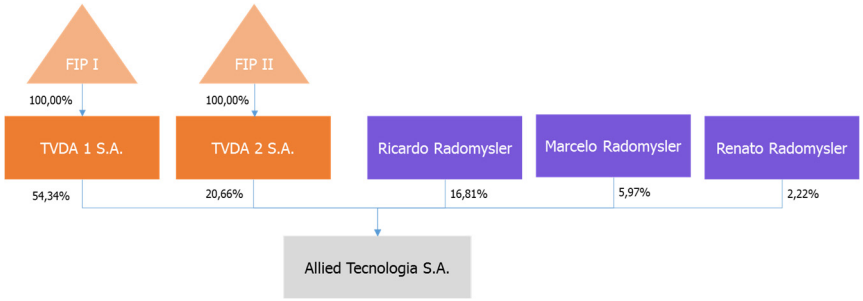
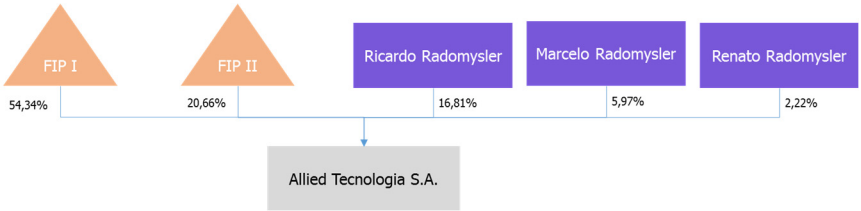
15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	**Aquisição de Participação Societária na Arte Telecom Ltda.**
(b) principais condições do negócio	A Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas com os quotistas da Arte Telecom Ltda., em 26 de abril de 2018, por meio do qual adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Arte Telecom.
(c) sociedades envolvidas	Lucas Guillen Bueno, Ronaldo Bueno, Rosemary Martins Guillen Bueno (em conjunto denominados "Vendedores"), Allied Tecnologia S.A. e Arte Telecom Ltda.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes:  Depois: 
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação ratificada pelo Conselho de Administração

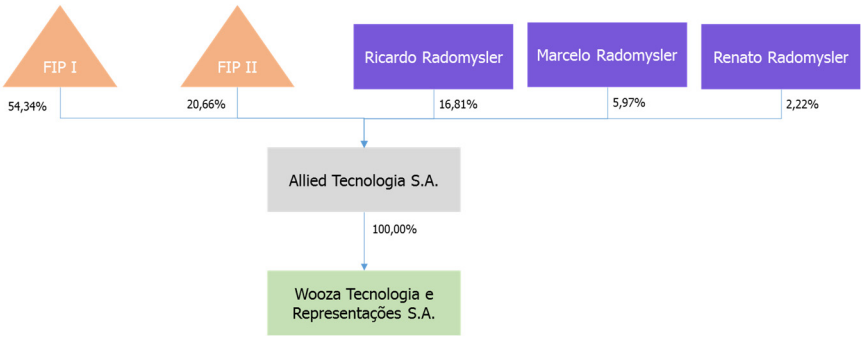
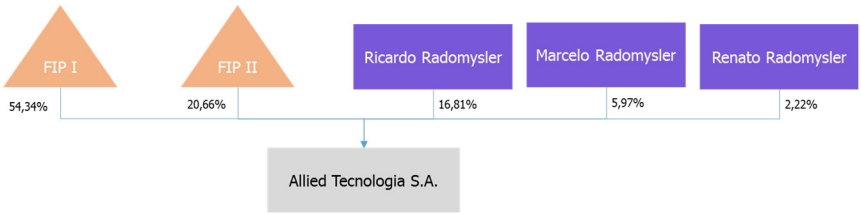
15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	**Incorporação da Arte Telecom Ltda.**
(b) principais condições do negócio	Em 02 de janeiro de 2019, a Companhia incorporou a Arte Telecom Ltda., sua subsidiária integral ("Arte Telecom" e "Incorporação", respectivamente), a qual possuía um patrimônio líquido de R$ 15.338.795,49. Todas as quotas de emissão da Arte Telecom foram canceladas em decorrência da Incorporação, sendo que a versão do patrimônio líquido da Arte Telecom para a Companhia não acarretou no aumento do capital social da Companhia, já que (i) a Companhia era titular de 100% do capital social da Arte Telecom; (ii) os elementos patrimoniais representativos da participação da Companhia na Arte Telecom já estão registrados nos acervos da Companhia; e (iii) a totalidade das quotas da Arte Telecom foram extintas, nos termos do artigo 226, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 1.118 da Lei nº 10.406/02. A Incorporação integra o processo de reorganização societária do grupo do qual a Companhia e a Arte Telecom fazem parte, que tem por objetivo simplificar a sua estrutura societária, de forma que os acionistas da Companhia passem a deter participação direta na Arte Telecom.
(c) sociedades envolvidas	Allied Tecnologia S.A. e Arte Telecom Ltda.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes:  Depois: 
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	**Incorporação da TVDA Participações 1 S.A. e da TVDA Participações 2 S.A.**
(b) principais condições do negócio	Em 01 de julho de 2019, a Companhia incorporou a TVDA Participações 1 S.A. ("TVDA 1") e a TVDA Participações 2 S.A. ("TVDA 2"), suas controladoras ("Incorporação"), as quais possuíam patrimônios líquidos de R$ 522.760.506,46 e R$ 198.700.549,04, respectivamente. A Incorporação não acarretou o aumento do capital social da Companhia, a emissão de valores mobiliários pela Companhia ou a alteração das participações dos seus acionistas no capital social da Companhia. Com a implementação da Incorporação, a totalidade das ações detidas por TVDA 1 e TVDA 2 foram transferidas para o FIP I e FIP II. Como resultado da Incorporação, a TVDA 1 e a TVDA 2 foram extintas e a Companhia as sucedeu em todos os seus bens, direitos, créditos, débitos, deveres e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404/76. A Incorporação integra o processo de reorganização societária do grupo do qual a Companhia, TVDA 1 e TVDA 2 fazem parte, que tem por objetivo simplificar a sua estrutura societária, mediante redução de custos, de forma que os acionistas da TVDA 1 e da TVDA 2 passaram a deter participação direta na Companhia.
(c) sociedades envolvidas	Allied Tecnologia S.A, TVDA Participações 1 S.A., TVDA Participações 2 S.A., Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após a Incorporação, FIP I e FIP II ingressaram no quadro societário da Companhia, passando a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia anteriormente detidas por TVDA I e TVDA II, respectivamente.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes:  Depois: 
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	**Incorporação da Wooza Tecnologia e Representações S.A.**
(b) principais condições do negócio	Em 01 de janeiro de 2020, a Companhia incorporou a Wooza Tecnologia e Representações S.A., sua subsidiária integral ("Wooza" e "Incorporação", respectivamente), a qual possuía um patrimônio líquido de R$ 22.039.449,34 (vinte e dois milhões, trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos). A Incorporação não acarretou o aumento do capital social da Companhia, a emissão de valores mobiliários pela Companhia ou a alteração das participações dos seus acionistas no capital social da Companhia, já que (i) a Allied Tecnologia era titular de 100% (cem por cento) do capital social da Wooza; (ii) os elementos patrimoniais representativos da participação da Allied Tecnologia na Wooza já estão registrados nos acervos da Allied Tecnologia, e (iii) a totalidade das ações da Wooza foram extintas, nos termos do artigo 226, Parágrafo 1° da Lei das Sociedades por Ações. Como resultado da Incorporação, a Wooza foi extinta e a Companhia a sucedeu em todos os seus bens, direitos, créditos, débitos, deveres e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404/76. A Incorporação integra o processo de reorganização societária do grupo do qual a Companhia e a Wooza fazem parte, que tem por objetivo simplificar a sua estrutura societária, mediante redução de custos.
(c) sociedades envolvidas	Allied Tecnologia S.A e Wooza Tecnologia e Representações S.A.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes:  Depois: 
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Ausência de controle no FIP Brasil I e II

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o FIP Brasil I e II, não possuem um cotista que os controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

As principais decisões evolvendo os Fundos são tomadas pelos respectivos Comitês de Investimentos do FIP Brasil I e II, ambos compostos pelo Sr. Michael Ristaino. Por fim, a Companhia informa que a BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., gestora dos Fundos, é sociedade devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, contratada pela Advent International Corporation.

Doação de ações

Na data de 3 de fevereiro de 2020, o acionista Ricardo Radomysler doou 13.726.770 ações para Marcelo Radomysler e 13.726.770 ações para Renato Radomysler, de forma que a estrutura societária ficou refletida no item 15.1/2.

Além das informações expostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 15 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política") que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de julho de 2020, e visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de Condições de Mercado (conforme definido na Cláusula 2.3), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, a despeito do montante e de ter sido realizada dentro do curso normal dos negócios, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e da Política.

Na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável, deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às Condições de Mercado. Em sua análise, deverão observar os seguintes pontos:

(i) se há motivos claros que justifiquem a realização da Transação com a Parte Relacionada;

(ii) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;

(iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;

(iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;

(v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e

(vi) a observância aos princípios e regras desta Política.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

(i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e

(ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):

(a) aos administradores e membros dos conselhos fiscal, se instalado, ou administrativo ou comitês, estatuários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

(b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e

(c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

Adicionalmente, é vedada a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia. Não obstante, na hipótese de qualquer membro do Conselho de Administração ter conflito de interesses com a Companhia em discussões de contratação com Partes Relacionadas, este membro será impedido de participar das discussões relacionadas a tal contratação.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.	12/04/2016	36.844.174,43	810.000.00	36.844.174,43	indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Empresa sob controle indireto comum
Objeto contrato	Acordo de fornecimento de mercadorias para revenda, pela Companhia, ao grupo econômico da WMB.
Garantia e seguros	
Rescisão ou extinção	
Natureza e razão para a operação	A Allied é uma Distribuidora de produtos eletrônicos que vende produtos adquiridos dos Fabricantes, para empresas do setor de Varejo. O Walmart é um importante varejista de presença nacional e que vende produtos ao consumidor final que fazem parte do portifólio da Allied. Disto surge a relação comercial entre as partes. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

Soudi Pagamentos Ltda.	06/01/2021	2.621.519,58	480.619,59	2.621.519,58	indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Controlada
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas. O critério de rateio observará a realização de controle escrito de horas despendidas por cada empregado em favor da SOUDI, apurado periodicamente. O contrato não prevê limite de horas. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	Regulação do repasse de recursos financeiros da, com a finalidade de reembolsar a ALLIED dos valores por ela despendidos na manutenção das atividades administrativas.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

Soudi Pagamentos Ltda.	01/10/2019	67.085.434,58	23.452.991,26	67.085.434,58	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Controlada
Objeto contrato	Vendas realizadas pela Soudi nas lojas físicas Samsung

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de parceria comercial para oferta de produtos, por meio do qual a Soudi disponibiliza aos clientes da Allied através de um cartão de crédito digital, que permite ao cliente adquirir bens ou serviços nas lojas Allied. O valor do contrato é variável e corresponde ao valor do bem ou serviço adquirido pelo cliente, deduzida as taxas e tarifas constantes no contrato. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/092021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda.	08/08/2021	96.134,38	96.134,38	96.134,38	Até 31/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de conversível em ações. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda.	09/08/2021	94.703,51	94.703,51	94.703,51	Até 31/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de conversível em ações. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda.	19/08/2021	57.356,17	57.356,17	57.356,17	Até 31/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de conversível em ações. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda.	23/08/2021	40.986,77	40.986,77	40.986,77	Até 31/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contrato de conversível em ações. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda.	31/08/2021	76.104,39	76.104,39	76.104,39	Até 31/12/2021.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	N/A.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de conversível em ações. O montante apresentado no campo saldo existente refere-se ao saldo em aberto em 30/09/2021.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia implementou a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 27 de julho de 2020.

Conforme informado no item 16.1, os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Com a ciência da informação o Departamento Jurídico da Companhia elabora um parecer para informar a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia se tal transação informada se configura como uma operação com conflito de interesse.

Caso o parecer do Departamento Jurídico traga a informação que tal transação configura um conflito de interesse, a Diretoria da Companhia e o Conselho de Administração averiguará a procedência a informação e aprovará ou não, com base em suas convicções e de posse de todas as informações disponíveis, a contratação com partes relacionadas.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Por meio de sua Administração, a Companhia atua de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas deverão ser integralmente observadas.

Fornecimento de mercadorias de tecnologia para revenda:

A Companhia possui como prática analisar, ao final de cada exercício social, todos os seus canais de venda de acordo com a segmentação de seus clientes. Assim, determina metas de rentabilidade para cada grupo e acompanha a rentabilidade mensalmente. A rentabilidade é definida com base no porte e região em que dos clientes de cada grupo.

A Companhia firmou contrato com o Walmart para estabelecimento de lojas *store in store* no Sam's Club, em que buscou explorar players do mercado que poderiam ter sinergia com o modelo *store in store*. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha contratos para operações Store in Store com 3 clientes além do Sam's Club sendo que, das 107 operações Stores in Store nesta data, 34 eram no Sam's Club. O contrato com o Walmart foi celebrado nos mesmos termos e condições das demais operações Store in Store, tendo observado os critérios da Companhia para a realização de uma transação de caráter comutativo.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Contratos de Mútuo e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No que se refere aos contratos de mútuo e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) celebrados entre a Companhia – na qualidade de credora – e sua controlada BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda – M3 ("BrUsed") – na qualidade de tomador, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que as condições desses contratos são comutativas e não indicam vantagem, benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas ou a quaisquer outras partes e terceiros, incluindo os seus acionistas à época.

Para a celebração desta modalidade contratual a Companhia seguiu procedimentos internos usuais para operações envolvendo baixo valor, como é o caso dos contratos em questão.

Os empréstimos e AFAC foram feitos no contexto da aquisição estratégica da BrUsed pela Companhia, divulgada através dos comunicados ao mercado de 30 de agosto e 01 de novembro de 2021, a qual buscou alinhar a Companhia com o direcionamento estratégico no mercado brasileiro de aparelhos recertificados. Os referidos contratos tiveram o intuito de permitir a continuidade do curso normal dos negócios da BrUsed no contexto de tal aquisição, se inserindo, portanto, no planejamento de negócios da Companhia, por garantirem o funcionamento de ativo que passou a agregar valor às atividades da Companhia. De fato, a aquisição dessa controlada faz parte do plano de crescimento da Companhia por acelerar o desenvolvimento interno de sistemas e processos necessários à operação de aparelhos recertificados e agrega um canal adicional de captação e vendas para esta linha de negócio.

Por fim, ressalta-se que, conforme descrito no item 16.2 acima, os contratos são conversíveis em ações e os montantes envolvidos nos contratos foram capitalizados em 30 de dezembro de 2021, mediante a subscrição de 800.000 (oitocentas mil) quotas da BrUsed pela Companhia. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência não há qualquer salvo devedor em aberto decorrente dessas operações.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
01/12/2021	1.021.574.733,95	Não aplicável	93.220.582	0	93.220.582
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
01/12/2021	1.021.574.733,95	Não aplicável	93.220.582	0	93.220.582
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
01/12/2021	1.021.574.733,95	Não aplicável	93.220.582	0	93.220.582
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
01/09/2021	1.021.383.815,33	Não aplicável	100.000.000	0	93.203.582

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
08/09/2020	Reunião da Administração	08/09/2020	13,676,826.24	Subscrição particular	1,285,416	0	1,285,416	1.76991030	10.64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

22/02/2021	Reunião da Administração	22/02/2021	8,862,556.98	Subscrição particular	793,674	0	793,674	0.00996807	11.16	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

08/04/2021	Reunião da Administração	08/04/2021	180,000,000.00	Subscrição pública	10,000,000	0	10,000,000	0.22633521	18.00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado por meio de Procedimento de Bookbuilding.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

14/04/2021	Reunião da Administração	14/04/2021	746,097.90	Subscrição particular	69,280	0	69,280	1.00076501	10.78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

11/05/2021	Reunião da Administração	11/05/2021	8,795,160.00	Subscrição particular	488,620	0	488,620	0.00901118	18.00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado por meio de Procedimento de Bookbuilding.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

29/06/2021	Reunião da Administração	29/06/2021	4,204,401.76	Subscrição particular	385,333	0	385,333	0.00426920	10.91	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/06/2021	Reunião da Administração	29/06/2021	8,513,170.98	Subscrição particular	394,624	0	394,624	0.00864438	21.57	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

29/06/2021	Reunião da Administração	29/06/2021	561,507.63	Subscrição particular	20,719	0	20,719	0.00057016	27.10	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

01/09/2021	Reunião da Administração	01/09/2021	14,043,695.56	Subscrição particular	634,963	0	634,963	0.01407042	22.12	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

01/09/2021	Reunião da Administração	01/09/2021	575,608.93	Subscrição particular	20,719	0	20,719	0.00057670	27.78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

01/09/2021	Reunião da Administração	01/09/2021	8,663,583.72	Subscrição particular	774,015	0	774,015	0.00868007	11.19	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

01/12/2021	Conselho de Administração	01/12/2021	190,918.62	Subscrição particular	17,000	0	17,000	0.00018692	11.23	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos instrumentos particulares de outorga de opção de compra de ações celebrados com cada um dos participantes.

Forma de integralização À vista, no momento da subscrição e em moeda corrente nacional.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
03/02/2020	636,973,080	0	636,973,080	79,621,635	0	79,621,635

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve redução do capital social da Companhia.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Em 19 de outubro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, os acionistas aprovaram a aquisição, pela Companhia, e o posterior cancelamento, sem redução do capital social de 1.285.416 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que foram subscritas e integralizadas pelos Participantes do Plano por meio do exercício das suas opções de compra de ações, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2020 ("RCA 08/09/2020"), pelo respectivo valor integralizado por cada um dos Participantes, mediante débito do mesmo valor em reserva de capital.

A recompra e posterior cancelamento foram realizados em razão do cancelamento do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme aprovado pela RCA de 08/09/20.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social.
Outras características relevantes	As ações ordinárias da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	397.872.520	37,39	16,32	R$ por Unidade	20,98
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	959.706.382	18,74	37,15	R$ por Unidade	28,02

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão
Data de emissão	25/12/2019
Data de vencimento	25/12/2024
Quantidade	350.000
Valor total	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	345.818.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O valor a ser pago pelo resgate de cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado total, dos Encargos Moratórios, se for o caso, e de um prêmio flat incidente sobre tal montante, conforme tabela descrita na respectiva escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado, dentre outros: (i) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 1(um) Dia útil contado da data do respectivo inadimplemento; (ii) utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em destinação diversa daquela prevista na escritura; (iii)invalidade, nulidade ou inexequibilidade da Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou quaisquer das disposições de referidos instrumentos, mediante decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Emissora por meio das medidas legais aplicáveis no (a) prazo legal, quando houver, ou (b) na ausência de prazo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ciência da Emissora sobre tal invalidade, nulidade ou inexequibilidade.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente com aprovação de no mínimo de 90% das debêntures em circulação
Outras características relevantes	O saldo devedor em aberto da debênture é o saldo em 30 de setembro de 2021. As características relevantes estão acima descritas.

Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão
Data de emissão	26/12/2018
Data de vencimento	26/12/2021
Quantidade	160.000
Valor total	160.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	19.823.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O valor a ser pago pelo resgate de cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Decorrente da Oferta; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado, dentre outros: (i) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 1(um) Dia útil contado da data do respectivo inadimplemento; (ii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta escritura; (iii)invalidade, nulidade ou inexequibilidade da Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou quaisquer das disposições de referidos instrumentos, mediante decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Emissora por meio das medidas legais aplicáveis no (a) prazo legal, quando houver, ou (b) na ausência de prazo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ciência da Emissora sobre tal invalidade, nulidade ou inexequibilidade.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Somente com aprovação de no mínimo de 75% das debêntures em circulação
Outras características relevantes	O saldo devedor em aberto da debênture é o saldo em 30 de setembro de 2021. As características relevantes estão acima descritas.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	4

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações de emissão da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código ALLD3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Abaixo apresentamos as emissões públicas realizadas pela Companhia no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

3ª Emissão de Debêntures

Em 26 de dezembro de 2018 a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$160.000.000,00 e foram emitidas 160.000 debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00 cada.

4ª Emissão de Debêntures

Em 25 de dezembro de 2019 a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$350.000.000,00 e foram emitidas 350.000 debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00 cada.

Para mais informações e detalhes sobre a emissão de outros valores mobiliários pela Companhia, consultar o item 18.5 deste Formulário de Referência.

Oferta Pública Inicial de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2021, conforme retificada em 8 de abril de 2021, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476.

A oferta consistiu (i) na distribuição pública primária de, inicialmente, 10.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição pública secundária de 476.204 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores, totalizando 10.476.204 ações ordinárias ao preço de R$18,00 por ação, perfazendo o montante total de R$ 188.571.672,00.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos captados por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente destinados para o alongamento de dívidas e/ou reforço de capital de giro da Companhia.

Os recursos líquidos captados por meio da 4ª emissão de debêntures foram integralmente destinados para (i) o resgate antecipado (i.a) da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 1ª emissão da Companhia; (i.b) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 2ª emissão da Companhia; e (ii) recomposição do caixa da Emissora;

Os recursos líquidos captados por meio da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia foram destinados para: (i) investimentos em sistemas e plataformas de tecnologia; (ii) financiamento da carteira de serviços financeiros (expansão da Soudi); e (iii) aquisições oportunísticas de novos negócios; e novas lojas.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Até a data base deste Formulário de Referência, não houve qualquer desvio.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois não houve desvio.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 18 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Em 19 de outubro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, os acionistas aprovaram a aquisição, pela Companhia, e o posterior cancelamento, sem redução do capital social de 1.285.416 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que foram subscritas e integralizadas pelos Participantes do Plano por meio do exercício das suas opções de compra de ações, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2020 ("RCA 08/09/2020"), pelo respectivo valor integralizado por cada um dos Participantes, mediante débito do mesmo valor em reserva de capital.

A recompra e posterior cancelamento foram realizados em razão do cancelamento do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme aprovado pela RCA de 08/09/20.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**03/02/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O Acionista Controlador, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os Associados com Acesso a Informação Privilegiada.

Principais características

A Política de Negociação tem como propósito estabelecer regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta e padrões de negociação de valores mobiliários de emissão da companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"). A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante" e digitar "Allied" no campo disponível; (ii) da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1.500, Lote GLA2A, Galpão 04B, Distrito Industrial, cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, CEP 13213-086.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas não poderão negociar Valores Mobiliários no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das: (i) informações trimestrais da Companhia (ITR); e (ii) demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP). No que se refere à fiscalização da Política de Negociação, o Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento da referida política.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante" ("Política de Divulgação"), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de fevereiro de 2020, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante o Diretor de Relações com Investidores da Companhia ("DRI") é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, assim como pela execução dos demais procedimentos previstos na referida política.

O Ato ou Fato Relevante deverá ser: (i) divulgado por meio de portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; e (ii) disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de Ato ou Fato Relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do DRI, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o DRI divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

O(s) acionista(s) controlador(es), os diretores, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre Ato ou Fato Relevante, que tenham firmado o termo constante do Anexo II da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, serão responsáveis por comunicar, por meio de correio eletrônico ao DRI todo e qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do DRI, assim como, deverão verificar se o DRI promoverá sua divulgação, nos termos da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o Ato ou Fato Relevante, tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Ainda, sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do DRI esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, deverá o DRI inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Quando os Valores Mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita, sempre que possível, 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o DRI poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente, às Entidades do Mercado

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

brasileiras e estrangeiras em que os Valores Mobiliários, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação.

Os Atos ou Fatos Relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o(s) acionista(s) controlador(es) ou a administração da Companhia entenderem que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia, devendo obrigatoriamente ser adotados os procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante com o propósito de garantir o sigilo de tais informações. Sempre que houver dúvida quanto à legitimidade da não divulgação da informação por parte daqueles que tenham conhecimento de Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, deverá a questão ser submetida à CVM, na forma prevista nas normas aplicáveis e vigente à época.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1.500, Lote GLA2A, Galpão 04B, Galpão 7, 306A, Distrito Industrial, cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, CEP 13213-086.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de fevereiro de 2020, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do Diretor de Relações com Investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor de Relações com Investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor de Relações com Investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao Diretor de Relações com Investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@alliedbrasil.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do Diretor de Relações com Investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor de Relações com Investidores ainda no mesmo

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@alliedbrasil.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.